

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ DEPARTAMENTO DE
HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

THIAGO TODON LOPES FERNANDES

**O ANTIFASCISMO NO BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI:
MEMÓRIA E DIÁLOGOS**

MARINGÁ

2025

THIAGO TODON LOPES FERNANDES

**O ANTIFASCISMO NO BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI:
MEMÓRIA E DIÁLOGOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. João Fabio Bertonha.

MARINGÁ

2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

F363a

Fernandes, Thiago Todon Lopes

O antifascismo no Brasil entre os séculos XX e XXI : memória e diálogos / Thiago Todon Lopes Fernandes. – Maringá, PR, 2025.
256 f. : il. color., figs.

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

1. Antifascismo. 2. Autoritarismo. 3. Fascismo. 4. Extrema-direita - Ideologia política. I. Bertonha, João Fábio, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

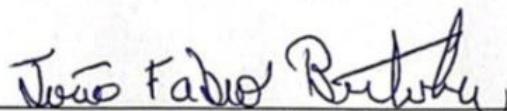
CDD 23.ed. 981

THIAGO TODON LOPES FERNANDES

O ANTIFASCISMO NO BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XX E XXI:
MEMÓRIA E DIÁLOGOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA:



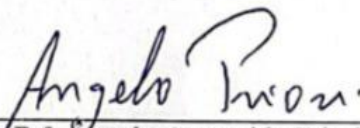
Prof.º Dr. João Fábio Bertonha
Presidente/Orientador



Prof.º Dr. Ricardo Figueiredo de Castro
Membro Convidado (UFRJ)



Prof.º Dr. Reginaldo Benedito Dias
Membro Corpo Docente (UEM)



Prof.º Dr. Angelo Aparecido Piori
Membro Corpo Docente (UEM)

Maringá
2025

Aos que não toleram injustiça. Aos que carregam, no silêncio ou no grito, a suspeita incômoda de que a desarmonia da vida é planejada. Aos que recusam os prazeres do pertencimento e nadam contra a maré – não por heroísmo, mas por não suportar estar ao lado dos opressores. Aos que desconfiam que a paz que nos oferecem tem cheiro de submissão, e a verdade que nos vendem tem dono.

AGRADECIMENTOS

Comentei ao longo de todo o mestrado, de forma descontraída, que o processo estava sendo uma espécie de redenção e, no fundo, era verdade. Se nos poucos anos em que vivi até aqui consegui me perder, o mestrado me ajudou a encontrar firmeza nas minhas próprias incertezas, mostrando que, além do sentimento, a vida exige também razão. A pessoa que escreve estes agradecimentos já não é a mesma que redigiu o pré-projeto, mas entre uma e outra permanece o mesmo desejo, o de contribuir não apenas com a academia, mas também com o mundo ao redor.

Agradeço, em primeiro lugar, ao Prof. João Fábio Bertonha, meu orientador, cuja experiência e orientação foram fundamentais ao longo deste caminho. Da mesma maneira, ao Prof. Pedro Carvalho de Oliveira, que me ajudou a firmar os primeiros passos no universo da pesquisa atuando como coorientador. Estendo meus agradecimentos aos professores Ângelo Priori, Reginaldo Benedito Dias e Ricardo Figueiredo de Castro, que, com críticas atentas e sugestões precisas, contribuíram para que este trabalho ganhasse forma e consistência. À CAPES, pela oportunidade concreta de dedicar tempo e energia a esse percurso. E ao Programa de Pós-Graduação em História da UEM, por ser um ambiente em que ideias puderam florescer.

Sou grato a todos que me acolheram nestes anos. Gostaria de nomear cada amigo e amiga que compartilhou essa jornada, mas como isso não é possível, deixo aqui o desejo de que todos se sintam lembrados e abraçados. Embora sejam muitos os nomes, guardo por cada pessoa um carinho singular. Não cito individualmente porque não suportaria a ideia de esquecer alguém. Aos amigos da academia, que dividiram comigo o peso das leituras, das dúvidas e das descobertas; Aos amigos de fé, que com orações, axé e palavras de esperança ajudaram a manter vivo um ideal nobre de coragem e solidariedade.; aos amigos da vida, aqueles que seguem comigo independentemente do tempo ou da distância — meu agradecimento sincero. A cada um e cada uma, obrigado por embelezarem o meu caminho com afeto, partilha e presença.

Agradeço à minha família por todo apoio e incentivo. Em especial, ao meu pai, que sempre me olhou com confiança e esperança; à minha mãe, que nunca deixou de oferecer suas preces em forma de cuidado; e ao meu irmão mais velho, companheiro de planos e conselhos, além de sua família — minha cunhada Adelaide e meus sobrinhos Emanuel e Samuel, que em breve chega. Sou também grato aos meus avós, cujas raízes sustentam o que há de melhor em mim.

Com muita honraria, agradeço aos colaboradores antifascistas que serviram como guia nessa empreitada, desejo que essa luta ganhe visibilidade e consiga materializar a sede de justiça que gritam seus ideais.

Em lugar especial, agradeço à minha companheira, que chegou de repente e ficou para sempre. Foram muitas as noites em que seu colo sustentou o peso do cansaço, e seus ouvidos acolheram minhas angústias. Mais do que presença, ela foi abrigo. Em meio às incertezas e ao desgaste dos dias difíceis, estive ao meu lado com paciência, coragem e generosidade. Seu amor me devolveu o centro quando tudo parecia desordenado, e sua fé em mim foi muitas vezes maior do que a minha própria. Namorada, noiva e esposa, que nossa parceria siga firme em sua troca, e que o amor que nos une siga fértil, generoso, e nunca se contente com colheitas pequenas. Que saibamos florescer juntos, mesmo nos tempos de seca.

Por fim, com a esperança de que um dia os últimos sejam os primeiros, agradeço a Deus e aos Orixás por todo o axé.

RESUMO

A presente dissertação investiga o movimento antifascista no Brasil contemporâneo, destacando sua relevância enquanto expressão política de resistência que ganhou visibilidade nos últimos anos, especialmente a partir das manifestações contrárias ao governo Bolsonaro e do retorno dos termos “fascista” e “antifascista” no debate público. Em meio a um cenário de acirramento das tensões políticas e do avanço da extrema direita, o antifascismo emergiu como prática contestatória articulada por diferentes sujeitos, redes e coletivos, mobilizando memórias históricas e repertórios de luta para enfrentar novas formas de autoritarismo. O estudo parte da hipótese de que o antifascismo atual não é uma mera reedição do passado, mas uma reconfiguração que resgata memórias históricas e práticas políticas do século XX para confrontar expressões contemporâneas do autoritarismo, como o revisionismo histórico, a militarização do cotidiano e o ataque às instituições democráticas. Para isso, foram adotados dois recortes históricos principais: o primeiro, entre 1920 e 1945, abarca a primeira formação do antifascismo no Brasil a partir da atuação de imigrantes italianos e frentes populares durante a Segunda Guerra Mundial e o auge da Ação Integralista Brasileira; o segundo, entre 1985 e 2025, compreende o período da redemocratização até a recente reconfiguração da luta antifascista diante da crise democrática e da ascensão da extrema direita. A pesquisa concentra-se especialmente no estado de São Paulo, privilegiando coletivos e experiências locais, embora dialogue inevitavelmente com outras regiões do país, dada a dimensão nacional do fenômeno analisado. Por meio de uma abordagem qualitativa e histórico-compreensiva, busca-se compreender quem são os sujeitos que compõem os coletivos antifascistas, como se organizam, de que maneira interpretam o fenômeno do fascismo no presente e quais estratégias de ação utilizam. Foram analisadas fontes primárias, como publicações de época em jornais militantes, materiais produzidos em redes sociais e entrevistas com membros de três coletivos relevantes: Ação Antifascista São Paulo (AFA-SP), Coringão Antifa (C16) e Palmeiras Antifascista (P16). O objetivo final é compreender as reconfigurações do antifascismo no Brasil contemporâneo, analisando seus sujeitos, interpretações, estratégias e vínculos com a memória histórica, enquanto prática de resistência diante da crescente naturalização do autoritarismo em sua forma neoliberal e tecnocrática.

PALAVRAS-CHAVE: Antifascismo; Autoritarismo; Extrema direita; Fascismo.

ABSTRACT

This dissertation investigates the contemporary antifascist movement in Brazil, highlighting its relevance as a political expression of resistance that gained visibility in recent years, especially through protests against the Bolsonaro government and the renewed presence of the terms “fascist” and “antifascist” in public debate. Amid escalating political tensions and the rise of the far-right, antifascism has emerged as a form of contestation articulated by various actors, networks, and collectives, mobilizing historical memory and repertoires of struggle to confront new forms of authoritarianism. The study is based on the hypothesis that current antifascism is not a mere repetition of the past, but a reconfiguration that reclaims historical memory and political practices from the twentieth century to confront contemporary expressions of authoritarianism, such as historical revisionism, the militarization of everyday life, and attacks on democratic institutions. Two main historical periods were adopted: the first, from 1920 to 1945, addresses the initial formation of antifascism in Brazil through the actions of Italian immigrants and popular fronts during World War II and the rise of the Brazilian Integralist Action; the second, from 1985 to 2025, covers the period from re-democratization to the recent reconfiguration of antifascist struggle in response to the democratic crisis and the growth of the far-right. The research focuses primarily on the state of São Paulo, emphasizing local collectives and experiences, while inevitably engaging with other regions of the country, given the national scope of the phenomenon. Through a qualitative and historical-comprehensive approach, the study aims to understand who the antifascist actors are, how they organize, how they interpret the contemporary meaning of fascism, and which strategies they employ. Primary sources were analyzed, including militant newspapers, materials produced on social media, and interviews with members of three key collectives: Ação Antifascista São Paulo (AFA-SP), Coringão Antifa (C16), and Palmeiras Antifascista (P16). The final objective is to understand the reconfigurations of antifascism in contemporary Brazil by analyzing its actors, interpretations, strategies, and connections to historical memory, as a practice of resistance in the face of the growing normalization of neoliberal and technocratic authoritarianism.

KEY-WORDS: Antifascism; Authoritarianism; Far-right; Fascism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. O ANTIFASCISMO DO SÉCULO XX.....	18
1.1. O ANTIFASCISMO ITALIANO.....	22
1.1.1. O CÍRCULO ANTIFASCISTA DE ANTONIO PICCAROLO.....	25
1.1.2. O MOVIMENTO ANTIFASCISTA DE FRANCESCO FROLA.....	30
1.2. O MOVIMENTO DE MASSAS DA FRENTE ÚNICA ANTIFASCISTA (FUA)...	33
1.3. O ANTIFASCISMO NA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA (ANL).....	43
1.4. O CÍRCULO ANTIFASCISTA DO CONDE SFORZA.....	48
2. O ANTIFASCISMO DO SÉCULO XXI EM SÃO PAULO.....	52
2.1. CONTRA-MARÉ: O ANTIFASCISMO NO CÍRCULO ANARQUISTA.....	57
2.2. O GIGANTE ACORDOU: A BUSCA POR UM MOVIMENTO ANTIFASCISTA ORGANIZADO.....	72
2.3. PANDEMIA E EXPANSÃO: MOVIMENTO ANTIFA CONTRA O GOVERNO BOLSONARO.....	96
3. ANTIFASCISMO ENTRE TEMPOS: PERMANÊNCIAS, RUPTURAS E DISPUTAS DE SENTIDO.....	117
3.1. MOBILIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO.....	119
3.2. O FASCISMO A SER COMBATIDO.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
SÍTIOS ELETRÔNICOS.....	167
PERIÓDICOS.....	179
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	180
ANEXO I.....	185
ANEXO II.....	203
ANEXO III.....	236

INTRODUÇÃO

O fascismo resgatou sua relevância no cenário atual, se é que um dia deixou de tê-la. O termo se popularizou e por vezes foi banalizado, teve seu significado e potencial escrachados enquanto era aferido de maneira irresponsável e apelativa em debates distantes de sua real aplicação. Esse foi o resultado do seu apogeu, o alerta, o prelúdio olfativo de um prato amargo, a memória do trauma. Antes que o corpo sinta, antes que o verbo acuse, é ela quem chega primeiro, farejando no ar o ranço de um tempo que já foi, mas insiste em voltar.

Em 2019, consolidou-se um cenário que vinha se desenhando desde os anos anteriores: a ascensão da extrema direita no Brasil. A partir de 2013, durante as manifestações de junho, observaram-se transformações no ambiente político, marcadas pela emergência de discursos punitivistas e por um crescente desencanto com os modelos tradicionais de representação. Esse processo reflete, em parte, limites históricos da social-democracia brasileira, incapaz de responder de forma eficaz às demandas sociais, o que contribuiu para a ampliação de sentimentos de insatisfação e desconfiança nas instituições. Nesse contexto, ganha centralidade a figura de um líder com discurso assertivo e apelo à ordem, sustentado por referências idealizadas a um passado associado à estabilidade e segurança.

Apoiada por setores conservadores que já se articulavam desde a redemocratização, a extrema direita se apresentou como uma alternativa diante da crise política e econômica. Contudo, durante a pandemia de COVID-19, sua atuação foi marcada por posturas negacionistas e por uma minimização dos impactos sanitários e sociais, mesmo diante das recomendações de órgãos de saúde. Nesse período, manifestantes contrários às medidas de isolamento social realizaram atos públicos em apoio ao então presidente Jair Bolsonaro, frequentemente mobilizando discursos nacionalistas e elementos que remetem à estética e às práticas de movimentos autoritários, caracterizados pela valorização da unidade, da ordem e da centralidade do líder, em detrimento do debate plural e democrático.

Da mesma maneira, grupos pró-democracia marcharam em resposta, compostos por cidadãos periféricos que não tiveram o privilégio de presar por sua segurança em confinamento. Politizados, em conteúdo, a marcha foi diluída aos olhos da opinião pública por conta da polarização como opositores do governo atual. Seus componentes, como o destacado setor derivado das arquibancadas de futebol, os torcedores, foram interpretados como vândalos que viram no caos a oportunidade de difundir a violência de sua esfera social.

Nessa dinâmica, foram revelados os grupos antifascistas. Confundidos com o antibolsonarismo, esse setor radical foi enquadrado como inimigo interno e passou a receber

atenção especial no escopo da direita institucional. O então presidente e seus aliados políticos buscaram rotulá-los como terroristas; um deputado do PL (Partido Liberal) chegou a vazar dados que identificavam pessoas envolvidas com os coletivos, enquanto Eduardo Bolsonaro levou essa ofensiva ao cenário internacional, nos Estados Unidos. Paralelamente, na tentativa de distorcer o passado para legitimar o presente, propagava-se a narrativa revisionista de que o fascismo seria, na verdade, um regime de esquerda.

O antifascismo, contudo, é um constructo do século XX, organizado como uma resposta política, ética e prática à ascensão dos regimes fascistas. No Brasil, esse molde foi implantado pelos imigrantes italianos, que respondiam assuntos políticos de sua matriz, e, posteriormente, adotado por brasileiros para barrar o avanço da AIB (Ação Integralista Brasileira). Fundada em 1932 por Plínio Salgado, a AIB foi o principal movimento fascista no país, estruturado a partir de uma doutrina nacionalista, anticomunista e totalitária, com forte apelo religioso e mobilização de massas em torno de símbolos, uniformes e saudações. Com seu lema “Deus, Pátria e Família”, a organização buscava instaurar um regime corporativista e totalitário – integral – nos moldes europeus. O movimento antifascista brasileiro desse período teve seu auge nos anos 1930, através de frentes populares, mas perdeu força com o fim da Segunda Guerra Mundial, a derrocada dos regimes totalitários na Europa e a queda do Estado Novo no Brasil.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo geral esquadriar o movimento antifascista que ganhou visibilidade durante o governo Bolsonaro, buscando compreendê-lo em sua complexidade histórica, política e social. Para tanto, propõe-se, como objetivos específicos, investigar suas origens no Brasil, compreendendo em que medida dialoga ou se distancia do antifascismo articulado nos anos 1930; identificar os sujeitos que compõem esse campo de ação política e simbólica – quem são os antifascistas, de onde falam e por que se mobilizam; examinar suas formas de organização e as estratégias de atuação no contexto contemporâneo; e, por fim, compreender como esses coletivos interpretam o fenômeno do fascismo, especialmente em sua manifestação atual, que se apresenta não como cópia exata do passado, mas como espectro adaptado às lógicas do presente. Trata-se, assim, de lançar luz sobre um campo de disputa política que reacende velhas perguntas com novas linguagens, onde o passado é constantemente convocado para tensionar os sentidos e sentimentos do presente.

Nessa altura, é necessário pontuar que o termo "ANTIFA" se refere especificamente à expressão atual do movimento antifascista, que se distingue por sua organização descentralizada e sua estreita vinculação com movimentos sociais e torcidas de futebol, além de sua oposição às expressões neofascistas e aos aspectos repressivos do Estado. A primeira

expressão do antifascismo, que ocorreu no século XX era caracterizado por uma resistência política ampla e, muitas vezes, popular.

A pesquisa aqui apresentada insere-se no campo da História do Tempo Presente, uma vertente historiográfica que emerge da necessidade de compreender processos em curso, marcados por forte presença na memória coletiva e por implicações políticas imediatas. Consolidada sobretudo a partir da década de 1970, essa abordagem rompe com a concepção tradicional do historiador como observador distante, que analisa o passado a partir de um suposto recuo temporal necessário à objetividade. Em vez disso, parte do reconhecimento de que os agentes, os testemunhos e os conflitos continuam ativos, tornando o historiador um sujeito implicado nas dinâmicas que busca compreender. Essa proximidade, longe de invalidar a análise, impõe ao pesquisador um duplo compromisso: por um lado, com o rigor metodológico e, por outro, com a consciência ética do lugar de onde fala e interpreta (Rouso, 2016).

Ao reconhecer a centralidade do presente na produção de sentido histórico, a História do Tempo Presente dialoga com debates epistemológicos mais amplos sobre a experiência temporal nas sociedades contemporâneas. Nesse aspecto, a contribuição de François Hartog (2013) é fundamental ao propor a noção de regimes de historicidade — formas historicamente construídas de organizar e atribuir sentido ao tempo —, entre os quais o presentismo se apresenta como marca dominante da contemporaneidade. Segundo Hartog (2013), vivemos hoje sob um regime em que o presente se tornou o horizonte predominante da experiência histórica, comprimindo o passado ao uso seletivo da memória e obscurecendo a possibilidade de futuros coletivos. Esse deslocamento impõe desafios específicos à prática historiográfica, que passa a ser atravessada por urgências políticas, dilemas éticos e disputas simbólicas. Estudar o tempo presente, portanto, não é apenas uma escolha temática, mas uma forma de intervenção intelectual em um mundo em disputa, no qual a memória, a verdade e a história são mobilizadas como instrumentos de poder.

No caso específico do antifascismo, tanto em sua expressão histórica quanto em suas reconfigurações contemporâneas, o pesquisador não raro compartilha do mesmo terreno de conflito que investiga — sendo, ele próprio, objeto das disputas simbólicas e materiais travadas contra a ascensão da extrema direita e suas práticas autoritárias. Tal como os próprios antifascistas do século XX, que por vezes erraram por estarem demasiadamente próximos do objeto de combate, mas também acertaram por essa mesma razão, o historiador engajado no tempo presente oscila entre o risco da militância e a potência de uma produção de conhecimento comprometida com a defesa da democracia, dos direitos humanos e da memória. Nesse contexto, reconhecer o elemento de engajamento presente na bibliografia — sem que isso

comprometa sua validade analítica — é também reconhecer a historicidade da própria prática historiográfica, que pode, ainda que modestamente, contribuir para a construção de caminhos possíveis em meio ao presente em disputa.

Dito isso, cabe exprimir nesse espaço um glossário acerca dos termos que irão compor o trabalho, não como uma simples enumeração conceitual, mas como uma costura que permita compreender o vocabulário fundamental que dá sentido à análise. A noção de totalitarismo, por exemplo, emerge como chave para entender os regimes que, ao longo do século XX, buscaram o controle absoluto da vida social, política e subjetiva dos indivíduos. É um tipo de dominação que vai além do autoritarismo clássico, instaurando uma lógica em que o Estado se imiscui em todos os aspectos da existência, tentando dissolver a autonomia individual em nome de um projeto ideológico totalizante. O totalitarismo opera não apenas com a repressão, mas também com a mobilização das massas, a adoração do líder, o uso extensivo da propaganda, a censura e o terror como instrumentos de coerção e coesão.

Robert Paxton (2007) define o totalitarismo como uma forma de poder que busca o controle absoluto da vida social, política e cultural, por meio da mobilização total da sociedade e da eliminação de qualquer oposição. Trata-se de um regime que vai além da repressão autoritária tradicional, instaurando um sistema no qual o Estado pretende moldar integralmente os indivíduos e a coletividade, orientando seus valores, comportamentos e crenças. Nesse contexto, o fascismo surge como uma das expressões mais emblemáticas do totalitarismo. Mais do que um conjunto fechado de doutrinas, o fascismo, segundo o autor, é melhor compreendido como uma prática política: um conjunto de mobilizações que explora o ressentimento, cultua a força, naturaliza a violência e enaltece a comunidade nacional em oposição a inimigos internos e externos. Paxton (2007) ressalta que o fascismo não deve ser entendido como simples reacionarismo ou repetição do conservadorismo, mas como uma tentativa inovadora de criar uma terceira via – uma alternativa revolucionária tanto ao liberalismo capitalista quanto ao socialismo marxista. Trata-se de um projeto de regeneração nacional que rejeita o pluralismo e a luta de classes, propondo em seu lugar uma ordem autoritária fundada na hierarquia, na pureza cultural e na mobilização integral da sociedade em torno de um ideal mítico de unidade. Nesse mesmo espectro, o nazismo pode ser compreendido como uma variante radicalizada e racialmente estruturada do fascismo, cuja doutrina incorporou o antissemitismo como elemento central e promoveu o extermínio sistemático de populações consideradas inferiores, ao passo que aprofundou o autoritarismo estatal e o culto à figura do Führer como personificação da vontade nacional.

O conceito de autoritarismo, conforme propõe Daniel Aarão Reis (2021), oferece uma chave de leitura fundamental para compreender fenômenos políticos que, embora não se configurem como regimes totalitários nos moldes do fascismo ou do comunismo do século XX, operam por meio da corrosão sistemática dos princípios democráticos. Segundo o autor, o bolsonarismo se insere nessa lógica, apresentando-se como uma concepção autoritária em formação, caracterizada pelo ataque à pluralidade, pelo desprezo às mediações institucionais, pela rejeição às regras do jogo democrático e pela busca de concentração de poderes. No Brasil, esse autoritarismo possui raízes históricas profundas, frequentemente normalizadas no processo de formação social do país, e se manifesta tanto em regimes ditatoriais quanto em momentos de aparente normalidade democrática. Aarão Reis (2021) alerta, contudo, que é necessário distinguir autoritarismo de fascismo, reconhecendo que, apesar de compartilhar repertórios discursivos e práticas como o revisionismo histórico, a mobilização de ódio, o moralismo punitivo e a nostalgia de hierarquias tradicionais, o bolsonarismo não reproduz, de forma mecânica, os projetos totalitários clássicos. Trata-se, antes, de uma expressão contemporânea de um autoritarismo que se nutre das fragilidades da democracia liberal e das contradições do próprio capitalismo, operando como uma forma adaptada de reação contra os avanços dos direitos civis, sociais e identitários no século XXI. Por fim, é necessário demarcar o que se compreende por extrema direita, uma corrente política que se posiciona à margem da direita tradicional, extrapolando seus marcos liberais e conservadores para adotar posições autoritárias, excludentes e antidemocráticas.

Com base em Cas Mudde (2022), é visto que a extrema direita rejeita os consensos do pacto democrático, advoga pela repressão de minorias, e costuma operar com discursos nacionalistas, moralistas e conspiratórios. Ela instrumentaliza o medo e a insegurança social para justificar o apelo a líderes carismáticos, à defesa do militarismo e à supressão de direitos em nome da ordem. Diferentemente da direita liberal, que dialoga com o Estado de direito e as regras do jogo político, a extrema direita vê na radicalização e no inimigo interno as chaves para sua ação política. No Brasil, sua ascensão recente foi marcada pelo culto à ditadura militar, pelo antipetismo visceral, pelo negacionismo histórico e científico, e pela tentativa de reabilitar símbolos e práticas do autoritarismo, muitas vezes ressignificados sob os códigos do conservadorismo religioso, da moral da família tradicional e da retórica anticorrupção. Trata-se de um campo heterogêneo, mas unificado pela lógica da exclusão, da repressão e da mobilização afetiva contra o *outro* — seja ele comunista, feminista, indígena, negro, LGBTQIA+ ou imigrante.

A compreensão das categorias *direita* e *esquerda* pode ser delineada a partir de dois caminhos analíticos distintos, embora complementares: um de natureza essencialista, que considera os princípios fundantes dessas orientações ideológicas; e outro de cunho histórico e pragmático, que analisa sua manifestação concreta no interior dos sistemas políticos modernos. Na abordagem essencialista, a direita configura-se como a expressão da defesa da ordem estabelecida, das hierarquias sociais vigentes e dos valores tradicionais concebidos como naturais ou imutáveis — tais como a propriedade privada, a autoridade verticalizada, o modelo familiar patriarcal e o nacionalismo cultural. Trata-se, portanto, de uma posição intrinsecamente reacionária, orientada pela resistência a transformações profundas e pela tentativa de restaurar um passado idealizado. Em contrapartida, a esquerda, concebida a partir de suas premissas originárias, expressa a crítica às estruturas de dominação e a aposta na ruptura da ordem vigente. Parte do diagnóstico de que a desigualdade é um traço estruturante da sociedade moderna, propondo sua superação por meio de transformações radicais — sejam elas de caráter social, econômico, político ou cultural. Assim, a polaridade essencial entre direita e esquerda pode ser compreendida, respectivamente, como a preservação de um presente hierarquizado e a projeção de um futuro emancipador.

Já na abordagem histórica e contextual, a oposição entre direita e esquerda adquire contornos mais fluidos e situacionais, organizando-se de acordo com as formas concretas de atuação nos regimes democráticos contemporâneos. Esse arranjo remonta simbolicamente à Revolução Francesa, quando, na Assembleia Nacional, os jacobinos — representantes de posições populares, antimonárquicas e favoráveis à redistribuição fundiária — se sentaram à esquerda, enquanto os girondinos — defensores da propriedade privada, da ordem jurídica e do liberalismo moderado — ocuparam os assentos à direita. Desde então, tais categorias passaram a abarcar não apenas projetos revolucionários ou reacionários em sentido estrito, mas também posições reformistas e conservadoras dentro do marco institucional. A esquerda passou a incluir forças políticas comprometidas com a redução das desigualdades dentro da lógica do sistema, muitas vezes renunciando à ruptura em nome da estabilidade democrática. A direita, por sua vez, passou a abranger correntes conservadoras que operam segundo as regras do Estado de direito, distinguindo-se da extrema direita por seu compromisso com os princípios democráticos mínimos. Essa aproximação entre os polos moderados atesta o deslocamento pragmático das categorias, revelando que, embora fundadas em tradições ideológicas distintas, suas expressões políticas atuais nem sempre refletem suas matrizes originais.

Embora um movimento de vocação totalitária, ou fascista, em sua emergência histórica, se apresente com traços de ineditismo e uma retórica de superação das contradições do

liberalismo burguês e do socialismo revolucionário. Seu discurso antissistêmico e sua estética de mobilização de massas contribuíram para a aparência de uma alternativa original diante das crises do capitalismo liberal e do comunismo ortodoxo. Contudo, ao consolidar-se como regime, o fascismo revela seu caráter profundamente reacionário em suas ideias e práticas, ao se articular com os setores dominantes das elites nacionais e ao promover a repressão sistemática contra movimentos sociais, sindicatos, partidos de esquerda e formas de dissidência cultural e política. Sua proposta não visa à superação da ordem social, mas à sua reorganização autoritária, com o objetivo de restaurar e intensificar mecanismos de dominação baseados em hierarquia, disciplina e exclusão. Assim, apesar de seu léxico de novidade e mobilização popular, o fascismo se insere estruturalmente no campo da direita, pois opera como uma contra-revolução preventiva, um instrumento de defesa da ordem social sob ameaça, que radicaliza os pilares do conservadorismo ao mesmo tempo em que os reconfigura em moldes totalitários.

Em continuidade à compreensão dos vocabulários centrais abordados neste estudo, destaca-se a consolidação do movimento ANTIFA, conhecido internacionalmente, a partir da atuação de coletivos antifascistas na Alemanha ao final da Guerra Fria, sobretudo após a queda do Muro de Berlim em 1989. Inspirados pelo autonomismo italiano e pela tradição histórica da resistência antifascista ao nazismo, esses grupos rejeitaram tanto os modelos tradicionais da esquerda institucional quanto qualquer forma de conciliação com ideologias autoritárias. Partindo da experiência da AFA (Antifaschistische Aktion), esses coletivos expandiram-se pela Europa e, posteriormente, para outros continentes, fortalecendo redes descentralizadas de combate à extrema direita. O movimento, assim, não se dirige exclusivamente contra regimes fascistas formalmente instituídos, mas busca resistir às manifestações contemporâneas de autoritarismo, racismo, nacionalismo xenóforo e outras opressões sistêmicas — reconhecendo, no presente, os vestígios ideológicos e estruturais do fascismo histórico.

Devido à ênfase no anonimato e à descentralização das suas práticas, os grupos vinculados ao movimento ANTIFA adotam símbolos e códigos que permitem sua identificação de forma discreta, porém eficaz. Entre os símbolos mais recorrentes está o número 16, utilizado como uma referência cifrada ao antifascismo. Essa escolha fundamenta-se no fato de que as letras A e F correspondem, respectivamente, à primeira e à sexta posições do alfabeto, formando a sigla AF, abreviação de *antifascista*. Assim, a adoção do número 16 configura-se não apenas como um símbolo representativo, mas também como uma ferramenta de identificação interna entre militantes e simpatizantes, sobretudo em contextos marcados por repressão e vigilância. Essa codificação reforça a noção de pertencimento a uma rede transnacional de resistência, ao

mesmo tempo em que preserva a segurança dos integrantes e reafirma uma identidade política compartilhada.

Para compreender a emergência e as formas de atuação do movimento antifascista vigente na atualidade, com especial atenção à sua concepção contemporânea de fascismo, adotou-se uma abordagem qualitativa e histórico-compreensiva à luz da experiência antifascista do século XX, articulando procedimentos de pesquisa documental e de história oral. Inicialmente, as experiências históricas do antifascismo do século XX foram reconstruídas por meio do levantamento e análise da bibliografia especializada, complementada pela consulta a fontes primárias, como periódicos da época, que permitiram a identificação de aspectos discursivos e organizativos daquele contexto. Na investigação do antifascismo contemporâneo, priorizou-se a análise de materiais produzidos por grupos antifascistas em fóruns de internet e, posteriormente, suas redes sociais, com o objetivo de reconstruir os caminhos que percorreram, suas narrativas, estratégias e atuação. Essa etapa foi enriquecida pela realização de entrevistas com militantes de três coletivos ANTIFA: AFA-SP (Ação Antifascista São Paulo), Coringão Antifa (C16) e Palmeiras Antifascista (P16), cujos relatos ofereceram elementos valiosos para a compreensão de suas trajetórias, práticas políticas e interpretações sobre seu objeto de combate, o fascismo em sua concepção atual. Por questões de segurança, os nomes dos entrevistados não foram identificados. A triangulação dessas fontes permitiu um mapeamento crítico das continuidades, rupturas e reconfigurações do antifascismo brasileiro entre os séculos XX e XXI.

A dissertação foi dividida em três capítulos. Os dois primeiros correspondem a recortes temporais de caráter simbólico e didático, utilizados como estratégias analíticas para delimitar dois momentos distintos da trajetória antifascista. O primeiro capítulo é recortado entre 1920 e 1945, período marcado pela ascensão de regimes e movimentos fascistas, bem como pela resposta organizada de setores da esquerda e da classe trabalhadora. O segundo capítulo, por sua vez, trata do antifascismo contemporâneo, com análise delimitada entre 1985 e 2023. Embora suas manifestações ganhem visibilidade sobretudo no século XXI, é ainda no final do século XX — especialmente após o fim da Ditadura Militar — que se identificam os primeiros núcleos e discursos que dariam origem ao movimento ANTIFA enquanto forma autônoma e descentralizada de ação política. O objetivo dessa periodização é permitir a análise das continuidades ideológicas e das rupturas organizativas entre o antifascismo histórico e suas reconfigurações contemporâneas. Por fim, no terceiro capítulo, os resultados da reconstrução histórica e interpretativa realizada nos dois primeiros capítulos são retomados e discutidos em torno de dois eixos centrais: *Mobilização e Composição*, que analisa os sujeitos e as nuances

práticas e estratégias organizativas do antifascismo contemporâneo; e *Fascismo a Ser Combatido*, que examina as concepções de fascismo mobilizadas por esses grupos e suas relações com o contexto político-social atual.

O primeiro capítulo investiga a formação e a transformação do antifascismo no Brasil durante a primeira metade do século XX, a partir de quatro momentos centrais. Inicialmente, é abordada a presença do antifascismo italiano no país, introduzido por imigrantes contrários ao regime de Mussolini, como Antonio Piccarolo e Francesco Frola a partir das bibliografias pertinentes. Em seguida, é examinada a FUA (Frente Única Antifascista), formada em 1933 por trotskistas, socialistas, anarquistas e comunistas, a partir da bibliografia existente e consultas a números do jornal *O Homem Livre*, principal órgão e comunicação do grupo. O terceiro momento trata da reorganização antifascista no interior da ANL (Aliança Nacional Libertadora), em 1935, experiência de frente popular marcada pela centralidade do Partido Comunista e pela aglutinação do setor antifascista, com base na leitura do jornal *A Classe Operária*, um dos periódicos vinculados ao PCB (Partido Comunista Brasileiro). Por fim, é analisada através das bibliografias disponíveis a situação do antifascismo sob o Estado Novo (1937–1945), quando o movimento foi reprimido e silenciado pela ditadura varguista.

O segundo capítulo investiga a trajetória do antifascismo em São Paulo a partir da redemocratização brasileira, destacando três momentos centrais de sua consolidação no contexto contemporâneo. Inicialmente, analisa-se o ressurgimento do antifascismo nos anos 1980, vinculado ao anarquismo e às redes anarco-punks, que, por meio do jornal *Libera... Amore Mio*, difundiram uma crítica radical ao Estado, ao capitalismo e às hierarquias, estabelecendo uma base organizativa descentralizada a nível nacional. Em seguida, examina-se a reorganização antifascista no contexto das Jornadas de Junho de 2013 e da ascensão da Nova Direita, momento em que surgem coletivos estruturados e territorializados, como a AFA-SP (Ação Antifascista São Paulo), o *Coringão Antifa* (C16) e o *Palmeiras Antifascista* (P16), cuja atuação pode ser acompanhada por registros no CMI (Centro de Mídia Independente) e nas redes sociais. Por fim, é abordado o período da pandemia de COVID-19 e da radicalização bolsonarista, quando o antifascismo ganha projeção pública ampliada, mas enfrenta tensões internas relacionadas à difusão ideológica e à aproximação com setores moderados da esquerda institucional. A partir das fontes disponíveis, o capítulo busca compreender a constituição de sujeitos, práticas e alianças no campo antifascista paulistano, articulando suas raízes contra-hegemônicas, dificuldades de enfrentamento e os dilemas da visibilidade recente.

A partir das reflexões desenvolvidas nos dois primeiros capítulos, o terceiro capítulo aprofunda o debate sobre as continuidades e rupturas nas experiências antifascistas. Busca-se

tensionar a noção de antifascismo por meio da análise de diferentes temporalidades, considerando como sujeitos, estratégias e formas organizativas reivindicaram esse legado em distintos contextos históricos. Parte-se da hipótese de que o antifascismo, enquanto prática política e simbólica, não se manifesta de forma homogênea, reorganizando-se conforme os desafios impostos por novos cenários, atores e dinâmicas sociais. Nesse sentido, observa-se que as experiências contemporâneas ampliam as interpretações sobre o fascismo, concebendo-o não apenas como uma ideologia totalitária restrita ao passado, mas como um fenômeno que pode se atualizar em estruturas e práticas autoritárias presentes, articuladas a dinâmicas políticas, econômicas e sociais vinculadas à racionalidade neoliberal. Ao mobilizar categorias históricas no enfrentamento às formas atuais de autoritarismo, os coletivos antifascistas contemporâneos constroem uma leitura que busca associar memórias de resistência a processos de contestação social, dirigindo sua crítica tanto aos movimentos explicitamente neofascistas quanto às dinâmicas de naturalização da violência, da desigualdade e da exclusão social no interior das democracias liberais.

Com isso, a pesquisa pretende, ao fim, não apenas demonstrar a permanência de valores fascistas e sua influência na moldagem de estruturas autoritárias dos sistemas políticos contemporâneos, mas também reafirmar o antifascismo como prática de resistência enraizada nas margens, movida pela ação direta, pela solidariedade cotidiana e pela recusa ativa às opressões naturalizadas. Ao mapear as continuidades e rupturas entre o antifascismo do século XX e suas expressões atuais — especialmente nos contextos periféricos e populares como as torcidas organizadas —, o trabalho busca contribuir para uma compreensão crítica do papel dos movimentos sociais na reconfiguração da luta política, oferecendo uma leitura que articula memória histórica, ética libertária e enfrentamento ao autoritarismo como pilares de uma insurgência possível e necessária frente à crescente normalização do neofascismo em sua forma neoliberal, difusa e tecnocrática.

1. O ANTIFASCISMO DO SÉCULO XX

Qualquer estudo acerca do que foram as organizações antifascistas do século passado no Brasil se defronta com o complexo panorama das vertentes políticas da esquerda, sua breve e instável intersecção. A área é dotada de vasta historiografia e muitos autores já se encarregaram de reconstruir a história e o fluxo dos acontecimentos, que concerne ao período a solidez necessária para o trajeto da pesquisa. Dessa maneira, esse capítulo busca assentar a base histórica necessária para a compreensão dos elementos a serem analisados posteriormente, calcando suas observações sobre o antifascismo clássico em território brasileiro, contra o que lutavam seus agentes, o que pretendiam e suas flutuações no tempo.

O antifascismo, então, surgiu em defesa e reação à ascensão do fascismo. Esse, por sua vez, ascendeu, maturou e se consolidou na Itália. Desde os primeiros passos, o movimento atraiu adeptos, pois o fervor e a eloquência de seu discurso embalavam os anseios dos italianos em crise, mas também reuniu opositores por seu radicalismo demagógico. As primeiras manifestações antifascistas, em suma, surgem em resposta à intensificação do posicionamento agressivo dos agentes fascistas, como a violência que praticavam as milícias paramilitares contra trabalhadores, sindicatos e militantes políticos de esquerda. Em conjunto, desde o início o projeto foi recebido com estranheza pelos setores políticos mais moderados, que acusavam a doutrina de ser contrária a tudo e a todos (Bertonha, 1999). Com o decorrer dos processos, todos representantes da esquerda e suas vertentes teceram críticas e táticas para deter a expansão das tendências totalitárias.

O antifascismo no século XX foi um fenômeno dinâmico e orgânico, moldado em resposta direta à evolução do fascismo em seus diversos estágios e níveis de força. Pioneiro na Itália, onde a escalada do totalitarismo rapidamente restringiu as liberdades políticas e banuiu partidos em 1926, o antifascismo surgiu inicialmente como uma reação de setores moderados que estranhavam a radicalidade do novo regime. No entanto, à medida que a ideologia fascista se expandia globalmente, a resistência também se transformava, exigindo estratégias mais amplas e alianças maiores com setores mais à esquerda, como socialistas e comunistas, consolidando-se na França como um eixo de organização. Com os desdobramentos da guerra, como o pacto nazi-soviético, a rendição da França e o fim da guerra civil espanhola, o centro de gravidade antifascista deslocou-se para os Estados Unidos, onde passou a se associar às políticas oficiais dos Aliados. Assim, o antifascismo percorreu um trajeto que ia desde manifestações isoladas até sua incorporação como doutrina de Estado no grupo dos Aliados.

Fato é que, durante todo o processo, reverberou suas influências em diversos territórios ao longo do século.

O antifascismo no Brasil seguiu as dinâmicas globais, mas também se formou a partir de motivações locais, especialmente diante do crescimento de movimentos com inspirações totalitárias. De 1920 a 1930, o principal inimigo dos antifascistas italianos foi a presença dos adeptos do fascismo nas colônias italianas, que buscavam conquistar a adesão de seus compatriotas e difundir a ideologia fascista no Brasil. Nesse primeiro momento, a luta antifascista aconteceu predominantemente no campo das ideias, com manifestações pontuais de apoio às vítimas da perseguição fascista na Itália. Durante os anos 1930, com a criação da FUA (Frente Única Antifascista), o principal inimigo interno passou a ser o movimento integralista, que, inspirado pelo fascismo europeu, defendia um regime totalitário no Brasil. Aqui, as ideias e as manifestações esporádicas do início ganharam uma proporção de movimento de massas, alcançando uma mobilização popular contra o avanço da ideologia fascista. Em seguida, no contexto da ANL (Aliança Nacional Libertadora), mesmo diluído, o espalhamento da luta e das ideias antifascistas alcançou uma dimensão mais ampla antes de ser sobreposto pela repressão política no desfecho. Após o fracasso da ANL, o antifascismo no Brasil se reduziu novamente a manifestações moderadas e esporádicas, além do apoio aos Aliados. No final da década de 1940, com a repressão do regime estadonovista e o enfraquecimento das mobilizações, o antifascismo se manteve limitado a ideias e gestos pontuais, sem a força das mobilizações anteriores.

As frentes de luta contra o fascismo foram formas de organização política e social que visavam unir diferentes setores da sociedade em oposição ao avanço do totalitarismo, com variações na sua composição e foco. A Frente Obreira estava mais centrada na mobilização da classe trabalhadora, a partir da leitura marxista de classes, reunindo sindicatos e organizações operárias, com ênfase na defesa dos direitos dos trabalhadores e na luta contra o totalitarismo, visto como posicionamento das elites frente à crise do capital. Já a Frente Única reunia forças moderadas e até radicais com o objetivo de unir diversas correntes de esquerda para combater o fascismo, deixando de lado diferenças ideológicas em nome da resistência comum. Por sua vez, a Frente Popular era mais ampla, buscando incluir não apenas os trabalhadores e a esquerda, mas também setores de centro e, em alguns casos, até da burguesia progressista, com o intuito de construir uma aliança política contra o fascismo, garantir a preservação das liberdades democráticas e influenciar a moldagem do sistema político. A principal diferença entre essas frentes reside em sua composição e consequentemente na amplitude, pois enquanto a Frente Única focava na união pragmática da esquerda, a Frente Obreira concentrava-se nas

questões de classe trabalhadora e a Frente Popular procurava ser mais inclusiva, englobando um espectro maior de forças políticas.

O movimento antifascista no Brasil foi, desde suas origens, caracterizado pela atuação de ativistas inseridos em movimentos e instituições políticas de maior porte, que, embora inspirados por dinâmicas globais, se organizaram de maneira a refletir as peculiaridades do contexto nacional. A análise dos processos e das alianças políticas que deram forma a esse movimento permite compreender a organicidade e a evolução de sua luta contra o fascismo, revelando como diferentes correntes políticas se posicionaram frente à ascensão dos regimes totalitários e em sua intersecção, compuseram e consolidaram a pauta antifascista em um movimento atuante. Com isso, o capítulo pretende investigar as nuances do movimento antifascista que se consolidou no Brasil durante a primeira metade do século XX, identificando quem eram os antifascistas, contra o que lutavam e como se organizavam. A análise buscará compreender as motivações, entraves, estratégias e alianças políticas que moldaram esse movimento e sua atuação em contexto nacional. A compreensão desses elementos permite elucidar a complexidade e a profundidade do movimento antifascista, seu impacto nas dinâmicas políticas da época e a bagagem histórica que deixou aos movimentos antifascistas do século XXI.

Em um primeiro momento, como o antifascismo chegou no Brasil através de imigrantes italianos, a investigação do período acontecerá através da revisão bibliográfica da produção em torno dos antifascistas italianos no Brasil. Esse recorte temático, por sua vez, pode ser dividido em dois momentos. Em um primeiro momento, além do antifascismo se manifestar entre os anarquistas, se manifestava principalmente entre o círculo em torno da figura do professor e socialista moderado Antonio Piccarolo, que enfrentava as primeiras expressões do fascismo italiano que resvalavam nas colônias de maneira moderada e intelectual. O segundo, se iniciou quando Piccarolo, após sofrer duras críticas, passou a direção do periódico que organizava seu movimento para Francesco Frola, ativista do socialismo moderado de oratória eloquente. Ao seu comando, o antifascismo articulou ligações com a jovem esquerda que maturava em território brasileiro e expandiu a proporção do movimento, incluindo os setores mais radicais.

Em segundo momento, através dos dissidentes trotskistas do PCB (Partido Comunista do Brasil) e com auxílio dos antifascistas italianos, foi constituído o primeiro movimento antifascista brasileiro, que erigiu em defesa da expansão da AIB (Ação Integralista Brasileira). Nesse momento, é pertinente a leitura acerca do contexto político das esquerdas e dos passos que seguiu essa organização, contando com a revisão bibliográfica dos temas. Porém, afim de compreender a amplitude das reflexões acerca dos inimigos e da complexidade da sua atuação

e composição, análises pertinentes podem ser extraídas das páginas do jornal *O Homem Livre* (1933-1934), que atuou como principal canal de comunicação desse movimento.

Em seguida, será investigado como o antifascismo foi envolto por uma experiência maior da esquerda revolucionária, a Aliança Nacional Libertadora, que por uma leitura equivocada, teve grandes perdas e serviu como álibi para a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Para os imbricamentos de diversos setores da esquerda dessa que, é considerada a maior experiência revolucionária do Brasil, será utilizada a bibliografia relevante acerca do período e análises do periódico *A Classe Operária* (1925-). Dessa maneira, será possível compreender as flutuações acerca dos temas trabalhados nos últimos espaços, como a leitura do contexto político, dos inimigos totalitários e autoritários, sua composição e também como a bandeira antifascista perdeu espaço ao dividir com outras pautas revolucionárias.

Por fim, no quarto período do capítulo, veremos os antifascistas moderados que sobreviveram à repressão do Estado Novo e declaravam apoio aos Estados Unidos da América, que havia se tornado o principal centro antifascista do mundo naquele momento e havia declarado guerra contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão), em instâncias governamentais. A bibliografia cabível, nesse momento, pauta suas análises através de documentos produzidos pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), que mostram o retorno da pauta antifascista a espaços italianos no Brasil. Posteriormente, com a abertura política gerada pelo fim da ditadura varguista, a esquerda galgou as instâncias governamentais e conquistou espaço nas instâncias governamentais – deixando à maior expressão antifascista, seu impacto retórico das oratórias –, que foram interrompidas pela Ditadura Militar em 1964. Dessa maneira, o recorte do capítulo se estabelece a partir das primeiras manifestações antifascistas, na primeira década do século XX, até o fim do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial – com a derrota das maiores expressões fascistas a nível global –, em 1945.

1.1. O ANTIFASCISMO ITALIANO EM SÃO PAULO

Foi, então, dos partidos marxistas italianos que veio a chave da luta antifascista, mais especificamente, do PSI (Partido Socialista Italiano), PSU (Partido Socialista Unificato) e PCI (Partido Comunista d'Italia). Ambos tiveram origem da mesma matriz, a primeira formação do Partido Socialista Italiano, datada de 1892. As ramificações se iniciaram a partir de 1920, quando após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as críticas em relação ao posicionamento neutro e a inércia do socialismo reformista da PSI fomentaram desacordos internos. Sendo assim, as três mencionadas rivalizaram posicionamentos. A primeira mencionada se manteve reformista, a segunda se posicionou maximalista – paira sobre o sindicalismo revolucionário, alocado mais à esquerda no espectro político, almejando a ditadura do proletário através da conquista violenta, mas negando a burocracia comunista – e a terceira, se reuniu ao redor de Antonio Gramsci¹ – que contrapunha o imediatismo revolucionário e interpretava a revolução no longo prazo, defendendo a aliança da classe trabalhadora com as forças sociais progressistas para lutar contra a dominação ideológica da elite (Bertonha, 1997, 1999).

No estrondo da erupção fascista, os políticos de esquerda do parlamento italiano planejaram o que se convencionou chamar de *Aventino* para frear o inchaço do fascismo, uma trama em que todos abandonavam o parlamento como forma de protesto. O objetivo desse plano era promover a indignação pública acerca do episódio Giacomo Matteotti², fazendo com que o povo clamasse que o rei demitisse Benito Mussolini. Porém, apesar do enredo lógico, não contaram com a alta capacidade de manipulação política do líder e seu apoio com as elites, não mobilizaram as massas e nem se prepararam para uma situação em que a legalidade democrática fosse progressivamente minada. Posteriormente, em 1926, entraram em voga as leis que dissolveram os partidos políticos, sindicatos independentes e movimentos de oposição, restringindo a atividade política somente ao PNF (Partido Nacional Fascista), consolidando o regime totalitário e eliminando qualquer possibilidade de resistência política.

Desde antes do fechamento, o PCI empreendia uma férrea campanha antifascista, concentrando atenção especial no sistema repressivo do *fascio* ainda quando o dissidente estava em fase de organização, e não podia substituir o PSI na tarefa de guiar o antifascismo. Diante

¹ Antonio Gramsci (1891–1937) foi um filósofo, jornalista e dirigente comunista italiano. Atuou como um dos principais teóricos do marxismo no século XX, elaborando conceitos como hegemonia, sociedade civil e guerra de posição. Foi preso pelo regime fascista de Mussolini, período no qual escreveu seus célebres *Cadernos do Cárcere*, publicados postumamente entre 1948 e 1951.

² O episódio Matteotti ocorreu em 1924, quando o deputado italiano Giacomo Matteotti, crítico feroz do regime fascista de Benito Mussolini, foi sequestrado e assassinado. O deputado havia denunciado fraudes eleitorais e os métodos autoritários do governo fascista. Seu assassinato gerou indignação nacional e internacional, mas Mussolini negou envolvimento direto.

disso, o PSI recusou a formação de uma frente única antifascista com o PCI, mostrando-se atordoado com o novo cenário político e social. Segundo Bertonha (1999), a maior parte da esquerda italiana não soube interpretar a nova realidade do país após a Primeira Guerra Mundial, nem a natureza do fascismo e de suas relações com o Estado e as classes dominantes, se voltando ao passado e aos esquemas tradicionais da luta de classes e da política do Estado liberal. A primeira reação antifascista, ainda no território italiano e frente à urgência que demandava a situação, não foi capaz de barrar o fenômeno que contrapunham e tentavam compreender. Atordoados, foram incapazes de perceber a necessidade imperiosa de união contra o fascismo e a possibilidade de caírem em ilegalidade no desenrolar dos fios. Para a continuidade do trabalho, cabe salientar que, o fascismo se levantava como um fenômeno inaugural, primitivo, e enquanto consolidava sua rigidez teórica através da maleabilidade prática que requiere um contexto histórico, não revelava explicitamente seu teor político e consequentemente, dificultava a interpretação e reação dos demais componentes políticos contemporâneos.

Com a restrição política, tanto os líderes antifascistas quanto as estruturas dos partidos opositores foram transferidos para o exterior. Alguns buscaram abrigo na Suíça, na Bélgica e outros países, mas parte substancial dessa emigração de líderes políticos e intelectuais visou, pela proximidade geográfica, tradição de asilo, afinidade cultural e linguística, certeza de apoio e proteção, a França (Bertonha, 1999). Os comunistas – que mantiveram, nos primeiros anos, seu centro de atividades na Itália – cogitavam duas opções observando a caminhada do fascismo, a primeira era que o movimento era a última expressão do antigo sistema, iria definhando organicamente e assim, começariam a revolução. A outra, era o reconhecimento de que as possibilidades de ação na Itália estavam esgotadas e o antifascismo deveria se reconstruir num ambiente de normalidade política à espera da volta dessas condições. Essa foi a opção escolhida pelos socialistas e republicanos.

Após o fechamento político, os partidários e militantes de esquerda foram jogados ao exterior, atuando como antifascistas de maneira esporádica, improvisada e por muitas vezes, especialmente por parte dos anarquistas, violento. Dentre os emigrantes da Itália, durante o pré-1926, prevaleceram os antifascistas anarquistas, comunistas, socialistas e republicanos que juntos, formaram as bases do primeiro antifascismo no exterior, anterior mesmo à emigração de partidos e líderes políticos. Nesse período, a principal organização foi a LIDU (Lega Italiana Dei Diritti dell’Uomo), que surgiu em 1922 e acolhia os refugiados políticos em solo francês, seja com apoio financeiro ou jurídico. Com a chegada maciça de fugitivos italianos, a partir de 1921, a organização apoiou a criação de congêneres para apoiá-los e sua principal atividade era

a catequização dos imigrantes italianos e da opinião pública internacional contra o fascismo. Essa etapa ficou conhecida como antifascismo democrático e não tinha predominância ou comando específico de nenhuma vertente de esquerda (Bertonha, 1999).

No Brasil, o primeiro antifascismo foi organizado através dos imigrantes italianos que desembarcavam no país, chegando a aproximadamente um milhão e meio durante todo o processo migratório. Logicamente, nem todos esses correspondiam ao arquétipo do imigrante politizado e a atuação antifascista se posicionava especificamente contra Mussolini, trabalhando sobre questões que remetiam à matriz italiana e seu contexto político, além de levar em consideração a sobrevivência da italianidade nas colônias. Dentre as lideranças políticas no Brasil, cabe destaque a figura de Antonio Piccarolo (1863-1947) e Francesco Frola (1886-s.d.).

1.1.1. O CÍRCULO ANTIFASCISTA DE ANTONIO PICCAROLO

Antonio Piccarolo, advogado e professor que participou da criação e fez carreira dentro do PSI, imigrou em 1904 a fim de dirigir o *Avanti!* (1900-1919) e trouxe os métodos de combate antifascistas do socialismo moderado italiano para o primeiro antifascismo no Brasil. Inicialmente, o antifascismo de Piccarolo foi marcado pelas iniciativas individuais de alguns antifascistas e pela batalha jornalística e intelectual até que, posteriormente, quando o fascismo expôs a brutalidade de suas capacidades com o delito Matteotti e sua contínua ascensão ao poder, Piccarolo constituiu as primeiras organizações antifascistas, com destaque ao jornal *La Difesa* (1923-1934), símbolo e instrumento do antifascismo no Brasil.

Enquanto a Europa assistia ao levante de movimentos que pregavam o contorno da crise das democracias liberais através da terceira via, o Brasil enfrentava problemas advindos de sua recém reorganização. A jovem república exalava o frescor de um novo panorama político. Nesse contexto, a imigração foi amplamente incentivada, trazendo portugueses, espanhóis, alemães e, sobretudo, italianos para atuar nas plantações de café e em outras atividades agrícolas. Cabe destacar, contudo, que esse processo não significou o desaparecimento imediato do trabalho negro nas fazendas. Grande parte da população negra libertada permaneceu vinculada, de formas precárias, subordinadas e muitas vezes informais, às mesmas estruturas agrárias, seja pela ausência de alternativas, seja pela permanência de dinâmicas de exploração racial e social. Apesar da maioria dos novos integrantes do Brasil terem vindo para as roças de café, esse novo contingente populacional também foi de suma importância para a urbanização do Brasil e para a consolidação do setor industrial na economia.

No território brasileiro, imigrantes politizados chegavam constantemente desde a última década do século XIX, principalmente anarquistas – que já atuavam na militância sindical. Mas logicamente, os primeiros embates que levaram o antifascismo como bandeira principal aconteceram dentro das colônias italianas, onde fascismo e antifascismo disputavam pela mente e alma de seus compatriotas. Os fascistas, no começo dos anos 1920, não demoraram em ressaltar a absoluta necessidade da emigração para a economia e para o resgate da sociedade italiana. Contudo, dentre seus reordenamentos sobre a natureza da emigração, passa a ser vista como um mal que subtraia forças da nação, mas que mesmo assim era necessária para a expansão da doutrina fascista (Bertonha, 1999).

Nessa política, o aspecto nacionalista concede outro valor à prática, alegando que era imperativo retirar a maior quantidade possível de benefícios para a Pátria. Dentre as nuances da internacionalização, fica a glória dos feitos da propaganda fascista, responsável por

reconectar os emigrantes italianos e seus filhos com a Itália. Dezenas de *fasci all'estero*³ foram criados só no estado de São Paulo e atuaram de maneira discreta no início, fazendo comemorações patrióticas no Consulado Italiano e protagonizando alguns incidentes e conflitos, além das publicações na imprensa em língua italiana. No entanto, seus maiores esforços visavam influenciar órgãos da vida associativa dos italianos para fins de política externa, como as escolas, associações e jornais (Bertonha, 2008).

Nesse contexto, as primeiras opiniões antifascistas surgiram pelo jornal anarquista italiano *Alba Rossa* (1919-1922), que desde 1921 publicava textos relacionando o fascismo com a contrarrevolução e com os grandes capitalistas italianos, lamentando que os socialistas tivessem impedido as massas de tomar o poder no episódio da ocupação das fábricas em 1919 (Greve Geral). O periódico, fiel à doutrina anarquista, se manifestava contra as formas de dominação da Igreja Católica e do capital, denunciando a chegada da doutrina fascista em São Paulo e enquadrando seus propagadores como *carrascos e espiões dos mercenários à distância*. Para os anarquistas, um fascista é “sinônimo de asno, criminoso, vagabundo e Judas” (Bertonha, 1999, p.57) e devia ser combatido através dos “meios adequados para persuadi-los do contrário e convencê-los do contrário” (Bertonha, 1999, p.57).

Contudo, apesar do pioneirismo anarquista, quem liderou a batalha intelectual (1921-1923) contra as ofensivas de Mussolini foi Antonio Piccarolo. Em 1904, o advogado e professor socialista foi enviado ao Brasil para dirigir o *Avanti!*⁴, mas logo que chegou entrou em discordância com o Centro Socialista Internacional e criou seu próprio periódico, o *Il Secolo* (1906-1910) e o Centro Socialista Paulistano (1908). Após a Primeira Guerra Mundial, Piccarolo estava entusiasmado com a vitória aliada e preocupado com a agressividade e violência da ameaça bolchevique representada pela ocupação das fábricas na Itália – que contou com apoio de fascistas. O interesse sobre o fascismo começa a despontar no primeiro ano da década de 1920, onde suas impressões pintavam o movimento totalitário em sua fase inicial como algo sem doutrina e programas definidos, alinhando o combate de sua militância nas tentativas de demover aqueles que viam o fascismo como uma revolução.

Posteriormente, em 1924, é criada a primeira organização antifascista, a *Unione Democratica*, fundada pelos socialistas Giovanni Infante, Giovanni Scala e outros italianos no Rio de Janeiro. Poucos meses depois, Piccarolo e Antonio Cimatti fundaram uma seção em São Paulo. Essa organização, por sua vez, propunha apoiar os italianos que não se consideravam

³ Os *Fasci all'Estero* eram organizações do Partido Nacional Fascista criadas para mobilizar a diáspora italiana e difundir o fascismo no exterior.

⁴ *Avanti!* foi um jornal fundado em 1896 como órgão oficial do Partido Socialista Italiano (PSI), desempenhando um papel central na difusão das ideias socialistas e na oposição ao fascismo.

representados pelo novo governo de Roma e oferecer proteção contra os *ultrajes* e perseguições do *fascio*, o que levou a diversos conflitos judiciais com os fascistas. Com o tempo, várias seções da *Unione* se articularam em São Paulo, além de outros grupos como a *Associazione Giacomo Matteotti* em São Paulo, o *Fronte Unico Antifascista* em Curitiba e a *Liga Internacional de Defesa Democrática* em Belo Horizonte. Porém, é destacado que nenhuma delas alcançou grandes resultados (Bertonha, 1999).

Com a escalada da agressividade nas colônias e na Itália, os antifascistas brasileiros cada vez mais buscaram firmar um espaço próprio e nesse aspecto, o jornal *La Difesa* surge como marco de maior símbolo e instrumento do antifascismo italiano no Brasil. O periódico foi criado por intelectuais e militantes políticos italianos em 7 de abril de 1923, incluindo Antonio Piccarolo, sob a motivação de que o jornal *Il Piccolo* (1917-1928⁵), havia se convertido ao fascismo. Seguindo a tendência democrática, o novo periódico não apresentava ser um bloco monolítico de socialistas reformistas, mas aglutinava diversas tendências do antifascismo italiano de São Paulo, fato que contribuiu para diversas confusões nas páginas do jornal, expondo divergências sobre o posicionamento em relação ao teor monarquista ou republicano do antifascismo, maior ou menor necessidade do anticomunismo, o uso ou não da violência e outros mais.

Segundo Antonio Candido (1980, apud Bertonha, 1999, p.59), o julgamento definitivo sobre o discernimento acerca da natureza do fascismo foi possível além do episódio Matteotti, contando com pujante influência dos resultados dos processos e do enrijecimento ditatorial de Mussolini em 1926. Segundo Bertonha (1999, p.60), essa explicação define perfeitamente Piccarolo, que mesmo alinhado com a elite italiana no Brasil, negou de imediato o fascismo, enquanto um sindicalista revolucionário como Alceste de Ambris⁶ se aproximou e outro, Edmondo Rossoni⁷ o absorveu totalmente. Retornando às páginas do *La Difesa*, as ideias e reflexões de Piccarolo são a chave do pensamento antifascista durante essa etapa, não em domínio absoluto e total, mas com influência decisiva. O socialista, por sua vez, interpretava o fascismo como um acidente histórico – concepção comum ao socialismo reformista italiano do período –, pois não havia sido pensado nem planejado por ninguém, mas era causado pela Primeira Guerra Mundial. No decorrer dos anos de 1930 sua visão passou por alterações de

⁵ O *Il Piccolo* foi “empastelado” em 1928, após um artigo ofensivo à anarquista Maria Lacerda de Moura. Fundado em 1917, o jornal sofreu forte impacto após o episódio, sem que se tenham registros claros sobre a continuidade de suas atividades (Zaramella, 2021, p.47).

⁶ Alceste De Ambris (1874-1934) foi um sindicalista revolucionário e jornalista italiano.

⁷ Edmondo Rossoni (1883-1965) foi um sindicalista e político italiano que inicialmente esteve ligado ao sindicalismo revolucionário, mas posteriormente aderiu ao fascismo, tornando-se um dos organizadores dos sindicatos fascistas na Itália durante o regime de Benito Mussolini.

refinamento e abordou também a ascensão do movimento totalitário ao poder, onde a ocupação das fábricas havia sido liderada por Mussolini, não pelos comunistas e após o sucesso, a classe dirigente vencedora subverteu sua essência revolucionária ao reacionarismo para controlar os ânimos dos trabalhadores.

Segundo Bertonha (1999), é nítido no pensamento de Piccarolo o valor conferido ao Estado de direito – abolido na Itália Fascista –, pois sem a democracia, não seria possível alcançar os planos reformistas do sindicalismo ou atuar no trabalho educativo de desenvolvimento político para a transformação social. O líder socialista guardava antipatia ao comunismo, pois em sua crítica ao fascismo, passava pela questão autoritária, ressaltando o método em detrimento do conteúdo, de forma que o Estado de direito ou democrático seria o verdadeiro e historicamente possível promotor da evolução social. Ainda, futuramente, Piccarolo e seu grupo se afastam do *La Difesa* e criam um periódico totalmente autônomo, o *Il Risorgimento* (1928-1930), em 1928 – momento divisor de águas para um momento de avanço do antifascismo italiano no Brasil rumo ao movimento de massas. Durante esse período, apesar dos entraves jornalísticos, foi possível a convivência entre fascistas e antifascistas, assumindo as características de um antifascismo intelectual e prudente.

Em escopo internacional, no início da segunda metade da década de 1920, a esquerda global se reorganizou em prol dos italianos, visto a união a necessidade de um movimento global que atuasse em resistência à expansão fascista. Oficialmente, pela primeira vez, o apelo partiu dos republicanos durante o *Congresso de Lyon*⁸ em 1926, onde proclamaram a necessidade de fundir as forças antifascistas em um movimento único, superando o caráter episódico de até então e preenchendo as lacunas na união das forças. Havia consenso sobre a necessidade da reunião antifascista para mostrar ao mundo sua resistência e permanência, porém a maneira de organização era um tema de opiniões divergentes. Para o PRI (Partido Republicano Italiano), os socialistas e republicanos deveriam se unir através da dissolução de todos os partidos para um movimento unido, já para o PSI, a organização deveria ser planejada através de uma unidade que incluísse o PCI e os anarquistas, orquestrando os participantes num programa único de República e Socialismo que lhe daria predominância no grupo. O resultado, por fim, foi um cartel sem compromissos programáticos, com ampla autonomia interna e exclusão dos comunistas e anarquistas. No entanto, a transição se consolida quando os

⁸ O Congresso de Lyon, realizado em 1926, foi uma reunião internacional da Internacional Comunista (Comintern) que discutiu a situação do movimento comunista mundial. O evento teve como foco a adaptação da política comunista às realidades locais e a formação de uma estratégia unificada. A principal questão debatida foi a relação entre a revolução e a luta política nas diferentes nações. O congresso também abordou as tensões internas entre os diferentes grupos dentro do movimento comunista.

influentes socialistas reformistas do PSULI (Partido Socialista Unitario dei Lavoratori Italiani)⁹ bloquearam a proposta classista do PSI, conservaram a independência dos países e se mantiveram como ponto de união do antifascismo marxista e não-marxista. Mesmo relutantes, os demais partidos aderiram à proposta e em abril de 1927 surge a *Concentrazione d'azione antifascista*, que unia o PSI, o PRI, o PSULI, a LIDU e a CGL (Confederazione Generale del Lavoro).

Todavia, o domínio dos reformistas implicou a manutenção de uma visão de fascismo como fenômeno temporário que cairia naturalmente caso faltasse apoio internacional, da Igreja e da Monarquia, fator que levou a instituição a se eximir das lutas na Itália e concentrar seus esforços na propaganda internacional, com a intenção de isolar o regime e derrubá-lo. No entanto, mais uma vez não contaram com a capacidade política de Benito Mussolini (1922-1943), que em seu próximo passo rumo ao poder, firmou aliança com as estruturas elencadas entre os anos de 1928 e 1929. A situação descrita gerou uma avalanche de críticas à *Concentrazione* logo no começo de suas atividades, que acusavam a limitação na visão de fascismo e a ineficiência das táticas imobilistas impostas à instituição

⁹ Sucessor do PSU desde 1925.

1.1.2. O MOVIMENTO ANTIFASCISTA DE FRANCESCO FROLA

No Brasil, em São Paulo, Piccarolo continuava a arrebanhar vozes de descontentamento com sua direção extremamente rígida e estreita, recebendo críticas quanto ao reformismo de suas ideias e a política de alianças – que excluía comunistas e qualquer posicionamento mais à esquerda. Concomitantemente, os grupos antifascistas disputavam a representação da *Concentrazione* logo após a sua criação, afim de serem representante das forças internacionais. É nessa situação que destacado líder o antifascismo italiano oferece a chefia do *La Difesa* a Francesco Frola. Sua chegada até a América Latina teve toques de aventura e heroísmo, seu desembarque barrado pelo governo brasileiro pelo histórico de militância e foi liberado pelo impacto dos atos pró-Frola. Em seus primeiros feitos, assumiu o controle da *Unione Democratica* e alterou o nome para *Lega Antifascista*, ao mesmo tempo que assume a vaga oferecida por Piccarolo.

Nesse contexto, as influências autoritárias e totalitárias no Brasil se intensificam. Com a intenção de manter viva a italianidade e os laços entre as comunidades espalhadas, em 1928 desembarca no Brasil o cônsul e propagandista Serafino Mazzolini, que pretendia intensificar a influência fascista de maneira direta – com a penetração da rede consular implementada em São Paulo através dos *fasci all'estero* ou de seções do PNF (Partido Nazionale Fascista) – ou indireta – sobre as instituições que davam vida à colônia italiana (Bertonha, 1997, 2008). Ele incentivava eventos culturais, como celebrações do aniversário de Mussolini e outras iniciativas que visavam reforçar a imagem do regime fascista. Além disso, Mazzolini também teve uma relação estreita com organizações fascistas locais e com a Ação Integralista Brasileira, que compartilhava ideias totalitárias do fascismo italiano.

Diante disso, a liderança de Frola é aclamada em pouco tempo, mostrando-se mais ativo e eloquente, exibindo uma oratória contagiante nas conferências que fez por todo sul e sudeste do Brasil (Bertonha, 1997, 1999). Frola vai se orgulhar muito da nova vida que trouxe ao antifascismo, exibindo que ampliou o número de assinantes do *La Difesa* de algumas centenas para 5 mil e o número de cópias de 1.500 para 12.000 (*La Difesa*, São Paulo, ano. IV, n. 159, p. , 01 de maio de 1927, vide Bertonha, 1999, p.71), fato relevante em termos propagandísticos, ponto forte do movimento antagonista. Frola trouxe novo caráter à luta contra o fascismo no Brasil, abandonando as ideias de Piccarolo, que levava a luta antifascista como ênfase nas esferas intelectuais.

Outra mudança singular que Frola introduziu foi o aumento da tolerância quanto aos grupos comunistas, inclusive participando dos mesmos atos (*La Difesa*, São Paulo, ano. IV, n. 156, p. , 21 de abril de 1927, vide Bertonha, 1999, p.73). Em junho de 1927, por exemplo, a

Lega Italiana dell'Uomo do Rio de Janeiro, sob influência de Frola, convidou o deputado Azevedo Lima, simpatizante do PCB e do Bloco Operário e Camponês, para discursar. O discurso foi impresso e divulgado através das páginas do *La Difesa*, corroborando ao jornal um posicionamento nada moderado. Na matéria, foi explicado que para o deputado, “o caso Matteotti era o atestado vivo da falência do regime burguês” (*La Difesa*, São Paulo, ano. IV, n. 170, p. , 19 de junho de 1927, vide Bertonha, 1999, p.74), que “a sociedade caminha a largos passos para o regime comunista e que o fascismo é a tentativa desesperada do capitalismo para manter-se no poder enquanto o proletariado se organiza e luta para conquista-lo” (*La Difesa*, São Paulo, ano. IV, n. 170, p. , 19 de junho de 1927, vide Bertonha, 1999, p.74), e na luta reacionária, “a burguesia de todos os países se une num só bloco para esmagar o proletariado, que adquire consciência revolucionária” (*La Difesa*, São Paulo, ano. IV, n. 170, p. , 19 de junho de 1927, vide Bertonha, 1999, p.74) e por isso “o proletariado deve organizar-se também num bloco de ação” (*La Difesa*, São Paulo, ano. IV, n. 170, p. , 19 de junho de 1927, In. Bertonha, 1999, p.74). Além disso, as portas foram abertas para elementos comunistas como Goffredo Rosini¹⁰ e Ertulio Esposito, além dos anarquistas Oreste Ristori¹¹ e Alessandro Cerchiai¹².

Diante disso, vale ressaltar que Frola não havia sido convertido ao comunismo e continuava a ser um socialista, apenas não tinha uma visão negativa da teoria marxista e via a necessidade da união total de partidos e forças contra o fascismo. Nesse momento, Piccarolo e a *Concentrazione* também compactuavam com essa política, mas com uma limitação clara: a exclusão dos comunistas ou de qualquer um que se aproximasse de suas convicções ideológicas. Frola rompeu esse limite e empreendeu diversas alianças com várias correntes políticas italianas em ação no Brasil e dando espaço a elas no *La Difesa*. Os dois líderes também tinham visões diferentes de revolução e mudança social. Enquanto Piccarolo era tão moderado que não se enxergava mais do que leves e vagos indícios de como se daria essa transição, Frola transmitia pensamentos, diretrizes seguras dos estágios a serem progressivamente alcançados – por meio da ação popular nas engrenagens do Estado de direito. Tais divergências na ideologia e na liderança geraram inúmeros entraves que prejudicaram a coesão do movimento, chegando ao baixo nível da troca de insultos sem restrições ou qualquer escrúpulo (Bertonha, 1999).

¹⁰ Goffredo Rosini foi um militante comunista italiano que, em 1930, aderiu ao trotskismo, afastando-se da linha oficial da Internacional Comunista e engajando-se na oposição ao stalinismo dentro do movimento operário.

¹¹ Oreste Ristori foi um anarquista italiano que atuou no movimento operário brasileiro no início do século XX. Defensor do sindicalismo revolucionário, participou da organização de greves e na propagação de ideias anarquistas.

¹² Alessandro Cerchiai foi um militante comunista italiano ativo no Brasil, envolvido na organização de trabalhadores e na luta antifascista durante as primeiras décadas do século XX.

O antifascismo italiano exerceu um papel fundamental na formação do pensamento político brasileiro, especialmente no período entre as décadas de 1920 e 1930, quando as ideias antifascistas começaram a circular no Brasil por meio de imigrantes italianos e intelectuais comprometidos com a luta contra regimes autoritários. Inicialmente restrito ao campo das ideias e do discurso, com atividades esporádicas e marcadamente intelectuais, o antifascismo no Brasil encontrou terreno fértil para se expandir à medida que se entrelaçou com as forças de esquerda nacionais. No final da década de 1920, a convergência entre antifascistas italianos e militantes brasileiros resultou em um movimento de massa que passou a combater não apenas a ascensão do fascismo no cenário global, mas também as manifestações autoritárias internas. Esse intercâmbio serviu de base para a formação da FUA (Frente Única Antifascista), a primeira experiência de um movimento antifascista brasileiro, que consolidou a união entre diferentes grupos políticos em torno da resistência ao fascismo e se tornou um marco na luta contra o autoritarismo no país.

1.2. O ANTIFASCISMO DA FRENTE ÚNICA ANTIFASCISTA (FUA)

Após o auge do antifascismo democrático de prevalência socialista moderada, outra tendência começa a se desenhar frente ao alastramento das influências totalitárias pelo mundo. As forças opositoras ao fascismo, que apesar de atuarem atordoadas com a força que rompeu o fenômeno totalitário, ainda conseguiam atuar em resistência por forças moderadas, contudo, quando o fascismo cruzou mais um nível rumo ao extremismo, foi requisitado uma postura que ao menos pretendesse reagir com mais energia. Esse período se consolidou no final da primeira metade da década de 1930 e foi marcado pela predominância socialista/comunista do antifascismo (Bertonha, 1999). No entanto, para melhor compreensão do antifascismo brasileiro nesse período, o capítulo contemplará, primeiramente, um breve resgate temporal dos fatores que configuraram o panorama da militância política no Brasil em 1930. Assim, serão investigadas as maiores expressões antifascistas do período – FUA e ANL –, sua formação, atividades, interpretações e objetivos.

O modelo político da República Velha (1889-1930), instaurado com a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil 24 de fevereiro de 1891 (Brasil, 1891), apresentava sinais de insuficiência e um campo sindical efervescente. A Primeira República, ao enfraquecer a força de trabalho escravo, impulsionava um panorama trabalhista apoiado em princípios liberais, no qual o contrato de trabalho colocava empregador e empregado em pé de igualdade: um fornecia a mão de obra, e o outro, a oportunidade. No entanto, essa lógica favorecia unilateralmente o empregador, pois eventuais conflitos deveriam ser resolvidos entre as partes, cabendo ao Estado apenas a defesa da liberdade e da propriedade privada. Os imigrantes, além de suprirem a demanda agrária nas lavouras de café, formaram a classe urbana que impulsionou o setor industrial nascente, criando condições para as primeiras organizações políticas de trabalhadores em busca de melhores condições laborais. Nesse cenário, Washington Luís (1926-1930) resumiu o posicionamento do governo ao afirmar que "a questão social é uma questão de polícia" (Munakata, 1984). A ideologia liberal, importada da Europa, não se enraizou de forma natural no Brasil, resultando em desacordos práticos, como se uma frágil camada liberal e urbana se estendesse sobre uma estrutura agrária e tradicional (Munakata, 1984; Vasconcelos, 1979).

As greves eram duramente reprimidas, resultando em prisões, feridos e expulsões de militantes e estrangeiros, enquanto sindicatos e redações eram invadidos e fechados (Adolfo Gordo, 1907). Paradoxalmente, a ausência estatal nos moldes liberais dos conflitos trabalhistas – protegendo a classe fabril e oprimindo os trabalhadores – favoreceu o surgimento do anarquismo, que impulsionou o trabalhador a assumir diretamente suas reivindicações. As

Greves Gerais de 1917 e 1919 foram marcos desse movimento. A de 1917 teve seu estopim após a morte de um sapateiro anarquista, crescendo até se tornar uma greve geral que denunciava as más condições de trabalho, a exploração infantil e feminina, o desemprego e os preços abusivos dos alimentos, além da ausência de direitos estatais trabalhistas. Já a de 1919 foi motivada pela demissão de um operário, resultando em uma marcha grevista por melhores salários e redução da jornada, sendo reprimida com ainda mais brutalidade. Apesar das estratégias anarquistas, o sindicalismo ultrapassou a esfera privada, exigindo a mediação do Estado e alcançando a presidência (Munakata, 1984; Rodrigues, 2017).

Em 1922, inspirado pelo fervor revolucionário russo, surge o PCB como símbolo da luta dos trabalhadores (Both, 2012). Seu grupo dirigente era atuante da tradição anarquista e sindical, com figuras como Astrojildo Pereira¹³, Octavio Brandão¹⁴, Mário Pedrosa¹⁵ e Lívio Xavier¹⁶. No entanto, a influência do modelo soviético gerou atritos com os anarquistas, que defendiam a autonomia federalista, enquanto os comunistas propunham uma organização centralizada, rígida e nacional. No campo sindical, os maiores esforços pecebistas culminaram em fevereiro de 1928, quando uma delegação de sindicatos paulistas, liderada pela UTG (União dos Trabalhadores Gráficos)¹⁷, foi à capital negociar com o presidente do CNT (Confederação Nacional do Trabalho)¹⁸ a criação de um Comitê Central de Sindicatos, que os legitimaria como interlocutores no processo reivindicatório. Meses depois, porém, o CNT cancelou todos os recursos destinados à iniciativa.

Por fim, ainda nesse panorama, outro movimento político a contribuir para a compreensão do panorama político da década de 1930 foi a Coluna Prestes. Inaugurada em 1924, o movimento foi resultado da mobilização de um grupo de jovens oficiais de patentes médias do Exército brasileiro¹⁹ que, exercendo o direito de expressão política, se ergueram contra o coronelismo e o poder dos latifundiários, que controlavam os votos de cabresto e

¹³ Astrojildo Pereira (1890-1965) foi um intelectual, jornalista e militante comunista brasileiro. Fundador do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922, teve papel central na difusão do marxismo no país e na organização da luta operária no início do século XX.

¹⁴ Octavio Brandão (1896-1980) foi um militante, escritor e teórico marxista brasileiro. Atuou na fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) e destacou-se por suas análises sobre a economia e a luta de classes no Brasil, influenciando o pensamento comunista no país.

¹⁵ Mário Pedrosa (1900-1981) foi um importante intelectual e militante brasileiro, conhecido por sua atuação no campo das artes e da política. Inicialmente membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Pedrosa se distanciou do stalinismo e tornou-se um dos principais teóricos do movimento trotskista no Brasil, influenciando o pensamento político e cultural do país.

¹⁶ Lívio Xavier foi um militante comunista e intelectual brasileiro, atuante no movimento antifascista na década de 1930. Defensor da causa operária e socialista, teve papel importante na formação do pensamento crítico sobre questões sociais e políticas do Brasil.

¹⁷ Organização sindical importante no Brasil nas décadas de 1920 e 1930, alinhada aos princípios marxistas-leninistas. Teve um papel relevante na articulação do movimento como líder da imprensa operária.

¹⁸ Fundada em 1923, foi um órgão sindical criado pelo governo brasileiro com o objetivo de controlar e regular a crescente efervescência trabalhista no país. A CNT buscava organizar a classe trabalhadora sob a vigilância estatal, alinhando-se aos interesses governamentais e funcionando como um instrumento para a gestão e repressão de movimentos operários.

¹⁹ Batizado como “tenentismo”.

faziam do Estado brasileiro uma extensão de seus interesses econômicos, sociais e políticos. Durante a marcha, os militantes do movimento pregavam a transformação da sociedade, afim de movimentar as estruturas estagnadas e defender o equilíbrio entre os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário (Portela, 2024). Dentre os militares de baixa patente que participavam do movimento, Luis Carlos Prestes (1898-1990) se destacou pela liderança, onde denunciou a incompetência e injustiça do modelo político vigente.

Diante das agitações sociais, o declínio do modelo de política praticada foi enterrado pela deposição do presidente Washington Luiz e a imposição do governo provisório, a cargo de Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954). Durante o caminho para a consolidação do Golpe de 1930, Vargas empreendeu inúmeras alianças políticas e apelos populares, abraçando pautas populares da esquerda e da direita por meio do nacionalismo corporativista – de influência fascista –, como exemplifica o Decreto n. 19.770, de 19 de março de 1931 (Brasil, 1931)²⁰. No poder, o novo presidente representou uma nova aliança entre a elite industrial, a classe média urbana e os setores militares, fortalecendo a centralização do poder e a modernização econômica. Da mesma maneira, a reconfiguração política garantiu a manutenção da ordem social e econômica, preservando o controle das elites sobre a estrutura de poder, além da clara influência e admiração fascista que demonstrava essa figura política. Durante o governo provisório, foi convocado o processo da Constituinte de 1934, afim de modernizar e resolver as questões de governabilidade do país, mas que não trouxe mudanças substanciais no caráter elitista e excludente das estruturas políticas e econômicas, somente centralizou o poder no posicionamento autoritário de Vargas.

Os movimentos nacionalistas do início da década de 1930 tiveram influência da arte brasileira, principalmente da Semana da Arte Moderna de 1922 – São Paulo. Dentre os vários participantes desse evento cultural, havia a tendência do Verdeamarelo²¹, que mais tarde se transformaria no grupo Anta²². É nesse ambiente que se projeta Plínio Salgado (1895–1975), jornalista, escritor e intelectual paulista, cujas raízes ideológicas se entrelaçam tanto com o nacionalismo literário do grupo Verdeamarelo e da Anta quanto com as doutrinas do fascismo europeu. Conforme demonstra João Fábio Bertonha (2001), Salgado desenvolveu uma síntese

²⁰ A Lei de Sindicalização desmobilizava e tirava a autonomia dos sindicatos, apenas conferindo validade a aqueles que se aliassem ao governo e adentrassem as esferas da legalidade, podendo reivindicar apenas as pautas permitidas.

²¹ O Verde-Amarelismo foi uma tendência literária que emergiu após a Semana de Arte Moderna de 1922, destacando-se na primeira fase do Modernismo brasileiro. Fundado em 1926 por Cassiano Ricardo, Plínio Salgado e Menotti del Picchia, o movimento defendia um nacionalismo ufanista e criticava a arte acadêmica da época.

²² O Grupo Anta foi um movimento literário brasileiro dos anos 1920, formado pelos escritores mencionados na nota acima, que buscavam romper com as convenções acadêmicas e criar uma arte nacionalista, ligada ao Brasil profundo. O grupo foi influenciado pelo Verde-Amarelo e também esteve associado à Semana de Arte Moderna, promovendo uma expressão cultural distanciada do cosmopolitanismo europeu.

que articulava o tradicionalismo católico, a crítica ao liberalismo e ao comunismo, e uma visão orgânica e totalitária da sociedade, centrada na subordinação do indivíduo à coletividade nacional, representada pelo Estado integral.

De forte conotação moralista, esse agente político foi um movimento de inspiração totalitária e nacionalista inspirado no fascismo europeu e, buscava criar uma nova ordem social no Brasil centrada na união da nação e na subordinação do indivíduo ao Estado integral. Alinhado ao fascismo, o movimento de Salgado partilhava das crenças anticomunista e antiliberal. Dentro das críticas ao liberalismo e a democracia, o Integralismo defendia que o Estado extrai sua força da família, por natureza uma fonte de moralidade, e dignidade. Munido de um grande arsenal retórico linguístico e ideológico, quando se referem ao comunismo, o termo é sempre acompanhado de adjetivações pejorativas associadas a *animalidade*, *aberração*, *violência* e outras mais. Por meio de seu discurso, o extremo conservadorismo requisitava a purificação do espírito, se apoiando em bases da repressão sexual tipicamente fascista para que os desejos mais sórdidos da natureza humana sejam contidos.

Para o cumprimento desses desejos, obviamente, liberdades e anseios por boas condições tinham de ser silenciados para que todos alcançassem o direito de usufruir dos bens culturais mais puros da sociedade. O processo de expansão do integralismo do movimento aconteceu com a inauguração de diversos núcleos no território brasileiro, que se trabalhavam com ênfase a forma de educação conveniente ao movimento, e à tendência global. Dentro da liturgia integralista, foram adicionados as simbologias e os rituais, cruciais para o largo alcance e uniformidade da AIB, com ênfase em seus aspectos doutrinários e organizativos (Neto, 2014). Com isso, de maneira sorrateira, separava o mundo anímico-espiritual do mundo da labuta cotidiana, afirmando novas condições de vida sob a retórica em torno da humanidade que sofre com o déficit moral e deve buscar a homogeneidade através da liberdade da alma, que só pode ser alcançada com a servidão redentora do corpo e dos ideais (Vasconcelos, 1979).

Quanto às influências superiores da esquerda, a Internacional, que desde o *V Congresso* (1924) defendia a formação de uma frente operária contra o fascismo, mudou de rumo em 1928, no *VI Congresso*, ao adotar o conceito de *social-fascismo*, que via os socialistas não mais como aliados, mas como inimigos ainda mais perigosos que os próprios fascistas. Para os comunistas, não haveria uma fase democrática após a queda do fascismo, a vitória teria de ser exclusivamente comunista. Esse radicalismo só pode ser compreendido no contexto dos múltiplos conflitos da época: as disputas internas no PC (Partido Comunista Soviético), o papel da social-democracia na contrarrevolução europeia do pós-Primeira Guerra Mundial e os embates entre comunistas e socialistas em vários países. Dividir as esquerdas nesse momento,

enquanto o fascismo se expandia pela Europa, revelou-se uma escolha de consequências graves (Bertonha, 1999).

Diante disso, no Brasil, o PCB tentava empreender o Comitê Antiguerreiro – com a proposta de frente única pela base contra a guerra, a reação e subsidiariamente o fascismo –, buscando apoio ou conversão de organizações, sindicatos e grupos de trabalhadores ao comunismo. Contudo, desde o ano em que o partido comunista fincou um posicionamento aliancista mais fechado, contou com a perda de nomes como Joaquim Barbosa (²³), João da Costa Pimenta (²⁴), que acusaram o partido de transformar os sindicatos em instrumentos políticos. A fragilização termina por se consolidar em 1931, quando é criada a LC (Liga Comunista), contando com o alinhamento de Livio Xavier, Rodolfo Coutinho²⁵, Hilcar Leite²⁶ e Aristides Lobo²⁷. O grupo disputava a representação do Comitê Antiguerreiro e insistiam que o projeto fosse empreendido em seus moldes, porém, a Comintern propagava forte propaganda contra os *traidores* da tendência trotskista.

O trotskismo foi potente em seu surgimento, exibindo um corpo de intelectuais que empreenderam um trabalho autoral sem paralelos de difusão ideológica na América Latina, como o lançamento das primeiras edições das obras de Trotsky no Brasil. A coexistência não era amistosa e após o desenlace desastroso da greve dos ferroviários em maio de 1932, boa parte da direção nacional do PCB foi presa e encarcerada na Ilha Grande/RJ. Diante do processo de elaboração da Constituinte, a Liga Comunista apresentou propostas de coexistência em um plano de ação, defendendo que a apresentação de candidatos de esquerda era necessária para a disputa por espaço, para denunciar a burguesia e defender programas mínimos para ganhar a confiança do povo e assim, conduzi-los até a revolução no momento em que todos os envolvidos estivessem preparados (Both, 2012). Diante da negação da matriz comunista no Brasil, a LC

²³ Joaquim Barbosa foi um militante político e comunista brasileiro, ativo na década de 1930, conhecido por sua participação em movimentos operários e na luta contra o autoritarismo da época.

²⁴ João da Costa Pimenta foi um militante político brasileiro, ativo no movimento comunista e na luta sindical durante as décadas de 1920 e 1930, sendo uma figura importante na resistência às políticas repressivas do período.

²⁵ Rodolfo Coutinho foi um militante comunista brasileiro, ativo nas décadas de 1920 e 1930, e participou da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

²⁶ Hilcar Leite foi um militante comunista brasileiro, ativo nos movimentos sindicais e de esquerda nas décadas de 1920 e 1930, participando da luta contra a opressão política e em defesa dos direitos dos trabalhadores no Brasil.

²⁷ Aristides Lobo foi um militante comunista brasileiro, conhecido por sua atuação política na década de 1930, sendo uma figura importante nas lutas operárias e nas articulações da esquerda, particularmente envolvido nas frentes antifascistas e na defesa dos direitos dos trabalhadores.

lançou em abril de 1933 a campanha eleitoral de Aristides Lobo, mas a retiraram mesmo dia quando o PCB voltou atrás e lançou os nomes de Jonas Trombini²⁸ e Áttila Borges²⁹.

Apesar da LC não conseguir a influência que desejava durante o processo que lançou o Comitê Antiguerreiro em atividade, meses depois, o grupo lançou sua própria proposta durante uma manifestação pública realizada na sede da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo – 11 de junho de 1933 –, a Frente Única Antifascista³⁰. O projeto foi apresentado por Aristides Lobo na presença de trostkistas, socialistas, anarco-sindicalistas, italianos antifascistas e alguns poucos comunistas. No mês anterior à sua fundação – no dia 27 de maio de 1933 – foi lançado em São Paulo o jornal que viria a ser seu principal órgão de comunicação, *O Homem Livre*, de orientação propriamente antifascista com determinante influência do trotskismo. Quatorze dias depois da reunião do anúncio de sua criação, a FUA foi oficialmente fundada na sede da *Legião Cívica 5 de Julho* – 25 de junho de 1933. Apesar da consolidação do próprio movimento antifascista, os trostkistas continuaram atuando no interior do natimorto Comitê Antiguerreiro, ainda que com reservas e profundas críticas (Castro, 1995, 1999, 2002). Somente quando Mario Pedrosa retornou da Alemanha e transformou a LC em LCI (Liga Comunista Internacional) – no dia 1º de maio de 1934 –, que os trostkistas brasileiros deixaram de se considerar uma fração oposicionista do PCB e se estabeleceram como sede da Oposição de Esquerda Internacional em território brasileiro.

Durante o processo de criação desse que foi o primeiro movimento organizado de um antifascismo brasileiro, cabe destacar a influência dos antifascistas italianos no Brasil, como Frola, Ristori e Rosini, seja nas propostas, tendências, resolução de conflitos ou participação ativa, como em discursos cerimoniais (Bertonha, 1999). Até os anos 1930, o antifascismo era uma pauta de exclusividade italiana e com o novo panorama do país, o fascismo passou para o primeiro plano no rol de prioridades da esquerda brasileira. Finalmente, procurava-se dessa maneira conseguir o apoio da parcela da população paulista de origem italiana, que há muito vinha sendo alvo da propaganda antifascista e, assim, criar uma base a partir do qual o movimento antifascista poderia se ampliar para os outros grupos populacionais paulistas. Dessa maneira, as ideias de frente única de Frola conseguiram sair da pequena experiência em volta

²⁸ Jonas Trombini foi um militante político e sindicalista brasileiro, destacado pela sua atuação no movimento operário e na luta contra regimes autoritários nas décadas de 1930. Associado ao movimento comunista, teve papel relevante na organização dos trabalhadores.

²⁹ Áttila Borges foi um militante político brasileiro, ativo no movimento comunista e na organização de trabalhadores durante as décadas de 1930 e 1940. Destacou-se por sua participação em lutas contra o autoritarismo e em prol de melhorias para a classe trabalhadora.

³⁰ Em 23 de março, os integralistas, liderados por Plínio Salgado, marcharam pela primeira vez na cidade de São Paulo colocando-os de vez na agenda política da capital paulista. Os antifascistas aceleraram suas ações, vide Castro (2005).

do *La Difesa* para maiores proporções. Desde a criação da AIB surgiam grupos espontâneos de luta antifascista e através da FUA, foram aglutinados junto das esquerdas brasileiras, dos antifascistas italianos e dos pecebistas – entre suas idas e vindas. Esse período de ação, é descrito como a segunda geração antifascista, que era de predominância trotskista e se aglutinava ao redor de Mario Pedrosa (Castro, 1999).

Em seu órgão de comunicação e difusão ideológica, *O Homem Livre*, a primeira edição do periódico vinculado a FUA é datada de 27 de maio de 1933, antes mesmo de seu lançamento. Segundo Castro (2005), a edição prima contou com artigos assinados – sob pseudônimos – de José Pérez³¹, Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Aristides Lobo, Goffredo Rosini e Geraldo Ferraz³², ilustrada pelo gravador Lívio Abramo. Nesse número, em análise própria, é visto como foi interpretado o fascismo enquanto fenômeno histórico, uma reação das elites à democracia e ao povo organizado – em ótica classista –, onde “para essa minoria a democracia faliu” (*O Homem Livre*, São Paulo, ano.1, n. 1, p. 1, 27 de maio de 1933), visto que “não lhe garante sem sobressaltos o poder ilimitado, os privilégios aristocráticos ameaçados” (*O Homem Livre*, São Paulo, ano. 1, n. 1, p. 1, 27 de maio de 1933), que são “ameaçados pela crescente onda popular, cada vez mais consciente de seus interesses e de sua força” (*O Homem Livre*, São Paulo, ano.1, n. 1, p. 1, 27 de maio de 1933).

Em continuidade, é visto com a análise que frente a isso, a proposta de luta era “contra o fascismo, cuja ideologia medieval hoje se apresenta com feições internacionalizantes” (*O Homem Livre*, São Paulo, ano.1, n. 1, p. 1, 27 de maio de 1933), a ser combatido “pelos ideais democráticos” (*O Homem Livre*, São Paulo, ano.1, n. 1, p. 1, 27 de maio de 1933) pois “para a imensa maioria a democracia ainda não faliu. É exposto, ainda, que “os ‘duce’ e os ‘führer’” (*O Homem Livre*, São Paulo, ano.1, n. 1, p. 1, 27 de maio de 1933) logo o reclamariam o direito divino para o retorno das “fogueiras da inquisição, o predomínio de castas privilegiadas e a reescravização dos oprimidos” (*O Homem Livre*, São Paulo, ano.1, n. 1, p. 1, 27 de maio de 1933). Em outro espaço, retornam as comparações com o período medieval, associando o aspecto antiintelectual que se exprimiu na queimada de “20 mil livros pelos fascistas alemães” por um “auto de fê” (*O Homem Livre*, São Paulo, ano.1, n. 1, p. 3, 27 de maio de 1933). Dessa maneira, fica explícito o objetivo do movimento, que é o combate do principal inimigo daquela época e suas expressões, o fascismo. O programa de ações do jornal, como do antifascismo em geral, era especificamente lutar pela defesa dos ideais democráticos frente à repressão fascista,

³¹ José Perez foi um militante político brasileiro atuante no movimento operário e em organizações comunistas durante as primeiras décadas do século XX, engajado na luta por direitos trabalhistas e contra regimes autoritários.

³² Geraldo Ferraz foi um jornalista, escritor e militante político brasileiro, ativo no debate intelectual e na resistência a regimes autoritários durante o século XX.

que enxergavam como reação da elite contra o povo – imbuído do fervor revolucionário. Em tom satírico, quando não tragicômico, expõem os integralistas dizendo que “dos camisas vermelhas de Garibaldi aos camisas azeitonas de Plínio Salgado, o camisismo está descendo degrau em degrau” (*O Homem Livre*, São Paulo, ano.1, n. 2, p. 4, 3 de junho de 1933) e “se continuarmos com esse ritmo” (*O Homem Livre*, São Paulo, ano.1, n. 2, p. 4, 3 de junho de 1933), terá de ser jogado fora a “camisa, cueca, bota, emblema, todo o seu arsenal de mistificação carnavalesco” (*O Homem Livre*, São Paulo, ano.1, n. 2, p. 4, 3 de junho de 1933) para revelar sua “verdadeira essência de monstro sanguinário” (*O Homem Livre*, São Paulo, ano.1, n. 2, p. 4, 3 de junho de 1933).

De acordo com Castro (2005), três abordagens de escrita combativa eram adotadas no jornal. Primeiro, a exposição da falsidade nas promessas no discurso fascista e as impossibilidades das metas prometidas. Em segundo, a veia do humor, que destruía à altura o simbolismo dos doutrinadores e líderes fascistas, que se arrodeavam de uma aura pomposa de autoridade, organização e infalibilidade. Por fim, firma o fascismo como movimento reacionário e obscurantista, de ideologia medieval, inimigo de todos os valores da democracia e da civilização ocidental, como a liberdade e a humanidade. O periódico foi o principal instrumento de ação política e maior veiculador de propaganda antifascista da FUA, constituído pela intelectualidade paulista e carioca, que congregava expoentes progressistas e antifascistas de várias tendências políticas.

Passando sobre os números do periódico, é visto que o jornal manteve-se fiel aos aportes científicos em diversas áreas do conhecimento, a depender do assunto, como visto na matéria de subtítulo “A Definição da Espécie” (*O Homem Livre*, São Paulo, ano.1, n. 3, p. 4, 10 de junho de 1933), abaixo do título “BIOLOGIA” (*O Homem Livre*, São Paulo, ano.1, n. 3, p. 4, 10 de junho de 1933). Pontualmente, o jornal expôs falhas teóricas e pretensões demagógicas imorais do fascismo e do nacional-socialismo, criticou a precariedade das condições econômicas e trabalhistas, compartilhou outras situações internacionais e até mesmo ensaios sobre temas relativos à posição do feminino na doutrina fascista, como o título “A mulher alemã como profissional da maternidade e do amor conjugal, segundo o plano da ‘pátria nova’” (*O Homem Livre*, São Paulo, ano.1, n. 5, p. 2, 24 de junho de 1933). Os métodos e abordagens dos mesmos assuntos eram plurais e ressaltavam o culto da ignorância no modelo fascista. Em constância, todos os exemplares levaram colunas que abarcavam tópicos culturais e populares, como a música, o cinema, o teatro e o futebol.

De acordo com Castro (1999), como o periódico era hegemonizado por trotskistas, que conheciam muito bem o PCB e sua importância para a luta antifascista, além do combate

propagandístico contra o fascismo em geral e os integralistas em particular, também combatiam a posição da Internacional Comunista e do PCB de não se preocupar em lutar diretamente contra os fascistas. É interessante notar que apesar da preocupação dos redatores e editores em desqualificar o fascismo e o arremedo de fascismo no Brasil, o integralismo, sempre procura fazê-lo recorrendo a argumentos “racionais” e político-ideológicos. Como expõe Castro (2005):

O programa de *O Homem Livre* é lutar pelos ideais democráticos, contra o fascismo. Essa defesa dos ideais democráticos – progressistas – em contraposição ao fascismo – reacionário – estará presente explícita ou implicitamente em todos os editoriais subsequentes. (*O Homem Livre*, São Paulo, ano.1, n.1, p.1, 27 de maio de 1933, vide Castro, 2005, p.71).

Ressaltando o caráter de resistência contra o avanço fascista, outro feito de grande importância a esse antifascismo aconteceu no dia 7 de outubro de 1934, a Batalha da Praça da Sé, como ficou conhecida. Nesse dia, era comemorado anualmente pelos integralistas o aniversário do Manifesto Integralista, redigido por Plínio Salgado em 1932 que através desse, lança as bases da Ação Integralista Brasileira. Tomando conhecimento do planejamento, os antifascistas organizaram uma contramanifestação ao ato. Semanas antes do evento, as esquerdas organizaram uma contramanifestação antiintegralista que, através de reuniões, contaram com novas adesões à ação unificada antifascista. É relatado que nessas reuniões, os atritos divergentes ficaram evidentes pela troca de insultos, principalmente entre os *trotskistas* e os *stalinistas*. Apesar disso, as reuniões surtiram o efeito esperado (Castro, 1999).

No dia anterior do ocorrido, as esquerdas fizeram a varredura do local e combinaram seus postos (Abramo, 1984, p. 3-65 apud Castro, 2005, p. 65). Já no dia em questão, os integralistas começaram a se concentrar nas escadarias da Catedral da Sé (região central da cidade de São Paulo), portando bandeiras com o sigma, entoando hinos e “Anauês”³³. A esquerda antifascista, posicionada, dirigiu insultos ao grupo contestado até que a confusão se generalize através dos socos, chutes e disparos. Após as vias de fato, os integralistas conseguiram se reagrupar na escadaria e por volta das 13 e 15 horas da tarde, quando a infantaria da Força Pública começa a se organizar na praça para dar fim aos possíveis tumultos, inclusive montando uma metralhadora sob tripés que em certa altura, foi descarregada. As esquerdas não sabiam da possível acidentalidade dos disparos, pois para elas os tiros estavam partindo dos integralistas, o que incitou a reação antifascista (Castro, 1999).

Com o prolongamento dos atritos, o combate se estendeu até o Largo São Francisco, onde os integralistas foram definitivamente derrotados. O resultado final dessa aventura foi a morte de dois agentes policiais, um guarda civil, três integralistas, um guarda civil, um

³³ Saudação indígena absorvida pelo movimento Integralista.

estudante antifascista, trinta feridos gravemente e uma centena de contundidos. Posteriormente, a polícia iniciou uma árdua repressão às esquerdas (Castro, 1999, 2002).

A FUA (Frente Única Antifascista) foi um marco na luta contra o fascismo, unindo diversos setores da sociedade em um esforço coletivo de resistência. Destacou-se pela força de sua articulação e pelo impulso à conscientização política, mas o processo político do segundo semestre de 1934 marcou seu enfraquecimento e abriu caminho para a formação da ANL (Aliança Nacional Libertadora). A *Batalha da Praça da Sé* simbolizou um breve renascimento, resolvendo um confronto aguardado há tempos, mas, após esse episódio, a FUA perdeu parte de seu propósito. Paralelamente, o Comitê Antiguerreiro do PCB, que propunha uma *frente única pela base* contra a guerra, a reação e, subsidiariamente, o fascismo, também se esgotou (Castro, 2002). Enquanto o fascismo avançava na Europa, a Internacional Comunista sinalizava a possibilidade de alianças com outras forças políticas. No Brasil, a nova ordem constitucional, a repressão política e sindical, a intensificação das tensões e a ameaça representada pela AIB configuravam um novo cenário, que impulsionou a criação de uma frente mais ampla. A ANL, então, surge como necessidade de um movimento maior, incorporando boa parte da experiência prática e das contribuições teóricas da FUA, embora o antifascismo tenha se tornado uma pauta diluída e secundária.

1.3. O ANTIFASCISMO NA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA (ANL)

Nesse período, a ascensão de Adolf Hitler (1889-1945) ao poder na Alemanha surpreendeu a esquerda internacional, forçando a U.R.S.S. (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) a realizar uma autocrítica no *VII Congresso da Internacional Comunista* (1935), em relação às limitações de sua estratégia defensiva. Antecipando essa mudança, organizações de esquerda ligadas ao território italiano, como o PCI e o PSI, já haviam criado frentes proletárias em 1934. No Brasil, a criação da ANL (Aliança Nacional Libertadora) meses antes desse Congresso, com a participação ativa dos pecebistas e a aceitação da IC, teve grande impacto. No entanto, apesar de seu porte, a ANL derivou de uma análise que superestimou o contexto revolucionário do país em março de 1935. Durante sua curta legalidade, de março a julho de 1935, a ANL foi responsável por grande parte da ação antifascista brasileira, que já vinha sendo construída pela FUA, antes de ser *duramente golpeada* por Vargas. Embora a participação italiana tenha sido menos expressiva, diversas reuniões ocorreram na Lega Lombarda (Bertonha, 1999). A experiência da ANL, assim, englobou o antifascismo de forma abrangente, acolhendo desde as manifestações italianas até a consolidada ação antifascista do movimento da FUA, mas diluiu seu foco puramente antifascista e preservando sua leitura do fenômeno, frente a ambições maiores.

No *VII Congresso da Internacional Comunista*, foram discutidas as estratégias que os partidos comunistas latino-americanos deveriam aderir frente o crescimento fascista, destacando duas posições polarizadas: uma que defendia a insurreição armada, e outra que defendia a constituição de frentes populares. Diante do entroncamento, o meio termo foi estabelecido conforme com a leitura da situação de cada país, cabendo por exemplo as frentes populares ao Chile, mas ao Brasil, a insurreição armada. As teses definidas para os países “coloniais” tiveram seu fundamento teórico na ideia de que o capitalismo havia atingido uma nova fase, onde havia adotado uma atitude mais hostil em relação a U.R.S.S. Em voga, a IC declarava que os ataques do capitalismo como a exploração desumana, o desemprego, a política de devastação das organizações operárias, o terror fascista eram frutos de uma crise do capitalismo e deveria ser respondida a altura (Costa, 2015).

Desde 1927, o PCB procurava se aproximar de Luís Carlos Prestes, e, durante a *I Conferência Latino-Americana dos Partidos Comunistas* (1929) na Argentina, alguns militantes foram até a referida figura, até então exilada na Bolívia, para convidá-la a se candidatar à presidência com o apoio de uma frente única entre o PCB e a Coluna Prestes – expressando a união entre o setor proletário e outro pequeno-burguês –, porém, a proposta foi recusada (Both, 2012). Contudo, no ano seguinte, Prestes mudou-se para a U.R.S.S., onde se

dedicou a estudos marxistas-leninistas e trabalhou como engenheiro. Em seu retorno, obedecendo a ordens superiores, o militar retornou para integrar o conjunto de lideranças da ANL, fato que não agradou a todos, visto que em seu retorno vigorava a interpretação do VI Congresso, onde todos os setores burgueses eram tidos como ameaças de desvio à direita, inclusive o exército brasileiro.

Com a aceitação de todos os setores da sociedade para a formação de uma frente popular, rememorada como uma das grandes experiências de esquerda no país, a ANL foi um movimento de grandes dimensões em escopo nacional do qual participaram socialistas, comunistas, católicos, tenentes e democratas, unidos em torno da luta a favor da soberania nacional, contra o imperialismo, os latifúndios, as leis de opressão às liberdades democráticas e também as expressões fascistas. Em sua formação, diversos agentes contribuíram na configuração de seus propósitos e formatação, contudo, após a queda na ilegalidade, o PCB se destaca na liderança devido a sua experiência de atuação política nessas condições.

Sendo assim, muitos jornais de tendência comunista serviram como instrumento ideológico de comunicação para esse projeto e para a investigação de como foi reconfigurada a corrente antifascista dentro desse conluio contra as forças da direita, será analisado o conteúdo das páginas do *A Classe Operária* durante o ano de 1935. O periódico publicou pela primeira em 1925 e sua trajetória até o período referido enfrentou idas e vindas entre a legalidade e a clandestinidade. Após três meses de sua fundação, suas atividades foram encerradas devido às perseguições do governo, retornou em 1927 quando o PCB organizou o Bloco Operário Camponês e teve seu relançamento no dia 1 de maio de 1928 até sua sede ser invadida e depredada em virtude da pressão do governo de Washington Luís. A partir de 1930, o periódico retorna à cena de maneira ilegal e irregular, distribuídos de maneira camuflada em caixotes cobertos por laranjas (Ferreira, 2013).

Fiéis ao alinhamento político, o fascismo é atrelado à leitura do capital. O fascismo é interpretado e comunicado como uma fase da crise que através da demagogia, destrói as conquistas sociais, trabalhistas e consolida o domínio da classe patronal. Em matéria de título, *As provocações do fascismo contra a União Soviética* (*A Classe Operária*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 175, p. 6, 16 de março de 1935), os comunistas noticiaram as ofensivas fascistas em território soviético, porém, o ponto a ser ressaltado é a categorização do fascismo como o “cão de fila do capitalismo” (*A Classe Operária*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 175, p. 6, 16 de março de 1935), “treinado em provocações, ciladas, mentiras, planos diabólicos e terroristas” (*A Classe Operária*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 175, p. 6, 16 de março de 1935). Durante o mesmo

ano, as páginas do jornal fazem constantes apelos aos trabalhadores acerca da “Lei Monstro”³⁴, denunciando a crescente autoritária do Governo Vargas que através dessa, acirrou o domínio sobre o povo e as condições que o país enfrentava. Quanto ao movimento integralista, é relatado no número seguinte que um pequeno número de integralistas, referidos como *lacaio*s do *credo capitalista*, tinha sido avistado fazendo propagandas sobre o Integralismo pelas ruas de Parnaíba/PI. A tentativa, por esses, de organizar uma reunião no Centro Católico foi barrada por uma contramanifestação de esquerda, relatada pelo jornal dizendo que no embate, “os fascistas fugiram até pelos telhados” (*A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 176, p. 2, 23 de março de 1935). A resistência da contramanifestação se repetiu, não com as mesmas proporções da Praça da Sé, mas fiel à linha de ação direita que marca a atuação antifascista.

Posteriormente, na matéria “*Deus, pátria e família*” e *Pão, Terra e Liberdade* (*A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 178, p. 3, 10 de abril de 1935), os comunistas contrapõem o tradicional lema fascista com seus ideais, propostas e objetivos. Afirmaram que o patriotismo reclamado pelos *plinianos* era vazio, pois “judeus, *yankes*, franceses, alemães, japoneses e ingleses” (*A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 178, p. 3, 10 de abril de 1935) influíam no território através do “capitalismo dominante” (*A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 178, p. 3, 10 de abril de 1935) e eram apoiados pelo grupo. O fanatismo religioso foi rebatido por críticas morais, dizendo que as palavras de ordem serviam para que as massas trabalhadoras sofram com a fome, com as perseguições e se deixem explorar mansamente, para que assim, a situação permaneça confortável aos chefes integralistas, aos patrões e ao “Deus que eles idealizam como entidade que se conforma como exploração, misérias e safadezas” (*A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 178, p. 3, 10 de abril de 1935). Os comunistas do jornal, como também Vasconcelos (1979), enxergavam que o discurso integralista promovia a sobreposição do espírito sobre o corpo, reforçando as trajetórias em ótica ascética cristã. Nas palavras do jornal, caso o trabalhador se deixe explorar, “depois que morrerem vão “diretinho para o céu” (*A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 178, p. 3, 10 de abril de 1935). Quanto a família, a matéria defendem em tom apelativo que a miséria – crítica à crise econômica – promoveria a “prostituição das filhas dos trabalhadores” (*A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 178, p. 3, 10 de abril de 1935), que seriam “aproveitadas pelos filhos dos patrões” (*A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 178, p. 3, 10 de abril de 1935). Além disso, alegam que existiriam dois tipos de família, a *nossa*, trabalhadora, e a outra burguesa, uma minoria privilegiada – fazendeiros, capitalistas nacionais e estrangeiros - que esbanjava “*luxo e orgias*” (*A Classe Operária*, Rio

³⁴ Lei n. 38, de 04 de abril de 1935, “Art. 12. Divulgar, por escripto, ou em público, noticias falsas sabendo ou devendo saber que o são, e que possam gerar na população desassossego ou temor.”.

de Janeiro, n. 178, p. 3, 10 de abril de 1935). A cada elemento citado, contrapunham com seu lema, argumentando que defendem a pátria de uma maneira diferente em contraposição, “Com pão, nós teremos família [...] Com terra, nós teremos pátria [...] Com liberdade, teremos o Deus e a religião que quisermos” (*A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 178, p. 3, 10 de abril de 1935).

O antifascismo no período de predominância da ANL, apesar de sua inegável existência, dividia espaço com outras pautas que iam além da resistência democrática. Em memória à Revolução Vermelha (1917) e instrução da Internacional Comunista, o lema transforma “todo o poder aos soviets” em “todo o poder à Aliança Nacional Libertadora” (Both, 2012, p.332). O movimento, posto em ilegalidade, planejou um levante popular revolucionário com a população, ativistas e militares sob influência de Prestes, porém, de maneira dificultosa por conta da dificuldade de contato com seus membros que causava a condição de ilegalidade. De junho a novembro de 1935, aconteceram os preparativos para o levante, porém só aconteceram em alguns pontos do território nacional.

De maneira emblemática, Natal/RN foi a primeira capital a fazer um levante e expulsar as autoridades estaduais e locais, declarando o Estado nas mãos dos rebeldes sob liderança de Giocondo Alves Dias, cabo do 21º Batalhão e Caçadores de Natal. Como descreve Both (2012), o quadro político do Rio Grande do Norte assistia disputas entre as elites e o poder central, além de greves e manifestações da população insatisfeita. Diante disso, o PCB baixa uma resolução para o nordeste, que, em caso de desmobilização em massa nos quartéis, deveria dar-se o início do processo revolucionário. além dos levantes antifascistas que fragmentavam as forças armadas, abrindo espaço para atuação do levante armado que teve êxito ao destituir o conjunto de autoridades e implantar, no dia 24, de novembro de 1935, o Comitê Popular Revolucionário. Ao passar a notícia da rendição via rádio para Recife, o comunicado caiu nas mãos de Gregório Bezerra, simpatizante da ANL e irmão de José Bezerra, membro do Comando Revolucionário. Nesse mês de novembro, Recife/PE havia enfrentado greves por parte dos ferroviários, do setor de transportes terrestres e outros mais, enviando tropas para que reprimissem as agitações. Aproveitando o contexto, o Comando Revolucionário de Recife deflagra a revolução no mesmo dia de domingo, mas devido à massa insuficiente de soldados, em 24 horas os revoltosos foram contidos, presos e muitos fuzilados. O Rio de Janeiro, último a deflagrar a revolução, empreendeu sua tentativa no dia 27 de novembro sob a liderança do capitão Agildo Barata Ribeiro, teve início no 3º Regimento de Infantaria na Praia Vermelha e na Escola de Aviação no Campo dos Afonsos, mas é destacado que as tropas foram dissolvidas ainda dentro dos

quartéis (Both, 2012). O governo revolucionário de Natal durou quatro dias, porém, devido ao insucesso das outras, não conseguiu se manter.

Ao analisar a leitura da experiência revolucionária no Brasil, é de reflexo imediato a percepção que o antifascismo não foi pauta prioritária, existindo em segundo plano. O fulgor tenentista foi resgatado ao desembarcar no Brasil sua liderança, que alinhando uma fração das forças militares aos direcionamentos da U.R.S.S., empolgou diversos elementos antifascistas com a aventura revolucionária militarista. A ANL, como certamente utilizou bases construídas pela FUA, que por sua vez havia aproveitado elementos do antifascismo italiano, mas esgarçou o escopo de atuação com a maior frente única do país, que apesar da proporção, não colheu os frutos desejados. No ano seguinte, o governo se encarregou de perseguir, prender e fuzilar os comunistas de todo o Brasil. O ensejo da quartelada militar foi aproveitado por Getúlio Vargas como pretexto na construção do Plano Cohen (1937), que serviu como justificativa para a imposição da ditadura estadonovista.

1.4. O CÍRCULO ANTIFASCISTA DO CONDE SFORZA

Com o contexto político forçadamente limitado na década de 1940, poucas manifestações políticas de ordem contrária aconteceram durante o Estado Novo de Getúlio Vargas – até mesmo a AIB, de mesmo alinhamento, foi diluída frente ao centralismo –, pelo menos de maneira explícita. O período ditatorial foi regime centralizado, com fortes características de controle estatal, autoritarismo e corporativismo – em clara inspiração fascista³⁵ –, com o objetivo de criar uma nação unificada sob um governo forte e disciplinado, com certo apoio dos militares e setores da elite. No entanto, com o posicionamento do governo brasileiro, um novo panorama se apresentou ao grupo e deu margem para outro período de atividades antifascistas. A partir de 1942, Vargas decide se aliar aos Aliados (Reino Unido, União Soviética e Estados Unidos) contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Bertonha (1999) explica que essa mudança de alinhamento não foi uma ruptura radical com os princípios autoritários de Vargas, mas uma estratégia de realinhamento pragmático diante da nova dinâmica internacional, buscando um local privilegiado no contexto do pós-guerra (1945).

No contexto mundial, o antifascismo de predominância comunista perdeu forças com o pacto Nazi-Soviético (1939)³⁶ e a consequente retirada do PCI, obediente às ordens da Internacional, da luta antifascista. Esse acordo foi fator gatilho para os socialistas que toleravam, forçadamente, a aliança comunista e através disso, puderam alimentar um anticomunismo baseado no combate ao totalitarismo. Com a invasão da França pela Alemanha em 1940, a central de operações internacional do antifascismo foi dissolvida – que coordenava e articulava os núcleos antifascistas italianos por vários países e continentes – e seus líderes foram deportados para a Itália, se uniram à Resistência Francesa ou fugiram, para Suíça – onde reconstruíram algumas bases do PSI – e especialmente, para os Estados Unidos, onde a nova base central de operações do antifascismo italiano foi reestruturada.

Em território norte-americano, a organização de maior destaque foi a Mazzini Society, criada em 1939 por iniciativa do famoso intelectual antifascista Gaetano Salvemini e outros intelectuais italianos refugiados nos E.U.A., como Max Ascoli. Com a chegada de outros líderes intelectuais e políticos italianos, a organização sofre alterações em seus modestos objetivos

³⁵ A Carta del Lavoro (Carta do Trabalho) foi uma legislação fundamental no regime fascista italiano, estabelecida por Benito Mussolini em 1927, que regulava as relações de trabalho e consolidava o corporativismo como modelo de organização social e econômica, onde o Estado controlava e intermediava as relações entre patrões e empregados. Getúlio Vargas absorveu a essência do documento quando implantou seu regime ditatorial. Em apêndice, vale a nota de que corporativismo não é sinônimo de fascismo ou inspiração fascista.

³⁶ Formalmente conhecido como o Pacto Molotov-Ribbentrop, foi um acordo de não agressão assinado entre a Alemanha nazista e a União Soviética, no qual ambos se comprometiam a não atacar um ao outro e a dividir a Polônia e outras áreas da Europa Central e Oriental. Este pacto permitiu a Hitler concentrar forças no Oeste, enquanto Stalin garantiu um período de segurança antes do eventual ataque alemão em 1941.

iniciais, especialmente pela ação de um iminente refugiado, o Conde Sforza (1872-1952). Até 1939, essa figura ocupou um papel secundário no antifascista com sua atividade cultural e jornalística, mas que incomodava o regime³⁷. Com a reviravolta do mundo antifascista, porém, o Conde concebeu a ideia de que, por sua experiência diplomática e ausência de vínculos partidários, seria o líder ideal para o novo antifascismo. Sendo assim, no EUA, assumiu o controle da Mazzini Society e alterou seu caráter intelectual, transformando-a em uma força de pressão política e conquista de massa. Nessa perspectiva, os objetivos centrais da instituição foram a criação de um governo italiano no exílio, sob a liderança de Sforza, que deveria ser reconhecido pelos Aliados e tornar-se capaz de influenciar tanto a política anglo-americana para a Itália quanto a vida política italiana do pós-guerra.

Dentre os meios para alcançar os objetivos – que também contemplavam a proposta de criação de uma legião a ser enviada aos campos de batalha –, estava a necessidade de alcançar o apoio da massa os ítalo-americana. Contudo, nem mesmo com propostas de perdão a velhos fascistas o antifascismo conseguiu uma adesão significativa e inclusive, conquistaram a aversão de anarquistas críticos à essa atitude – fator que enfraqueceu a organização. A insucesso de formar uma base sólida nos E.U.A. foi fatal para a organização de uma rede antifascista internacional, que não tinha como realizar pressão sobre o governo americano e via, pelo contrário, os velhos fascistas se rearticulando e retomando seus laços e sua influência sobre o Governo Roosevelt (1933-1945). A incapacidade forjou a percepções dos Aliados quanto ao antifascismo, que passaram a ignorar suas propostas. A *Mazzini Society* decaiu até seu fim em 1946, enquanto outras associações antifascistas, como a *Alleanza Garibaldi*, pregavam no vazio e tiveram poucos resultados em suas tentativas de influir nas políticas que almejavam (Bertonha, 1999).

Nesse período, os objetivos dos antifascistas que haviam conseguido permanecer no Brasil após as penalizações do levante armado de 1935 não diferiam muito, em essência, dos objetivos anteriores, mas adaptados a uma nova realidade e vinculados à matriz estadunidense. De acordo com Bertonha (1999, p.127), os objetivos passavam pela “necessidade de neutralizar a influência fascista sobre a colônia italiana, representar e defender os interesses italianos no Brasil, promover a causa aliada e tentar influenciar a formação da Itália pós-fascismo, prestar solidariedade ao Brasil e aos aliados e etc.”. Dessa maneira, as atividades voltaram a solicitar apoio da coletividade italiana através de boletins noticiosos, cerimônias públicas, banquetes e apesar das restrições, a divulgação de um antifascismo – até onde os limites permitiam. Com

³⁷ Sforza foi um dos poucos membros influentes do *staff* diplomático italiano e dos liberais a negar o fascismo desde o início. Vide Bertonha (1999).

visibilidade ostentatória, um episódio se destaca, a doação de um avião chamado Itália Livre, para a luta brasileira contra o Eixo, simbolizando a amizade italiana – um esforço para destronar a visibilidade fascista desse posicionamento amistoso.

Enquanto isso, os fascistas procuravam não ferir a neutralidade brasileira e agiam sobre defesa dos interesses da Itália e sua propaganda no Brasil, distribuindo boletins de guerra e distintivos do Eixo, conclamando boicote de produtos aliados e promovendo cerimônias, como filmes e subscrições. Contra o antifascismo, os adeptos do fascismo agiram com agressividade ao retorno, protagonizando cartas e telefonemas ameaçadores.

Já os antifascistas, que esperavam o firme apoio do governo brasileiro, foram mal-recebidos pelo ideário fascista enraizado também nos governantes, que enfrentavam o Eixo por questões diplomáticas. As poucas expressões do antifascismo registradas só foram possíveis, dentro de um contexto de liberdades políticas limitadas, porque com muita cautela e moderação se valeram da aliança do Brasil com os aliados. Porém, no mesmo ritmo em que leis contra manifestações fascistas foram aprovadas, o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) também atirou as associações da *Italia Libera* em ilegalidade até o seu fim, sendo que a justificativa se apoiava nas leis de 1942, onde qualquer atividade e manifestação política estrangeira deveria ser proibida. Como mostra a observação de um delegado do DOPS em relação aos antifascistas, não valeria a pena o apoio governamental a uma organização sem força e representatividade (Bertonha, 1999).

O início da guerra, gerida pelas maiores instancias institucionais do Estado abalou o movimento antifascista global por sobrepor às manifestações políticas populares o fronte de guerra. No Brasil, antes do início do segundo grande conflito mundial, o lançamento do Plano Cohen para a implementação do Estado Novo já havia sufocado o campo ativista de esquerda após a tentativa insurrecional da ANL, deixando a atuação antifascista nas mãos dos militantes italianos, que buscavam o reconhecimento dos Aliados. Após o desfecho da Segunda Guerra Mundial, as esquerdas brasileiras tiveram grandes avanços na política institucional, até que em 1964 a Ditadura Militar fechou novamente as liberdades políticas. Esse fechamento político, consolidado com o golpe de 1937, implicou na supressão das liberdades civis, na dissolução dos partidos, no controle absoluto dos meios de comunicação, na repressão direta a movimentos sindicais e populares e na perseguição sistemática aos militantes comunistas, socialistas, anarquistas e demais dissidentes, sob a justificativa de combater uma suposta ameaça comunista forjada pelo próprio Estado. O fascismo e o antifascismo atuaram compondo as narrativas políticas do contexto, servindo como medidor moral na disputa entre as ideologias da Guerra Fria (1945-1992) – capitalismo e comunismo.

Ao investigar o movimento antifascista no Brasil durante a primeira metade do século XX, foi possível identificar suas múltiplas camadas, origens e forças motrizes. A análise revelou a complexidade desse movimento, que reuniu comunistas, socialistas e outros setores progressistas e libertários em oposição não apenas ao fascismo europeu, mas também às expressões autoritárias e reacionárias no Brasil, como o Integralismo e o Estado Novo. A atuação dos antifascistas ocorreu por meio de diferentes frentes, cuja composição variou conforme o período e a liderança política do momento.

Apesar das divergências ideológicas internas e dos desafios enfrentados, as alianças políticas construídas ao longo desse período demonstram a importância da articulação entre forças progressistas. Embora não tenham alcançado o devido reconhecimento e sucesso em suas propostas, a presença e atuação dos antifascistas desempenharam um papel fundamental na resistência democrática no Brasil. Ao longo de sua trajetória, o antifascismo buscou acompanhar a expansão do fascismo, adaptando suas estratégias e mobilizações para a formulação de uma resposta à altura.

2. O ANTIFASCISMO DO SÉCULO XXI

Sendo um movimento de resistência, o antifascismo tende a emergir em contextos políticos marcados por instabilidade e polarização, o que torna sua análise historicamente complexa. No Brasil, essa complexidade é ainda mais acentuada, uma vez que o movimento antifascista contemporâneo ressurgiu inicialmente em pequenas expressões populares, em um momento de reestruturação política do país, sem espaço na grande mídia e com um protagonismo significativo do movimento anarquista – que preza pelo anonimato. Esse fator dificultou o acesso a fontes primárias, especialmente porque, com a popularização da internet, fóruns anarquistas priorizaram a segurança digital, evitando registros que poderiam, hoje, servir como importantes fontes historiográficas. O campo de estudos sobre a história do movimento ANTIFA no Brasil ainda se encontra em desenvolvimento, não possuindo a mesma consolidação historiográfica do antifascismo do século XX, uma vez que se trata de um fenômeno relativamente recente, que a pouco tempo passou a atrair maior atenção acadêmica e midiática. Dessa maneira, esse capítulo busca assentar a base histórica necessária para a compreensão dos elementos a serem analisados posteriormente, calcando suas observações sobre o movimento ANTIFA em território brasileiro, contra o que lutavam seus agentes, o que pretendiam e suas flutuações no tempo.

Ao contrário do antifascismo histórico, o movimento ANTIFA do século XXI não emergiu como resposta a uma ascensão súbita e estruturalmente consolidada de um regime fascista, mas sim como reação à o que eles entendem como expressões remanescentes ou reelaboradas dessa ideologia, que persistiram apesar do repúdio global ao fascismo após a Segunda Guerra Mundial. Ainda que a derrota militar dos regimes totalitários tenha provocado sua rejeição generalizada, o fascismo continuou a habitar mente e alma de seus seguidores mais fiéis, encontrando espaço em manifestações isoladas pela Europa, como os grupos organizados em torno de Oswald Mosley (1896-1980) na Grã-Bretanha (Bray, 2020). Ao longo das décadas seguintes, essas ideologias excludentes e xenófobas buscaram aceitação pública, sobretudo com o crescimento dos Frontes Nacionais na Europa dos anos 1970, impulsionados pela radicalização no conceito de nacionalidade diante do aumento dos fluxos migratórios. Paralelamente, alas mais radicais e violentas desse espectro ideológico encontraram na cultura punk um campo social para expressar discursos políticos racistas e xenófobos. O aumento dessas manifestações resultou expansão de sua influência para além da Europa, alcançando também a América. A resposta antifascista a esse processo ocorreu de maneira orgânica, por meio da formação de coletivos e redes de resistência. Exemplos notórios incluem o movimento

RAR (Rock Against Racism) e o SWP (Social Workers Party) na Grã-Bretanha, que combateram tanto a violência de skinheads supremacistas quanto as políticas anti-imigração, e a ARA (Ação Antirracista) nos Estados Unidos, que coordenou uma militância ativa em mais de 200 localidades contra grupos neonazistas inspirados pela banda Skrewdriver³⁸ (Bray, 2020; Knouff, 2017).

De acordo com Mark Bray (2020), um avanço significativo das expressões antifascistas aconteceu após a queda do Muro de Berlim em 1989 e a vitória do modelo capitalista, contexto no qual embates entre neonazistas e antifascistas proliferaram, especialmente na Alemanha e no restante da Europa. Nesse cenário, coletivos antifascistas alemães se inspiraram no modelo autonomista italiano, que rejeitava as estruturas tradicionais da esquerda, levando à consolidação de grupos como a AFA (Antifaschistische Aktion) – possui a raiz de sua primeira edição em grupos de resistência que atuavam contra o nazismo na Alemanha –, que expandiram sua atuação para além do continente europeu. A partir dos anos 1970, as manifestações antifascistas passaram a ter forte predominância anarquista, consolidando-se especialmente no campo cultural do punk. No entanto, à medida que a extrema direita conquistava hegemonia em diversos sistemas políticos ocidentais, o movimento ANTIFA expandiu sua rede de atuação através do autonomismo, incorporando outras vertentes políticas e ampliando suas estratégias de resistência.

Atualmente, à primeira vista, a existência dos grupos antifascistas que compõem o movimento ANTIFA e se dedicam ao combate do fascismo pode parecer um delírio anacrônico inconcebível. No entanto, essa percepção desconsidera a natureza e os objetivos desse movimento. Como visto, o movimento ANTIFA não se fundamenta na ideia de que existam, nos dias de hoje, regimes políticos que repliquem integralmente as estruturas do fascismo enquanto fenômeno histórico. Seu propósito não é enfrentar um fascismo institucionalizado nos moldes daquele período, mas sim combater expressões contemporâneas que guardam, segundo eles, semelhanças ideológicas com essa doutrina e tem origem de contatos diretos com os neofascismos. Assim, o movimento não representa a continuidade das estruturas históricas do antifascismo, mas a persistência de um posicionamento contrário à opressão e à violência sistêmica, denunciando e confrontando manifestações políticas autoritárias, expansionistas e agressivas.

O movimento ANTIFA do século XXI no Brasil, assim como seu predecessor histórico, seguiu dinâmicas globais e foi impulsionado por motivações locais, especialmente diante da

³⁸ Skrewdriver foi uma banda britânica de punk rock formada nos anos 1970 que, a partir da década de 1980, tornou-se símbolo do movimento white power, promovendo abertamente ideologias neonazistas e racistas em suas letras e performances.

disseminação de grupos skinheads *White Power* no país. Com o fim da Ditadura Militar (1964-1985) e a reabertura política, a cena punk emergiu nas grandes metrópoles, dando origem a grupos como os *Carecas do ABC* e os *Carecas do Subúrbio* em São Paulo/SP. Enquanto setores da esquerda institucional se voltavam para a disputa do espaço político no novo regime democrático, os enfrentamentos diretos contra a violência dos skinheads foram travados, sobretudo, pelos anarco-punks, que estabeleceram as primeiras conexões com redes antifascistas internacionais, como a ARA (Ação Antirracista). Frente ao avanço dessa ameaça, além dos combates em confronto direto, os antifascistas do segmento anarco-punk e buscaram se articular com outros movimentos sociais através dos vínculos de solidariedade promovidos pelo autonomismo, resultando em iniciativas como as *Jornadas Antifascistas* a partir dos anos 2000.

O autonomismo foi a forma de organização escolhida pelo movimento ANTIFA devido à sua estrutura descentralizada, à ênfase na ação direta e à rejeição à institucionalização política. Surgido na Itália nos anos 1960, essa modalidade serviu como uma alternativa às formas tradicionais de organização da esquerda, priorizando a autogestão e a autonomia local dos grupos militantes (Negri, 1979). No contexto do ANTIFA, essa abordagem permitiu maior flexibilidade e adaptabilidade na luta contra a extrema direita, sem depender de partidos políticos ou do Estado para sua atuação (Bray, 2020). O autonomismo, então, pode ser interpretado como o uma rede individualista conectadas por vínculos de solidariedade em ideais libertários e transcendentais, tudo e todos têm ligação, mas ninguém possui amarras, o que impossibilita a generalização. A estrutura organizativa do movimento baseia-se em coletivos autônomos, interligados por redes informais, que compartilham princípios comuns, como o antifascismo e a oposição a todas as formas de opressão. Esse modelo favorece a rápida mobilização em resposta às ameaças da extrema direita, a ausência da rigidez de um movimento verticalizado, favorece a autonomia dos envolvidos e evita discordâncias ideológicas.

O movimento ANTIFA no Brasil foi, desde suas origens, caracterizado pela atuação de ativistas inseridos em coletivos autônomos e redes descentralizadas que, embora inspirados por dinâmicas globais, se organizaram de forma a refletir as especificidades do contexto nacional. Esses ativistas, desvinculados de partidos oficiais e de lideranças tradicionais apoiadas em elites intelectuais, construíram práticas majoritariamente populares e periféricas, fundamentadas na ação direta e em leituras críticas da realidade. A análise dos processos e alianças políticas que moldaram esse movimento permite compreender a organicidade e a evolução de sua luta contra as expressões contemporâneas da extrema direita, revelando como diferentes correntes se articularam para consolidar a pauta antifascista em um campo de ação contínuo.

Em um primeiro período, a partir da metade da década de 1980, é possível identificar as origens dessas articulações no contexto da redemocratização, quando surgiram células neonazistas amparadas por discursos revisionistas e negacionistas, que buscaram se enraizar no tecido social por meio da violência e de uma estética política que reatualizava elementos autoritários do passado. Em contraposição, o anarquismo ressurgiu como uma das primeiras expressões organizadas de resistência, servindo de base para a recepção e consolidação do antifascismo e autonomismo no país. Ao articular redes de movimentos sociais em expansão pelo Brasil, esse campo libertário construiu uma resistência crítica ao Estado e às estruturas hierárquicas. Embora outras organizações antifascistas tenham emergido em diferentes regiões, é possível reconstruir os ânimos e espírito desses que foram os primeiros germes do antifascismo no Brasil por meio das páginas do jornal *Libera... Amore Mio* (1991-), vinculado a um círculo de estudos anarquistas do Rio de Janeiro/RJ. Através desse periódico, é encontrada uma experiência pioneira ao reutilizar o termo “antifascista” em sem nome, o Comitê Pró-Liga Antifascista do Rio Grande do Sul, cuja atuação expressa uma visão de luta baseada na crítica ao nacionalismo, na oposição ao capitalismo e na defesa da autogestão e da solidariedade entre os oprimidos pelos mecanismos estatais.

Em um segundo período, a partir de 2013, que exprime um momento crucial na relação entre as forças antagonistas do antifascismo e do neofascismo, o movimento de resistência buscou um movimento mais organizado, dividindo uma Ação Antifascista que se expressava a nível nacional para sedes regionais. A razão de um novo ritmo foi que, ao mesmo tempo em que o Brasil sediou expressões radicais da esquerda como o *Black Bloc*, também assistiu a ascensão de uma Nova Direita, que guardava contato e influência dos setores mais radicais da direita e fomentou um processo de radicalização política no país. Assim, o antifascismo ganhou motivações maiores, novo ânimo e procurou igualar suas proporções às do inimigo. Diante disso, diversos dos coletivos antifascistas que surgiram eram associados ao campo torcedor do futebol – caso a ser aprofundado no terceiro capítulo. Nesse período transitório, o segundo capítulo reconstrói as nuances do movimento através do CMI (Centro de Mídia Independente)³⁹, fórum online que adotava o modelo de jornalismo cidadão, afirmando que a grande mídia servia a interesses burgueses e não noticiava a realidade dos movimentos sociais e em menor escala, nesse momento, as páginas do *Facebook* da *Ação Antifascista São Paulo*, do *Coringão Antifa* e do *Palmeiras Antifascista*.

³⁹ Até 2017, quando teve de ser restringido, pois o modelo de jornalismo cidadão estava sofrendo ataques de setores radicalizados da direita, que espalhavam conteúdo difamatório e irreal dos movimentos sociais.

Por fim, o último período se estende a partir de 2019, ano que Jair Messias Bolsonaro, político ativo desde a década de 1980 e representante da Nova Direita, é empossado como presidente do Brasil. Diante desse cenário, o movimento antifascista acirrou sua atuação mesmo diante da pandemia do COVID-19, afim de barrar a expansão e aprovação de Bolsonaro e da extrema direita, que protagonizavam diversas polêmicas e uma gestão catastrófica marcada pela crise sanitária. A emergência do antifascismo no espaço público brasileiro, sobretudo a partir de 2020, coincidiu com a radicalização do governo Bolsonaro e a intensificação de conflitos políticos. Essa dinâmica, ao ampliar a visibilidade do movimento antifascista frente a crescente impopularidade do governante, foi absorvido e mesclado ao anti-bolsonarismo pela opinião pública. Com isso, parece razoável dizer que o antifascismo ganhou maior capacidade de mobilização, mesmo em contexto de quarentena, mas que também teve sua coesão ideológica diluída com a adesão de setores de esquerda mais ao centro, ignorando fundamentos anticapitalistas e históricos do antifascismo diante dos inúmeros ataques às instituições democráticas. Para a reconstrução da atuação do movimento ANTIFA nesse período, foram elencadas as páginas nas redes sociais *Instagram* e *Facebook* da *Ação Antifascista São Paulo*, *Coringão Antifa* e *Palmeiras Antifascista*.

Com isso, em geral, o capítulo pretende investigar as nuances do movimento ANTIFA que se estruturou no Brasil no tempo presente, identificando quem são seus agentes, contra o que lutam e como se organizam. Mas como as primeiras manifestações dessa estrutura antifascista começaram na década de 1980, ainda no século XX, o recorte histórico do capítulo partirá de 1985⁴⁰ até presente momento – pois combate as políticas da extrema direita, que se encontram em constante crescimento. A análise buscará compreender as motivações, entraves, estratégias e alianças políticas que moldaram esse movimento e sua atuação no contexto nacional. A compreensão desses elementos permite elucidar a complexidade e a profundidade do ANTIFA, seu impacto nas dinâmicas políticas contemporâneas e a relação que estabelece com a memória histórica do antifascismo.

⁴⁰ Designando o recorte entre “Antifascismo do século XX” e “Antifascismo do século XXI” a fins didáticos e elucidativos – em vista da longa interrupção e independência dessas estruturas.

2.1. CONTRA-CORRENTE: O ANTIFASCISMO NO CÍRCULO ANARQUISTA

Após o fim da ditadura militar em 1985, o Brasil iniciou um processo de redemocratização que, paradoxalmente, abriu espaço para a reorganização de grupos neofascistas e de extrema direita. Embora o regime autoritário não tenha exibido manifestações explícitas de fascismo — em parte por seu alinhamento formal à democracia liberal durante a Guerra Fria —, a transição democrática permitiu que setores radicais encontrassem novas formas de atuação. A ausência de uma justiça de transição efetiva para novos ares democráticos através da distensão tutelada pelos militares e a permanência de estruturas autoritárias no Estado criaram um terreno fértil para o ressurgimento de ideologias extremistas, agora adaptadas ao contexto político do final do século XX. Segundo Odilon Caldeira Neto (2025), nesse cenário, destacaram-se três vertentes principais, o neo-integralismo, o neonazismo e o revisionismo histórico, que, embora distintos em suas estratégias, compartilhavam um imaginário político antiliberal, antidemocrático e frequentemente racista.

O neo-integralismo ressurgiu como uma tentativa de reavivar o legado da AIB (Ação Integralista Brasileira), adaptando-se à nova ordem democrática. Com a morte de Plínio Salgado em 1975, o movimento fragmentou-se entre correntes memorialistas e outras voltadas à reinserção política. Grupos como o MIL-BR (Movimento Integralista e Linearista Brasileiro) buscaram criar uma legenda autoritária, aproximando-se inclusive de skinheads nacionalistas como os Carecas do Subúrbio. No entanto, divergências internas — especialmente em relação à adoção de elementos neonazistas — inviabilizaram uma unificação mais sólida. Paralelamente, o neonazismo brasileiro tomou dois caminhos principais: as tentativas institucionais, como o PNSB (Partido Nacional Socialista Brasileiro), fundado em 1988 por Armando Zanine Júnior, ex-membro da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), e a consolidação de uma cena subterrânea ligada a redes internacionais como o *Blood and Honour*. Esses grupos, embora numericamente restritos, atuavam de forma descentralizada, promovendo violência racial e cultuando uma suposta *herança europeia*, especialmente nas regiões Sul e Sudeste.

Por sua vez, o revisionismo histórico consolidou-se como uma das frentes ideológicas mais eficazes da extrema direita. O negacionismo do Holocausto, difundido no Brasil por Siegfried Ellwanger, autor do livro *Holocausto: Judeu ou Alemão?* (1987), sob o pseudônimo S.E. Castan, foi utilizado não apenas para disseminar antissemitismo, mas também para relativizar consensos históricos sobre regimes autoritários. Apesar de sua condenação pelo STF (Supremo Tribunal Federal) em 2003, que considerou o negacionismo uma prática racista, essas ideias migraram para o meio digital, mesclando-se a teorias conspiratórias e narrativas de guerra

cultural em fóruns. Nesse sentido, a extrema direita contemporânea no Brasil não pode ser reduzida a uma mera herança da ditadura militar, mas deve ser compreendida como um fenômeno complexo, que reelaborou tradições autoritárias locais — como o integralismo — e as articulou com influências globais, como o neonazismo e o negacionismo. Com atuação tanto na esfera institucional quanto em redes subterrâneas de desinformação e ódio, esses movimentos representam desafios significativos à consolidação da democracia brasileira (Neto, 2025).

Nos anos 1980, as elites se dividiram entre defender a renovação da política econômica com a ISI e adotar um programa neoliberal, mas ambas reconheciam que a restauração da democracia era essencial para a estabilidade social e econômica. A campanha pela votação direta em 1983, um movimento popular que mobilizou milhões de brasileiros em manifestações por eleições diretas para a presidência, se tornou um marco na luta pela redemocratização. Embora a proposta de emenda constitucional para as *Diretas Já* tenha sido derrotada no Congresso, o movimento teve um impacto profundo, propiciando o contato das alas progressistas, enfraquecendo o regime militar e desagregando sua base de apoio. Em 1985, Tancredo Neves (1910-1985) foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, mas faleceu antes de tomar posse, sendo sucedido por José Sarney (1930), que assumiu a presidência e iniciou o processo de redemocratização formal. A Nova República⁴¹, que emergiu nesse contexto, garantiu liberdades políticas, mas não atendeu completamente às demandas econômicas da esquerda, como a redistribuição de renda e a nacionalização de setores estratégicos (Fontes, 2010; Saad-Filho; Moraes, 2018). A transição democrática, embora vitoriosa nas questões políticas, deixou de lado mudanças econômicas profundas, resultando em uma renovação política sem redistribuição substancial de poder econômico.

De acordo com Saad-Filho e Moraes (2018), ao longo das décadas de 1980 e 1990, o PT (Partido dos Trabalhadores) se consolidou como a principal força política de esquerda no Brasil, com forte presença em sindicatos e movimentos populares, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra). Apesar das divergências internas entre *moderados* e *radicais*, o partido continuou a ganhar força, especialmente ao se distanciar da política tradicional e ao criticar o neoliberalismo. A postura de oposição aos governos de Tancredo Neves e José Sarney, assim como sua atitude contra a Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988, demonstraram a disposição do PT em não se alinhar com as elites políticas, reforçando seu compromisso com a

⁴¹ Nome dado ao período histórico e político do Brasil que se inicia com o fim da Ditadura Militar (1964-1985) e a redemocratização do país.

transformação social e a defesa dos direitos dos trabalhadores. Contudo, devido ao longo histórico anticomunista no país, a corrente de pensamento permanece forte e ativa durante o período de abertura política, como na matéria do *O Estado de São Paulo* (1875-), “O desfile maniqueísta” (*O Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 40.348, p. A2, 06 de abril de 2004), onde Jarbas Passarinho alega que o problema do excesso de tempo no poder dos militares foi que forneceu aos comunistas, *aproveitadores*, o material necessário pra nutrir uma narrativa maniqueísta e apelativa de *história dos vencidos* para empreender uma lavagem cerebral na juventude que consequentemente, rendeu a atenção dos meios de comunicação de massa.

Organicamente, durante a reconfiguração política, as lutas sociais e culturais também se alteram sob o impacto das transformações neoliberais e do avanço da extrema direita no Brasil dos anos 1990, o anarquismo na esfera cultural do *punk*, o anarco-punk, se estabeleceu não apenas como uma subcultura, mas como um campo minoritário e popular de articulação política em torno de pautas urgentes. A prática do anarco-punk vai além da musicalidade, refletindo um compromisso com a mudança social através de atitudes concretas e coletivas.

Como exemplo, em 26 de março de 1993, *O Estado de São Paulo* publicou a matéria *Pânico em São Paulo* (*O Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 36.318, p. 52, 26 de março de 1993). No texto, é informado que a *Banda Exploited* visitaria o Brasil e apesar de em seguida, um representante do conjunto ter alegado a distância dos ideais neonazistas, com o argumento de que fizeram um show em Israel, o movimento anarco-punk organizou uma manifestação contra a presença dos músicos. Na matéria, Ivan de Souza, membro da comissão de organização do evento, disse que “vira e mexe recebemos informes sobre a ligação deles com fascistas” (*O Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 36.318, p. 52, 26 de março de 1993), fazendo com que enviassem comunicados à imprensa e organizassem um protesto diante da loja *WoodStock*, enquanto a banda distribuísse autógrafos. Em continuidade da matéria, é afirmado que os anarco-punks estavam engajados na luta contra o racismo no Brasil, que participaram do *impeachment* de Fernando Collor de Melo (1949) e fizeram campanha pelo voto nulo. Além disso, o entrevistado tentou desvincular a imagem de seu grupo dos outros *skinheads* – White Powers –, dizendo que “ainda existem gangues que se dizem punks e querem deturpar o movimento, vestem roupa rasgada e saem por aí fazendo besteira” (*O Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 36.318, p. 52, 26 de março de 1993), para ele, a música não era a questão principal, mas a luta pelos ideais libertários. A reportagem se encerra com o anarco-punk exclamando, “Os Carecas do Subúrbio e a facção White Power usam a força, fazem musculação, a força em detrimento ao pensamento, bem fascista. É capaz que nos ferremos. E ainda tem a polícia que gosta de nos catar” (*O Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 36.318, p. 52, 26 de março de 1993).

Como visto, em sua amplitude, a cena punk é um campo fecundo e diverso, capaz de abranger várias vertentes políticas, inclusive as de esquerda. Nesse caso, fazendo oposição e resistência aos *skinheads* neonazistas, os anarquistas assumiram a linha de frente para interromper essas manifestações, protagonizando diversos conflitos. Esse movimento, que começou com a subcultura *punk*, evoluiu ao longo do tempo para se tornar o anarco-punk, o qual emergiu como uma vertente radical. Em particular, a vertente se alinha com os ideais libertários, defendendo a abolição do Estado e a promoção de uma sociedade sem hierarquias, onde a liberdade individual e a autossuficiência são centrais. Influenciado por grupos como o *Crass*⁴² e bandas que rejeitam a comercialização da música, o *anarco-punk* adotou práticas anarquistas, como a ação direta, a base para sua organização e produção (Bray, 2020). O trabalho e a militância desses grupos se manifestam em ações cotidianas de resistência política, seja por meio de shows, campanhas anticapitalistas ou ações diretas contra estruturas de opressão, como o fascismo e o patriarcado.

Contudo, ao debruçar sobre esses eventos, é notado que os embates entre as subculturas, apesar de formarem as expressões mais violentas desses atritos, compõem um panorama político ainda maior junto de outros grupos identitários. A cola que une as causas parte dos princípios libertários, bandeira principal do movimento anarquista. Dessa maneira, é proveitosa a investigação do periódico *Libera... Amore Mio*, criado pelo CEL (Círculo de Estudos Libertários) e que serviu como informativo da FARJ (Federação Anarquista do Rio de Janeiro). Por se tratar de um centro de planejamento anarquista, seu conteúdo permite mapear os principais debates que ligaram o antifascismo à essa corrente. Na primeira página publicada, é dito que o CEL, “vem cumprir sua razão de ser, isto é, um centro e estudos e Reflexão do Pensamento e Ação Libertárias” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1, junho de 1991), para assim:

“criar um espaço para discutir a história das lutas sociais e através da troca de ideias e pesquisas, aglutinar elementos que estejam fatigados, tanto na ditadura burocrática do marxismo-leninista como da corrupção e incompetência do Estado e parlamentos capitalista.” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.1, n. 1, p. 1, junho de 1991)

Sendo assim, o jornal se propõe a pensar uma terceira via libertária fora das velhas tradições da esquerda, além de não compactuar com o neoliberalismo. A partir de suas

⁴² O Crass foi uma banda de punk anarquista formada em 1977 no Reino Unido. Com uma abordagem radical e política, o grupo se destacou por suas letras anti-establishment e seu ativismo, defendendo ideais de anarquismo, anti-militarismo, pacifismo e crítica ao sistema capitalista. Além de sua música, o Crass utilizou sua arte, performance e filosofia para promover a autossuficiência, o fim da opressão e a liberdade individual. A banda teve grande influência no movimento punk e na cultura anarquista.

publicações, conseguiremos interpretar como os anarquistas enxergavam as expressões fascistas desse período e como se mobilizavam contra elas.

De início, ainda na primeira publicação, é justificado que o surgimento do jornal se deu ao contexto de “monstruoso crescimento da miséria social e descrédito da população em seus governantes” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.1, n. 1, p. 1, junho de 1991, denunciando a “falência desses projetos políticos” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.1, n. 1, p. 1, junho de 1991). Nesse panorama, além de servir más condições à população, o jornal atesta que a insuficiência governamental também “aumentam as possibilidades das ideias libertárias e a prática pela ação direta” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.1, n. 1, p. 1, junho de 1991). No número seguinte, sob o título “Análise comportamental da sociedade” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.1, n. 2, p. 1, julho de 1991), dissertaram acerca da preocupação com os cidadãos brasileiros, envolvidos pela “apatia” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.1, n. 2, p. 1, julho de 1991), criado através da descrença no “mau caratismo dos governantes e ‘lideranças populares’” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.1, n. 2, p. 1, julho de 1991), que segundo os mesmos, apenas lhes interessava verdadeiramente “a manutenção do *status-quo* e das relações de poderes vigentes” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.1, n. 2, p. 1, julho de 1991), “através das ditas ‘eleições democráticas’, do controle dos veículos de comunicação e o populismo, meios e instrumentos de dominação de um povo” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.1, n. 2, p. 1, julho de 1991). Finalizando a matéria, assiste à provocação, “Será apatia realmente? Ou será uma resposta silenciosa e pacífica da massa ao desrespeito e descaso de como são tratados?” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.1, n. 2, p. 1, julho de 1991). O excerto é explicado na página seguinte, no campo intitulado “Ação direta pacífica” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.1, n. 2, p. 2, julho de 1991), onde foi afirmado que uma ação direta não precisa, necessariamente, adotar a violência ativa, aberta e pública. A partir disso, o grupo afirma que rejeita as estratégias violentas ou terroristas, pois essas, “estão à altura de fazer frente ao poder repressivo policial militar do Estado e das grandes empresas”. Dessa maneira, enquanto propagam sua militância, desvinculam sua imagem dos guerrilheiros comunistas da ditadura, ao mesmo tempo que não invalidam sua ação de resistência, própria a tempos de maior repressão. Continua, “um dos instrumentos mais eficazes da ação direta não violenta é a greve, de greve em greve, até as greves gerais, que para os anarquistas partidários do anarcossindicalismo, podem alcançar um caráter revolucionário” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.1, n. 2, p. 2, julho de 1991).

A partir do último excerto, são delineados os objetivos maiores do grupo, a revolução social, porém, como atesta a primeira edição de 1992 (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro,

ano.2, n. 8, p. 1, janeiro de 1992), os anarquistas tinham como objetivo imediato a sua consolidação como movimento social. Para isso, a continuidade da matéria exhibe os temas com que o movimento vai se empenhar durante o ano, como o Encontro Interamericano de São Paulo, as comemorações do dia 1 de maio de 1992, a ECO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente) e o aniversário de descobrimento da América em outubro. Para os anarquistas, a nova ordem democrática e neoliberal era mais uma faceta do imperialismo capitalista, agora sob enganação democrática. Diante disso, sua maneira de atuação era a participação de todas as manifestações sociais, pois em sua leitura, todas eram causadas pela dinâmica capitalista.

Na matéria “Corram que a polícia vem aí 2” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.5, n. 47, p. 1, abril de 1995), onde rechaçam a transmissão de uma execução pela Rede Globo, expõem sua visão acerca do funcionamento da sociedade. No episódio relatado, um homem que havia assaltado uma loja de um shopping foi morto pela polícia militar na frente do estabelecimento. A matéria exibida pela emissora, recebida com clamor, foi interpretada como uma “punição de maneira exemplar” do novo sistema elitista e burguês:

As instituições do sistema capitalista funcionam de forma diferente do que prega o discurso estatal. Com as instituições policiais acontece o mesmo. Há um interesse concreto da classe dominante, em continuar havendo tráfico de drogas, de armas e outras formas de crime. Mesmo porque a criminalidade serve para justificar a existência de órgãos de repressão cuja verdadeira função é garantir a propriedade privada e os demais privilégios das elites. O Estado precisa de um inimigo para legitimar sua violência. Como não há nenhum movimento revolucionário ameaçando o sistema, o narcotráfico é estimulado e combatido simultaneamente, como fonte de lucros e inimigo da sociedade. (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.5, n. 47, p. 1, abril de 1995).

Dessa maneira, a mentalidade “bandido bom é bandido morto” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.5, n. 47, p. 1, abril de 1995) é exibida como expressão de um novo mecanismo fascistizante. Em vista da ausência de inimigos públicos – como o forte anticomunismo colocava os comunistas guerrilheiros –, é dado como conveniente e necessário às elites dominantes a manutenção do tráfico de drogas, armas e outros crimes que coloquem a favela como campo de combate e a população marginalizada como objeto de violência.

Posteriormente, na matéria “O grito dos excluídos” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.15, n. 131, p. 3, setembro-outubro de 2005), as discussões sobre o tema – constantes dentre as edições – abordam o primeiro governo petista, que propunha a aliança entre um socialismo cada vez mais moderado e o neoliberalismo:

Dia 7 de setembro é eleito pelo governo brasileiro como a data de sua Independência. Diferente de outras datas comemorativas, é nesta ocasião que se abrem cortejos em todas as capitais do país para o desfile de grupos representantes das forças do estado, com maior ênfase, os militares. Felizmente, para o povo em geral, tirando aqueles que

vão aos desfiles para apreciar as fantasias verde-oliva e o espetáculo da virilidade bélica, este não é mais do que um dia de folga e descanso do trabalho. Porém, esta parte da sociedade observa confusa ou revoltada o fetichismo nacionalista. Os que recordam da história acham contraditória a comemoração atual de uma libertação colonial, em que a nobreza brasileira dava fim ao domínio político do império português. Lembre-se que o fim da colonização portuguesa apenas fundou o início de nossa dependência aos acordos econômicos internacionais, na época com a Inglaterra, e bancava-se na escravidão dos trabalhadores vindos da África e espoliação dos demais habitantes daqui. Desde lá, apesar das muitas resistências populares, as nossas relações não se modificaram significativamente a ponto de nos considerarmos independentes. Somos ainda cativos dos sistemas financeiros internacionais, cativos do imperialismo renovado (estadunidense), cativos dos valores capitalistas, cativos de um sistema político elitista, autoritário e auto privilegiária, cativos dos sistemas de trabalho altamente exploratórios e sem nenhuma utilidade direta para nossas vidas, etc. Enfim, os próprios que nos mantêm na dependência, posam de galo (e de gala) na avenida. (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.15, n. 131, p. 3, setembro-outubro de 2005).

Dessa maneira, denunciam que ao invés de representar verdadeira liberdade, a data marcava o início da dependência econômica do país, especialmente em relação ao imperialismo e ao sistema capitalista. Ela destaca que, apesar das resistências populares, o Brasil permanece sob um sistema político elitista e autoritário, e que a celebração atual do nacionalismo é vista como um fetichismo, alimentado pelas elites que continuam a manter o povo em uma condição de subordinação. Junto disso, também relatam que nessa categoria de evento, sempre esteve presente “o grito dos excluídos” ⁴³(*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.15, n. 131, p. 3, setembro-outubro de 2005), e que “desde o início do governo Lula, o Grito, quando não era abafado, era taxado de fora do tom.” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.15, n. 131, p. 3, setembro-outubro de 2005). Em 2005, os libertários se destacaram no “Grito dos Excluídos” com uma postura mais radicalizada e organizada em relação aos anos anteriores. A manifestação, que contou com a presença de cerca de 300 pessoas de diferentes grupos, como anarquistas, sindicalistas e membros do MST, foi vista como uma demonstração concreta de suas propostas. No entanto, houve críticas à desorganização e falta de sensibilidade de outros movimentos sociais presentes, especialmente a presença de “protofascistas” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.15, n. 131, p. 3, setembro-outubro de 2005), e “comunistas de linha governista”(*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, ano.15, n. 131, p. 3, setembro-outubro de 2005), que tentaram desviar o foco da manifestação, levando a desavenças internas. Os libertários atribuíram a responsabilidade dos erros a esses grupos e destacaram que, sem o *bom senso* de sua ala, a manifestação teria sido prejudicada.

⁴³ O Grito dos Excluídos é uma mobilização social realizada desde 1995, geralmente em 7 de setembro, com o objetivo de denunciar as desigualdades, a violência do Estado e a exclusão de grupos marginalizados. Promovido por movimentos populares, sindicatos e pastorais, busca dar visibilidade às vozes silenciadas e cobrar direitos sociais básicos.

A partir desse episódio, podemos investigar melhor sua concepção sobre fascismo e também acerca de sua organização. Quanto à interpretação, na página dois da edição de abril de 1995 é encontrada a primeira menção a uma articulação com a alcunha *antifascista*, o Comitê Pró-Liga Antifascista do Rio Grande do Sul, que compartilhava sua carta de princípios no campo “Sul Libertário” (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, n. 47, p. 2, abril de 1995). No comunicado, é exposto um posicionamento claro contra o crescimento de manifestações nacionalistas e fascistas no Brasil, destacando a articulação de grupos como os carecas e sua ideologia xenófoba e autoritária. O texto critica a violência desses grupos, especialmente contra minorias e dissidentes – como os episódios de assassinio que protagonizaram os carecas contra mendigos, indígenas e nordestinos –, e denuncia a infiltração de ideias fascistas em movimentos inicialmente não ligados ao nacionalismo, como o movimento skinhead, que no início possuía uma abordagem mais inclusiva. A carta convoca os movimentos sociais progressistas e libertários a se unirem na luta contra essas manifestações fascistas, reafirmando o compromisso com a solidariedade, resistência e oposição ao sistema capitalista e suas expressões de discriminação e opressão:

SUL LIBERTÁRIO - CARTA DE PRINCIPIOS

O comitê pró-liga antifascista do Rio grande do Sul, representado aqui por entidades e indivíduos comprometidos com a permanente denuncia e combate às agressões fascistas praticadas contra o movimento dos trabalhadores, da juventude, das ditas “minorias”, de todos os que se recusam a compartilhar concepções racistas e reacionárias, conclama os movimentos sociais progressistas, de esquerda e libertários a somarem-se neste combate sem tréguas. Compreendemos que esta ação unitária exige uma visão coerente do perfil e das propostas a serem assumidas por este movimento de resistência e contraposição à ofensiva da direita e seus agentes, institucionais ou não. Esta sucinta elaboração, sem dúvida, garantirá a necessária homogeneidade na diversidade e a constituição de um referencial para todos os que venham se somar neste justo combate. Nesse sentido, preliminarmente, propomos: 1. O combate comum, a denúncia de todas as manifestações e atividades de cunho fascista; 2. A solidariedade entre grupos e membros do movimento diante de qualquer ataque ou provocação que qualquer um sofra dos grupos fascistas; 3. A resposta imediata e contundente, no teor que for necessário, às violências praticadas por membros de grupos a serviço das discriminações e do capital; 4. A oposição intransigente ao sistema capitalista e à sociedade de classes que promovem a brutalização e a destruição dos seres humanos, barbarizando suas relações; 5. O apoio a todas mobilizações e lutas dos trabalhadores do campo e da cidade, destacando-se a luta dos sem-teto e dos sem-terra que, nos embates, colocam em xeque a dominação capitalista e seu regime opressor; 6. Por fim, alerta o movimento dos trabalhadores, os operários em particular do retrocesso e perigo que significam proposições vindas de elementos vinculados a gangs White Power, carecas do Brasil, membros da TFP, separatistas da Republica dos Pampas, “historiadores” ditos revisionistas e demais racistas, assumidos ou não, sempre prontos a destilarem seu ódio sobre os trabalhadores. [...] O crescimento e constante aparição de manifestações de caráter nacionalista demonstra a articulação de um movimento pretensioso, de ideias xenófobas, principalmente entre a juventude. Que fique claro, que essa análise condena o nacionalismo, e não grupos culturalmente assim ou assado. [...] Em primeiro lugar, nos acostumamos atribuir aos carecas a autoria dessas manifestações. Sabemos e temos provas materiais do profundo envolvimento de grupos carecas com ideias e atitudes fascistas e até com grupos integralistas. É claro a todos nós o

envolvimento dos carecas do RJ e SP com a Frente Nacionalista Brasileira (FNB) e o Partido Nacional Socialista Brasileiro (PNSB) em meados de 1989, e que resultou numa grande influência das concepções fascistas pela velha guarda do Sr. Zanine. Muitos desses carecas, hoje lideram grupos nacionalistas. O desprezo e o preconceito com homossexuais é ponto de honra para esses grupos. Mas, se faz necessário fazer ressalvas. nem todo careca é fascista ou nacionalista e, muitos fascistas se infiltram dentro do movimento careca, sob a sombra do nacionalismo, para germinar ideias de discriminação e autoritarismo, o que, infelizmente, em parte conseguem. A cultura careca ou skin nada tem a ver com o nacionalismo e os preconceitos defendidos hoje por cabeças fracas. Movimento surgido como herança dos Rude Boys ingleses, os skins originais abrigavam muitos imigrantes, e tem a música negra do ska jamaicano misturada com letras de protesto que falam do sofrimento da classe trabalhadora e dos imigrantes. Nada de nacionalismos, portanto, muito menos de fascismo. Mas foi o British National Front que se infiltrou entre as mais fracas cabeças do movimento e disseminou a ideia nacionalista, preparando campo para o fascismo que hoje caracteriza grande parte do movimento. (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, n. 47, p. 2, abril de 1995).

Dessa maneira, o fascismo é interpretado pela articulação antifascista como o imperialismo nacionalista, aludindo à expansão da extrema direita, que segundo esses antifascistas, cooptaram os skinheads neonazistas para atuar como linha de frente de seu movimento. As expressões neonazistas e a rearticulação dos partidos de direita no período próximo à virada do século, então, são vistas como espelhamento da dinâmica dos fronts nacionais pela Europa. Em complemento, apontamentos foram feitos quanto aos preconceitos disseminados pelo discurso, incluindo o separatismo do sul e o forte traço homofóbico. Diante disso, a frente estratégica apresentada visa combater e denunciar todas as manifestações fascistas, promovendo solidariedade entre os grupos e respondendo com firmeza às agressões de grupos discriminatórios e capitalistas. Ela se opõe ao sistema capitalista e à sociedade de classes, apoiando as lutas dos trabalhadores, especialmente dos sem-teto e sem-terra. A estratégia alerta para o perigo representado por grupos racistas e fascistas, como os ligados ao *White Power* e aos carecas, que buscam disseminar ódio e retroceder as conquistas dos trabalhadores, visando proteger as classes dominantes e suas ideologias autoritárias. Por fim, a matéria se encerra após alertar que o nacionalismo é uma faceta do fascismo e historicamente sempre esteve ligado a ideologias autoritárias. A crítica destaca que o nacionalismo, embora muitas vezes disfarçado de amor pela cultura e pela terra, promove divisões e preconceitos, e com isso, defende a necessidade de combater qualquer manifestação fascista, seja ela coletiva ou individual.

Frente a esse contexto, então, é visto que o Comitê Pró-Liga Antifascista do Rio Grande do Sul propôs uma frente estratégica que visava combater e denunciar todas as manifestações fascistas, promovendo solidariedade entre os grupos e respondendo com firmeza às agressões de grupos discriminatórios e capitalistas. Ela se opõe ao sistema capitalista e à sociedade de classes, apoiando as lutas dos trabalhadores, especialmente dos sem-teto e sem-terra. A

estratégia alerta para o perigo representado por grupos racistas e fascistas, como os ligados ao White Power e aos carecas, que buscam disseminar ódio e retroceder as conquistas dos trabalhadores, visando proteger as classes dominantes e suas ideologias autoritárias.

Contudo, a organização dessa frente antifascista, aliado ao movimento anarquista, em nenhum momento cogitou um comando de ordens centralista. O anarquismo, não só no Brasil, mas na América do Sul, especialmente nos anos 1990, buscou fortalecer a união entre seus principais expoentes por meio de um federalismo que visava dinamizar processos revolucionários, com o objetivo de conquistar uma sociedade socialista e libertária. Durante o Encontro Anarquista Latino-Americano de 1996 (*Libera... Amore Mio*, Rio de Janeiro, n. 70, p. 2, março de 1997), realizado em Montevideu, no Uruguai, organizações e coletivos de diversos países, como a FAU (Federação Anarquista Uruguiaia), o Grupo Anarquista de Rosario (Argentina), e a FAG (Federação Anarquista Gaúcha) do Brasil, assinaram uma declaração que enfatizava a importância de ferramentas militantes como a ação direta, a inserção social, a autogestão e a solidariedade internacional entre os oprimidos. Além disso, a criação da lista de discussão ANARQLAT (*Libera... Amore mio*, Rio de Janeiro, n. 71, p. 2, abril de 1997), em 1997, exemplifica o esforço em usar a tecnologia, especificamente a internet, para promover o intercâmbio de informações, debates teóricos e a difusão das experiências coletivas no campo do anarquismo na América Latina. Dentro dessa dinâmica, os anarquistas pretendiam criar uma *Anarco-rede* para usar a internet como ferramenta de comunicação sem fronteiras, permitindo a disseminação direta de informações e ações, sem depender da mídia tradicional. Isso facilitava a troca de ideias e organizava mobilizações globais, como cartas de repúdio e abaixo-assinados, fortalecendo o movimento de forma mais democrática e descentralizada. Esse movimento visava uma integração mais sólida, favorecendo uma troca contínua de experiências e a construção de alianças estratégicas, além de consolidar a presença do socialismo libertário no cenário político da região.

Dessa maneira, da metade de 1990 em diante o jornal adota a abordagem do anarquismo especificista, organizado através da federalização descentralizada para que a autonomia de cada grupo vinculado fosse respeitada. O especificismo, defendido pela FARJ e originado da experiência da FAU no Uruguai, propõe um anarquismo organizado com base em dois eixos: a organização específica dos anarquistas e a inserção social nas lutas populares. Inspirado por Bakunin e Malatesta, entende que os anarquistas devem atuar como uma minoria ativa dentro dos movimentos sociais, contribuindo com seus princípios, mas sem substituí-los. O especificismo se opõe ao individualismo anarquista, que valoriza a ação isolada e a liberdade pessoal acima da ação coletiva, e também critica o modelo sintetista, que tenta reunir correntes

anarquistas muito diferentes numa mesma organização, mesmo sem unidade de ação. Para os especificistas, é essencial construir uma organização com afinidade teórica e prática, voltada para a luta de classes e para a construção de alternativas libertárias junto ao povo (Côrrea, 2019).

Com isso, na edição de agosto de 1996, é explicado na matéria “Luta Autônoma” (*Libera... Amore mio*, Rio de Janeiro, ano.6, n. 63, p. 2, agosto de 1996), como essa independência é articulada na mobilização de um movimento maior. Primeiro, em apresentação é dito que, a “autonomia não é uma ideologia, nem mesmo uma política, mas uma alternativa à política” (*Libera... Amore mio*, Rio de Janeiro, ano.6, n. 63, p. 2, agosto de 1996), “se trata da tendência revolucionária que não se deixou rotular, monopolizar ou rebocar por velhos dogmas, clichês ou hábitos” (*Libera... Amore mio*, Rio de Janeiro, ano.6, n. 63, p. 2, agosto de 1996). Renegando as facetas antigas, “a autonomia se define como anticapitalista e antiautoritária, e combate sem tréguas o patriarcado, o capital, o Estado e todas as opressões ditas específicas” (*Libera... Amore mio*, Rio de Janeiro, ano.6, n. 63, p. 2, agosto de 1996). Os participantes dessa corrente, “no sentido amplo” (*Libera... Amore mio*, Rio de Janeiro, ano.6, n. 63, p. 2, agosto de 1996), são milhões, “operários desempregados ou precarizados, estudante sem futuro, presos, camponeses arruinados, imigrantes, ocupantes, insubmissos, gays e lésbicas, prostitutas, grupos solidário” (*Libera... Amore mio*, Rio de Janeiro, ano.6, n. 63, p. 2, agosto de 1996), enfim, todos o que se encontram “à margem do sistema capitalista” (*Libera... Amore mio*, Rio de Janeiro, ano.6, n. 63, p. 2, agosto de 1996). Em sua atuação, “são coletivos e individualidades que se propõem viver a Revolução hoje” (*Libera... Amore mio*, Rio de Janeiro, ano.6, n. 63, p. 2, agosto de 1996), sem esperar o comando de ninguém, nem mesmo “das vanguardas autoproclamadas, cujo dogmatismo e autoritarismo serve apenas para manter a exploração com outro nome” (*Libera... Amore mio*, Rio de Janeiro, ano.6, n. 63, p. 2, agosto de 1996). A rede atua solidariamente com os “presos, ocupantes, insubmissos, coletivos operários de fábrica e estudantis, de contra-informação e ação direta, entre outros movimentos sociais libertários” (*Libera... Amore mio*, Rio de Janeiro, ano.6, n. 63, p. 2, agosto de 1996).

Na página seguinte, na matéria “Autonomia & Organização” (*Libera... Amore mio*, Rio de Janeiro, n. 63, p. 3, agosto de 1996), após dizer que o objetivo da luta é a transformação social através auto-organização dos setores explorados, explicam que a reestruturação do capitalismo exige uma nova abordagem e interpretação dos agentes políticos atuais. Com isso, uma série de fatores são elencados para a permanência e sucesso do projeto:

ORGANIZAÇÃO[...] Queremos uma autentica ruptura com o sistema capitalista, lutamos por uma sociedade sem classes, sem hierarquias, que tenha abolido a família patriarcal, por uma convivência livre e respeitosa com a natureza. Para ajustar-se aos objetivos apontados, nossa organização deve ser assemblaria, na qual sejam respeitadas todas as posições e se busque o consenso possível. Somos contra os

profissionais da política, os líderes, os aspirantes a ditadores do proletariado e outros infalíveis coveiros da revolução social. Combatemos as delegações permanentes, a burocracia e todos os demais mecanismos de representação/alienação do protagonismo dos trabalhadores. O fato de pagar uma quantia periodicamente não é suficiente para o compromisso orgânico, isto é, militante. É preciso assumir responsabilidades. Ser autônomo é ser ativo [...] IDEOLOGIA ABERTA [...] A visão libertária dos problemas e das soluções tem mudado, com o passar do tempo. A um mesmo problema tem sido dadas respostas diferentes, em função do contexto histórico, econômico e social. Portanto, mantendo nossos princípios e sem perder de vista nossos objetivos, construímos e desenvolvemos nossa ideologia no cotidiano, através da constante discussão e análise dos temas sociais. Este método nos facilita o reconhecimento, no interior do movimento libertário, de uma questão essencial: o respeito à diversidade. [...] OS SÍMBOLOS [...] Os símbolos, como as palavras, significam alguma coisa. Consideramos equivocadas as teses que falam de superação das contradições mediante a supressão de todo símbolo, pois prescindir deles seria como prescindir das palavras. O que devemos fazer é rechaçar os símbolos que tenham uma carga histórica pejorativa e de desunião. Há quem utilize determinados símbolos para autojustificar seus delírios e defender seus micro-espacos de poder, confundindo a liberdade com uma tirania da própria personalidade sobre a dos demais. Pensamos que a “estrela negra” é o símbolo adequado para superar antigas contradições, além de expressar abreviadamente o movimento autônomo. (MIO, Libera... Amore, nº63, p.3, 1996) [...] COORDENAÇÃO [...] Desde cada coletivo organizado, cada localidade, devemos coordenar-nos para obter uma resposta global ao sistema capitalista. As lutas pela transformação social exigem coordenação, sem esta não há possibilidade de ruptura com o sistema. A coordenação se traduz, na prática, em posturas unitárias quanto aos temas e lutas que nos são comuns. Havendo opiniões divergentes, o movimento terá de ser flexível o bastante para que cada coletivo faça o que achar mais conveniente. Desta maneira, evitamos cair em uma organização fechada, dogmática e autoritária, o que nos faria perder o contato com as lutas sociais. [...] Para terminar, assinalamos alguns temas que consideramos essenciais em nossa luta: insubmissão ao serviço militar obrigatório, FMI, crise econômica, denuncia da repressão às lutas sociais, contra-informação, internacionalismo anticapitalista, combate às estruturas patriarcais, etc. Em todas as lutas, ressaltamos que o denominador comum, o responsável por todos os problemas é o sistema capitalista. (Libera... Amore mio, Rio de Janeiro, ano.6, n. 63, p. 3, agosto de 1996).

Dessa maneira, o texto oferece uma reflexão significativa sobre a centralidade do autonomismo como princípio organizativo e pedagógico no interior da militância anarquista contemporânea. A organização defendida pelo periódico se fundamenta na recusa das estruturas de dominação características do sistema capitalista, propondo, em seu lugar, a construção de uma sociedade baseada na igualdade, na ausência de hierarquias, na superação da família patriarcal e na harmonia com a natureza. Para tanto, propõe-se uma prática política alicerçada em assembleias horizontais, onde prevaleçam o respeito à diversidade de opiniões e a busca pelo consenso, rejeitando-se a figura do líder, as burocracias, as delegações permanentes e os chamados *profissionais da política*, compreendidos como entraves à emancipação social.

A participação militante, nesse contexto, não se limita ao cumprimento de tarefas formais ou contribuições financeiras, mas requer engajamento ativo, entendido como expressão concreta da autonomia. A ideologia, por sua vez, é concebida como um processo coletivo e dinâmico, constantemente reformulado à luz das experiências vividas, ao passo que os símbolos utilizados devem comunicar valores libertários, evitando aqueles que reforcem divisões ou

hierarquias. Ressalta-se, ainda, a importância da articulação entre diferentes coletivos locais, a fim de enfrentar de maneira global as múltiplas faces do capitalismo, sem que isso implique em uniformização ou perda da diversidade tática. Por fim, o excerto enfatiza que todas as lutas — sejam elas contra o patriarcado, a repressão estatal, os organismos financeiros internacionais ou o serviço militar obrigatório — devem estar ancoradas em uma crítica radical ao capitalismo, reafirmando o autonomismo não apenas como método organizacional, mas também como prática pedagógica cotidiana, orientada por princípios antiautoritários e antissistêmicos. através da colaboração e à postura unitária dos múltiplos participantes.

No mesmo sentido, o pesquisador e militante anarquista Acácio Augusto (2020), aborda em seu livro *Antifa: Modo de usar* a criação do ACR – Anarquistas Contra o Racismo – em 1995, como ponto de partida para a explicação da ideologia do movimento ANTIFA e seu uso no contexto brasileiro. Para o autor, a criação desse grupo marca uma dessas respostas coletivas contra a atividade de setores radicais de inspiração neofascista na redemocratização, formuladas desde as margens e guiadas por uma radicalidade anticapitalista, antiautoritária, antirracista e antifascista. Além disso, a organização e atuação do ACR evidencia uma tentativa de transformar o ativismo punk em ação direta, aproximando o discurso da prática cotidiana, sobretudo no combate ao racismo e à presença crescente de grupos neonazistas no país. Criado um ano antes do espalhamento do modelo autonomista, o projeto insere-se em um espaço de disputas internas e externas, marcado por tensões entre diferentes compreensões do que seria o anarquismo *correto*, os limites da aliança com outros movimentos sociais e as resistências a institucionalizações. Nesse sentido, o autor defende que o posicionamento do grupo revela os modos como o antifascismo é ressignificado pelas juventudes suburbanas brasileiras, que enfrentam tanto a violência estrutural do Estado quanto a ameaça direta dos grupos neonazistas, em um ambiente onde a precariedade, o abandono institucional e a repressão policial moldam a ação política cotidiana.

Assim, da mesma maneira como extraído das páginas do *Libera... Amore mio*, a concepção de fascismo que se estabelece entre outros coletivos anarco-punks e o ACR não se limita à representação histórica do regime de Mussolini ou ao nazismo hitlerista, mas é alargada para compreender as continuidades do autoritarismo, do racismo estrutural, do militarismo e da repressão de Estado. O fascismo é entendido como um fenômeno que se reinventa sob diferentes roupagens, presente nas práticas policiais, nas políticas higienistas contra os pobres e na naturalização da violência contra populações marginalizadas. Essa leitura conecta diretamente o combate ao fascismo com outras frentes de luta, como o antirracismo, o feminismo, a luta antiproibicionista, a solidariedade com a população em situação de rua e a

denúncia da violência policial. A construção dessa visão plural do antifascismo contribui para que o ACR e coletivos próximos estabeleçam redes de solidariedade com outras organizações autônomas, movimentos sociais de base e frentes de apoio mútuo, muitas vezes se articulando com comunidades periféricas e movimentos estudantis em práticas horizontais de organização.

Durante a década de 1990, os núcleos anarco-punks engajados no antifascismo no Brasil, especialmente os ligados ao projeto ACR (Anarquistas Contra o Racismo), desempenharam um papel central na resistência às violências neonazistas e na articulação de redes de solidariedade e combate às opressões. Grupos como o KRAP (Coletivo de Resistência Anarco-Punk) e o Coletivo Altruísta, por exemplo, sofreram ameaças diretas de skinheads, incluindo cartas intimidatórias e agressões físicas, o que levou à adoção de estratégias de autodefesa e à denúncia pública dos ataques. Em resposta à escalada da violência, o movimento reafirmou seu compromisso antifascista e buscou apoio em outras frentes de luta. O Projeto ACR atuou na linha de frente dessas mobilizações, como demonstrado na sua participação na segurança da primeira Parada Gay em São Paulo, em 1997, e na solidariedade à causa palestina, como quando denunciaram a prisão injusta de Mumia Abu-Jamal. A criação de coletivos como o Monanoz, fundado em 1995 em Florianópolis/SC por anarco-punks, mostrou o interesse crescente do movimento em debater questões de sexualidade e combater a homofobia como parte da luta contra o nazifascismo (Augusto, 2020).

Um marco importante foi o encontro do Projeto ACR no Rio de Janeiro/RJ, em outubro de 1995, que unificou materiais de denúncia resultando na produção de um grande dossiê contra grupos neonazistas atuantes no país, contemplado com o insucesso e a invisibilidade. Paralelamente, debates sobre a luta afro-punk e a visibilidade da população negra dentro do movimento ganhavam força, refletindo um compromisso interseccional das lutas. Apesar da dissolução de muitos núcleos no final da década, como consequência da repressão e do esgotamento das bases, experiências como a do núcleo de Criciúma/SC permaneceram ativas, articulando ações em escolas, com a comunidade negra, LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans) e usuários de CAPS (Centro de Ação Psicossocial), e reunindo um significativo acervo antifascista. Mesmo com a dispersão organizacional, o legado do ACR seguiu vivo através de fanzines, panfletos, debates e manifestações que mantiveram acesa a chama da resistência e da denúncia contra o fascismo (Augusto, 2020).

A partir dos conteúdos analisados, é evidente que os grupos anarco-punks brasileiros da década de 1990 e 2000 compartilhavam uma concepção de fascismo como um fenômeno multifacetado e se muniam do antifascismo para formar as primeiras organizações modernas que se opunham a essas manifestações. Essa visão do fenômeno fascista, por sua vez, era

profundamente enraizada nas estruturas do capitalismo, do autoritarismo estatal e do nacionalismo excludente e se manifestava não apenas na violência explícita de grupos neonazistas — como nos ataques a minorias, mendigos, indígenas e nordestinos —, mas também nas instituições e discursos legitimados pelo Estado, como o punitivismo policial, o fetichismo nacionalista e o racismo estrutural. A máxima, *bandido bom é bandido morto* e a espetacularização da violência policial eram interpretadas como expressões de um fascismo cotidiano, operante na manutenção da ordem burguesa. Essa ordem dependia da fabricação de inimigos, pois a burguesia, por meio de estratégias midiáticas, conduzia a opinião pública a eleger minorias específicas como alvos simbólicos, garantindo assim a coesão social por meio do medo e da repressão. Dessa maneira, esse controle impulsionava pautas mobilizadoras, como a *guerra contra o tráfico de drogas* e o combate à criminalidade, cujas manifestações mais duras ocorriam exclusivamente nas periferias e favelas. Essa estrutura, por sua vez, é no mínimo problemática e tendenciosa, visto que direciona uma violência legítima para as periferias em um país que sofre com o racismo estrutural, herança herdada após séculos de escravidão.

Assim, os grupos anarco-punks brasileiros das décadas de 1980 e 90 desempenharam um papel central na consolidação de formas organizativas autônomas voltadas ao enfrentamento desse catálogo de expressões. Essa fusão, por sua vez, foi compatível pelas convicções libertárias e antissistema, em um momento em que a grande maioria das esquerdas participava da reconstrução democrática do país e experimentava novas propostas de governo. Por meio de práticas diretas de resistência, os anarco-punks se posicionaram na linha de frente contra a atuação de grupos neonazistas e contra o avanço de discursos e práticas fascizantes no cotidiano urbano, sobretudo nas periferias e favelas. Sua militância, entretanto, transcendeu a simples oposição a manifestações explícitas de ódio, pois engajaram-se em frentes interseccionais, integrando e fortalecendo movimentos sociais diversos — como o movimento negro, indígena, feminista, LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Trans, Queers, Intersexuais, Assexuais e outros) e ambientalista — com o objetivo de disseminar a compreensão de que essas múltiplas formas de opressão estavam profundamente imbricadas nas estruturas do sistema capitalista. Ao integrar esses espaços e contribuir com sua crítica radical, os anarco-punks lograram popularizar uma pauta autonomista, antiautoritária e antissistêmica, difundida por meio de atividades culturais, produção de fanzines, redes de solidariedade e mobilizações de rua, consolidando, assim, um repertório político próprio que tensionava os limites da ordem democrática liberal e questionava as bases sociais da dominação. Da mesma maneira, com a abertura e contato exterior ao círculo culturalista do punk, foi possível pluralizar a composição dos antifascistas.

2.2. O GIGANTE ACORDOU: A BUSCA POR UM MOVIMENTO ANTIFASCISTA ORGANIZADO

Na virada do século XXI, diversos movimentos sociais emergiram como resposta coletiva a um colapso multifacetado — econômico, político, cultural e humano — que abalou profundamente a confiança nas instituições tradicionais da sociedade. Essa perda de confiança gerou um cenário de fragmentação do tecido social e a dissolução do contrato coletivo, mas também abriu espaço para o surgimento de novas formas de ação política. As causas de indignação variavam — desemprego, desigualdade, corrupção, ausência de democracia efetiva —, mas o sentimento comum era o desprezo por um sistema visto como obsoleto e injusto. Ao rejeitarem o comando dos partidos, as lideranças tradicionais e as estruturas hierárquicas, esses movimentos se opunham não apenas a governos específicos, mas à própria lógica de poder concentrado, buscando reconstruir o *nós* por meio de práticas coletivas baseadas na dignidade, na solidariedade e na ação direta (Castells, 2013; Ferraz, 2019).

Durante a primeira década de 2000, os movimentos sociais no Brasil passaram por uma efervescência significativa, impulsionados por laços de solidariedade e pela crescente organização autônoma, que se fortaleceu principalmente por meio de redes de apoio mútuo e ações descentralizadas. Essa dinâmica foi fundamental para a articulação de resistências a diversas formas de opressão, com destaque para as lutas contra o neoliberalismo, o racismo, o machismo e a homofobia, que unificaram diferentes setores da esquerda autônoma. No entanto, foi com os protestos de 2013 que uma nova fase se iniciou, marcada pela radicalização da direita. A extrema direita, até então mais periférica, passou a se articular de forma mais estruturada com a nova direita, que visava ganhar institucionalidade e visibilidade. Esse momento representou o estopim para o fortalecimento e a organização dos coletivos antifascistas, que passaram a responder à crescente popularização da extrema direita e seus ideais radicalizadores, com o objetivo de conter o avanço do autoritarismo e da intolerância. Para reconstruir essa caminhada da Ação Antifascista até à proporção que alcançou, utilizaremos como fontes as redes sociais de coletivos antifascistas, como as páginas no *Facebook* e *Instagram*, que documentam as ações e posicionamentos desses grupos, bem como matérias do jornal *O Estado de São Paulo* e do Fórum Centro de Mídia Independente Brasil, que oferecem contexto jornalístico e análises sobre esse período de intensificação da luta política.

A década de 2010 foi marcada por uma intensa agitação social em diversas partes do mundo, revelando um ciclo de rupturas e insurgências populares diante das contradições acumuladas pelo modelo neoliberal e pela expansão da globalização. No entanto, essa nova

onda de contestação possui raízes mais profundas, cujos sinais começaram a emergir com maior nitidez a partir da queda do Muro de Berlim em 1989. A partir desse marco simbólico, a ofensiva neoliberal se intensificou, ao mesmo tempo em que crescia uma resposta crítica transnacional que ganhou corpo no final da década seguinte com a Batalha de Seattle, em 1999. Nesse episódio, milhares de manifestantes tomaram as ruas contra a reunião da OMC (Organização Mundial do Comércio), articulando um inédito movimento antiglobalização que combinava ativismo de rua, redes internacionais e práticas de comunicação independente (Castells, 2013). Nesse ínterim, surge a rede Indymedia⁴⁴, – Independent Media Center –, plataforma de comunicação virtual projetada por ativistas da mídia autônoma para romper o monopólio informacional das grandes corporações e dar voz direta às lutas em curso, posicionando-se como um canal de autocomunicação contra hegemônica.

Após a primeira década do milênio, movimentos como Occupy Wall Street (2011), nos Estados Unidos, o 15-M na Espanha (2011), a Revolução de Jasmim (2010) na Tunísia e os protestos da Praça Tahrir (2011) no Egito expressaram a continuidade desse padrão transnacional de contestação à ordem estabelecida (Castells, 2013). Apesar de inseridos em contextos políticos distintos, esses episódios convergiram na denúncia de patologias sociais e políticas recorrentes: o aprofundamento da desigualdade, o esvaziamento da democracia representativa, a mercantilização do sistema capitalista e a captura das instituições públicas por interesses privados. Nesse sentido, a expansão capitalista contemporânea pode ser analisada como expressão de uma globalização corporativa de caráter neoliberal, cuja lógica tem exercido profunda influência nas dinâmicas sociais e políticas ao redor do mundo. Centrado na primazia do livre mercado, na mínima intervenção estatal e na financeirização da economia, esse modelo promove a concentração de poder nas mãos de corporações transnacionais, aprofundando desigualdades sociais e econômicas. Seus efeitos se manifestam na precarização do trabalho, na redução de direitos sociais e na intensificação da exploração de recursos naturais, com impactos ambientais particularmente severos sobre comunidades vulneráveis (Siqueira; Castro; Araújo, 2003).

⁴⁴ A rede Indymedia (Independent Media Center), criada em 1999 no contexto dos protestos contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle, consolidou-se como uma das principais experiências de comunicação alternativa do movimento pela justiça global. Sua estrutura em rede abrigou dezenas de coletivos locais ao redor do mundo, com forte presença nas seguintes regiões: *Leste Asiático* (Japão); *Europa* (com núcleos ativos em cidades e regiões como Barcelona, Londres, Paris, Berlim, Roma, Atenas, Bruxelas, Dublin, Lisboa, Varsóvia, Kiev, entre outras); *América Latina* (incluindo CMI Brasil, Argentina, Chile, México, Colômbia, Peru, Uruguai, entre outros); *Oceania* (com presença em Aotearoa e Darwin); *Estados Unidos* (com centros em Nova York, San Francisco, Seattle, Chicago, Austin, Filadélfia, Washington D.C., entre outros); e *Ásia Ocidental* (como Armênia, Beirute e Israel). Essa configuração evidenciou a amplitude e a capilaridade do projeto, que buscava descentralizar a produção de informação e sustentar uma ecologia midiática contra-hegemônica. Disponível em: www.indymedia.org. Acesso em: 29 abr. 2025.

No Brasil, essa lógica se traduz em um processo de transnacionalização impulsionado pelo próprio Estado, que acentua a desigualdade interna e consolida um modelo de desenvolvimento subordinado aos interesses do capital-imperialista global. A concentração de riqueza no Sudeste, em contraste com o agravamento das condições socioeconômicas no Nordeste, evidencia as disparidades regionais aprofundadas por essa dinâmica. A burguesia local se adapta às novas exigências do sistema, enquanto as classes trabalhadoras enfrentam formas renovadas de superexploração (Siqueira; Castro; Araújo, 2003). Nesse cenário, as promessas de desenvolvimento se mostram cada vez mais ilusórias, agravando as contradições sociais e impulsionando formas de resistência e mobilização coletiva que buscam contestar os fundamentos da ordem neoliberal, tanto no Brasil quanto na América Latina.

Durante a mesma década de mobilizações globais, os movimentos sociais no Brasil vivenciaram um período de intensa agitação e organização, com a emergência de diversas pautas que se tornaram visíveis nas ruas e espaços de engajamento coletivo. Manifestações como a Parada do Orgulho LGBTQ+, as ações do Movimento Passe Livre, os protestos pela causa palestina, as lutas pelos direitos dos povos originários, por moradia, justiça ambiental, contra a violência policial e o racismo estrutural, além das mobilizações feministas, estudantis e críticas à globalização (Chiconi, 2019; Ferraz, 2019). Nesse ambiente plural, os grupos antifascistas — ligados à cena anarco-punk ou não — participaram ativamente dessas frentes, somando às diversas causas.

Além disso, os grupos antifascistas também desenvolveram mobilizações específicas, sendo a Jornada Antifascista, iniciada em 2001, a mais significativa. Esse evento surgiu em resposta ao assassinato de Maurício de Souza no ano anterior, um jovem morto por integrantes do grupo skinhead Carecas do ABC, em São Paulo devido à sua orientação sexual. A data tornou-se, então, um marco para manifestações anuais que reuniam coletivos LGBTQ+, antirracistas, anarquistas, culturais. Conforme destaca Augusto (2020), a Jornada Antifascista passou a ser um espaço de denúncia e articulação política, com programação que incluía apresentações musicais, debates, exibições audiovisuais, rodas de conversa e atos de rua. Com o tempo, o evento se expandiu para além de São Paulo, realizando-se em diversas regiões do país e fortalecendo uma rede antifascista descentralizada. Dez anos depois do primeiro evento, os agentes skinheads a quem os ativistas denunciavam protagonizaram um ataque violento durante a Jornada Antifascista de 2011, que deixou duas pessoas gravemente feridas⁴⁵.

⁴⁵ Começa julgamento de skinheads acusados de agredir quatro pessoas em Jornada Antifascista, *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01 de julho de 2014. Acesso em: 07 jan. 2025.

Em 2013, durante as manifestações de junho, inicialmente organizadas pelo MPL (Movimento Passe Livre)⁴⁶ contra o aumento das tarifas de transporte público, marcaram um ponto de inflexão no ativismo social no país, principalmente pelo uso crescente da internet para mobilização e difusão de informações. O MPL, que requisitava um transporte público gratuito, se utilizou de plataformas digitais como ferramentas centrais para organizar protestos, criar um ciberespaço de discussão e espalhar versões alternativas dos acontecimentos, em contraposição ao que consideravam uma cobertura tendenciosa da mídia tradicional, vista como alinhada com as elites e interesses do governo. A internet e as redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*, facilitaram a organização descentralizada e permitiram que os protestos se espalhassem rapidamente por diversas cidades. O movimento, inicialmente focado nas tarifas de transporte, ganhou outras pautas, como a crítica à violência policial, com manifestações em várias partes do país, e atraiu ainda mais apoio através das redes sociais, que se tornaram um espaço de disseminação de vídeos, áudios e imagens que mostravam abusos cometidos pela polícia.

Nesse cenário, destacou-se a atuação do movimento Black Bloc, cuja presença foi marcante no início das mobilizações. Puramente autonomista, o Black Bloc se espalhou a partir da década de 1990, especialmente entre cenas anarquistas, punk, antifascistas e ecológicas. Sua popularização foi evidente nas mobilizações contra o neoliberalismo e o capitalismo do século XXI, com destaque para eventos como a reunião da OMC (Organização Mundial do Comércio) em Seattle (1999), e os protestos em Roma, em 2001. Ao longo da década de 2010, essa expressão de ação direta ganhou força em países como a Inglaterra, Grécia, Turquia, Chile e México, além de manifestações notáveis durante a reunião do G20 em Toronto, em 2010 (Correa, 2020).

Conforme apontam Manso, Novaes e Solano (2014), a emergência desse grupo no Brasil foi impulsionada por um contexto de ampla desesperança em relação ao poder público e de indignação frente às deficiências nos serviços essenciais, como saúde, educação e transporte. A maioria de seus integrantes, jovens e adultos até 30 anos, era oriunda da classe média baixa, com acesso ao ensino superior e submetida a condições de trabalho precarizadas. Eram estudantes, trabalhadores e jovens marginalizados, frustrados com as promessas de mobilidade social e distantes das formas tradicionais de atuação da esquerda institucionalizada. Para esses

⁴⁶ O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social brasileiro que luta pelo direito à tarifa zero no transporte público, defendendo que o transporte deve ser um serviço público gratuito e de qualidade. Surgiu em São Paulo em 2005 e ganhou destaque durante as manifestações de 2013, quando protestos contra o aumento das tarifas se espalharam pelo país. O MPL busca também a democratização das cidades e a melhoria das condições urbanas.

jovens, a verdadeira violência não estava nas ações diretas ou na destruição de patrimônio, mas na estrutura política e corporativa que perpetua a exclusão social (Correa, 2020; Singer, 2013).

Nesses espaços, muitos militantes antifascistas integraram as ações do Black Bloc, compreendendo essa tática como uma expressão coerente de contestação direta ao Estado e ao capitalismo. Por atuarem de forma autônoma e horizontal, esses indivíduos não se restringiam a um único coletivo, ideal ou movimento, mas articulavam discursos e práticas anarquistas, antifascistas e anticapitalistas em uma militância interseccional e descentralizada. Apesar das distintas orientações e métodos, havia entre os coletivos um entendimento comum de que o valor da luta residia no próprio processo — na ação direta como ruptura, e não apenas na conquista de resultados objetivos. Embora muitos participantes se identificassem com o anarquismo, o movimento Black Bloc era atravessado por uma pluralidade ideológica, que incluía desde correntes socialistas autoritárias e libertárias até perspectivas progressistas e liberais radicais.

No entanto, as Jornadas de Junho de 2013, inicialmente voltado contra o aumento das tarifas de transporte público, rapidamente adquiriu contornos mais amplos, convertendo-se em um fenômeno político de grande escala que expressava a insatisfação generalizada com o sistema político brasileiro. Ao desafiar os partidos tradicionais, os protestos de 2013 deram visibilidade a um novo protagonismo dos movimentos sociais e cívicos, ampliando o leque de críticas dirigidas à classe política (Singer, 2013). Embora as primeiras manifestações tenham sido marcadas por confrontos com as forças de segurança e por uma cobertura midiática que as rotulava como atos de vandalismo, com o passar do tempo, a grande imprensa — especialmente os veículos alinhados à direita — passou a endossar os protestos, reformulando a narrativa dominante e apresentando-os como expressões legítimas de indignação popular frente à corrupção, à ineficiência estatal e à precariedade dos serviços públicos. A crescente participação da classe média conferiu ao movimento um tom de apelo por transformações estruturais, com reivindicações desconexas que iam desde melhorias nos transportes até reformas no sistema político e judicial do país (Corbellini, 2019).

É importante entender que, em 2013, os grupos e discursos de direita no Brasil não surgiram espontaneamente, mas foram resultado de uma construção política que se intensificou nos anos seguintes. Apesar de serem cooptados pelo discurso de uma Nova Direita conservadora, as ações coletivas dessa verve, assim como as da esquerda, também eram unidas por emoções — como a raiva e a esperança. Essas, por sua vez, eram propagadas pelo contágio simbólico nas redes sociais e canais de comunicação, afim de denunciar um mal-estar social. Assim, Movimentos como o MBL (Movimento Brasil Livre), o Vem Pra Rua, o Cansei e os

ROL (Revoltados Online) ganharam visibilidade e força nas manifestações de 2015, que se destacaram pela oposição ao PT (Partido dos Trabalhadores) e à corrupção, especialmente em relação aos escândalos do Mensalão⁴⁷ e da Operação Lava Jato⁴⁸ (Tatagiba, 2015).

Esses grupos, compostos majoritariamente por homens brancos, empresários e membros de condição financeira estável, com forte presença de pessoas com ensino superior e maior renda, se autodenominavam apartidários, mas se posicionaram intimamente ligados ao PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), especialmente durante a campanha de Aécio Neves em 2014. O discurso desses movimentos estava centrado no antipetismo e na crítica a políticas sociais de inclusão, como o Bolsa Família e as cotas raciais, que eram vistas como ameaças à meritocracia. Além disso, eles recorriam a símbolos nacionalistas e conservadores, como os slogans *Fora PT*, *Fora Dilma* e *Impeachment*, refletindo uma forte oposição ao socialismo e ao comunismo, associando o PT a práticas corruptas e à imposição de um projeto político radical. Embora esses movimentos tivessem uma base de apoio nas classes médias urbanas, enfrentaram dificuldades para estabelecer um projeto político claro e coeso, apresentando um perfil contraditório que mesclava um discurso de Estado mínimo com o apoio a políticas de transporte público e outras demandas universais, mas sem um programa político mais amplo que pudesse se conectar com as classes populares (Cruz, 2015; Fontes, 2010).

A crise de representatividade dos partidos tradicionais e o desgaste do governo petista criaram um terreno fértil para o avanço de um novo campo político, que passou a disputar ativamente a opinião pública por meio de estratégias comunicacionais agressivas e altamente performáticas. A partir de 2013, mas sobretudo após as eleições de 2014, emergiu no Brasil uma nova articulação da direita radical e da extrema-direita, que incorporou pautas conservadoras nos costumes, defesa intransigente do neoliberalismo e uma retórica antipetista virulenta. Essa articulação encontrou espaço nas redes sociais digitais, que se tornaram um campo privilegiado de formação de senso comum reacionário, desinformação e mobilização. Influenciados por movimentos internacionais e por figuras como Donald Trump e Steve Bannon, esses grupos passaram a disputar também as instituições, buscando espaço em partidos políticos, no Congresso Nacional e na opinião pública através de canais alternativos, youtubers, influencers

⁴⁷ Escândalo político revelado em 2005, envolvendo a acusação de que parlamentares da base aliada do governo Lula recebiam pagamentos regulares em troca de apoio no Congresso Nacional. Segundo as investigações, os recursos teriam origem em contratos públicos desviados por meio de agências de publicidade. O caso teve grande repercussão midiática e foi amplamente explorado por adversários políticos do Partido dos Trabalhadores, tornando-se um marco na associação entre corrupção e partidos de esquerda no debate público brasileiro.

⁴⁸ Operação iniciada em 2014 pela Polícia Federal, voltada à investigação de esquemas de corrupção envolvendo a Petrobras, empreiteiras e agentes políticos. Embora tenha levado a condenações importantes, foi marcada por seletividade, vazamentos à mídia e interferência política, sendo posteriormente utilizada por setores da direita para deslegitimar o campo progressista e viabilizar a ascensão de lideranças conservadoras.

e mídias independentes de direita, pavimentando o caminho para a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 como expressão institucional desse novo ciclo político.

Contudo, a reorganização da direita não é um movimento a ser considerado como um fenômeno espontâneo e desconexo, pois essa tendência é expressa a tempos em escopo global. A extrema direita europeia, marginalizada após a Segunda Guerra Mundial devido aos horrores das doutrinas totalitárias, foi banida da política institucional e recolhida aos subterrâneos da vida pública. O protagonismo do embate político, então, figurou outros agentes dicotômicos, a direita e a esquerda, que disputavam poder e narrativas dentro de um consenso democrático pautado pelo Estado de Bem-Estar Social. Quarenta anos depois, com a crise desse modelo, o crescimento do desemprego e o avanço da xenofobia, a extrema direita retornou gradualmente à cena política, adquirindo novas formas e passando a disputar efetivamente o poder. Cabe ressaltar, que dentre os territórios em que alcançou e o período em que atuou, a extrema direita mediou seus discursos apelativos dentre pautas gerais e particulares de cada recorte histórico (Mudde, 2022).

Processo semelhante ocorreu na América Latina, sobretudo no Brasil, ao final do século XX, com o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria. Nessa transição, ainda que complacente em muitos casos, os herdeiros civis das ditaduras militares foram obrigados a reinventar discursos democráticos, pois o passado autoritário tornara-se um fardo político (Neto, 2025). Contudo, com o tempo, a memória coletiva sobre a repressão foi se desgastando, o que abriu espaço para o reagrupamento conservador. Assim como na Europa, a Nova Direita latino-americana emergiu em meio a crises econômicas, contestando conquistas sociais anteriores. Todavia, há uma diferença importante: enquanto na Europa esse retorno tem se dado por vias institucionais mais consolidadas, na América Latina e no Brasil, a direita renovada se expressa de forma agressiva, aventureira e frequentemente desrespeitosa aos princípios democráticos, embora com forte presença e barulho no debate público (Castells, 2013).

Assim, após as manifestações de 2013, deu-se início a uma campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff, que assistiu a radicalização do discurso da nova direita, alimentado por uma narrativa de ódio – permeado por preconceitos – e desqualificação, amplificada pela mídia. A associação do PT à corrupção e à incompetência política foi extremamente abordada pela cobertura midiática, criando um ambiente de desconfiança generalizada. Esse contexto favoreceu a ascensão de um antipetismo radical, que ultrapassava o repúdio aos erros de governança e se expandia para a acusação e rememoração de um *perigo comunista*, discurso histórico de ameaça à ordem estabelecida na política brasileira. A crítica aos valores ideológicos do PT, acompanhado por preconceitos de classe, raça e gênero, especialmente contra os

beneficiários de políticas sociais como o Bolsa Família, fortaleceu o apoio a uma agenda neoliberal e intolerante (Girelli, 2018). As redes sociais desempenharam um papel crucial nesse processo, amplificando a mobilização de setores conservadores e da classe média em apoio a um moralismo que deslegitimava políticas de igualdade e direitos sociais, aprofundando ainda mais as divisões sociais e políticas no Brasil (Tatagiba, 2015).

Apesar dos atos de 2013 terem sofrido com a subversão, ao serem dominados pela nova direita, o estrondo de seu impacto também impulsionou novos movimentos do escopo político de esquerda. Enquanto uma nova expressão outsider da direita se organizava, os movimentos sociais do Brasil reconheceram a urgência de articular uma resposta à altura através do antifascismo. Um exemplo dessas mobilizações foi o ato unificado convocado para o dia 25 de fevereiro de 2014 por organizações como a FIP-RJ (Frente Independente Popular), o MEPR (Movimento Estudantil Popular Revolucionário) e o Fórum de Lutas contra o Aumento das Passagens, que denunciaram a repressão estatal, o avanço de leis de exceção e a atuação da imprensa como instrumento de criminalização das lutas sociais. O estopim dessa reação foi a morte do cinegrafista Santiago Andrade, atingido por um rojão enquanto cobria uma manifestação contra a copa do mundo no Rio de Janeiro em fevereiro de 2014. De acordo com os antifascistas, no artigo *Movimentos do RJ organizam grande ato antifascista para o dia 25/2* (Panelas, 2014) no CMI Brasil, o episódio foi imediatamente explorado pela grande mídia como forma de desacreditar os protestos e justificar medidas repressivas, além de ser utilizado, pois as autoridades sentiam “medo de que o aumento das manifestações comprometa a realização da Copa do Mundo” (Panelas, 2014). Segundo que inúmeras medidas repressivas estão sendo tomadas. Segundo o autor, Rafael Gomes Panelas (2014), “a Lei Antiterrorismo, a Lei de Crime de Desordem em Local Público, a Lei Geral da Copa e a Portaria Normativa do Ministério da Defesa”(Panelas, 2014) estavam se aproveitando do ensejo para qualificar os “movimentos sociais como "forças oponentes"(Panelas, 2014), evidenciando “a farsa do suposto Estado Democrático de Direito que, de fato, é um Estado autoritário e policial”(Panelas, 2014).

No mês seguinte, outro episódio impulsionou a visibilidade dessas mobilizações, a tentativa dos militantes de direita de replicarem, no dia 22 de março de 2014, a Marcha da Família com Deus cinquenta anos após o golpe de 1964 (Sallowicz, 2014), no Rio de Janeiro. A marcha, que pedia a intervenção militar no país enquanto os manifestantes gritavam palavras de ordem como *fora, comunismo, fora, Dilma e fora corrupção*, havia sido anunciada pelas redes sociais e contou com a presença de Jair Messias Bolsonaro, na época o deputado federal mais votado do Rio de Janeiro pelo PP (Partido Progressista). Contudo, o descobrimento desses planos pelos antifascistas propiciou movimentos de contramanifestação, seja no Rio de Janeiro,

onde a marcha foi interceptada por manifestantes antifascistas e dissolvida pela ação da polícia, ou em São Paulo, como mostra o artigo *[SP] Marcha Antifascista – 22/03/2014 15h – Praça da Sé* (ANTIFA, 2014a), onde a Ação Antifascista Brasil marcava uma marcha que saiu da Praça da Sé⁴⁹ e se estendeu até o antigo prédio do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social)⁵⁰, denunciando que “setores ultra-reacionários querem trazer de volta a marcha fascista que deu aval ao golpe de 64 no Brasil [...] somos contra qualquer forma ou apoio ao fascismo!” (ANTIFA, 2014a).

Figura 1 – I Marcha Antifascista



Fonte: CMI Brasil. Disponível em: <http://midia independente.org/pt/blue /2014/03/529970.shtml>.

Acesso em: 02 mai. 2025.

Posteriormente, como indica a matéria *[SP] Marcha Antifascista II* (ANTIFA, 2014b), essa métrica se repetiu no dia 7 de setembro do mesmo ano. Na matéria, é denunciado que “mais uma vez setores ultraconservadores querem caminhar pelo país, pedindo golpe militar e outros absurdos” (ANTIFA, 2014b), ao mesmo tempo em que convocava “Companheiros antifascistas, vamos para a praça, para não permitir que o fascismo tome conta das ruas e dos nossos

⁴⁹ Local provavelmente foi escolhido porque foi o palco do episódio conhecido como “A Revoada das Galinhas Verdes”, marco histórico do antifascismo no Brasil.

⁵⁰ DOPS – Departamento de Ordem Política e Social, órgão de repressão do Estado brasileiro, ativo especialmente entre as décadas de 1930 e 1980, com atuação central na vigilância e perseguição de movimentos de esquerda, sindicatos e organizações populares.

destinos!”(ANTIFA, 2014b). Junto disso, também é destacado que “assim como da última vez”(ANTIFA, 2014b), o grupo não estava promovendo um confronto, tendo em vista que na “outra marcha poderão ir pessoas com crianças que não tem absolutamente nada a ver com a estupidez dos pais e não vamos fazer elas pagarem pela burrice deles”(ANTIFA, 2014b). Através dos excertos, é possível mensurar que a abordagem do combate antifascista, nesse momento, apesar de carregar ressentimentos, evitava uma abordagem truculenta como eram os embates de menor proporção da cena punk. Da mesma maneira, fatores como a recente difamação midiática por associação dos movimentos sociais à morte de Santiago Andrade e o sensível contexto da opinião pública podem ter contribuído para a cautela das manifestações.

Figura 2 – II Marcha Antifascista



Fonte: CMI Brasil. Disponível em: <http://midiaindependente.org/pt/blue/2014/09/535403.shtml>

Acesso em: 02 mai. 2025.

Devido ao aumento da visibilidade de discursos ultraconservadores no Brasil a partir de 2014 – marcados por racismo, machismo e homofobia e impulsionados pela rearticulação de setores da direita radical –, o antifascismo, até então representado sobretudo por coletivos ligados à subcultura punk e à tradição do movimento ANTIFA, ampliou sua presença no campo cultural das torcidas organizadas de futebol. A relação entre futebol e disputas ideológicas não é recente, uma vez que, desde meados da década de 1980, torcidas neofascistas passaram a ocupar arquibancadas na Europa, especialmente em países como Itália, Alemanha e Inglaterra. Nesse contexto, o futebol e a música, especialmente gêneros como rock, punk e metal, atuam como polos de identificação juvenil, especialmente em cenários de desestruturação familiar e crise das instituições tradicionais como partidos políticos e sindicatos. Essa presença provocou reações igualmente organizadas, com o surgimento de torcidas antifascistas no mesmo período, em oposição explícita. No Brasil, contudo, o aparecimento das torcidas antifascistas não resultou de um alastramento massivo de grupos neofascistas no futebol, embora tais expressões tenham se intensificado, mas deve ser compreendido a partir de uma combinação de fatores

mais complexa. Dentre eles, destaca-se a força e riqueza histórica do futebol nas lutas sociais e como campo cultural de ampla capilaridade no país. Utilizando a internet como ferramenta de mobilização e visibilidade, esses coletivos antifascistas passaram a denunciar a elitização do futebol e a presença de ideologias autoritárias dentro e fora dos estádios.

Dessa forma, foram selecionados três coletivos atuantes na cidade de São Paulo como fontes complementares para a reconstituição do período em questão: a AFA-SP (Ação Antifascista de São Paulo), vinculada à tradição da *Antifaschistische Aktion*, o C16 (Coringão Antifa) e o P16 (Palmeiras Antifascista), estes últimos organizados como coletivos torcedores. Foram consideradas suas produções e manifestações públicas nas redes sociais, em especial no *Instagram* e no *Facebook*, bem como entrevistas orais concedidas por seus integrantes. Nesse contexto de contemporaneidade, tanto os relatos de seus participantes quanto suas atuações em redes digitais são subsídios relevantes para a reconstrução de sua trajetória, pois oferecem elementos importantes para a compreensão das flutuações de seus posicionamentos e das motivações que orientam sua atuação no campo político.

As redes sociais desempenharam um papel crucial na organização e na ampliação da ação antifascista no Brasil, especialmente a partir da década de 2010. A página do *Ação Antifascista São Paulo* foi criada no *Facebook* em 21 de agosto de 2016, com um perfil no *Instagram* surgindo em junho de 2018, enquanto o *Coringão Antifa*, um dos coletivos mais visíveis no cenário paulista, iniciou sua atuação no *Facebook* em 2014, mas teve sua primeira conta excluída após publicar uma foto com símbolos nazistas, usada como forma de conscientização do público sobre a gravidade desses símbolos. A página foi denunciada e removida, obrigando o coletivo a criar uma nova conta em 15 de janeiro de 2019, enquanto o *Instagram* foi lançado em julho de 2018. Já o *Palmeiras Antifascista*, outra importante organização no movimento, começou sua página no *Facebook* em 21 de abril de 2014, e seu perfil no *Instagram* foi criado em outubro de 2016. Essas redes sociais tornaram-se canais fundamentais para o fortalecimento das lutas antifascistas, ampliando a comunicação e as articulações políticas, além de servirem como plataformas para documentar e divulgar as ações desses coletivos.

Em suma, duas motivações podem ser observadas no contexto de criação desses coletivos, o combate direto de manifestações neofascistas e de extrema direita – caso da P16 – e oposição ao levante da extrema direita em linhas gerais – caso da C16 e da AFA-SP.

A P16, primeira organização a ser criada, entre as selecionadas, explica o contexto, motivação e processo de criação do coletivo antifascista através de um cartaz. Segundo a fonte, o coletivo surgiu em 2014, após um episódio em que um torcedor vestindo um agasalho da

Irriducibili – torcida do time italiano *Società Sportiva Lazio*, conhecida por vínculos históricos com o neofascismo e práticas discriminatórias nas arquibancadas europeias – foi visto na arquibancada da torcida palmeirense. Em resposta, a P16 organizou-se para combater o fascismo, o racismo, a misoginia e a LGBTfobia, entendendo essas agressões como um processo ligado à radicalização das direitas e afirmando a arquibancada como espaço de disputa política. Através de uma linguagem visual combativa, o cartaz apresenta a imagem de um torcedor alviverde golpeando o fascismo, com a frase *Smash Fascism!*, resgatando referências globais da luta antifascista. Ao mesmo tempo, o texto reafirma o engajamento do coletivo contra o futebol moderno e mercantilizado, defendendo uma atuação crítica e politizada no ambiente esportivo.

Figura 3 – Panfleto de apresentação Palmeiras Antifascista



Fonte: Acervo pessoal. Acesso em: 02 mai. 2025.

O impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, dois anos depois, apesar de ser considerado um movimento legítimo por parte da direita moderada, acabou por aprofundar a polarização política no país, permitindo o avanço de forças e discursos mais radicais. A direita

moderada, representada pelo PSDB, usou a crise para alcançar o poder, mas foi incapaz de consolidar sua posição, uma vez que foi atingida pelos mesmos escândalos de corrupção que contribuíram para o impeachment. O resultado dessa situação foi a ascensão de Jair Bolsonaro e o PSL (Partido Social Liberal), que emergiram como representantes de uma *direita radical* dentro da máquina estatal, descolada do sistema político corrupto tradicional (Corbellini, 2019). Esse movimento representou a troca de atores na política brasileira, com a perda de representatividade dos partidos tradicionais – PSDB e PT – que protagonizaram enredos com exclusividade no Congresso, e o fortalecimento de uma agenda autoritária, nacionalista e conservadora, que ficou ainda mais evidente com o apoio explícito à ditadura militar e a oposição aos direitos das minorias.

Nesse interim, a cena dos movimentos sociais fervilhava frente o teor das manobras políticas e do posicionamento midiático que cerceavam o processo de *impeachment*. Contudo, as agitações não impediram a ascensão da direita, com Michel Temer, que assumiu a presidência e implementou um conjunto de medidas neoliberais que visavam reverter as políticas sociais e econômicas do governo petista. A austeridade fiscal se materializou em reformas significativas, como o controle dos gastos públicos e a aprovação da reforma trabalhista, que enfraqueceu direitos da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que promovia a terceirização e precarização do trabalho. A extinção de ministérios voltados para políticas sociais, como os Ministérios da Cultura, das Comunicações, das Mulheres e dos Direitos Humanos, refletiu a nova orientação do governo, alinhada com os interesses de um setor empresarial que priorizava as reformas econômicas e a diminuição do papel do Estado na economia (Corbellini, 2019; Saad-Filho & Moraes, 2018). Esses movimentos políticos e econômicos tiveram um impacto direto na qualidade de vida da classe trabalhadora, que viu a informalização do mercado de trabalho crescer, afetando os avanços conquistados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Esse cenário, marcado pela radicalização do discurso político e pela crise de representatividade, foi um dos principais fatores que propiciaram a consolidação de Jair Bolsonaro como forte candidato à presidência, cujo discurso refletia a rejeição ao *establishment* político – especialmente ao PT – e se alimentava do desgaste do sistema político tradicional, prometendo uma nova ordem para o Brasil, mais alinhada com os ideais conservadores e neoliberais.

Nesse interregno, além de promover encontros entre os participantes dentro e fora dos estádios, o *Palmeiras Antifascista* fez publicações que abordavam temas sensíveis que se expressavam no futebol, como a homofobia (Palmeira Antifascista, 2016a) e o machismo (Palmeiras Antifascista, 2016b). Além disso, o grupo não deixou de somar a outras pautas, como

o apoio à greve dos professores de São Paulo (Palmeira Antifascista, 2015a), à causa palestina (Palmeiras Antifascista, 2016a), críticas à violência policial (Palmeiras Antifascista, 2015a) e ao racismo (Palmeiras Antifascista, 2015b). No entanto, os principais temas abordados se concentravam à crítica do futebol moderno, acusando a elitização do esporte. Dentro disso, os principais temas abordados remetiam ao preço inacessível dos ingressos (Palmeiras Antifascista, 2015b), a proibição da meia-entrada (Palmeiras Antifascista, 2015c), a imposição de jogos com torcida única (Palmeiras Antifascista, 2015c), a fiscalização constante das medidas tomadas pela diretoria do clube (Palmeiras Antifascista, 2018a) e a denúncia da aproximação de Jair Bolsonaro (Palmeiras Antifascista, 2016c), alegando que o candidato buscava instrumentalizar a imagem do Palmeiras por interesses eleitorais.

Figura 4 – Bolsonaro nazista



Fonte: Página do Palmeiras Antifascista no *Facebook*. Disponível em:

<https://www.facebook.com/share/12HkFjXjosK/>. Acesso em: 02 mai. 2025

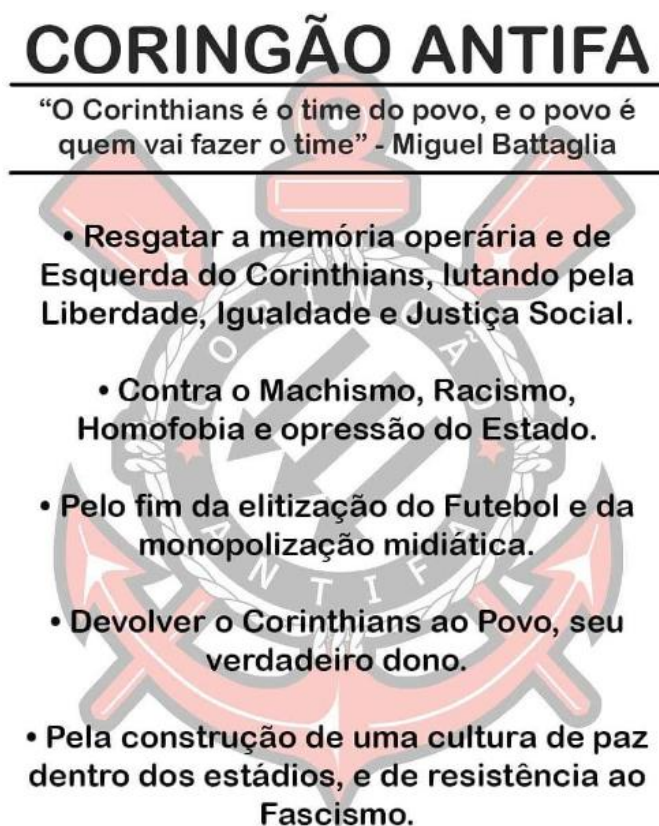
Quanto ao caso do *Coringão Antifa*, o coletivo foi fundado em 2016, em meio ao acirramento político do período pós-*impeachment*, marcado por protestos contra medidas autoritárias no futebol paulista e pela intensificação do discurso conservador. De acordo com a entrevista, a origem do coletivo está relacionada a um “ato emblemático no Vale do Anhangabaú (ANTIFA, Coringão, março/2025), onde torcedores e movimentos populares se uniram em protesto contra o desvio de verbas da merenda escolar (Saudaña, 2016):

O clima do golpe contra a Dilma também pesou, a gente começou a enxergar uma polarização mais acirrada no Brasil, com a extrema-direita mostrando cada vez mais seus dentes. Então, dois companheiros, na época estudantes de história, que acompanhavam todas essas movimentações, resolveram fundar a Coringão Antifa - a

ideia era resgatar o Corinthians como o time do povo e ao mesmo tempo fazer alguma coisa diante da ascensão do conservadorismo. (Anexo I, p.171).

Nesse processo de consolidação, a *Coringão Antifa* articulou o resgate da memória histórica do clube à crítica à elitização do futebol e à resistência política cotidiana. Inspirada nas raízes operárias e sindicalistas do Corinthians, a C16 buscou reaproximar o time de suas origens populares, expandindo suas ações para além dos estádios. Assim como a P16, que fundamenta sua militância na máxima “Preço elitista, origem operária”, a C16 evoca a frase “O Corinthians é o time do povo, e o povo é quem vai fazer o time”, de Miguel Battaglia, anarcossindicalista e cofundador do clube.

Figura 5 – Arte de apresentação do Coringão Antifa



Fonte: Página do Coringão Antifa no *Facebook*. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BIKEtQRnFh9/>.

Acesso em: 02 mai. 2025.

Na postagem do dia 13 de julho de 2018⁵¹, em sua página do *Instagram*, é possível ver que os objetivos do coletivo passam pela oposição ao machismo, racismo, homofobia, opressão estatal e à elitização do futebol, defendendo a democratização do acesso aos estádios e a devolução do clube ao seu público histórico, as camadas populares e não elitizadas. Desde o início, a C16 manteve uma postura vigilante em relação à diretoria do clube, fiscalizando

⁵¹ A C16 perdeu sua conta do Instagram que havia criado em 2016 por conta de uma publicação que, afim de ensinar seu público a detectá-los, exibia símbolos nazistas. Por conta disso, o *Instagram* e o *Facebook* da organização andam juntos desde 2018, compartilhando basicamente os mesmos conteúdos – poucas divergências.

posicionamentos e decisões institucionais, ao mesmo tempo em que se consolidou como um importante canal de apoio ao futebol feminino do Corinthians. Sua atuação também se expressou em ações solidárias nas periferias, como doações e atividades com crianças e pessoas em situação de vulnerabilidade, além de promover articulações com outros coletivos antifascistas de torcidas rivais, reafirmando que, embora adversários nos estádios, eram companheiros na luta comum contra o fascismo.

Já a AFA-SP (Ação Antifascista São Paulo), em sua criação, abrange as duas categorias. De acordo com a entrevista concedida por uma representante, o coletivo se reorganizou em 2016, pois, diante do avanço da extrema direita em âmbito nacional e paulistano, eventos como a Marcha para Jesus⁵² — que desde a primeira década dos anos 2000 alarmavam os antifascistas devido à aproximação com grupos neofascistas — passaram a ganhar ainda mais proporção após a reorganização da direita o país e a partir de 2009, a Marcha passou a ser utilizada como *palco para a extrema-direita* e seus setores mais radicais, como grupos neofascistas e setores religiosos ultraconservadores:

Por questão numérica e repressiva, surgiu a necessidade de fazer uma marcha à parte. Não é uma marcha contra a família, uma marcha contra Jesus, mas é a Marcha Antifascista. Ela foi organizada em 2014, em 2015 tem uma edição também, mas em 2016 ela já surge com mais corpo, com as pessoas já se juntando com o propósito de construir uma organização de esquerda realmente antifascista. (Anexo III, p.223)

Diante da escalada de violência contra minorias e da ausência de respostas efetivas por parte da esquerda institucional, o projeto de Ação Antifascista, que nos anos anteriores era desenvolvido em escopo nacional por nome de Ação Antifascista Brasil – que operava em diversos centros urbanos através de gangues antifascistas⁵³ –, se fragmentou em núcleos urbanos menores. Nesse contexto, além da AFA-SP, também surgiram coletivos da ação em cidades como, também surgiram grupos com a mesma nomenclatura e proposta em grandes cidades do Brasil como Salvador, Rio de Janeiro, Curitiba, Londrina, Sorocaba, Brasília, Maceió e outras mais. Além disso, as instituições da Ação Antifascista propunham ser, aos demais, um ponto de encontro e articulação para manter a coerência de atuação do movimento.

⁵² Segundo o site oficial do evento, a Marcha para Jesus é um evento religioso de caráter pacífico que reúne igrejas cristãs do Brasil e de diversos países, com participação aberta ao público em geral. Instituída no calendário oficial brasileiro pela Lei Federal nº 12.025/2009, a marcha tem como objetivo expressar a fé cristã e divulgar uma mensagem de paz, sendo organizada no Brasil desde 1993 sob a liderança do apóstolo Estevam Hernandes. Disponível em: <https://www.marchaparajesus.com.br/>. Acesso em: 1 de maio de 2025.

⁵³ Nomenclatura utilizada pela antifascista da Ação Antifascista – SP durante a entrevista (Anexo III, p.224).

Figura 6 – Capa da página do *Facebook* da Ação Antifascista São Paulo



Fonte: Página do *Facebook* da Ação Antifascista São Paulo. Disponível em:

<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1780248222195518&set=a.163142809696785>. Acesso em: 01 mai.

2025.

Como mostra a capa da página do *Facebook* da Ação Antifascista São Paulo, suas atuações giravam em torno de pautas maiores, estabelecendo cinco pautas principais do grupo: *anti-homofobia*, *anti-racismo*, *anti-machismo* e *anti-nacionalismo*. De acordo com Bray (2020), esse posicionamento é fruto da interpretação da ideologia fascista, uma vez que o fascismo histórico e seus desdobramentos atuais são percebidos através da reprodução de hierarquias sociais baseadas em raça, gênero, sexualidade e nacionalidade. Nesse sentido, o autor afirma que “o verdadeiro antifascismo deve ser anti-opressão em todas as formas” (Bray, 2020, p. 80), pois “o fascismo prospera com hierarquias”(Bray, 2020, p.19) e se apoia em sistemas como o racismo, o sexismo e a xenofobia. Assim, a luta antifascista se apresenta como um compromisso com a justiça social ampla e interseccional, opondo-se a qualquer forma de dominação que alimente ou legitime o autoritarismo. Nesse sentido, para compreender a atuação do grupo após sua reorganização, suas ações de militância serão expostas em quatro grupos maiores: ações de apoio, marchas, atritos diretos e conscientização.

Com uma visão complexa, associando o fascismo às situações de opressão promovidas pelo Estado e o sistema capitalista, a vertente antifascista considera a atuação e promoção de outras lutas como parte intrínseca ao combate. Em suas ações de apoio durante o ano de 2016 e 2017, compartilhadas em sua página do *Facebook*, os antifascistas participaram de ocupações estudantis e moradia, além de greves, dos professores (Ação Antifascista, 2016b) e contra as reformas trabalhistas (Ação Antifascista, 2017a) promovidas no governo Michel Temer, somaram à causa Palestina (Ação Antifascista, 2017b), feminista (Ação Antifascista, 2017c), movimento negro (Ação Antifascista, 2017d) e ações solidárias na periferia (Ação Antifascista, 2017e) e em tribos indígenas (Ação Antifascista, 2017f), além de reivindicar a liberdade de

presos políticos⁵⁴. Esse trabalho, por sua vez, se estendeu a eventos que promoviam a conscientização e educação sobre os temas, contando com o apoio de militantes e especialistas sobre os temas, como mostram ateneus em assuntos específicos como a “Resistência do Povo Preto, Pobre e Periférico” (Ação Antifascista, 2017g), A Revolução Curda (Ação Antifascista, 2025), Resistência Indígena (Ação Antifascista, 2017h), ou mais abrangentes, como o Nenhum Direito a Menos: Que os Ricos Paguem pela Crise! (Ação Antifascista, 2017i), Fascismo: Conhecer para Combater (Ação Antifascista, 2016c) e 83 anos da Revolta dos Galinhas Verdes (Ação Antifascista, 2017j).

Em atuações que se aproximavam dos atritos diretos com os objetos de combate – o neofascismo e a extrema direita –, os antifascistas atuaram da denúncia ao enfrentamento físico. No final de 2016 (Ação Antifascista, 2016d), a página do *Facebook* expôs os rostos dos neofascistas envolvidos no assassinato de um indígena. Como vigilância desse setor extremo e violento, é compartilhado um e-mail do grupo como canal de denúncia dessas atividades (Ação Antifascista), requisitando que os antifascistas e apoiadores, caso avistassem neofascistas nas ruas, enviassem fotos. Em publicação do dia 13 de março de 2017 (Ação Antifascista, 2017l), a página compartilhou uma foto de antifascistas mascarados de diversos coletivos que haviam se reunido para boicotar uma reunião de neofascistas. Em intersecção, também foram feitas denúncias de aproximações de políticos de extrema direita com neofascistas, como foi o caso de Artur Duval (MBL) (Ação Antifascista, 2017m) e Douglas Garcia (PL) (Ação Antifascista, 2017n). O primeiro, acusado de carregar seguranças conhecidamente envolvidos e atuantes no movimento enquanto conturbava manifestações de esquerda. Já o segundo, teve rompantes de comentários explicitamente xenofóbicos nas redes sociais, além de ser acusado de perseguição pelos antifascistas.

⁵⁴ Rafael Braga Vieira, jovem negro e ex-catador, foi o único condenado no contexto das manifestações de junho de 2013, acusado de portar "material explosivo" — na verdade, dois frascos de produtos de limpeza. Em 2016, foi novamente preso, desta vez por tráfico e associação ao tráfico, com base exclusiva nos depoimentos de policiais militares, conforme autoriza a controversa Súmula 70 do TJ-RJ. A defesa apontou contradições nos relatos, ausência de provas materiais e negativa do acesso a imagens e registros do GPS da tornozeleira eletrônica. A manutenção da condenação, apesar das fragilidades processuais, é denunciada por movimentos antifascistas como exemplo de racismo estrutural, seletividade penal e criminalização da pobreza, vide MAIS UM ATAQUE RACISTA DA JUSTIÇA BURGUESA. *Facebook*, 12 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/15avSJeeP/>. Acesso dia 3 de maio de 2025.

Figura 7 – Nazismo é crime



Fonte: Página do *Facebook* da Ação Antifascista São Paulo. Disponível em:
<https://www.facebook.com/share/1ASsPop5VZ/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

Esses atritos, como visto neste espaço, foram a causa fundadora da Marcha Antifascista, convocadas em âmbito nacional, realizadas em São Paulo e em outros grandes centros urbanos do Brasil — com destaque para Rio de Janeiro/RJ e Curitiba/PR. De tal maneira, esse evento é uma matriz de investigação do antifascismo, evidenciando sua interpretação do cenário político em escopo nacional e como associam esses desenlaces ao fenômeno atualizado do fascismo de maneira orgânica, ano após ano. Assim, outras marchas locais foram organizadas pelo Brasil, como foi no dia 30 de abril de 2016 em São Paulo, onde reuniram-se cerca de 1000 pessoas, divididas em diversos setores da esquerda autônoma (Ação Antifascista, 2016e). Posteriormente, no dia 22 de novembro, a importância da continuidade desse projeto foi recobrada:

O antifascismo organizado se faz necessário e urgente no momento atual. Na medida em que ocorre um avanço de mentalidades fascistas, setores conservadores e reacionários se espalham por São Paulo e pelo Brasil a fora. Nossa construção real está em curso e crescente. Muitos integrantes desta seção contribuem ativamente na organização da Marcha Antifascista. Alguns dos pontos positivos gerados pelo ato de 2016 a serem destacados aqui: Atuação permanente durante o ano; o fortalecimento do debate sobre estratégia e organização; trabalho de

base sob bandeiras locais; integração com outras seções do Brasil e do mundo etc, além da expectativa de contribuir para criação de uma cultura antifascista em nosso contexto. (Ação Antifascista, 2016f)

Desde então, a página publicou chamados nacionais anualmente – em todos os centros urbanos que cedilhavam organizações antifascistas –, como em 2017 houve a *III Marcha Antifascista*. De acordo com a página oficial do evento (Ação Antifascista, 2017o), foi construída de forma horizontal e apartidária, que se propôs a enfrentar as múltiplas facetas do fascismo e do neoliberalismo, compreendidos como sistemas complementares de opressão estrutural. A urgência da auto-organização popular e da resistência à normalização dos discursos autoritários no espaço público foi reforçada no chamado e em sua plataforma de reivindicações, figuram: a luta contra a ascensão da extrema direita; o fim do capitalismo e a construção de um processo revolucionário; o combate ao encarceramento em massa e a liberdade dos presos políticos, como Rafael Braga; a defesa dos direitos trabalhistas diante das reformas neoliberais; a valorização da educação crítica; a solidariedade aos refugiados; o enfrentamento do genocídio da população negra, periférica e indígena; a defesa dos direitos das mulheres, incluindo o direito ao aborto legal e seguro; o combate à LGBT fobia; a abolição da propriedade burguesa em favor do acesso à moradia e à terra; e a desmilitarização das polícias. A marcha começou na Praça da Sé e pretendia terminar ao Memorial da Resistência, mas foi reprimida por tiros de borracha e bombas de efeito moral desferidos pela Polícia Militar de São Paulo.

Em 2018, o cenário político brasileiro foi profundamente marcado pelo processo eleitoral, que gerou uma crescente tensão social e institucional. Este ambiente de polarização teve como principal elemento a ascensão de Jair Bolsonaro, então deputado federal e favorito à presidência, amplificando a crescente preocupação com a possibilidade de um retrocesso nas conquistas democráticas e nos direitos sociais. A tensão política foi intensificada pela execução da vereadora Marielle Franco (PSOL) (Carvalho, 2018), assassinada em 14 de março de 2018, o que abalou profundamente os setores progressistas e ativistas pelos direitos humanos. O assassinato de Marielle, que era militante dos direitos das mulheres, dos negros e das populações marginalizadas, se transformou em um símbolo de resistência contra a radicalização política e a violência de Estado. Esse contexto, então, foi pano de fundo da convocação da Marcha Antifascista 2018, como mostra o texto oficial do evento:

Uma onda de intolerância varre o país. Cada vez mais surgem grupos que pregam a violência aberta e declarada contra LGBTs, mulheres, pobres, negros, trabalhadores e minorias. Cresce a adesão aos discursos contra imigrantes, contra a arte e contra o pensamento crítico e plural. Figuras políticas e Generais do Exército flertam com o golpismo, homenageando, em várias ocasiões, figuras facínoras, como torturadores do DOI-CODI, que cometeram atrocidades tremendas durante o período mais sombrio da nossa história: a ditadura empresarial-militar, que durou 21 anos, com um saldo de milhares de mortes, desaparecidos e torturados. O Fascismo é um fenômeno que surge quando o sistema capitalista está em crise, e precisa ser salvo para garantir os

interesses dos grupos dominantes. O resultado já conhecemos: o extermínio em massa, guerras e terrorismo de Estado. Enquanto isso, o atual Governo segue aprovando medidas que atacam os direitos do povo trabalhador, promovendo os interesses dos mais ricos, sempre em prejuízo dos mais pobres. Como se não bastasse, militantes da causa do povo trabalhador e da população marginalizada sofrem ataques contra sua vida, resultando em um dado preocupante: o Brasil é o país da América Latina que mais mata defensores dos direitos humanos. Dia 14 de Março de 2018, Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, que pautava na Câmara diversos debates de esquerda, teve seu carro emboscado e foi alvejada com 4 tiros na cabeça, em um nítido assassinato político, que matou, também, Anderson Gomes, que dirigia o carro. Cotidianamente, grupos fascistas e nazistas atacam violentamente LGBTs, negros e antifascistas nas cidades do Brasil. No campo, latifundiários mandam assassinar camponeses que lutam pelo direito à terra. Nas favelas e periferias, o Estado mata todos os dias jovens negros e pobres, por meio da Política Militar. Em São Paulo, o governo municipal continua sua tentativa de higienização das ruas, principalmente no centro da cidade, agindo a favor da elite dos bairros ao redor e da especulação imobiliária que demonstra interesse na região. Assim, ocupar as ruas do centro da cidade se mostra de extrema importância. O dia 16 de Junho foi escolhido em memória da morte de Maria Lúcia Petit da Silva, professora e comunista. Maria Lúcia lutou bravamente nas fileiras da heróica Guerrilha do Araguaia e desapareceu em 16 de junho de 1972. A Guerrilha do Araguaia foi um movimento de luta armada ocorrido entre 1972 e 1975, cujo objetivo era derrubar o governo militar. Assim, a data é simbólica para a memória combativa do país, que deve ser resgatada com urgência frente à ascensão da extrema direita não só no Brasil como no mundo. Cumpramos nosso dever e sigamos o exemplo de nossos camaradas que deram a vida lutando contra o maior inimigo da humanidade. MORTE AO FASCISMO, DIA 16 DE JUNHO É NAS RUAS! CONSTRUIR O MOVIMENTO DE MASSAS ANTIFASCISTA! NÃO PASSARÃO! *Contra a ascensão da extrema direita *Contra a criminalização dos movimentos sociais *Pela construção do poder popular *Contra o encarceramento em massa *Pela vida das mulheres *Contra a intervenção militar. (Ação Antifascista, 2018a).

O texto de convocação para a Marcha Antifascista de 2018 busca mobilizar setores populares frente à escalada autoritária em curso no Brasil, interpretada pelos antifascistas como expressão contemporânea do fenômeno fascista. Através de uma linguagem combativa e memorial, o documento articula a denúncia de uma conjuntura marcada pela intensificação da violência contra minorias – como LGBTs, mulheres, negros, indígenas, trabalhadores e movimentos sociais – com a crítica ao avanço de pautas conservadoras, neoliberais e à militarização do Estado. O texto explicita uma série de reivindicações do evento: o enfrentamento à criminalização dos movimentos sociais, o combate ao encarceramento em massa, a luta pela vida das mulheres, a resistência à intervenção militar, a defesa do pensamento crítico e da arte, e a construção do poder popular como alternativa ao sistema dominante.

Figura 8 – Marchas Antifascistas no Brasil



Fonte: Página do *Instagram* da Ação Antifascista São Paulo. Disponível em: https://www.instagram.com/p/BkK5Q3_FBBG/. Acesso em: 10 mai. 2025.

Ao inserir referências à memória histórica de enfrentamentos armados contra o regime militar e ao assassinato de figuras políticas comprometidas com pautas progressistas, como Marielle Franco, o texto estabelece conexões entre diferentes momentos de repressão e resistência, interpretando a conjuntura atual como continuidade de processos autoritários anteriores. Nesse sentido, associa-se a ascensão da extrema direita e a instrumentalização da violência estatal cotidiana a um processo de fascistização do Estado e da sociedade, compreendendo o fascismo não apenas como uma ideologia, mas como um modo de organização do poder capitalista em crise nas estruturas do Estado, que recorre à repressão e ao terror para garantir sua reprodução.

Entre os coletivos analisados, a visão do fenômeno fascista que enfrentam e denunciam não encontram dissonâncias. Analisando a publicação *O que é fascismo?* (Coringão Antifa, 2018a), *Palmeiras contra o fascismo* (Palmeiras Antifascista, 2018) e *Liberalismo e Nazifascismo* (Ação Antifascista, 2018), é possível traçar uma interpretação comum e complementar entre os grupos. Para eles, o fascismo contemporâneo se configura como uma força multifacetada que vai além de movimentos políticos explícitos, abrangendo também discursos populistas, práticas culturais e atitudes de exclusão que se disfarçam sob uma retórica

nacionalista e conservadora. Eles entendem o fascismo atual como uma ideologia que se propaga por meio da *despolitização do ódio*, usando estratégias como a difusão de medos coletivos, o fortalecimento de identidades sectárias e a naturalização da violência contra minorias. Além disso, esses grupos destacam a adaptação do fascismo às novas formas de comunicação, especialmente as redes sociais, onde a desinformação e os discursos de ódio têm espaço para florescer. O fenômeno fascista, portanto, se manifesta não apenas por facções extremistas, mas também por movimentos que buscam uma *reconstrução* da identidade nacional à custa de um projeto autoritário que se disfarça de proteção da *ordem* e da *moralidade*.

Essa interpretação, por sua vez, não é feita como um fenômeno descolado da realidade política, pois os grupos defendem que o fascismo contemporâneo se articula também com as políticas neoliberais, alimentando um ciclo de desigualdade e precarização que impacta as camadas populares, especialmente as minorias. Assim para P16, C16 e AFA, o antifascismo é uma resistência não apenas contra os grupos neofascistas, mas contra um sistema que perpetua a exclusão e a opressão sob o manto de uma *ordem social tradicional*. A análise adotada por esses coletivos aponta que o fascismo não se limita à repressão direta, mas busca também desestabilizar as conquistas democráticas por meio de uma reinterpretação da história, usando estratégias como o revisionismo e a legitimação de práticas violentas como naturais ou necessárias para a manutenção da *ordem*.

O antifascismo, então, passou a ter uma *razão de ser* maior após 2013, com o agravamento da polarização política e o surgimento de um novo setor da direita. Após as manifestações de junho daquele ano, que inicialmente tinham caráter popular, a pauta se ampliou com discursos contra a corrupção e gestou uma nova direita com retórica radicalizada. Esse setor emergente passou a se alinhar com segmentos marginais e radicais da extrema direita, incluindo grupos neofascistas, influenciando de forma decisiva o cenário político. Essa reorganização da direita culminou no impeachment de Dilma Rousseff, que abriu caminho para a ascensão de Michel Temer à presidência. O governo Temer implementou uma agenda neoliberal que promoveu o desmonte de serviços públicos e a intensificação da desigualdade social. Ao mesmo tempo, a figura de Jair Bolsonaro ganhava crescente popularidade, refletindo e amplificando esse discurso. Frente a essa escalada da extrema direita, o movimento antifascista percebeu a necessidade de se expandir e buscar um novo patamar organizativo, assumindo o desafio de se tornar um movimento de massas.

A visão dos antifascistas sobre o fenômeno do fascismo, entretanto, não se alterou drasticamente em relação à divisão de período abordada no último capítulo. Para eles, a violência institucional do Estado, exercida por seus diversos mecanismos de repressão e

controle social, seguia sendo interpretada como uma forma de fascistização do Estado. Contudo, com a popularização das figuras da extrema direita, seus discursos agressivos e o aumento das violências de ódio — especialmente contra as populações periféricas, negras, indígenas, mulheres e LGBTs —, impunha-se um novo cenário que demandava uma resposta estratégica e urgente dos coletivos antifascistas. Nesse contexto de transição, a luta antifascista é entendida como uma defesa da democracia e dos direitos humanos contra uma reconfiguração autoritária da sociedade. Esses coletivos precisavam não apenas reagir a ataques pontuais, mas também se organizar de forma mais abrangente e coordenada, diante de um contexto de polarização e crescente repressão estatal e social, como demonstram as Marchas Antifascistas e as ações protagonizadas pelos próprios grupos.

2.3. PANDEMIA E EXPANSÃO: MOVIMENTO ANTIFA CONTRA O GOVERNO BOLSONARO

Jair Messias Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil em 1º de janeiro de 2019, após vencer as eleições de 2018 com mais de 55% dos votos válidos no segundo turno. Militar da reserva e ex-deputado federal por sete mandatos consecutivos, construiu sua carreira marcada por declarações controversas e uma retórica agressiva, frequentemente contrária aos direitos humanos e às políticas de inclusão. Ganhou notoriedade por posicionamentos ofensivos dirigidos a populações negras, indígenas, mulheres e à comunidade LGBTQIA+, além de criticar políticas afirmativas, como as cotas raciais no ensino superior, e se opor a medidas protetivas de minorias, como o *kit anti-homofobia* nas escolas. Durante a pandemia de COVID-19, adotou uma postura negacionista, minimizando os riscos do vírus e disseminando desinformação, o que gerou ampla repercussão nacional e internacional (Mulhall, 2022). Sua trajetória revelou também afinidade com pautas autoritárias, elogiando regimes militares da América do Sul e demonstrando ceticismo em relação à democracia representativa.

A chegada de Bolsonaro ao poder representou o retorno de discursos autoritários ao centro da política institucional brasileira e impulsionou a reorganização de setores da extrema direita historicamente marginalizados. Após a transição democrática, o país vivenciou um processo de apagamento da direita radical, frequentemente identificado como o fenômeno da *direita envergonhada*, que resultou em um vácuo político entre 1979 e 1989. Nesse cenário, pequenos grupos neofascistas e neo-integralistas buscaram se articular politicamente, mas enfrentaram obstáculos impostos pelas restrições constitucionais e pela baixa representatividade eleitoral. Bolsonaro, inicialmente vinculado a partidos conservadores e próximo a setores militares e evangélicos, passou a incorporar elementos simbólicos da tradição autoritária brasileira, como o lema *Deus, Pátria, Família*, associado historicamente ao fascismo e ao integralismo. Sua candidatura, embora liderada por interesses militares e por uma nova direita ultraliberal, atraiu o apoio de organizações neofascistas, que identificaram nele uma via de inserção no campo político-institucional. A aliança com o PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro) — partido com conexões com grupos nacionalistas de matriz integralista e com organizações como a CasaPound e a Brigada Azov — consolidou essa aproximação, evidenciada pela escolha do general Hamilton Mourão, filiado à legenda, como vice-presidente (Neto, 2025).

Durante seu governo, houve incentivo direto e indireto à disseminação de discursos e práticas oriundas da extrema direita global. No plano institucional, destaca-se a nomeação de

figuras vinculadas ao integralismo, como Paulo Fernando da Costa, que atuou no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, influenciando políticas públicas ultraconservadoras. No plano simbólico, episódios como o discurso do então secretário de Cultura Roberto Alvim — com referências explícitas a Joseph Goebbels — expuseram o alinhamento de setores do governo com o ideário fascista. Paralelamente, o neonazismo, até então marginal no Brasil, ganhou fôlego, sobretudo no ambiente digital, com aumento significativo de denúncias e investigações. Grupos vinculados ao bolsonarismo radical passaram a adotar estratégias e estéticas inspiradas na *alt-right* norte-americana e em movimentos neofascistas europeus, articulando-se em torno de pautas antidemocráticas e violentas. A defesa da *ucranização*⁵⁵ do Brasil — expressão utilizada para legitimar ações violentas contra adversários políticos — e a atuação de coletivos como os *Trezentos*⁵⁶ ilustram esse processo. Embora o bolsonarismo não se confunda diretamente com essas organizações, sua emergência criou condições favoráveis à circulação de ideias e práticas ligadas ao neofascismo e ao neonazismo contemporâneo (Neto, 2025).

No primeiro ano de seu governo, uma das principais áreas de contestação dos antifascistas e também dos movimentos sociais — que já persistia desde o governo Michel Temer — foram as reformas da agenda neoliberal. Nesse ano, a Reforma da Previdência⁵⁷, que impulsionou medidas de privatização no setor e aumentou a idade mínima mobilizou manifestações durante os meses de março e abril, que contaram com a colaboração de antifascistas, como mostram as publicações da C16 (Coringão Antifa, 2019a). Posteriormente, outras conturbações foram provocadas com os Cortes da Educação⁵⁸, que no total somaram 5,83 bilhões de reais, e assistiram à Greve Geral da Educação durante os meses de maio e junho (Coringão Antifa, 2019b). Nesses atos, os coletivos antifascistas eram os primeiros e os últimos das marchas, atuando na linha de frente e cobrindo a retaguarda (Anexo III, p.175).

⁵⁵ Refere-se ao caminho da Ucrânia após o golpe de 2014, quando, segundo esses grupos, houve uma instrumentalização de pautas nacionalistas e anticomunistas para fortalecer grupos de extrema-direita, com apoio externo e militarização crescente da política. Nesse sentido, a “ucranização” simboliza o avanço do neofascismo sob roupagens patrióticas, o uso do aparato estatal contra movimentos populares e o alinhamento a interesses imperialistas, resultando em repressão, polarização violenta e erosão democrática.

⁵⁶ O grupo “Os 300 do Brasil”, liderado pela ex-militante feminista, convertida à extrema-direita, Sara Winter em 2020, era uma milícia bolsonarista que pregava pautas antidemocráticas, como o fechamento do STF. Com estética paramilitar, foi visto por antifascistas como expressão grotesca do neofascismo.

⁵⁷ A Reforma da Previdência foi promulgada em 12 de novembro de 2019. Ela instituiu idade mínima para aposentadoria (65 anos para homens e 62 para mulheres), aumentou o tempo mínimo de contribuição e mudou o cálculo do benefício — medidas que dificultam o acesso à aposentadoria integral, especialmente para trabalhadores mais pobres e informais.

⁵⁸ Em 2019, o governo federal realizou cortes na educação que impactaram universidades e institutos federais. Essas medidas comprometeram o funcionamento e a expansão das instituições públicas, prejudicando o acesso e a qualidade do ensino superior no país.

A base da crítica dos principais assuntos foi feita nas redes sociais, como exemplificam as páginas da C16 e da P16, onde se articulavam denúncias às políticas neoliberais, críticas à precarização dos serviços públicos e posicionamentos diretos contra a privatização de áreas estratégicas do Estado. Além disso, esses espaços virtuais também foram utilizados para convocar ações diretas, fortalecer redes de solidariedade e difundir pautas paralelas, como a denúncia das queimadas em territórios indígenas (Coringão Antifa, 2021a), a crítica à mercantilização dos clubes de futebol (Palmeiras Antifascista, 2021a) (Coringão Antifa, 2019c), e o posicionamento contra propostas como a PEC 29, que visava restringir o direito ao aborto legal (Coringão Antifa, 2019d). Tais manifestações revelam o entrelaçamento entre o antifascismo e a luta por justiça social, evidenciando como os coletivos se posicionavam não apenas contra o autoritarismo, mas contra o aparato capitalista que o sustenta.

Além das polêmicas envolvendo sua postura populista de extrema direita – com acenos aos setores mais extremos desse escopo –, o governo de Jair Bolsonaro foi marcado pela pandemia da COVID-19. A atuação pública de seu governo durante a pandemia caracterizou-se por um negacionismo contínuo, evidenciado na rejeição de práticas preventivas, no boicote à vacinação e na circulação intencional de desinformação, colaborando com a ampliação da contaminação. No dia primeiro 11 de março a OMS (Organização Mundial da Saúde) declarou situação de pandemia, frente às medidas necessárias, o crescente número de vítimas e contaminados, Jair Messias Bolsonaro foi protagonista de diversas falas polêmicas. Durante o ano de 2020, ao ser questionado sobre a situação, o então presidente declarou em diversos momentos que a doença não passava de uma *gripezinha* (Camarotti, 2020), que não acreditava nos números (Tajra, 2020), que *tudo agora é pandemia* (Tajra, 2020), que não era coveiro (Tajra, 2020) e que o *Brasil tem que deixar de ser um 'país de maricas' e enfrentar a pandemia de peito aberto* (Gomes, 2020). A rispidez e falta de empatia do momento pode ser lida com a resistência em aceitar as indicações de *lockdown*, pois a redução das atividades foi propagada pelos agentes da extrema direita como carro chefe de um futuro colapso econômico. O Brasil encerrou o ano de 2020 com 7,567 milhões de pessoas infectadas pelo vírus e 192.792 mil mortes pela doença (Epidemiologia, 2020) e no ano seguinte enfrentou uma crise sanitária, registrando mortes em filas de espera por leitos. Após o final de seu mandato, foi noticiado que Bolsonaro teria recusado 11 propostas de vacina até o começo das campanhas de vacinação, fechando seu governo com mais de 600 mil mortes (Portal G1, 2023).

Nesse ínterim, os antifascistas alegaram que a quarentena era um direito burguês, que não tinham condições de parar os seus trabalhos pois não teriam como manter o seu sustento (Anexo II, p.196). Contudo, em suas páginas reconheciam a situação pandêmica com o devido

risco, como demonstra o título *Coronavírus não é brincadeira*, onde os antifascistas da P16 alegam que a quarentena, mesmo sobre más condições econômicas, era uma forma de resistência pela preservação da vida. Seguindo essa linha, os coletivos também se posicionaram contra o retorno das atividades, compartilhando as mesmas publicações quanto ao adiamento do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) (Ação Antifascista, 2020a) (Palmeiras Antifascista, 2020a) em maio – que encontrava resistência do governo – e pela denúncia da CONMEBOL (Confederação Sul-Americana de Futebol) (Coringão Antifa, 2021b), que se recusou em cancelar a Copa América 2021 mesmo com o apontamento de insuficiência das medidas preventivas por especialistas (Portal CNN Brasil, 2021). Desde os primeiros meses de pandemia, os coletivos torcedores antifascistas se reuniram em torno da TAU (Torcidas Antifascistas Unidas), que fiscalizavam e denunciavam as medidas do governo frente a crise sanitária:

Fora Bolsonaro/Mourão, pela sobrevivência do Brasil!
Os movimentos reunidos em torno deste manifesto tem plena consciência de que esta crise representa um momento sem paralelo na história de nossas gerações. Fazemos esta abertura inicial para deixar claro que o que aqui defendemos foi pensado com toda a cautela, e ao mesmo tempo com a urgência do que acreditamos ser necessário para enfrentarmos a crise que coloca a própria sobrevivência da população em xeque. A crise generalizada que entramos na saúde pública, com grave repercussão na crises que já estávamos enfrentando na economia e na assistência social, derrubou qualquer dúvida que ainda restava de que Bolsonaro e Mourão, que conduzem o País de forma criminoso, não podem continuar no poder. O teto de gastos e a política econômica de corte nos investimentos sociais estrangularam a capacidade do Estado brasileiro de prestar o atendimento mínimo à sua população. Isso ainda aliado com o aumento dos incentivos aos planos privados de saúde com repasses que ultrapassam 10 milhões de reais. Mesmo hoje com o consenso internacional sobre o tamanho e a gravidade da crise sanitária que representa o COVID-19 o Governo Bolsonaro/Mourão e seus cegos apoiadores pedem para que se retomem as atividades comerciais e de convívio social, alegando que o número de mortes que o contágio desenfreado do COVID-19 trará são menos importantes do que salvar uma economia já cambaleante, de crescimento píffio e dólar em disparada, desnordeada por uma gestão redundantemente neoliberal e incompetente. Assinam: TAU - Torcidas Antifascistas Unidas/Nordeste; TAU - Torcidas Antifascistas Unidas/Brasil; Azulão Antifascista – CSA; Bahia Antifascista; Belo Antifa - Botafogo /PB; Coletivo Democracia Corinthiana; Coletivo Democracia Santacruzense; Coluna Vermelha – Internacional; Comuna Alvirrubra - América/RN; Coral Antifa - Santa Cruz; Coringão Antifa – Corinthians; Desamparados Antifascista - Sportivo Desamparados/San Juan – AR; Discípulos de Rao – Internacional; Esmeraldinos Antifascistas – Goiás; Esquerda Rubro Negra - Flamengo Feminino; Portão 7 – Internacional; Ferro Antiscista - Club Ferro Carril Oeste – AR; Grêmio Antifascista; Flamengo Antifascista; Fluminense Antifascista; Juventude Antifascista - Juventude/RS; MECA Antifa - América de Pernambuco; MFLP 54 - Flamengo de São Paulo; Movimento Popular Coral - Santa Cruz; Movimento Toda Poderosa Corinthiana; Movimento Vila Metal Antifascista - Vila Nova; Palmeiras Antifascista; Palmeiras Livre; Porcomunas – Palmeiras; Portuguesa Antifascista; Resistência Caipira - Botafogo de Ribeirão Preto; Vasco Antifascista ;Xavantes Antifascistas - Brasil de Pelotas; Vovozão Antifascista. (Palmeiras Antifascista, 2020b).

No texto da publicação, fica evidente a expansão do antifascismo para o campo torcedor diante dos numerosos coletivos que assinaram o manifesto de denúncia. Para esse setor, a

imagem expressa não apenas o colapso sanitário provocado pela COVID-19, mas uma política de morte implementada pelo governo Bolsonaro. A condução da pandemia é lida como resultado de uma escolha deliberada em privilegiar os interesses do capital em detrimento da vida, naturalizando o sofrimento coletivo como efeito colateral de uma racionalidade neoliberal. A negligência frente às medidas preventivas, o boicote à vacinação e os cortes nas políticas sociais são compreendidos como parte de um projeto autoritário mais amplo, que ataca a ciência, desmonta o Estado e transforma a tragédia em método. Em seguida, a imagem da publicação contribui com a mensagem da publicação:

Figura 9 – TAU - Pela sobrevivência do país!



Fonte: Página do *Instagram* do Coringão Antifa. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-ViwNKHvTS/>.

Acesso em: 11 mai. 2025.

A imagem, portanto, é um apelo visual contra a postura ríspida, negacionista da liderança do país, o abandono institucional e a banalização da morte promovida pelo governo e suas declarações. Os olhos vermelhos e artificiais de Bolsonaro, aliados à tarja preta que silencia sua boca, evocam uma figura desumanizada, associada ao autoritarismo e à violência política. A composição monocromática, com alto contraste e textura áspera, intensifica o tom sombrio e urgente da denúncia. Utilizando uma estética de terror, a arte imprime o rosto do presidente como símbolo de ameaça à vida. A legenda, *Pela sobrevivência do país!* reforça esse sentido, e o chamado direto pela saída de Bolsonaro e Mourão evidencia as pretensões dos coletivos.

Frente à crescente exposição da população ao autoritarismo de Bolsonaro, seja pelo estilo do governo – com o trato com seus ministros⁵⁹ –, sua retórica de confronto espetacularizada ou inúmeras apologias à Ditadura Militar, as expressões neofascistas se multiplicaram. Além disso, no segundo ano do mandato, o então Secretário da Cultura, Roberto Alvim, fez um claro aceno ao extremismo quando copiou trechos de um discurso do ministro da propaganda nazista Joseph Goebbels em um vídeo oficial do governo, com fundo operístico e estética totalitária (Aragão; Goés; Soares, 2020). Durante esse período, diversos episódios marcaram o fortalecimento dessas ideologias. Em ato pró-Bolsonaro em Goiás, no ano de 2021, simpatizantes pediram perdão aos torturadores da Ditadura com roupas semelhantes às da KKK (Ku Klux Klan) (Lorran, 2021), assim como no Rio Grande do Sul, em um desses eventos, outro apoiador do governo vestiu-se com os trajes desse movimento enquanto simbolizava a queima de um comunista (Kuhl, 2021). Vez em quando, bandeiras neonazistas eram flagradas (Kaczuroski; Thomaz, 2020) (Filho, 2022) em marchas a favor do governo vigente e em Santa Catarina, em 2022, um cartaz satirizou um grupo de apoiadores que se denominavam membros da Cuscuz Clan (Caldas; Mayer, 2022). Em maio de 2020, o grupo *300 do Brasil* realizou uma marcha com tochas em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), imitando os rituais da KKK em protesto contra o ministro Alexandre de Moraes (Portal G1, 2020).

Figura 10 – Cuscuz Clan



⁵⁹ No governo de Jair Messias Bolsonaro, o tratamento dado aos ministros foi marcado por instabilidade, com nomeações e exonerações moldadas às intenções políticas do presidente, sem compromisso com continuidade técnica ou institucional.

Fonte: Portal *GI*. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/09/19/justica-ordena-retirada-de-outdoor-pro-bolsonaro-em-sc-com-frase-sou-da-cuscuz-clan.gh.html>. Acesso em: 11 mai. 2025.

Em vista disso, os antifascistas mantiveram sua postura combativa durante o período, mantendo a vigilância em seus espaços, como mostra a P16 em uma publicação do dia 24 de maio de 2020 que evocava um grito característico do movimento antifascista no Brasil: *Alerta, alerta, alerta antifascista*, dizendo que alguns torcedores se sentem a vontade para manifestar suas ideologias neofascistas vestindo o uniforme do Palmeiras, mas que o coletivo havia sido criado para barrar essas situações (Palmeiras Antifascista, 2020c). A C16, por sua vez, publicou uma arte no dia 6 de agosto de 2021 (Coringão Antifa, 2021b) que trazia ao centro, *Carecas do Subúrbio?*, e logo abaixo, *Não no meu subúrbio!*, alegando nos comentários *Estamos de olho*. Da mesma maneira, a AFA postou no dia 28 de novembro de 2020 que esteve nas ruas para confrontar neonazistas que haviam se manifestado com símbolos racistas na semana anterior, durante o Dia da Consciência Negra (Ação Antifascista, 2020b). Afirmando que esses grupos atacam apenas os mais vulneráveis, os antifascistas denunciam sua covardia e destacam que, ao contrário, estão ao lado do povo nas periferias, avenidas e estações de trem, prontos para enfrentar o fascismo por quaisquer meios necessários.

Além de neofascistas, os antifascistas também se colocavam em vigilância frente os órgãos que exerciam a força coercitiva do Estado, as polícias. Apesar da polícia já ser considerada pelos antifascistas como os cães de guarda do capitalismo, a causa tomou maior visibilidade após a morte de João Pedro, em maio de 2020. A tragédia ecoou com força entre os coletivos antifascistas brasileiros, que passaram a denunciar abertamente o que chamavam de *plano de extermínio do povo preto*, conduzido pelo Estado por meio de suas forças policiais. Através de publicações como as da P16 (Palmeiras Antifascista, 2020d) e da C16 (Coringão Antifa, 2020a), o assassinato do menino foi transformado em símbolo de uma estrutura genocida operante nas periferias urbanas. O caso não foi tratado como um evento isolado, mas como parte de uma sequência sistemática de execuções e apagamentos, reforçando o vínculo entre a luta antifascista e o antirracismo radical. Os coletivos evocaram a memória de outras crianças negras mortas pela polícia e denunciaram a militarização das favelas como expressão de um Estado racista, elitista e higienista.

Seguindo a mesma linha, outro episódio que foi objeto de denúncia dos grupos foi o caso de Genivaldo de Jesus Santos, em 25 de maio de 2022 (Palmeiras Antifascista, 2022a), em Umbaúba/SE. Genivaldo, um homem negro de 38 anos com esquizofrenia, foi abordado por agentes da Polícia Rodoviária Federal por conduzir uma motocicleta sem capacete. Apesar de colaborar com a abordagem e informar sobre sua condição de saúde, os policiais o

imobilizaram, agrediram e o colocaram no porta-malas da viatura, onde lançaram uma bomba de gás lacrimogêneo, resultando em sua morte por asfixia mecânica e insuficiência respiratória aguda. Apesar do destaque aos casos mais impactantes, os coletivos antifascistas mantiveram-se críticos e vigilantes quanto aos casos de violência policial. Nesse contexto, a sigla ACAB (All Cops Are Bastards), frequentemente acompanhada do código 1312, foi amplamente incorporada pelos coletivos como símbolo direto de repúdio à atuação policial (Coringão Antifa, 2020b) Longe de se referir a aspectos individuais dos agentes, o termo denuncia o papel estrutural da polícia como braço repressivo do Estado, especialmente contra os pobres, negros e dissidentes. O número 1312 representa a mesma sigla através da ordem das letras no alfabeto (A=1, C=3, A=1, B=2), funcionando como marca de identidade e resistência nas ruas e nas redes. O uso de ACAB 1312 reafirma o caráter antiautoritário do antifascismo e sua crítica ao papel da polícia como mantenedora das desigualdades sociais e da lógica punitivista que sustenta o Estado capitalista.

A relação dos antifascistas com seus inimigos não ficou apenas nas denúncias e vigilâncias, mas proporcionou alguns atritos diretos. Como exemplo, em 2020 veio à tona o caso do chamado “dossiê antifascista” (Carta Capital, 2020) — um documento sigiloso elaborado pelo Ministério da Justiça, que mapeava e identificava 579 pessoas críticas ao governo da época, especialmente servidores da segurança pública e professores universitários. O dossiê continha informações pessoais como nomes, fotografias, endereços e links de redes sociais, coletados a partir de fontes abertas e foi compartilhado com diversos órgãos de segurança, como a Polícia Federal, a Força Nacional⁶⁰ e a Abin⁶¹. A divulgação gerou forte repercussão pública e, após ação judicial, o Supremo Tribunal Federal suspendeu sua produção ainda em 2020, declarando-o inconstitucional em 2022. Além disso, o deputado estadual Douglas Garcia (PSL) — criador e entusiasta do dossiê — afirmou ter repassado o material à embaixada dos Estados Unidos por intermédio do deputado federal Eduardo Bolsonaro, que, à época, presidia a Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Nas redes sociais, Garcia chegou a divulgar vídeos exibindo nomes e rostos de militantes antifascistas, classificando-os como *grupos de extermínio*. O episódio escancarou os mecanismos de vigilância política e a

⁶⁰A Força Nacional de Segurança Pública é um órgão de cooperação federativa, criado em 2004, composto por policiais militares, civis, bombeiros e peritos cedidos pelos estados. Atua em operações especiais de segurança pública sob coordenação do Ministério da Justiça, geralmente em situações de crise, calamidade ou apoio à segurança federal, sendo frequentemente acionada em protestos, conflitos fundiários e repressão em áreas de interesse estratégico.

⁶¹A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) é o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, vinculado à Presidência da República. Sua função é produzir e analisar informações estratégicas para subsidiar decisões do governo, sobretudo em temas de segurança nacional, defesa do Estado e proteção da ordem constitucional. Apesar de seu papel técnico, já foi alvo de controvérsias envolvendo espionagem política e uso indevido.

criminalização dos movimentos antifascistas por parte do Estado e de atores da extrema direita, marcando um ponto crítico na disputa pelo controle do espaço público e digital no Brasil contemporâneo. Em resposta, no ano seguinte, a AFA-SP (Ação Antifascista São Paulo) prestou a assistência jurídica (Ação Antifascista, 2021a), recrutou uma colaboradora que trabalha na área da advocacia e mobilizou uma ação indenizatória contra os responsáveis pelo vazamento de dados, demonstrando uma forma concreta de solidariedade e autodefesa coletiva diante da perseguição estatal e parlamentar.

Antes de convocar os simpatizantes de seu escopo político a divulgarem dados sigilosos de antifascistas, Douglas Garcia já perseguia a página da Ação Antifascista São Paulo no *Facebook*, publicando comentários xenófobos como, *NEM FUDENDOOOO! SAPORRA SÓ VAI VIRAR UM CALIFADO NO DIA EM QUE EU MORRÊ*, e outras declarações polêmicas, como “Em São Paulo tem mais nordestinos que Paulistas. Tá na hora de começarmos a campanha #PaulistasSãoBemVindos” (Ação Antifascista, 2020c). Em vista da proporção do vazamento de dados, o grupo *Anonymous Brasil* se solidarizou com a causa e prometeu fazer o mesmo com figuras da extrema direita (Ação Antifascista, 2020d). Assim, no dia 1 de junho de 2020, o conjunto de hackers cumpriu sua promessa e divulgou diversos dados pessoais de figuras ligadas ao governo federal (Portal G1, 2020), como o presidente Jair Bolsonaro, seus filhos, ministros, parlamentares e o empresário Luciano Hang. A ação ocorreu no *Twitter* e incluiu endereços, telefones e informações patrimoniais dos envolvidos. O conteúdo foi apagado rapidamente pela plataforma, que também baniou a conta responsável e passou a ser investigado pela Polícia Federal.

No mesmo dia do vazamento, o deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) apresentou o Projeto de Lei n. 3019, 01 de junho de 2020 (Brasil, 2020), que propunha alterar a Lei Antiterrorismo, Lei n. 13.260, 16 de março de 2016 (Brasil, 2016) para classificar os grupos antifascistas como organizações terroristas. A justificativa do projeto alegava que tais grupos representariam uma ameaça à segurança nacional, associando suas ações a práticas violentas. A proposta foi criticada por diversos setores da sociedade, que a interpretaram como uma tentativa de criminalizar movimentos sociais e restringir a liberdade de expressão e manifestação. Diante disso, no dia 4 de junho de 2020, a Ação Antifascista São Paulo postou em seu *Instagram* uma publicação por título, *Douglas Garcia, Ku Klux Klan e Hitler: O que eles tem em comum?* (Ação Antifascista, 2020dd), onde denunciaram e associaram a prática de vazamento de dados à perseguição política e tentativa de criminalizar e enquadrar o movimento como *terrorista*, seguindo uma tendência autoritária observada em regimes fascistas históricos, como o de Hitler, que perseguia opositores através de listas negras. Ao contextualizar o ataque à sua liberdade de

expressão com a memória das lutas antifascistas passadas, o movimento reafirma seu compromisso com a defesa da democracia e contra os autoritarismos, destacando a continuidade das estratégias de intimidação e controle em tempos contemporâneo.

Figura 11 – Não esqueceremos e nem perdoaremos!



Fonte: Página do *Instagram* da Ação Antifascista São Paulo. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1FrRtZ4oGq/>. Acesso em: 11 mai. 2025.

Como mostra a publicação do dia 2 de julho de 2021, as ações diretas de vigilância e confronto físico continuaram. Os antifascistas reafirmaram sua postura de enfrentamento em celebração a cinco anos de resistência contra as ações ligadas à *corja da tal direita organizada*, que buscavam cooptar a juventude com discursos de ódio, autoritarismo e preconceito. Um dia depois da publicação, foi publicada uma foto da fachada do diretório estadual de São Paulo do PSL vandalizada (Ação Antifascista, 2021b), afirmando uma barreira contra o autoritarismo e acusando a esquerda institucionalizada de convivência com setores “responsáveis pelo golpe e pelo surgimento do fascismo no país”. A vigilância era acirrada em datas como no Dia da Independência (Ação Antifascista, 2021c) (Ação Antifascista, 2022a) e Dia da Consciência Negra (Ação Antifascista, 2020e), onde os antifascistas identificavam movimentações anômalas dos setores mais radicais da direita, seja pelos apelos golpistas ou pela violência racial.

Com a repercussão dos acontecimentos ao final do primeiro semestre de 2020, o antifascismo é associado por diversos setores como posição contrária ao governo de Jair

Messias Bolsonaro, causando o estranhamento na população com a popularização e uso irresponsável dos termos *fascista* e *fascismo*. Rapidamente, entre os dias 2 e 5 de junho, publicações da C16 (Coringão Antifa, 2020c) e da P16 (Palmeiras Antifascista, 2020e) (Palmeiras Antifascista, 2020f) foram lançadas em suas páginas do *Facebook* esclarecendo essas questões. Os grupos defenderam que o antifascismo é uma tradição política radical, revolucionária, internacionalista e essencialmente anticapitalista, que não pode ser confundida com uma simples rejeição ao autoritarismo ou com a oposição eleitoral a governos como o de Bolsonaro. Como afirma a C16, o termo “antifascista deve ser popularizado, mas nunca banalizado” (Coringão Antifa, 2020d), pois seu sentido histórico está ligado à ação direta, à luta de rua e à ruptura com o capitalismo — o que o diferencia de frentes amplas reformistas e institucionais. De acordo com a C16, o antifascismo é um movimento “apartidário, revolucionário, combatente e de rua, protagonizado pelas esquerdas” (Coringão Antifa, 2020e). Já a P16, complementa essa crítica apontando que o bolsonarismo, por suas práticas violentas, repressoras, antidemocráticas e sua ligação com forças paramilitares, pode sim ser caracterizado como uma forma de fascismo contemporâneo, mas alerta que “ser antifascista não é somente ser contra a violência dos fascistas, mas ser contra tudo a que o fascismo dá suporte e sentido” (Palmeiras Antifascista, 2020g). Assim, o antifascismo é compreendido como uma prática política profunda e propositiva, que não se reduz à crítica moral ao fascismo, mas se posiciona contra a cultura, a economia e o direito que o sustentam.

Aproveitando a oportunidade, a P16 explica a atuação do antifascismo no futebol na publicação de título *O antifascismo no futebol* (Palmeiras Antifascista, 2020h). Assim, o futebol é compreendido como um espaço cultural central e disputado, historicamente usado por regimes fascistas — como o de Mussolini — para propaganda e controle. Porém, *das arquibancadas também brotou resistência*, pois o antifascismo *boleiro* se manifestou em clubes como o St. Pauli, o Rayo Vallecano, o Estrela Vermelha, entre outros, como expressão de solidariedade, justiça social e oposição ao capitalismo. No Brasil, essa relação entre futebol e política é destacada como parte de uma disputa que atravessa as torcidas. O futebol, enquanto instituição popular, não está isolado da sociedade — ele reflete e participa das lutas. Assim, o antifascismo dos coletivos torcedores busca transformar a arquibancada em um espaço de resistência e organização, pois “o futebol é também uma ferramenta de transformação social” (Palmeiras Antifascista, 2020i).

Essa confusão em torno da aceção dos termos também foi impulsionada pela dinâmica das marchas e manifestações. Além das reuniões que giravam em torno de pautas específicas, onde os antifascistas atuavam em blocos autônomos, uma série de marchas anti-bolsonaristas

aconteceram de 2020 em diante. A última Marcha Antifascista que seguia o mesmo molde dos eventos que se repetiram periodicamente desde 2014 aconteceu em 2019 (Ação Antifascista, 2019b) e contou, inclusive, com o posicionamento contrário do então presidente em seu *Instagram* oficial.

Figura 12 – Marcha Antifascista 2019



Fonte: Página do Facebook da Ação Antifascista São Paulo. Disponível em:

<https://www.facebook.com/share/p/15K4bYYD4u/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

Na postagem, Bolsonaro tenta deslegitimar o movimento antifascista ao associá-lo à violência e ao vandalismo. Os círculos rabiscados por cima da arte destacam as figuras com estética radical e dirigem o olhar do espectador à sugestão da violência gratuita, sugerindo que a marcha promoveria e requisitaria simplesmente a agressão e caos, como os protestos no Chile – associa o texto feito pelo @direitacademica. Contudo, na página oficial do evento, é destacado que a Marcha Antifascista 2019 convocou militantes a marcharem no dia 26 de outubro, em São Paulo, para resgatar a memória da histórica Revolta dos Galinhas Verdes de 1934 e denunciar os perigos do presente. Segundo eles, o ato reafirmou que, assim como no passado, é necessário combater o crescimento de forças reacionárias, agora representadas por uma extrema direita alinhada ao neoliberalismo, à violência policial, ao genocídio da juventude negra e periférica, à destruição de direitos sociais e à aliança entre elites econômicas e discursos

autoritários. A marcha também propôs a denúncia da omissão da social-democracia institucional, que se limita à lógica eleitoral enquanto a vida do povo é atravessada por fome, militarização e repressão.

Posteriormente, manifestações aconteceram de maneira esporádica, contra ou a favor do governo, contudo, a periodicidade das manifestações se acirrou após um ato pró-democracia – organizado por coletivos torcedores –, interceptaram um ato pró Bolsonaro ao avistaram bandeiras neonazistas. No início, o ato pró-democracia entoou cantos pela democracia, contudo, quando avistaram uma bandeira neonazista dentre os manifestantes da marcha antagonista, os confrontos começaram e a Polícia Militar teve de dispersar o movimento com bombas de efeito moral. Ao fim, um homem precisou ser socorrido e cinco manifestantes foram detidos. No dia 4 de junho, a C16 fez uma postagem denunciando e conscientizando sobre o significado da bandeira Pravy Sektor⁶² e sua exibição nas marchas patriotas (Coringão Antifa, 2020f).

Figura 13 – Bandeira neonazista em ato pró-Bolsonaro



Fonte: Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/31/avenida-paulista-tem-ato-e-marcha-contr-o-fascismo-e-a-favor-da-democracia-diz-pm.ghtml>. Acesso em: 13 mai. 2025.

Uma série de atos foram convocados após esse episódio, em um cenário de crescente tensão entre grupos pró e contra o governo Bolsonaro. Para evitar novos confrontos, o governo de São Paulo, por meio de pedido ao Tribunal de Justiça, conseguiu uma liminar que proibiu

⁶² O *Pravy Sektor* (ou *Setor Direito*) é um movimento político e paramilitar ultranacionalista ucraniano surgido durante os protestos do Euromaidan em 2013. Com forte viés anticomunista, autoritário e etnicamente excludente, o grupo é frequentemente classificado como neofascista por sua defesa de uma identidade nacional homogênea, hostilidade a minorias, culto à força e uso de milícias armadas. Também adota símbolos e referências a organizações colaboracionistas da Segunda Guerra Mundial, como a OUN e o UPA, ligadas a episódios de limpeza étnica. Apesar de rejeitar o rótulo de neofascista, suas práticas e ideologia se alinham às principais características da extrema-direita radical europeia contemporânea.

manifestações antagônicas no mesmo horário e local. Assim, o ato pró-democracia, que aconteceria na Avenida Paulista no dia 7 de junho de 2020, foi transferido para o Largo da Batata, em nome da segurança dos manifestantes. Diante disso, a AFA manifestou indignação:

Na tarde deste sábado, foi divulgado que o ato que iria ocorrer no vão livre do MASP foi transferido para o Largo da Batata, devido a uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que proíbe atos antagônicos no mesmo local, neste domingo, 07/06. A decisão da troca de local foi arbitrária e irresponsável, que acaba dividindo o público e colocando em risco o nosso povo que irá fazer a concentração amanhã em dois pontos: Praça do Ciclista e Largo da Batata. Ainda que não queiramos colocar qualquer militante em risco, entendemos que dividir um ato e avisar a mudança sem tempo hábil para o conhecimento de todos, nos expõe a ações isoladas de truculência da polícia, e da extrema-direita. Estaremos nas ruas juntos, de um jeito ou de outro! (Ação Antifascista, 2020).

Em nota, nos comentários, um membro da página complementou afirmando que essa atitude imparcial à direita do governo de São Paulo era padrão: “sempre tem isso de colocar manifestação fascista na paulista e a democrática no largo da batata” (Ação Antifascista, 2020f). Até metade de 2021, diversos atos aconteceram, levando a bandeira do movimento Vidas Negras Importam, da luta pela democracia, contra medidas neoliberais e principalmente, contra a postura autoritária de Bolsonaro e seus discursos pró-Ditadura Militar. Em todo o momento os antifascistas fizeram presença com seus blocos autônomos.

Após o agravamento da pandemia e a revelação de omissões graves do governo federal, como a recusa de vacinas, o incentivo à cloroquina e o colapso em Manaus⁶³, a instalação da CPI da Covid⁶⁴ no Senado escancarou denúncias de corrupção na compra da Covaxin e o escândalo do "Tratoração"⁶⁵, revelando o uso de emendas secretas⁶⁶ para garantir apoio político. Enquanto isso, Bolsonaro aumentava os ataques ao STF, flertava com pautas autoritárias e ameaçava a realização das eleições. Seus apoiadores, movidos pelo conspiracionismo e compactuantes do negacionismo quanto à crise sanitária, organizaram manifestações massivas em apoio ao governo. Em contraposição, a partir de 20 de maio de 2021, as redes da Ação Antifascista São Paulo registraram o surgimento de uma nova onda de mobilizações — entre

⁶³O colapso em Manaus é o nome dado a grave crise sanitária caracterizada por falta crítica de oxigênio em hospitais, que resultou em mortes por asfixia e no colapso do sistema de saúde durante o ano de 2021.

⁶⁴A CPI da COVID, em 2021, foi uma comissão parlamentar criada para investigar ações e omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia de Covid-19, incluindo suspeitas de negligência, compra irregular de vacinas e desinformação, com ampla repercussão política e social.

⁶⁵Tratoração, ocorrido em 7 de setembro de 2021: manifestação de apoio ao então presidente Bolsonaro em Brasília, marcada pela presença de tratores e veículos agrícolas que bloquearam vias públicas, expressando força política e pautas conservadoras, com repercussão nacional e controvérsias sobre sua dimensão e organização.

⁶⁶Emendas Secretas referem-se a recursos orçamentários destinados pelo governo federal a parlamentares de forma pouco transparente, sem a devida divulgação pública dos beneficiários ou critérios de distribuição, suscitando críticas por favorecer práticas clientelistas e comprometer a fiscalização democrática dos gastos públicos.

maio e agosto —, agora com maior adesão de amplos setores da esquerda, ainda que enfraquecidas pelas restrições impostas pelo contexto pandêmico.

A partir desse momento, os protestos passaram a ocorrer de forma mais organizada, com convocatórias padronizadas e estética própria. Consolidou-se então o movimento PovonaRua, que adotou a hashtag #ForaBolsonaro como palavra de ordem. Essa flutuação exibiu a intensificação de mobilizações populares entre maio e outubro de 2021. Na página oficial do movimento no *Facebook*⁶⁷, as chamadas para mobilização persistiram até o final do mês, contudo, convocações foram feitas pela AFA para atos públicos do Povo na Rua nos dias 29 de maio (Ação Antifascista, 2021d), 19 (Ação Antifascista, 2021e) e 23 (Ação Antifascista, 2021f) de junho, 03 (Ação Antifascista, 2021g), 13 (Ação Antifascista, 2021h) e 24 (Ação Antifascista, 2021i) de julho e 11 de agosto (Ação Antifascista, 2021j). Em continuação, a P16 e a C16 ainda fizeram uma chamada para o ato do dia 02 de outubro (Palmeiras Antifascista, 2021c) (Coringão Antifa, 2021c). O fulgor das multidões foi minado com o tempo e contexto de alto risco.

Entre 11 (Palmeiras Antifascista, 2021d) e 19 (Palmeiras Antifascista, 2021e) de junho, o Palmeiras Antifascista fez uma série de publicações que mostravam *10 motivos para protestar*, esclarecendo e elencando os motivos para protestar contra o governo do então presidente. Dentre os motivos estavam a condução da pandemia, os casos de corrupção no Ministério da Saúde, o uso de emendas de relator para fins de barganha política, os ataques às instituições democráticas, o aumento do desemprego e da pobreza, os despejos em plena crise sanitária e a omissão diante da vulnerabilidade de populações historicamente marginalizadas — como negros, indígenas, mulheres e LGBTQIA+. Nos canais de informação da direita, episódios drásticos do contexto eram suprimidos, porém, nas mídias que consumiam os setores da esquerda, era explícito o avanço da fome e da insegurança alimentar, evidenciados por episódios como a formação de filas para a doação de ossos para alimentação (Portal G1, 2021).

Em vista disso, por serem compostos por militantes periféricos, outro ramo de atuação dos coletivos antifascista foi o trabalho solidário em suas raízes, empreendendo durante toda sua existência atividades de integração e solidariedade, como a entrega de cestas básicas e produtos de higiene (Coringão Antifa, 2020g), ações comemorativas no Dia das Crianças, Páscoa e Natal. Não obstante, também fizeram essas atividades com moradores de rua — incluindo a entrega de cobertores (Palmeiras Antifascista, 2020j) — e aldeias indígenas (Palmeiras Antifascista, 2020k). Destaca-se, quanto aos grupos associados ao futebol, o evento

⁶⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/povonaruaforabolsonaro>. Acesso dia 13 de maio de 2023.

Copa dos Refugiados (Coringão Antifa, 2019e), que recepcionou e integrou imigrantes de diversas localidades.

Além disso, os laços de solidariedade foram responsáveis por estabelecer as conexões para além dos limites nacionais. Quanto a Europa, nenhuma ligação direta é assistida no momento, além da denúncia de manifestações extremistas e publicações de apresentação a grupos e episódios históricos de resistência. Todos os coletivos antifascistas foram pioneiros em abordarem a questão Palestina – desde o começo denunciam Israel de promover um genocídio –, noticiando vítimas e embates e promovendo eventos sobre o tema, sejam rodas de conversa (Ação Antifascista, 2021k) ou manifestações no dia 30 de março, o Dia da Terra Palestina (Ação Antifascista, 2022b). Da mesma maneira, os antifascistas denunciaram a atuação de neonazistas ucranianos na Guerra da Ucrânia e publicaram notícias a respeito do tema. Porém, as maiores mobilizações foram acerca dos territórios vizinhos, sobre a América Latina em geral.

Figura 14 – Manifestação do dia 20 de maio de 2021.



Fonte: Página do *Instagram* da Ação Antifascista São Paulo. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CPgNX5hHg_b/. Acesso em: 13 de maio de 2025.

A solidariedade internacional tem sido uma dimensão importante das práticas dos coletivos antifascistas no Brasil, particularmente no acompanhamento crítico das conjunturas políticas da Venezuela e da Colômbia, que também enfrentavam episódios de ode ao autoritarismo. No caso venezuelano, a tentativa de imposição de Juan Guaidó como presidente

interino, com apoio direto dos Estados Unidos e de setores da direita internacional, foi compreendida por grupos antifascistas como uma violação da soberania popular e uma expressão de neocolonialismo travestido de *restauração democrática*. Os coletivos se mobilizaram em atos (Ação Antifascista, 2019c) e ateneus (Ação Antifascista, 2019d), além da atuação nas redes sociais. Na Colômbia, as mobilizações populares contra as políticas neoliberais e autoritárias associadas ao uribismo — corrente política ligada ao ex-presidente Álvaro Uribe, marcada por denúncias de repressão estatal e conivência com grupos paramilitares — despertaram ampla repercussão entre os coletivos brasileiros, que enxergavam paralelos com a militarização da política e a criminalização dos movimentos sociais no Brasil. Nesse caso, a AFA-SP fez contato com a Coordinadoria Antifascista Bogotá (Ação Antifascista, 2021l), prestou solidariedade em marcha (Ação Antifascista, 2021m) e atuou nas redes sociais noticiando confrontos e explicando o caso (Ação Antifascista, 2021n). Nessas duas frentes, os antifascistas brasileiros expressaram apoio às resistências populares, denunciaram as violações de direitos humanos e reafirmaram a importância de alianças internacionais contra o autoritarismo, o imperialismo neoliberal e a repressão estatal. Maior expressão física dos antifascistas desses países, além das visitas em dias de jogo — caso dos coletivos torcedores — foi o contato com o Jornal Antifascista, do coletivo argentino La Cultura del Barrio, que lançou uma edição com a colaboração do Chile, Colômbia e Brasil (Ação Antifascista, 2019).

A raiz desse vínculo está na causa dos povos originários, enxergando neles não apenas vítimas de um sistema imperialista e capitalista, mas também irmãos na resistência continental. É resgatado que a causa indígena, especialmente na América Latina, carrega o peso histórico da invasão colonial portuguesa e espanhola, não como um evento distante, mas como o início de um projeto de destruição cultural, extermínio físico e pilhagem de territórios. A chegada dos colonizadores europeus não é interpretada como *descobrimento*, mas como o marco da violência sistêmica que transformou povos autônomos em escravizados, camponeses endividados ou refugiados em sua própria terra. Os Mapuches (Palmeiras Antifascista, 2020l), os Tzotzil (Palmeiras Antifascista, 2020m), os Choles (Palmeiras Antifascista, 2020n) e os Tojolabal (Palmeiras Antifascista, 2020o) simbolizam, cada qual a seu modo, essa longa história de resistência — desde Lautaro e a Guerra de Arauco, até os levantes contemporâneos em Chiapas. É por isso que a Wiphala, bandeira indígena andina multicolorida, é erguida como símbolo dessa luta compartilhada, da irmandade entre os povos oprimidos do continente e da esperança de um mundo onde a dignidade preceda a dominação (Palmeiras Antifascista, 2020p) (Palmeiras Antifascista, 2020q).

Por fim, o ano de 2022 foi marcado por um dos processos eleitorais mais tensos da história recente do Brasil. Realizado em dois turnos, nos dias 2 e 30 de outubro, o pleito presidencial colocou em disputa a reeleição de Jair Messias Bolsonaro e o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva, num cenário de intensa polarização política. O clima era de tensão crescente, alimentado por uma campanha agressiva, disseminação de desinformação e ataques sistemáticos de Bolsonaro às instituições democráticas. Desde pelo menos 2021, o então presidente promovia desconfiança sobre o sistema eletrônico de votação, defendendo a implementação do voto impresso e sugerindo, sem provas, a possibilidade de fraude eleitoral — o que acirrou ainda mais os ânimos de seus apoiadores e alimentou ameaças golpistas. Segundo matéria do Senado Federal publicada em junho de 2021, a Proposta de Emenda Constitucional do voto impresso se tornou um dos principais motes bolsonaristas contra a Justiça Eleitoral. Desde a redemocratização, os movimentos antifascistas no Brasil mantiveram uma postura apartidária, priorizando a atuação direta nas ruas. Contudo, diante da radicalização política e dos retrocessos impostos pelo governo Jair Messias Bolsonaro (2019–2022), diversas organizações manifestaram apoio à candidatura de Lula nas eleições de 2023, mesmo que não de forma institucionalizada. Em manifestações públicas, militantes da AFA-SP apontaram Lula como a única alternativa viável frente ao autoritarismo (Ação Antifascista, 2022c), à violência de Estado e à ameaça golpista representada pela reeleição de Bolsonaro. A crítica antifascista, porém, transcende o processo eleitoral — que foi visto como mais uma frente de combate ao fascismo (Coringão Antifa, 2022a) (Ação Antifascista, 2022d) —, as organizações denunciam (Ação Antifascista, 2022e) (Ação Antifascista, 2022f) o fascismo como fenômeno estrutural, que opera não apenas nas instituições, mas nas ruas, na violência cotidiana contra populações negras, indígenas, LGBTQIA+ e pobres. Para os coletivos, o avanço da extrema direita é indissociável das crises do capitalismo e do neoliberalismo, cuja precarização sistemática da vida sustenta a ascensão do neofascismo. Assim, enfatizam a urgência de ocupar tanto as urnas quanto os espaços públicos, mobilizando a classe trabalhadora para além da defensiva e reconstruindo alternativas populares e anticapitalistas capazes de fazer frente ao avanço autoritário em todas as frentes.

O resultado final das eleições de 2022 — com Lula vencendo por 50,9% contra 49,1% dos votos válidos — evidenciou a radicalização do cenário político brasileiro e o esgarçamento democrático produzido pelo bolsonarismo. A vitória de Luiz Inácio foi seguida por uma série de manifestações golpistas organizadas por setores bolsonaristas que se recusaram a aceitar o resultado das urnas. Nos dias que se seguiram ao segundo turno, ocorreram bloqueios de rodovias, acampamentos em frente a quartéis e apelos por intervenção militar, culminando nos

ataques aos Três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro de 2023. Essas ações, sustentadas por teorias conspiratórias e alimentadas por anos de desinformação e ataques ao sistema eleitoral, revelaram o enraizamento de práticas autoritárias e a disposição de parte da sociedade em romper com os marcos democráticos. Em resposta, coletivos antifascistas como a AFA-SP e a C16 intensificaram sua presença nas ruas (Ação Antifascista, 2023a), articulando-se contra o avanço da extrema direita (Ação Antifascista, 2023b) e denunciando (Ação Antifascista, 2022g) o bolsonarismo como expressão contemporânea do neofascismo. Para esses grupos, a defesa da democracia e dos direitos sociais exige uma mobilização contínua, que vá além do processo eleitoral e enfrente, de forma direta e popular, as estruturas que sustentam o autoritarismo, a violência de Estado e a precarização da vida.

Durante as eleições presidenciais de 2022, os coletivos antifascistas *Coringão Antifa*, *Palmeiras Antifascista* e Ação Antifascista São Paulo adotaram posturas distintas em relação à disputa eleitoral e à candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva. A AFA-SP foi o coletivo que mais claramente se reposicionou, reconhecendo a importância simbólica da derrota de Jair Bolsonaro e manifestando apoio público à candidatura de Lula, ainda que sem abrir mão de sua crítica estrutural ao capitalismo e à institucionalidade. Com base em uma leitura do antifascismo como uma frente defensiva, o grupo passou a entender que o novo momento político exigia uma ação mais propositiva, reconhecendo a eleição de Lula como uma vitória parcial, mas relevante, diante das ameaças autoritárias do bolsonarismo. A C16, por sua vez, manteve uma posição apartidária, reafirmando em seu estatuto a proibição de apoio institucional a qualquer candidato. Embora integrantes individuais tenham participado de campanhas, o coletivo reforçou a separação entre atuação pessoal e ação coletiva, preservando sua autonomia frente aos partidos. Já a P16 optou por uma postura ainda mais radical, rejeitando o voto como ferramenta de transformação política e mantendo-se distante do processo eleitoral. Com isso, destacou sua desconfiança em relação tanto à extrema direita quanto à esquerda institucional, reafirmando sua crítica ao sistema como um todo. Essas diferentes posições refletem as nuances internas do movimento antifascista brasileiro, que, embora unificado na oposição ao bolsonarismo, articula múltiplas estratégias de enfrentamento político e formas variadas de atuação frente ao Estado e à democracia liberal.

A posse de Bolsonaro em 2019, marcada pela ascensão de discursos autoritários e rompantes neofascistas, propiciou que o movimento antifascista no Brasil alcançasse maior expressão, tornando-se mais visível e combativo, atuando nas ruas, nas redes e nos espaços culturais. Enfrentando tanto as políticas neoliberais que aprofundaram a desigualdade social quanto a escalada da violência institucional e do racismo estrutural, os coletivos antifascistas

ampliaram seu campo de ação, mantendo as pautas interseccionais e promovendo solidariedade com grupos e espaços vulnerabilizados.

A pandemia da COVID-19 revelou a gravidade do negacionismo governamental e fortaleceu a articulação dos antifascistas com setores populares, enquanto a multiplicação de grupos neofascistas evidenciou a urgência de um enfrentamento estratégico, que extrapola o combate aos símbolos e ações explícitas da extrema direita. A repressão estatal e as tentativas de criminalização dos movimentos antifascistas, no campo político e digital, intensificaram a resistência desses coletivos, que recorreram a diversas frentes para defender a democracia e os direitos humanos. Nesse ínterim, a visibilidade e a potência simbólica do movimento antifascista ampliaram seu espaço público e político, especialmente diante da ascensão da extrema direita no Brasil. Contudo, com a associação generalizada do antifascismo à oposição ao governo Bolsonaro a partir do segundo semestre de 2020, houve uma ampliação do número de simpatizantes anti-bolsonaristas que, embora tenham impulsionado o movimento em termos quantitativos, nem sempre compartilham a profundidade política e histórica do antifascismo como tradição radical, revolucionária e anticapitalista. Assim, o movimento cresceu em número, mas perdeu em qualidade ideológica, alcançando, ainda assim, um patamar de movimento de massas que amplia sua capacidade de mobilização e resistência.

Ao conectar a luta contra o autoritarismo com a crítica ao racismo, ao capitalismo e às desigualdades estruturais, o antifascismo brasileiro contemporâneo se configura como um movimento plural e multifacetado, que mantém viva a tradição histórica da resistência direta e revolucionária, ao mesmo tempo em que busca construir solidariedades amplas, nacionais e internacionais. Frente aos desafios impostos pela extrema direita e pela crise democrática, os coletivos antifascistas reafirmam seu papel como agentes centrais na defesa de uma sociedade justa, diversa e democrática, atuando nas mais variadas frentes — das ruas às redes, das arquibancadas às comunidades —, com vigilância, ação e renovada esperança.

Desde antes da tentativa de golpe do dia 8 de janeiro de 2023, os antifascistas já levantavam gritos pela recusa de anistia pela gestão marcada por números exorbitantes de mortos. A destituição de Bolsonaro não significou o fim do mal do problema que os militantes antifascistas enxergavam desde a década de 1980, mas pelo contrário, do escopo regional ao nacional, o conservadorismo e a influência da extrema direita têm se enraizado com discursos meritocráticos e liberais que rejeitam a política formal, mas na prática perpetuam desigualdades e exclusões. Além disso, é destacado que a extrema direita e os neofascistas seguem atuando intensamente nas ruas, enquanto a esquerda parece estagnada, enfrentando uma batalha desigual contra uma direita que utiliza algoritmos, *fake news* e recursos milionários para

cooptar jovens cada vez mais cedo e criar um ciclo de radicalização que ameaça o futuro político e social do país (Anexo I, p.173). Os antifascistas continuam nas ruas, nas redes, nos estádios e em todos os lugares possíveis, nadando contra a maré de uma extrema direita com ligações neofascistas cada vez mais potente e consolidada.

3. ANTIFASCISMO ENTRE TEMPOS: PERMANÊNCIAS, RUPTURAS E DISPUTAS DE SENTIDO

Este capítulo tem como objetivo analisar as relações entre os movimentos antifascistas do século XX e os coletivos ANTIFA contemporâneos no Brasil, a fim de compreender se há entre eles alguma continuidade histórica ou se estamos diante de experiências substancialmente distintas, determinadas por contextos, sujeitos e estratégias próprias. Partindo da reconstrução das frentes antifascistas formadas no país entre as décadas de 1920 e 1940, bem como de sua posterior rearticulação no processo de redemocratização e, mais recentemente, durante governos autoritários como o de Jair Bolsonaro, busca-se investigar criticamente os sentidos, as transformações e as permanências que atravessam essas expressões de resistência política.

Ao confrontar essas duas temporalidades, o capítulo propõe tensionar a própria noção de antifascismo: como ela tem sido mobilizada? O que significa hoje? Quais experiências a reivindicam, e em que condições históricas e políticas isso ocorre? Trata-se de verificar se a emergência dos novos coletivos ANTIFA pode ser compreendida como reatualização de uma memória política anterior — de resistência à repressão, à violência de Estado e ao autoritarismo — ou como a formulação de outra gramática de luta, forjada por desafios específicos do presente. Mais do que estabelecer uma genealogia linear, a proposta é problematizar a retomada de uma categoria carregada de sentidos históricos e disputas contemporâneas.

Nesse sentido, o capítulo não se limita a traçar comparações entre passado e presente, mas busca compreender os contextos em que o antifascismo emerge como resposta política. Interessa perceber como os discursos sobre o *retorno do fascismo* atuam na constituição de identidades, práticas e alianças. Afinal, o que significa lutar contra o fascismo em um regime democrático formal? Em que medida esse uso atual da categoria remete, de forma legítima ou anacrônica, a experiências extremas do século XX?

Nas primeiras décadas do século XXI, os termos *fascismo* e *antifascismo* retornaram ao centro do vocabulário político e dos embates sociais, não apenas como referências históricas, mas como categorias mobilizadas em disputas contemporâneas. Este capítulo parte dessa reatualização para refletir sobre o antifascismo enquanto prática política, simbólica e organizativa diante da ascensão global da extrema direita. Longe de ser mera repetição do passado, o antifascismo contemporâneo se constrói em resposta a forças e discursos que, embora reformulados, preservam traços autoritários, excludentes e violentos. As formas atuais de opressão — mais difusas, mediadas por tecnologias, linguagens morais e estruturas institucionais — exigem resistências igualmente renovadas. Nesse novo ciclo, a luta antifascista

desloca-se do campo das grandes narrativas épicas para o cotidiano, enfrentando expressões culturais e afetivas que naturalizam desigualdades e violências.

Os coletivos antifascistas hoje enfrentam um inimigo que não opera com os mesmos contornos do século XX. A ameaça não se traduz em marchas triunfais ou tanques nas ruas, mas em formas sutis e capilarizadas de dominação — sustentadas por redes digitais, moralismos punitivistas, discursos meritocráticos e a estetização da ordem. A aparente normalidade democrática encobre práticas que reiteram hierarquias, marginalizações e exclusões, reatualizando, sob novas roupagens, elementos do fascismo histórico. Como aponta Neto (2025), o neofascismo contemporâneo se manifesta tanto nas ruas quanto nas instituições, nas plataformas digitais, na mídia corporativa e nos modos de subjetivação que moldam afetos, percepções e condutas.

Ao mesmo tempo, a esquerda institucional, marcada por sucessivas derrotas, adesões a programas neoliberais e pela fragmentação de suas bases sociais, perde sua centralidade como polo de organização política. Nesse vácuo, o antifascismo se reorganiza a partir de novas matrizes: movimentos sociais de base, coletivos identitários, redes autônomas e expressões contraculturais que operam sob lógicas horizontais, recusam hierarquias rígidas e incorporam o legado libertário e anarquista. Essas formas de organização, mais fluídas e descentralizadas, articulam ética, estética e ação direta, fazendo do antifascismo não apenas uma estratégia reativa, mas um projeto afirmativo de reinvenção do comum e da vida em liberdade.

Por fim, parte-se de um incômodo fundamental, o estranhamento que provoca o retorno de termos com carga histórica tão densa em debates cotidianos. Em um tempo de referências líquidas e vínculos fragmentados, é compreensível que esse retorno cause desconforto e até rejeição. Onde estão, afinal, os desfiles militares, os campos de concentração, os grandes líderes totalitários? Não seria um exagero associar a xenofobia contemporânea às imagens brutais do Holocausto? No entanto, essas comparações, por mais desconcertantes que sejam, não deixam de acionar memórias históricas profundas — memórias de corpos anônimos lançados em valas comuns, de sistemas que naturalizam a violência e de políticas que destroem a vida. Assim, este capítulo busca delimitar a questão: Por que o antifascismo retorna? Articulando duas dimensões: Como ele se organiza? Contra o que luta?.

3.1. MOBILIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO

O antifascismo no Brasil ao longo do século XX foi uma construção orgânica e progressiva, que ganhou força conforme o avanço do fascismo demonstrava suas capacidades e ameaças. Inicialmente, essa mobilização partiu das comunidades de imigrantes italianos, nas quais o embate entre fascistas e seus opositores de esquerda já aconteciam por influência de sua congênere. O enfrentamento cresceu de pequenas iniciativas, como jornais e círculos de debate, para articulações mais amplas envolvendo diversos setores da esquerda brasileira. Esse contato foi possível pois com a crescente popularidade dos totalitarismos, surgiu a Ação Integralista Brasileira, que pregava um projeto político de aspirações totalitárias.

A organização antifascista, especialmente nas décadas de 1920 e 1930, foi marcada pela predominância de intelectuais e militantes ligados a diversas correntes da esquerda — socialistas, comunistas diversos e anarquistas. Contudo, no decorrer da experiência, é perceptível diversas disputas entre os agentes de esquerda quanto à liderança das estruturas organizacionais propostas. Além da disputa pela representação de órgãos antifascistas italianos, os socialistas, que por sua leitura moderada não compactuavam com ideologias radicais, mantinham receio dos comunistas. Os comunistas, dentre as leituras classistas que formulava a Internacional Comunista, acreditavam que deveriam estar no comando para que a estratégia de enfrentamento tivesse sucesso. Os anarquistas, fragilizados em número e capacidade de mobilização, defendiam um modelo descentralizado.

De acordo com Castro (1999), o meio intelectual do Rio de Janeiro e de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930 era relativamente reduzido e interdependente, com seus membros frequentando ambientes comuns — tanto físicos, como livrarias, cafês, teatros e redações de jornais, quanto institucionais, como universidades, associações culturais e rodas de discussão, onde muitos haviam estudado juntos ou convivido. Nesse cenário, os intelectuais antifascistas transitavam por diferentes circuitos sociais, mantendo diálogo com variados setores políticos e culturais, o que permitiu a formação de uma base de entendimento compartilhado e o surgimento de figuras que atuavam como pontes entre grupos distintos, ampliando o raio de ação e a legitimidade da oposição antifascista no meio intelectual.

Em síntese, a FUA (Frente Única Antifascista) — organização antifascista mais expressiva do Brasil — representou uma experiência pioneira e heterogênea de articulação entre distintas gerações de intelectuais de esquerda no Brasil, desde os socialistas italianos, passando pelos trotskistas organizados em torno de Mário Pedrosa, até os comunistas recém-chegados ao PCB nos anos 1930. Apesar de suas contribuições para uma cultura política antifascista

autônoma, a FUA teve pouca penetração entre os trabalhadores organizados e acabou sendo ofuscada pela hegemonia simbólica e institucional do PCB.

No conjunto, o antifascismo brasileiro do século passado mostrou-se tanto uma luta política quanto uma construção cultural e intelectual que buscava uma unidade entre as esquerdas. Contudo, a mobilização dos antifascistas e outras forças sociais – como o tenentismo – pelos comunistas, para um projeto insurrecional, logrou mau êxito para a esquerda em geral, que foi oprimida por Getúlio Vargas.

Apesar do movimento antifascista do século XXI também reivindicar uma dimensão internacionalista e combativa, atualizando o compromisso contra as formas de opressão e autoritarismo, os coletivos atuantes não buscam raízes no modelo do antifascismo italiano, mas reivindicam da matriz alemã, especialmente a tradição combativa da Antifaschistische Aktion, criada em 1932 pelo KPD (Partido Comunista Alemão). De acordo com a publicação *Ação Antifascista: mais que um logotipo!* (Ação Antifascista, 2022h), são inspirados por essa organização que desde sua origem se propôs como frente ampla, classista e combativa — em oposição tanto ao fascismo quanto ao controle social-democrata. No texto é afirmado que a estética dos dois círculos vermelhos sobre fundo preto, tornou-se mais que um logotipo, tornou-se um emblema da luta radical contra todas as formas de opressão e um elo simbólico com a memória dos que enfrentaram o nazismo nas ruas, nas greves, nas trincheiras e na clandestinidade.

Logicamente, a luta antifascista da década de 1930 não é como a atual, porém, o primeiro modelo dessa organização, de acordo com Mark Bray (2020), o novo modelo de organização antifascista surgiu entre os anos 1980 e 1990, impulsionado pela reação à crescente violência neonazista e à omissão estatal. Na Alemanha Oriental, ainda antes da queda do Muro de Berlim, antifascistas já denunciavam a presença de neonazistas no regime socialista. Após 1989, grupos como o Autonome Antifa (M) articularam coalizões com a esquerda e criaram projetos como *Arte e Luta*. Em 1992, formaram a rede AA/BO, ao lado de iniciativas de migrantes, como a Antifa Gençlik, e grupos de mulheres, como os fantifa. Esse modelo descentralizado e interseccional influenciou redes internacionais, como a AFA (Ação Antifascista Britânica), que desde os anos 1980 atuava contra o neonazismo de rua e cultural, realizando ações diretas como a *Batalha de Waterloo*. Apesar das divergências internas — entre um antifascismo de classe e outro mais identitário —, conferências internacionais e trocas entre países ajudaram a moldar uma rede ANTIFA mais ampla. Na Noruega e na Holanda, o movimento cresceu a partir da autodefesa e se organizou em redes formais. Na Itália, ganhou força nos anos 1990 diante da ascensão da extrema direita, com centros sociais autônomos e

mobilizações marcadas por episódios como o assassinato de Dax. Consolidou-se, assim, um modelo antifascista transnacional, combativo, autônomo e enraizado em práticas de autodefesa, solidariedade e memória.

Chama a atenção, nos primeiros contatos internacionais do antifascismo moderno, os atritos entre classismo e identitarismo. Essa divisão é um dos fatores que contrastam com o modelo de antifascismo da primeira metade do século XX, onde havia a hegemonia da pauta classista dentre as orientações de esquerda. Tal condição, por sua vez, nos leva a localizar a ascensão dos movimentos ANTIFA em um panorama maior, a crise das esquerdas, que sofre com a perda de credibilidade das antigas estruturas, o vácuo de representatividade e a falta de consenso sobre um propósito mobilizador e a fragmentação dos seus setores.

A partir dos anos 1970, a esquerda entra em uma profunda crise de práxis, como aponta Nancy Fraser (2019), marcada pela perda de conexão entre teoria e prática, e pela dificuldade em propor alternativas concretas ao capitalismo globalizado. A hegemonia socialista-marxista, já enfraquecida desde a Guerra Fria, cede lugar à social-democracia reformada, que, ao adotar a “terceira via”, abandona suas bases operárias e assume uma postura tecnocrática e centrista, reduzindo a política à gestão e esvaziando o conflito de classe. O consenso neoliberal se impõe como horizonte único, enquanto a esquerda tradicional se vê presa à autopreservação, incapaz de romper com a lógica do capital. Nesse cenário, o identitarismo surge como resposta à crise das velhas identidades de classe, oferecendo laços simbólicos a partir de pertencas fixas, mas muitas vezes esvaziando o projeto coletivo de transformação. A práxis revolucionária exige, ao contrário, uma política enraizada na experiência concreta da exploração, onde teoria e prática caminhem juntas, superando a relação hierárquica entre liderança e base, e recuperando o antagonismo de classe como força mobilizadora.

No entanto, esse esvaziamento da práxis já começava a se delinear no próprio pós-guerra, como argumenta Geoff Eley (1996). O fim da Segunda Guerra Mundial ofereceu à esquerda europeia uma oportunidade histórica rara: o prestígio das resistências antifascistas, a vitória do Exército Vermelho e a força dos partidos comunistas criaram as condições para uma possível transformação radical da ordem política e social. Houve, nesse contexto, uma fusão momentânea entre internacionalismo socialista e nacionalismo popular, o que permitiu à esquerda se legitimar como força dirigente em diversos países. Contudo, a Guerra Fria desviou o foco da unidade antifascista para a hostilidade entre blocos, levando ao declínio da influência dos comitês antifascistas revolucionários de pretensão universalista. Ao invés de aprofundar os impulsos revolucionários, grande parte da esquerda optou por pactuar com o capital, canalizando essa energia para dentro de um projeto reformista que buscava a conciliação de

classes por meio da institucionalização de direitos sociais e acima de tudo, a solidificação das estruturas democráticas.

A social-democracia, ao abandonar progressivamente suas raízes marxistas mais radicais, desempenhou um papel decisivo na construção da ordem democrática liberal, incorporando reformas importantes – como sufrágio, leis trabalhistas, habitação, educação e política social – mas sempre dentro dos limites impostos pela lógica produtiva do capitalismo e pelo conservadorismo restaurador da Guerra Fria. Esse modelo híbrido, que conciliava o bem-estar social com os interesses do capital, modernizou o Estado, mas também conteve as potencialidades mais radicais herdadas da resistência. Em muitos casos, o que se instituiu foi uma *propriedade pública sem participação pública*, onde os serviços sociais e bens coletivos foram geridos por estruturas burocráticas distantes da população, esvaziando a democracia de base e reforçando uma política verticalizada e tecnocrática. As contradições logo se fizeram evidentes, especialmente nas políticas de gênero e na adaptação das sociais-democracias às exigências da competitividade neoliberal. Em retrospecto, a opção por uma institucionalização reformista, em vez de um aprofundamento revolucionário, enfraqueceu as bases de transformação da esquerda, convertendo a memória da unidade antifascista em um passado simbólico mais do que em um horizonte político real.

Os primeiros movimentos de um antifascismo no pós-guerra, segundo Mark Bray (2020), aconteceram na Inglaterra, expressões de um neofascismo surgiram imediatamente após o fim da Segunda Guerra Mundial, com campanhas violentas e racistas lideradas por fascistas convictos como Oswald Mosley. Diante do crescimento do antissemitismo, veteranos judeus britânicos criaram o Group 43 em 1943, uma organização antifascista militante que combinava ações de inteligência, propaganda e confronto direto. Esses militantes infiltravam comícios, desmontavam palanques, forjavam ingressos e promoviam tumultos para impedir a difusão fascista, ao mesmo tempo em que identificavam conexões dos neofascistas com parlamentares. Seus métodos inspiraram a população a abandonar a passividade e enfrentarem os fascistas nas ruas.

Nos anos 1950 e 60, com o avanço do racismo impulsionado pela imigração pós-colonial, surgiram novos coletivos como o YSM (Yellow Star Movement), que resgatava a memória do Holocausto em protestos contra Mosley⁶⁸. Posteriormente, após o fim da primeira

⁶⁸ Oswald Mosley (1896–1980) foi o fundador da União Britânica de Fascistas (BUF), organização de inspiração mussoliniana que buscou implantar o fascismo no Reino Unido durante os anos 1930, combinando nacionalismo, anticomunismo e antissemitismo.

onda neofascista⁶⁹ e o começo da segunda, o Group 62, herdeiro direto do Grupo 43, manteve a ação direta, sabotando reuniões fascistas e destruindo sedes neonazistas. Paralelamente, movimentos de autodefesa foram organizados por comunidades negras e asiáticas, como o Southall Youth Movement, Asian Youth Movement e a United Black Youth League, passaram a enfrentar não apenas os neofascistas, mas também a violência institucional do Estado. A vitória antifascista em Lewisham, em 1977⁷⁰ — com a união de feministas, socialistas, anarquistas, gays, lésbicas e militantes afro-caribenhos para impedir a marcha da Frente Nacional — catalisou a criação da ANL (Anti-Nazi League), que ampliou a resistência através de alianças políticas e culturais (Bray, 2020).

A crise do petróleo de 1973 desestabilizou a economia global ao provocar inflação, desemprego e estagnação, acelerando o declínio do modelo keynesiano e viabilizando a ascensão do neoliberalismo, pautado pela desregulamentação, retração do Estado e fortalecimento do capital financeiro transnacional. Essa reestruturação comprometeu as estratégias da esquerda institucional, baseadas na conciliação de classes, que se mostraram ineficazes diante da nova racionalidade dominante. A adoção da *terceira via* pela social-democracia, com sua ênfase tecnocrática e abandono do antagonismo de classe, aprofundou a crise identitária no campo progressista, marcada pela perda de vínculos com o operariado e pela emergência de políticas fragmentadas de reconhecimento, muitas vezes desvinculadas da crítica ao capitalismo (Giddens, 1999 apud Fraser, 2019, p.9). Como indicam Nancy Fraser (2019) e Geoff Eley (1996), a convergência entre globalização neoliberal e esvaziamento da práxis revolucionária submeteu a esquerda a uma tensão permanente entre a gestão da ordem e a retórica das diferenças, enquanto a desigualdade estrutural e a concentração de poder corporativo ampliavam os processos de exclusão. Tal contexto impôs a urgência de novas formas de articulação política que unam classe, território e identidade de maneira indissociável.

A cultura skinhead surgiu em Londres nos anos 1960 como uma expressão da juventude da classe trabalhadora, em contraste com a contracultura hippie da classe média. Formada a partir da fusão entre os mods brancos e os rude boys negros, consolidou-se como uma subcultura multirracial, musicalmente diversa — do ska ao punk — e marcada por um estilo

⁶⁹ Após uma série de confrontos com militantes antifascistas — entre eles o emblemático Group 43, composto majoritariamente por judeus do East End londrino — Mosley entrou em declínio político. O acirrado enfrentamento popular levou à retirada de sua organização da cena pública, marcando o fim de uma primeira onda neofascista no Reino Unido.

⁷⁰ A chamada Batalha de Lewisham ocorreu em 13 de agosto de 1977, no bairro de Lewisham, sudeste de Londres, quando milhares de manifestantes antifascistas se mobilizaram para impedir uma marcha da Frente Nacional (National Front), grupo abertamente racista e xenófobo. A manifestação antifascista reuniu militantes negros, asiáticos, socialistas, feministas, anarquistas, grupos LGBTQ+ e moradores locais, resultando em confrontos intensos com a polícia, que escoltava os membros da Frente Nacional. Foi a primeira vez que uma marcha da extrema-direita foi fisicamente interrompida na Grã-Bretanha pós-guerra, marcando um divisor de águas na luta antifascista e na articulação entre movimentos sociais, especialmente diante do racismo institucional e da violência policial.

visual rígido: cabeça raspada, botas Dr. Martens, camisas Fred Perry e suspensórios. Inicialmente apolítica, parte do movimento foi cooptada pela extrema direita nos anos 1970, especialmente pelo National Front, com destaque para Ian Stuart Donaldson e sua banda Skrewdriver. Essa vertente eliminou elementos da herança negra, mas manteve a estética original, gerando confusão com os redskins, skinheads antirracistas. Embora a mídia costume reduzir a subcultura à extrema direita, a maioria dos skinheads permanece apolítica ou antifascista. O auge dos nazi skins se deu na Europa Ocidental nos anos 1980 e nos E.U.A. nos anos 1990, perdendo força posteriormente. Hoje, sua presença é mais notável no Leste Europeu e em alguns países asiáticos, articulando-se principalmente por meios online e eventos culturais (Mude, 2022). Em contraposição, surgiu o RAR, um movimento musical impulsionado por bandas punk e reggae que enfrentava a infiltração neonazista no cenário skinhead, mobilizando juventudes diversas em torno de shows e campanhas sob o lema *No Fun* (Bray, 2020).

É possível perceber, a partir de Bray (2020), que a resistência antirracista e antifascista que se mobilizava frente a crise de 1970 se espalhou paralelamente à difusão da cultura skinhead aliada a extrema direita, assumindo formas diversas conforme o contexto local. Na França dos anos 1980, frente ao crescimento do Front National e à violência de skinheads racistas, surgiram grupos de autodefesa como os *Black Dragons* e os *Red Warriors*, seguidos pelo SCALP⁷¹ e pela rede *No Pasarán*, influenciados pela Guerra Civil Espanhola, pelo autonomismo italiano e pela ação direta. Na Alemanha e na Holanda, militantes antifascistas adotaram táticas semelhantes, como o *black bloc*, articulando-se com movimentos feministas, antinucleares e de ocupação. Cruzando o Atlântico, na América do Norte, a reação surgiu no final dos anos 1980 com os Baldies de Minneapolis, que deram origem à ARA (Ação Antirracista), expandindo-se rapidamente com apoio de grupos como SHARP (*Skinheads Against Racial Prejudice*) e RASH (*Red and Anarchist Skinheads*). Inspirados por organizações como os Black Panthers e o JBAKC (*John Brown Anti-Klan Committee*), esses coletivos atuaram com táticas que combinavam autodefesa, educação popular e confrontos diretos contra a supremacia branca. Essa rede antifascista se enraizou em diversos países, articulando uma contraofensiva transnacional baseada em ação direta, solidariedade e recusa frontal ao racismo e ao autoritarismo.

Dessa maneira, os ideais e a união antifascista, após a derrota do Eixo na Segunda Guerra Mundial, tornaram-se uma força moral e política central na reconstrução europeia,

⁷¹ SCALP (Section Carrément Anti Le Pen) foi um coletivo antifascista francês criado nos anos 1980 contra o avanço do Front National. Inspirado pelo autonomismo, a cena punk e a memória da Guerra Civil Espanhola, atuava com ação direta e autodefesa.

simbolizando a possibilidade de transformação radical das estruturas sociais. No entanto, com o avanço da Guerra Fria, sua potência revolucionária foi progressivamente neutralizada por pactos social-democratas que, embora tenham promovido reformas, conciliaram-se com a ordem capitalista e contiveram os anseios de ruptura. Nas décadas seguintes, especialmente a partir dos anos 1970, o enfraquecimento da esquerda tradicional e a ascensão do neoliberalismo abriram caminho para a rearticulação da extrema direita em novas roupagens, como o neonazismo cultural e as subculturas skinheads. Frente a esse cenário, o antifascismo ressurgiu com novas formas: autônomo, descentralizado e articulado a partir das experiências de opressão. A mobilização das redes da década de 1990, então, exprimem a convergência de associações políticas que denunciavam expressões neofascistas e a complacência estatal fora das instâncias superiores, nos campos populares.

Tendo em vista o curto recuo temporal da Segunda Guerra Mundial, que evidenciou os terrores da violência racial do Holocausto, não é estranho que após o distanciamento das lideranças da esquerda e o retorno de discursos populistas em torno de pautas raciais – inclusive alcançando instâncias institucionais com a extrema direita – as minorias identitárias diretamente afetadas tenham se mobilizado contra o avanço dessas estruturas em organizações ligadas pelo pertencimento cultural. Incorporando pautas interseccionais e estratégias de autodefesa, esse novo antifascismo construiu redes transnacionais de resistência, ainda que tensionado por disputas entre identitarismo e classismo.

Contudo, à medida que as lutas identitárias emergentes foram se deslocando de seus contextos originais de resistência coletiva e autodefesa comunitária para formulações políticas maiores no Ocidente, em especial nos Estados Unidos, passaram a ser progressivamente reconfiguradas por uma lógica neoliberal de gestão da diversidade. Nesse processo, *think tanks*, fundações privadas e instituições acadêmicas de elite desempenharam papel decisivo ao operar como laboratórios ideológicos dessa transformação, promovendo uma reinterpretação das pautas identitárias que dissocia o reconhecimento simbólico da redistribuição material. Através da filtragem tecnocrática e da tradução dessas lutas em políticas de inclusão performática, tais atores contribuíram para sua neutralização política, deslocando o antagonismo estrutural por disputas morais no interior da ordem existente. A chamada *cultura woke* expressa o ápice dessa inflexão, ao combinar causas legítimas com a lógica de mercado, o moralismo punitivista e a espetacularização das identidades, promovendo uma vigilância comportamental difusa em lugar da solidariedade insurgente. Como resultado, o potencial crítico e libertário das lutas foi esvaziado, convertendo a radicalidade original em um discurso domesticado e administrável, compatível com os imperativos do neoliberalismo.

Como associa Bray (2020), o modelo de atuação das redes autônomas do movimento ANTIFA advém do autonomismo italiano. Esse, por sua vez, se origina do operaísmo, corrente marxista surgida nos anos 1960 como crítica ao reformismo dos partidos comunistas e à ortodoxia soviética, valorizando a experiência concreta dos trabalhadores e a autonomia operária nas lutas fabris (Silveira, 2024). Através da co-pesquisa e da recusa ao trabalho, o operaísmo inverteu a lógica marxista tradicional ao colocar a luta da classe como força estratégica, influenciando organizações como a Potere Operaio. No entanto, foi a crítica feminista que rompeu com o foco fabril, ao evidenciar a exploração invisível do trabalho doméstico e reprodutivo, ampliando o conceito de classe e antagonismo. A partir daí, surge o autonomismo como desdobramento que recusa a centralidade do partido e incorpora uma prática política baseada na autogestão, na auto-organização e na multiplicidade das lutas sociais, indo além do operário-massa e apontando para um novo sujeito coletivo: o operário-social. Assim aconteceu o processo de formação do campo em que se articulou o movimento ANTIFA.

Enquanto as expressões identitárias se articularam na Europa contra os neofascismos e a violência estatal no pós-guerra imediato, o Brasil traçava um percurso diferente, com a ausência de entraves entre forças explicitamente neofascistas e seus combatentes antifascistas. Após o fim do Estado Novo, houve uma rearticulação das forças de direita e a extinta AIB retornou às atividades, agora sob a alcunha de PRP (Partido de Representação Popular). Mas em sua reforma, o posicionamento anticomunista foi planejado para cobrir seu histórico fascista enquanto se posicionava no jogo político de clima democrático. Como tentativa de reorganização do Integralismo, o PRP buscou moderar alguns dos aspectos mais radicais do integralismo, como o culto à figura do líder e o nacionalismo extremo, porém, manteve o autoritarismo, nacionalismo e anticomunismo. O partido também procurou se aproximar de setores da direita conservadora e empresarial, tentando se posicionar como uma alternativa política que defendesse os interesses nacionais e combatesse o avanço das ideologias de esquerda no Brasil (Neto, 2014).

Seu radicalismo não demorou a gerar atritos com setores da esquerda, como em 1950, em um episódio de agressão ao deputado federal Hermes Lima, do PSB. Junto ao seu partido, o deputado liderou uma “grande demonstração antifascista” (*O Estado de São Paulo*, São Paulo, , n. 22.921, p. 3, 02 de fevereiro de 1950) e convocou todos os partidos democráticos de São Paulo para que representassem suas forças em manifesto. Em sabotagem, o PRP distribuiu de maneira massiva boletins concitando a população a não comparecer à reunião, acusando-os e bolchevistas, porém, não obtiveram êxito. No comício, descrito como “democrático e antifascista” pelos organizadores, os oradores ressaltaram a atuação do PSB na luta contra os

totalitarismos e compartilharam suas diretrizes. Por fim, pontuaram que o partido responderia “a violência dos totalitários com a arma pacífica do voto” (*O Estado de São Paulo*, São Paulo, , n. 22.924, p. 5, 05 de fevereiro de 1950) e que pretendiam “viver na legalidade, às claras, e não como partidos totalitários” (*O Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 22.924, p. 5, 05 de fevereiro de 1950), que também incluiu o Partido Comunista. Isso evidencia um dos usos mais recorrentes do antifascismo, o resgate de sua memória no debate político como um medidor moral de conduta.

Em outra abordagem, alusões ao antifascismo foram feitas por grupos de luta anti-imperialista ligados ao PCB, como a Liga Antifascista da Tijuca. Com o fim da Comintern em 1943, não havia mais uma padronização nas pautas adotadas pelos Partidos Comunistas, que assimilavam diretrizes da antiga matriz de maneira seletiva e autônoma. A atuação desse grupo somou aos posicionamentos de outros coletivos, como o movimento pelo Pacto da Paz, que requisitava a proibição da fabricação e uso de armas atômicas. Na página 3 da edição do dia 24 de agosto de 1947, o Estado de São Paulo veiculou o “Manifesto da Liga Antifascista” (*O Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 22.168, p. 3, 24 de agosto de 1947), onde o grupo justificou e apresentou sua existência aos leitores:

Sr. Presidente, não seríamos dignos das glórias que nos trouxeram os nossos soldados, os nossos marujos, os nossos aviadores, se não soubéssemos preservar a paz que nos proporcionaram. O inimigo nazi-fascista foi subjugado na luta armada, com o concurso dos nossos bravos combatentes, mas o vírus ditatorial ainda está por aí. Sente-se a cada passo da vida nacional uma ameaça da volta do mal que assolou uma parte da humanidade. E é por isso que a vigilância começa a se fazer entre a população desta cidade do Rio de Janeiro. No bairro da Tijuca um núcleo da reação já se formou, lançando o seu manifesto, como um primeiro toque de clarim. [...] Após a derrota militar dos exércitos fascistas pelas forças democráticas, a humanidade ansiava por um mundo de paz, justiça e liberdade. No Brasil, país economicamente dependente, faz sentir a nefasta influência das forças da reação mundial a que se associaram os remanescentes fascistas [...] múltiplos golpes vem ameaçando a ordem constitucional, com perigos para as liberdades públicas [...] Ante as sombrias perspectivas de um retrocesso político e social que se tornam evidentes, no Brasil e no mundo, e cuja principal causa reside, sem dúvida, nas nações e palavras dos inimigos da Humanidade, impõe-se a todos os verdadeiros democratas o imprescritível dever de se unirem na defesa contra as forças da reação. O povo da Tijuca, vanguardeiro em várias e memoráveis campanhas democráticas, deve congrega-se, sem distinção de filiação partidária, na Liga Antifascista da Tijuca, cujo programa pode ser sintetizado nos seguintes pontos: 1.Divulgar os verdadeiros princípios da Democracia e os direitos fundamentais do Homem e pugnar intransigentemente na defesa das “quatro liberdades” de Roosevelt e da Ata de Capultepec; 2.Exercer permanente vigilância em relação às atividades fascistas e imperialistas e a todos os demais movimentos contrários à Liberdade, igualdade e Fraternidade; 3.Considerando os fatores econômico e educacional como básicos em uma sociedade democrática, a Liga Anti-Fascista da Tijuca propõe-se lutar pela solução dos problemas ligados à independência nacional e à carestia, o aumento de produção etc. 4.Para atingir seus objetivos, recorrerá a todos os meios adequados, tais como publicações, palestras, conferências, debates, comícios, passeatas, cursos etc. (*O Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 22.168, p. 3, 24 de agosto de 1947).

Assim, é possível extrair do excerto que o uso do antifascismo se estendia além do peso discursivo do termo, pois compartilhavam a leitura de matriz comunista acerca do fascismo e seus imbricamentos imperialistas, agora denunciado nas movimentações dos Estados Unidos. Além disso, o grupo expôs seu programa, que incluía a recusa da interferência estadunidense enquanto via democrática, a vigilância das atividades fascistas e imperialistas, solução de problemas ligados à independência nacional e à carestia e para isso, o uso dos meios de publicações, palestras, conferências, debates, comícios, passeadas, cursos e outros mais. Estrategicamente, é dito que o grupo pautaria sua atuação sem distinção de nenhum vínculo partidária sem expor nenhuma relação com o PCB, em ilegalidade, porém, foram descobertos em março de 1951 pela Divisão de Polícia Política e Social e taxados como “um simples movimento, como outros agrupamentos congêneres, destinados a rearticular o PCB, extinto por decisão judiciária” (*O Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 23.270, p. 4, 25 de março de 1951).

Apesar dos avanços significativos da esquerda na política institucional, foi implantado no Brasil uma ditadura empresarial-militar, cuja implementação e manutenção contaram com o papel ativo de *think tanks* como o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). Essas instituições, sob a máscara de um moralismo tecnocrático e supostamente apolítico, produziram e disseminaram materiais ideológicos que orientavam políticas públicas e moldavam a opinião pública, operando em rede com diversos setores da sociedade. Esse processo articulado deu origem a um longo trabalho de ideologização anticomunista, amplamente difundido como *verdade* social, legitimando o autoritarismo em nome da defesa da democracia (Dreifuss, 1981). Nesse sentido, o plano da Aliança para o Progresso na América Latina, que aliava a direção do país aos interesses norte-americanos, se alinhava às pretensões ideológicas contidas no Plano Marshall europeu, que além da modernização econômica, consumo de massa, promovia a repressão a movimentos populares que contestavam a ordem vigente. Apesar da existência de grupos subversivos atuantes na guerrilha urbana, inspirados pela Revolução Cubana e suas táticas de luta armada, esses movimentos eram duramente combatidos, enquanto a narrativa oficial consolidava a repressão como um imperativo civilizatório diante da ameaça comunista.

Mesmo percorrendo um caminho diferente, o Brasil não escapou da hegemonia neoliberal. Segundo Sabrina Fernandes (2019), o processo vivido no Brasil desde a transição dos anos 1980 pode ser mais bem caracterizado como uma “desdemocratização progressiva” (Fernandes, 2019, p.66), marcada pela fragilidade de uma democracia liberal nascida sob tutela militar, sem justiça de transição ou responsabilização pelos crimes da ditadura. Essa ausência de memória e justiça alimentou o revisionismo histórico e normalizou discursos autoritários,

enquanto a democracia pós-1988 permaneceu restrita ao campo formal, inclusive nos governos petistas, sem transformações estruturais ou ampliação real do poder popular. A gestão democrática seguiu subordinada aos interesses das classes dominantes, mantendo coerção social, desigualdade e exclusão das maiorias populares do processo decisório. A emergência das ONGs como atores da sociedade civil, muitas vezes financiadas por entidades externas e orientadas por práticas técnicas e assistencialistas, ilustra essa captura, em contraste com movimentos populares como o MST e organizações ligadas ao PT e à CUT, que buscavam confrontar as estruturas agrárias e capitalistas.

Esse cenário, por sua vez, se agravou com a ofensiva neoliberal da década de 1990 impulsionando a reestruturação produtiva, privatizações e ataques aos direitos trabalhistas durante o governo FHC. A *onguização* dos movimentos sociais, a influência empresarial nos sindicatos e o surgimento de iniciativas como a Força Sindical expressaram essa ambiguidade, enquanto a CUT foi fragilizada e setores da esquerda institucional adotaram práticas corporativas. A Constituição de 1988, embora tenha incorporado algumas demandas populares, resultou de um pacto com as elites que limitou sua potência transformadora. A internacionalização do capital, a financeirização da economia e a subordinação da burguesia brasileira ao capital transnacional consolidaram o neoliberalismo como forma dominante de vida e organização social, inclusive durante os governos do PT, que, sem romper com a lógica de mercado, integraram fundos de pensão e políticas sociais ao sistema financeiro. Assim, a democracia brasileira tornou-se um instrumento de contenção social, gerido tecnocraticamente, e esvaziado de seu potencial emancipador.

Em um primeiro momento, as esquerdas se empolgaram com a reabertura política do país, contudo, a direita, que perdia palco de atuação em acordos sociais-democratas, não estava satisfeita. Segundo Odilon Caldeira Neto (2025), em 1985 muitos viam o Brasil como desprovido de uma direita organizada, tratando o autoritarismo como página virada, mas setores radicais — especialmente militares e civis ligados à ditadura — resistiram à transição e logo reagiram. Pequenos grupos como o Comando de Caça aos Comunistas e o Movimento Anti Comunista recorreram a atentados, enquanto outros criaram veículos e redes para influenciar o novo regime. A extrema direita, embora marginalizada institucionalmente com o fim do PRP e o multipartidarismo, sobreviveu, se reorganizou e passou a construir redes transnacionais. Jair Bolsonaro emergiu nesse contexto, representando a insatisfação dos militares de baixa patente. Nesse cenário, o integralismo, órfão de Plínio Salgado, enfrentou disputas internas e deu origem ao neo-integralismo, que se somaria a novas correntes neofascistas como negacionistas, neonazistas e supremacistas brancos. A direita brasileira, sempre heterogênea — composta por

fascistas, liberais, católicos, conservadores e autoritários —, ganhou novo fôlego com a ascensão da nova direita e da onda conservadora, abrindo espaço para o neofascismo como um fenômeno presente e cada vez mais influente na política nacional.

Conforme analisado na seção dedicada aos anarco-punks, o período de redemocratização no Brasil foi relativamente favorável para a esquerda, que não atravessava uma crise de identidade ou de organização naquele momento. Em contraste, a direita enfrentava um cenário de desarticulação, o que contribuiu para o deslocamento de determinadas expressões neofascistas para o campo cultural. Por se tratarem de ideias radicais e amplamente rejeitadas no espaço institucional da política, encontraram nesse ambiente contracultural um espaço propício para circulação. Quanto as esquerdas, além dos agentes politizados que deram a devida significância ao espalhamento do antifascismo, não contou com uma grande perda de identidade para que o campo cultural fosse explorado. Pelo menos não de maneira geral, pois os anarquistas, que viam em qualquer forma de dominação do homem sobre o homem como uma restrição às liberdades, denunciaram a manutenção das estruturas autoritárias e a infertilidade dos processos de reconstrução. Assim, em contato direto com os neofascistas, diversos atritos foram travados.

Além disso, outro fator válido para o surgimento dos entraves entre antifascistas e neofascistas no campo dos skinheads foi o contato com experiências e táticas antifascistas internacionais. Com o fim da Guerra Fria, diversos embates entre neofascistas e seus opositores foram noticiados globalmente e especialmente através de canais alternativos de comunicação, como fanzines, cartas, fitas K7, encartes de discos, redes de solidariedade punk e posteriormente a internet, permitiram o intercâmbio entre coletivos brasileiros e experiências internacionais. O Brasil, ainda que à margem do centro das movimentações ANTIFA globais, se integrou a essa cultura de resistência por meio da contrainformação e da circulação de experiências militantes que desafiavam a ordem neoliberal e a violência de Estado.

Durante os governos do PT, o projeto de conciliação liderado por Lula buscou suavizar os efeitos do neoliberalismo sem enfrentá-lo diretamente. Apesar de avanços sociais visíveis — como a redução da pobreza, a valorização do salário mínimo e a ampliação do acesso ao consumo —, nenhuma dessas melhorias foi estruturante. A desigualdade foi apenas administrada, não combatida em suas raízes, o sistema tributário permaneceu regressivo, a concentração de renda e terra inalterada, e a financeirização da economia aprofundada (Saad-Filho; Moraes, 2018).

Ao se acomodar aos limites da democracia liberal, a esquerda institucional — especialmente o PT — evitou a autocrítica, preferindo preservar um consenso político frágil à

custa da radicalidade transformadora. Críticas internas foram desestimuladas sob o argumento de que poderiam fragilizar o projeto, confundindo oposição construtiva com desestabilização. Sabrina Fernandes (2019) acusa um “fetichismo da democracia” (Fernandes, 2019, p. 36) e o “fundamentalismo democrático” (Fernandes, 2019, p.36) — a crença de que os processos democráticos em si substituem a ação política de ruptura. No Brasil, essa lógica se manifestou na valorização excessiva de métodos participativos, cujo radicalismo formal não necessariamente produziu redistribuição ou justiça social. A esquerda brasileira, nesse contexto, recuou em pautas econômicas e reduziu antagonismos a diferenças de opinião, adaptando-se à lógica de inclusão na democracia liberal e perdendo densidade revolucionária.

Seguindo um padrão hegemônico, esse processo resultou em uma esquerda cada vez mais defensora da democracia liberal diante da ascensão de uma direita abertamente antidemocrática, mas sem um projeto próprio de transformação. A crise de 2013 escancarou esse vazio, pois enquanto massas mobilizadas expressavam frustrações profundas com a política institucional, a esquerda respondeu com defesa da democracia como fim em si mesma, uma “democracia real e aprofundada” (Fernandes, 2019, p. 35) vista como substituta da organização revolucionária. O fetiche da democracia pura revelou-se incapaz de conter a ofensiva conservadora, ao passo que a extrema direita soube interpretar a janela populista aberta naquele momento, ocupando o espaço político com propostas de ruptura autoritária (Fernandes, 2019). A partir dali, consolidou-se a crise de representação da esquerda brasileira, que, ao trocar conteúdo político por método e mobilização orgânica por institucionalismo, perdeu sua capacidade de responder à radicalização do tempo histórico.

Com base na ascensão global dos ideais de extrema direita, observa-se que a Antifa Moderna emergiu tanto na Europa quanto no Brasil por caminhos distintos, embora inserida em contextos históricos e políticos convergentes. Ambos os cenários foram marcados pelo esvaziamento da práxis revolucionária, pela fragmentação das esquerdas e pela consolidação do neoliberalismo como horizonte hegemônico. No caso europeu, o colapso do socialismo real e a conversão da social-democracia à racionalidade neoliberal levaram à tecnocratização da política, à renúncia ao antagonismo de classe e à substituição de projetos coletivos por pautas identitárias isoladas — estas, embora fundamentais em diversas lutas, muitas vezes se desvincularam de um horizonte estratégico de transformação estrutural. Já no Brasil, conforme aponta Sabrina Fernandes, a transição democrática ocorreu de forma tutelada, sem justiça de transição, o que resultou em uma democracia frágil, capturada por elites políticas e econômicas, com baixo enraizamento popular, alta exclusão social e prevalência de uma lógica de gestão tecnocrática, inclusive durante os ciclos progressistas.

No entanto, apesar dos laços solidários que atravessam essas frentes, não se observam conexões diretas entre coletivos brasileiros e seus pares europeus ou norte-americanos, mostrando a desconexão *tática* e a persistência de dinâmicas regionais em suas redes autônomas, como é o caso da América Latina. Nesse contexto, a obra *ANTIFA: O Manual Antifascista*, de Mark Bray (2020), oferece um ponto de partida relevante para traçar uma breve conjuntura global, embora delimitada. Motivado pela urgência do cenário de radicalização política nos Estados Unidos, o autor concentrou sua análise nos Estados Unidos, Canadá e Europa Ocidental, reconhecendo, porém, que o antifascismo possui expressivas manifestações também na América Latina, no Leste Asiático, na Austrália e em outros lugares. Ainda assim, a obra obteve sucesso com a interpretação de urgência de seu lançamento, pois os três militantes entrevistados para esta pesquisa conheciam o livro, atestando sua circulação e relevância no Brasil.

Logicamente, o autor reconstitui o panorama mais recente das lutas do movimento antifascista na Alemanha, desde 2013, com a crescente violência contra refugiados que culminou em agosto de 2015, quando grupos neonazistas bloquearam a chegada de um ônibus com 250 solicitantes de asilo. Este episódio catalisou a articulação entre coletivos migrantes e redes antifascistas, que passaram a enfrentar diretamente a retórica islamofóbica de movimentos como o PEGIDA (ativo desde 2014) e o partido Alternativa para a Alemanha (AFD). Na Grécia, o assassinato do rapper antifascista Pavlos Fyssas por militantes do partido Aurora Dourada, em 2013, desencadeou uma onda de mobilizações, greves e repressão estatal, resultando, ainda naquele ano, na prisão de líderes neonazistas. A partir de 2015, ocupações antifascistas de edifícios abandonados para acolhimento de refugiados tornaram-se alvo prioritário de ações repressivas. Na Suécia, os ataques neonazistas dos anos 1990 e a marcha de Salem (a partir de 2000) impulsionaram a criação da Antifascistisk Aktion (1993) e, posteriormente, da Frente Revolucionária, que atuou até meados da década de 2010, quando foi enfraquecida por repressão institucional.

Nos países do norte europeu e da Europa ocidental — como França, Holanda e Dinamarca —, o cenário se complexificou com o processo de institucionalização da extrema direita desde os anos 2000, o que impôs desafios às estratégias antifascistas tradicionalmente ancoradas no confronto direto nas ruas. Na França, Marine Le Pen reformulou o Front National ao longo da década de 2010, distanciando-se do antissemitismo explícito de seu pai e adotando uma retórica islamofóbica e eurocética. Na Holanda, Geert Wilders consolidou sua liderança populista sem organizar manifestações de rua, dificultando formas convencionais de mobilização antifascista. Na Dinamarca, enquanto o Partido do Povo Dinamarquês (DPP)

ganhava espaço com discurso xenófobo, marchas neonazistas — como a que homenageava Rudolf Hess — continuavam a ocorrer, especialmente entre 2010 e 2015. Nessa conjuntura, emergiram coletivos como o ANTIFA, que combinaram crítica à misoginia da extrema direita com uma revisão interna do próprio movimento antifascista, denunciando práticas hierárquicas e machistas em suas fileiras e apontando para a necessidade de uma renovação ética, estratégica e interseccional.

Nos Estados Unidos, o antifascismo passou por uma reconfiguração significativa após a eleição de Barack Obama em 2008 e, com maior intensidade, com o surgimento da alt-right entre 2014 e 2016, culminando na eleição de Donald Trump. A reação antifascista ganhou visibilidade em eventos como o cancelamento da palestra do polemista Milo Yiannopoulos na Universidade de Berkeley, em 2017, após intensos protestos. Grupos como o NYC Antifa (ativo desde 2010), o *Redneck Revolt* e o *General Defense Committee* mobilizaram-se para enfrentar manifestações supremacistas e organizar redes comunitárias de autodefesa em bairros racializados. A criação da Torch Network, em 2014 — herdeira da histórica ARA (Anti-Racist Action) —, simbolizou uma nova articulação nacional. Um episódio marcante foi a ação do HARM (Hoosier Anti-Racist Movement), em 2012, que enfrentou supremacistas brancos e resultou na prisão de militantes. Apesar da repressão institucional — marcada por detenções, vigilância e tentativas de deslegitimação —, o antifascismo estadunidense contemporâneo busca expandir sua base para além dos círculos urbanos e acadêmicos, articulando-se com movimentos populares, sindicatos e lutas por justiça racial, apontando para uma estratégia de resistência profundamente enraizada nas dinâmicas locais e comunitárias.

Em contraste com os contextos abordados por Bray (2020), porém, os coletivos antifascistas brasileiros demonstram, por meio de suas redes sociais, vínculos mais consistentes com organizações de países vizinhos latino-americanos, evidenciando a extensão dessas redes em territórios que fogem dos “epicentros da modernidade ocidental” e sua razão de existência. Além da divulgação da inauguração de sedes antifascistas, como foi o caso do Ateneo Popular Antifascista em Quito (Ação Antifascista, 2022i), no Equador, e mobilizações aos países que sofriam com a extrema direita — mostrado no capítulo anterior —, como Venezuela e Colômbia, a AFA-SP e outros coletivos antifascistas mantiveram contato frequente com a Argentina, com o coletivo Cultura del Barrio, realizando diversos eventos (Ação Antifascista, 2018a). De acordo com a entrevista da AFA (Anexo III, p.231), esses contatos, por sua vez, propiciam intercâmbios que promovem experiências militantes baseadas na fraternidade, no afeto e na vivência direta. As viagens são construídas de forma autogerida, com apoio mútuo e financiamento coletivo por meio da venda de materiais, e os militantes se hospedam nas casas

uns dos outros, compartilhando o cotidiano e as refeições. Trata-se de uma militância enraizada nos vínculos humanos, marcada por afinidades ideológicas e culturais, e não por formalismos. O contato desses grupos, apesar de inéditos, possuem raízes mais profundas, como mostra uma edição do jornal Antifascistas, de Buenos Aires:

O Jornal Antifascista está nas ruas da Argentina e em breve estará nas ruas do Brasil! A Ação Antifascista Buenos Aires elaborou esta nova edição do jornal em parceria com Chile-Brasil-Colômbia-Argentina. Este novo exemplar foi escrito muito antes de vários acontecimentos na América Latina, e serve para entender um pouco do que chamamos de “O Plano Condor do século XXI”. La Cultura Del Barrio SHARP Bs.As ACCIÓN ANTIFASCISTA BUENOS AIRES 18 AÑOS. (Ação Antifascista, 2019d).

Os coletivos antifascistas da América Latina compartilham não apenas afinidades ideológicas, mas também uma memória histórica que se estende além da colonização europeia já mencionada, a repressão coordenada das ditaduras militares do Cone Sul, articuladas no que ficou conhecido como Plano Condor. Essa experiência de violência estatal, sequestros, desaparecimentos e tortura – com o apoio direto dos Estados Unidos – constitui uma memória de resistência compartilhada entre os militantes contemporâneos. Como exemplifica, a menção ao *Plano Condor do século XXI* na nova edição do Jornal Antifascista, elaborado coletivamente entre militantes da Argentina, Chile, Brasil e Colômbia, aponta para a percepção de que a atual ofensiva da extrema direita e do imperialismo na região segue padrões semelhantes aos da repressão do século XX. Assim, para eles, a luta antifascista sul-americana se constitui como continuidade de uma história de enfrentamento à dominação imperialista e às elites locais autoritárias, atualizando a solidariedade internacionalista com base em um passado comum de opressão e insurgência. Essa lógica, por sua vez, também está presente nos coletivos ligados à cultura torcedora, como mostra a entrevista com a C16:

Um dos principais pontos de ser um coletivo antifascista é essa interação, então a gente sempre tá junto ali com o pessoal de outras torcidas, mas também rolam intercâmbios com torcidas de fora. Principalmente — tava até conversando hoje com meu marido, que também é do Coringão Antifa — agora na Sul-Americana a gente vai ter jogos com alguns times que têm torcidas antifascistas também. Então a gente sempre faz esse intercâmbio cultural. A gente encontra o pessoal, tipo aqui no Brasil, por exemplo, já trouxeram camisetas, cachecóis, toucas, a gente troca adesivo, bottom, camiseta, faz postagens em conjunto nas redes sociais, fala como está a situação política em ambos os países. Então é bacana porque também rola esse intercâmbio entre as torcidas aqui latinas. (Anexo I, p.175).

Apesar das primeiras expressões e debates centrados entre neofascistas e antifascistas no futebol terem surgido na Inglaterra, a América Latina atesta uma proporção maior desse campo social. Desde a sua chegada no Brasil, pelas mãos da elite britânica e reservado aos círculos aristocráticos como instrumento de distinção social, o futebol foi objeto de disputa. Importado com ares de civilização, foi usado pelas classes dominantes como ferramenta de

exclusão racial, econômica e simbólica, como evidencia a existência dos jogadores “pós de arroz”⁷². No entanto, o próprio caráter coletivo e público do jogo o tornou alvo de apropriação popular, quando as periferias urbanas e os trabalhadores passaram a disputar esse território, reinventando o futebol com seus próprios modos de jogar, torcer e existir. Em 1930 o futebol se foi mobilizado pelo desejo popular de expressão e a instrumentalização populista dos anos Vargas, transformando o esporte popular em uma representação nacional e uma mercadoria global (Santos, 1981).

A politização dos estádios ganhou força a partir do fenômeno do hooliganismo, termo utilizado para descrever a violência associada às torcidas de futebol, mas que também passou a expressar conflitos ideológicos encenados nas arquibancadas. A partir dos anos 1980, o hooliganismo se consolidou como uma subcultura própria, com códigos, estruturas e estéticas que atravessaram fronteiras nacionais, especialmente na Europa, onde torcidas de extrema direita encontraram espaço para se organizar. Essa subcultura compartilhava o mesmo público dos skinheads: jovens, predominantemente brancos, pobres, periféricos e de classe trabalhadora, que vivenciavam a precarização urbana e expressavam sua raiva social através de posicionamentos políticos radicais — tanto neofascistas quanto antifascistas. As torcidas passaram a ser territórios em disputa simbólica e física, com exemplos marcantes como a SS Lazio e o Beitar Jerusalem, onde a extrema direita é dominante, contrastando com experiências de torcidas que construíram núcleos militantes antifascistas. Com a globalização do futebol, essas formas de torcer — com seus cânticos, confrontos, visualidades e códigos — foram internacionalizadas, criando um mosaico de culturas híbridas que transformaram os estádios em espaços de afirmação e confronto político.

Segundo Holanda (2023), na América Latina, *torcidas*, *barras* e *hinchadas* expressam identidades coletivas forjadas em contextos de desigualdade, violência e desilusão institucional. No Cone Sul, essas formas de torcer ultrapassam o futebol como espetáculo e se entrelaçam com o cotidiano das periferias urbanas, funcionando como redes de apoio, afirmação territorial e pertencimento cultural. A pluralidade é marcante: das piramidais barras bravas argentinas com suas redes político-policiais, aos piños organizados por bairros nas torcidas chilenas, até as organizadas brasileiras em disputa com a elitização e a criminalização promovida pelo Estado. Nesse cenário, o antifascismo emerge como uma força mobilizadora política que atravessa fronteiras e idiomas, conectando torcedores por meio de práticas de solidariedade, autodefesa e crítica ao autoritarismo. Longe de ser apenas uma reação a setores de extrema direita infiltrados

⁷² Jogadores negros que se pintavam com pó de arroz para não serem criticados ou impedidos de jogar por conta da sua cor.

nas torcidas, o antifascismo se articula como um projeto de cultura popular radical, resgatando valores de coletividade, resistência e justiça social nos estádios e para além deles. Ele se insere no aguante, mas o desvia para outro horizonte: não mais só bravura diante do rival, mas coragem diante do poder. Em bairros precarizados, onde o Estado é ausente ou repressivo, o antifascismo se enraíza como prática cotidiana de enfrentamento e construção política, reforçando o papel das torcidas como atores sociais complexos e fundamentais nas lutas do presente.

No Brasil, quanto aos coletivos abordados, essa métrica pode ser absorvida na história de surgimento dos clubes, como contam as torcidas ligadas ao antifascismo. O *Coringão Antifa* resgata a origem popular e operária do Sport Club Corinthians Paulista, fundado em 1º de setembro de 1910 por trabalhadores do bairro do Bom Retiro. Inspirados na visita do time inglês Corinthian Football Club de Londres, que havia goleado times como Paulistano e Fluminense, os fundadores tomaram o nome como gesto simbólico de apropriação e resistência, criando um clube para o povo, do povo. A emblemática frase do primeiro presidente, o anarcossindicalista Miguel Battaglia: *O Corinthians é o time do povo, e é o povo que vai fazer o time*, é reivindicada por torcedores antifascistas que reafirmam esse legado de luta, pertencimento periférico e solidariedade de classe. Já o *Palmeiras Antifascista*, vincula as raízes do clube à classe trabalhadora de imigrantes italianos pobres e operários, fundadores do clube, contrapondo-se à narrativa que associa o Palmeiras a elites ou a traços fascistas por conta de sua origem italiana. Reivindicando a origem popular e combativa da agremiação, o coletivo afirma um projeto torcedor antielitista, diverso e plural, evidenciado em faixas como *origem operária, preço elitista* e em ações solidárias que aproximam o futebol das lutas sociais.

Com a ausência de grandes nomes e uma direção rigidamente intelectual, o antifascismo contemporâneo ressurgiu de baixo e o panorama contemporâneo das mobilizações antifascistas revela uma resposta múltipla, adaptativa e descentralizada diante da reconfiguração da extrema direita. Diante da mobilização contra a reeleição de Bolsonaro, apesar de apartidários, muitos antifascistas participaram dos processos eleitorais devido ao estado do movimento no momento. Contudo, apesar do movimento ANTIFA funcionar como para-choque de resistência frente à extrema direita, os ativistas desse escopo político assumem uma postura revolucionária, guardando inspiração da Guerra Civil Espanhola como referência para esses processos (Ação Antifascista, 2022j), “onde operários e camponeses se apoderaram da terra e indústria, estabelecendo conselhos operários paralelos ao governo, autogestionando a economia, coletivizando as terras” (Ação Antifascista, 2022k). A experiência organizativa do antifascismo espanhol, especialmente com os comitês de autodefesa, milícias populares e as coletividades libertárias em regiões como a Catalunha e Aragão, evidenciou a possibilidade real de uma

revolução social baseada na autogestão, na ação direta e na democracia direta operária e camponesa. Liderados por anarquistas da CNT, e em menor escala por comunistas e socialistas dissidentes, esses agrupamentos articularam um combate frontal ao fascismo aliado à construção de formas alternativas de vida, sem a mediação do Estado e dos partidos tradicionais.

Apesar de fazerem alusão a experiências revolucionárias centralistas como a Revolução Russa de 1917 ou a Revolução Cubana, as referências mais constantes no antifascismo contemporâneo tendem a se alinhar com tradições libertárias de resistência, como a dos partigiani italianos ou das milícias autogestionárias da Guerra Civil Espanhola. Essas experiências são evocadas não apenas como inspiração simbólica, mas como fontes de aprendizado estratégico sobre organização horizontal, ação direta e combate ao autoritarismo. Para Mark Bray (2020), momentos históricos de enfrentamento libertário funcionam como marcos fundadores de uma memória política viva, capaz de orientar as lutas atuais. Nesse sentido, os coletivos antifascistas cumprem um papel crucial na manutenção dessa memória ao utilizarem as redes sociais como plataformas de disputa simbólica e pedagógica, promovendo postagens periódicas que resgatam episódios históricos de resistência, difundem referências militantes e conectam o passado com as urgências do presente.

Outro exemplo de revolução, mais atual, é a experiência zapatista no México, mencionada na entrevista da C16 (Anexo I, p.177) como referência viva de resistência e organização popular. O levante iniciado em 1994 pelo EZLN (Exército Zapatista de Libertação Nacional), na região de Chiapas, é fruto de um longo processo de articulação entre comunidades indígenas, movimentos camponeses e organizações civis autônomas que, desde os anos 1970, experimentavam formas de resistência fora do controle estatal. Combinando influências cristãs de base, marxismo, saberes tradicionais e uma crítica contundente à assimilação cultural forçada, os zapatistas construíram uma proposta de autonomia territorial, política e cultural, reivindicando um México pluriétnico e multijurídico. Seu projeto se consolidou em Juntas de Bom Governo e Caracóis autogeridos, operando com assembleias, decisões coletivas e rotatividade de funções, rejeitando hierarquias permanentes. Mais do que tomar o Estado, o zapatismo propõe uma revolução que recusa o poder como dominação. Esse princípio atravessa sua prática organizativa, sustentada em processos lentos de construção comunitária, educação autônoma, saúde popular e soberania alimentar. Em vez de impor um modelo centralizado, o zapatismo floresce na diversidade, oferecendo um paradigma de transformação baseado na autonomia local, na horizontalidade e na resistência cotidiana (López; Romero; Romero, 2017).

Corroborando a essa concepção, no livro *Mudar o mundo sem tomar o poder* (2000), o sociólogo John Holloway propõe uma teorização profundamente crítica das tradições

revolucionárias centradas na conquista do Estado, argumentando que o verdadeiro potencial transformador não reside na tomada do poder, mas na sua dissolução. A partir da constatação dos fracassos das experiências socialistas do século XX e das traições recorrentes dos partidos de esquerda ao assumirem o governo, Holloway rejeita a lógica da substituição do poder burguês por um poder revolucionário. Para ele, o ponto de partida da revolução deve ser o grito, a negação ativa do existente, e não a ocupação das estruturas de dominação. O autor contrapõe o *poder-sobre*, típico das formas estatais e hierárquicas, ao *poder-fazer*, que é a capacidade criativa e coletiva das pessoas para agir, transformar e resistir. Nessa perspectiva, a revolução não é um evento centralizado, mas um processo cotidiano e descentralizado de luta contra a alienação e o fetichismo – entendido como a inversão que transforma sujeitos em objetos e vice-versa. O fetichismo, para Holloway, é um campo de batalha constante, e sua crítica implica o reconhecimento da possibilidade permanente de ruptura e recusa. Assim, o potencial revolucionário se realiza na construção de antipoderes, práticas autônomas que afirmam a dignidade, a subjetividade e a rebelião cotidiana contra as formas cristalizadas do capital e do Estado.

Visto às discussões, a emergência do antifascismo contemporâneo no Brasil, então, configura-se como uma prática política renovada que vai além da simples repetição histórica, adaptando-se de forma orgânica às modalidades específicas e abrangentes de opressão associadas ao fascismo. Diferentemente das experiências clássicas de antifascismo em frente única, sobretudo as brasileiras, que eram centradas em uma matriz organizativa vertical, o movimento ANTIFA atual se estrutura a partir dos polos locais. Esses polos, em sua autonomia e diversidade, dialogam com outras estruturas semelhantes, não por meio de um comando hierarquizado, mas pela prática do autonomismo. Essa descentralização, resultado do afastamento das velhas tradições da esquerda, produz uma gramática própria de luta pautada na interseccionalidade, expressando uma resistência que desloca o foco da política para campos sociais diversos e férteis à politização. O movimento não segue etapas rígidas ou planos definidos por intelectuais, mas sua resistência popular e cotidiana, diante de uma extrema direita em constante expansão, é fundamental para a preservação das liberdades e direitos.

Essa configuração do antifascismo brasileiro está inserida em contextos nacionais e internacionais que moldaram formas específicas de repressão e mobilização política. Embora tenha seguido trajetórias distintas dos movimentos antifascistas europeus que se organizaram contra o neofascismo pós-guerra, o Brasil esteve pronto para acolher a estrutura ANTIFA com o fim da ditadura em 1985. O antifascismo contemporâneo não apenas confronta formas

explícitas e sutis de opressão, mas, em meio à crise da práxis das esquerdas, busca novas maneiras de construir poder popular e democracia direta, reafirmando a necessidade urgente de uma transformação social profunda e contínua que não pode ser derrotada. Assim, o combate ao fascismo assume dimensões cotidianas e enfrenta inimigos cujas pautas históricas se reinventaram.

3.2. O FASCISMO A SER COMBATIDO

Tendo em vista que o antifascismo italiano não surgiu após a consolidação do fascismo italiano e que o antifascismo brasileiro não precisou que os integralistas tentassem um golpe de Estado para organizar suas atividades, a discussão levará em conta as fases desenvolvidas por Robert Paxton (2004) para compreender o desenvolvimento do fascismo como um processo histórico dinâmico. Nessa dinâmica, o fascismo é dividido em quatro fases distintas, embora sobrepostas: a primeira corresponde à formulação das ideias fascistas e à criação de uma identidade fascista; a segunda, à transformação dessas ideias em um movimento de massas, com estruturas organizacionais, símbolos e práticas que mobilizam seguidores; a terceira, à conquista do poder político, geralmente por meio de alianças ou força; e a quarta, ao exercício do poder, quando o fascismo busca transformar radicalmente o Estado, a sociedade e a cultura. Nesse processo, o fascismo começa como um conjunto fragmentado de ideias nacionalistas e autoritárias que só ganham força real quando expressas por um movimento social capaz de mobilizar as massas. A consolidação do poder fascista envolve não apenas a dominação política, mas a hegemonia cultural e institucional, estendendo seu controle a todas as esferas da vida social.

Erick Hobsbawm (1994), em *A Era dos Extremos*, analisa os totalitarismos como fenômenos centrais da política global no século XX, especialmente entre as duas grandes guerras e durante a Segunda Guerra Mundial. Esses regimes — fascismo, nazismo e stalinismo — expressaram formas extremas de controle social e político, caracterizados pelo monopólio do poder, pela repressão brutal das dissidências e pela mobilização massiva da população em torno de ideologias totalizantes. Para Hobsbawm (1994), o totalitarismo não apenas marcou a história do século XX pela violência e pela negação das liberdades individuais, mas também influenciou profundamente a dinâmica das relações internacionais e a configuração das sociedades modernas, instaurando uma era de conflitos ideológicos e transformações radicais que moldaram o mundo contemporâneo.

Trindade (2004) destaca que a AIB (Ação Integralista Brasileira), movimento político fascista dos anos 1930, embora inspirado pelo fascismo europeu, representou uma adaptação singular ao contexto brasileiro, articulando setores conservadores em defesa de uma ordem autoritária, nacionalista, corporativista e anticomunista. Com forte apelo simbólico e rituais identitários, como a saudação romana e o uso do sigma, a AIB conseguiu mobilizar uma base de massas insatisfeita com o Estado liberal da época, aproveitando-se da crise econômica e política para consolidar-se como uma força política capaz de disputar o poder. Sua organização hierárquica e a forte capacidade de mobilização de massas configuraram características próprias

do integralismo no Brasil, que atuou em confronto tanto com a esquerda quanto com as forças conservadoras tradicionais, até sua desarticulação após o golpe de Getúlio Vargas em 1937. Contudo, o Estado Novo, ao assumir o poder, viu no integralismo uma ameaça à sua hegemonia, reprimindo-o para preservar o controle centralizado e não o incorporando. Ainda assim, tanto o integralismo quanto o Estado Novo deixaram marcas duradouras na política brasileira, especialmente em padrões autoritários, conservadores, corporativistas e centralizadores que atravessaram os períodos subsequentes à ditadura e influenciaram a governabilidade do país, muitas vezes afastada da participação democrática ampla.

A concepção do fascismo pelos antifascistas brasileiros ao longo do século XX foi, em grande medida, uma construção orgânica e marcada pela urgência. Por se tratar de uma experiência inédita, os antifascistas não tinham conhecimento consolidado sobre as características do movimento totalitário que se levantava. Assim, diversas interpretações e pontos de vista foram formulados, como o dos socialistas moderados italianos que, nas fases iniciais, viam o fascismo como um projeto sem fundamento que se extinguiria naturalmente. Somente após eventos como o assassinato de Matteotti e outros episódios que revelaram o poder crescente do regime, houve a compreensão da necessidade de barrar o avanço fascista, embora sem uma teoria unificada.

Essa percepção se cristalizou especialmente na atuação de Francesco Frola, líder dos socialistas no Brasil, que defendeu explicitamente a união das diferentes correntes da esquerda para enfrentar o fascismo. Rompendo com o sectarismo anterior, Frola abriu espaço para diálogos e colaborações com comunistas e anarquistas. Um exemplo emblemático foi o convite ao deputado Azevedo Lima, simpatizante do PCB, para discursar, em 1927, em ato da Lega Italiana dell'Uomo. O discurso, publicado no *La Difesa*, adotava a leitura marxista do fascismo como uma reação desesperada da burguesia diante do avanço da consciência proletária, defendendo a formação de um “bloco de aço” entre os trabalhadores. Ao legitimar essa análise, Frola radicalizou a oposição e reconheceu o marxismo como uma ferramenta útil para construir uma frente ampla antifascista (Bertonha, 1999).

Nesse contexto, a Frente Única Antifascista buscou estabelecer uma definição mais precisa do fascismo, distinguindo-o de outras formas autoritárias e reacionárias, embora seu impacto entre os trabalhadores organizados tenha sido limitado, sendo progressivamente eclipsada pela consolidação simbólica e organizativa do PCB. Este, por sua vez, ampliou o antifascismo para um discurso mais amplo, incorporando-o à luta anti-imperialista e à defesa da União Soviética. No entanto, até a consolidação dessa posição, a Internacional Comunista lançou interpretações variadas, como a tese do “social-fascismo” no *VI Congresso* (1928), que

via os socialistas reformistas como inimigos mais perigosos que os próprios fascistas, dificultando alianças à esquerda. Só no *VII Congresso* (1935) essa postura mudou com a adoção da tática das frentes populares, reconhecendo a necessidade de uma unidade ampla contra o fascismo.

No meio intelectual antifascista, a circulação entre diferentes espaços políticos e culturais permitiu a formação de um entendimento compartilhado e o surgimento de figuras que atuavam como pontes entre grupos diversos, ampliando a legitimidade da oposição antifascista (Castro, 1999). O marxismo exerceu papel decisivo nesse processo, não apenas por influência da URSS, mas porque ofereceu um horizonte teórico-prático concreto para a transformação social, funcionando como potente ferramenta analítica para compreender o fascismo como reação violenta das classes dominantes contra as ameaças revolucionárias.

Por fim, a visão do fascismo partilhada pela Frente Única Antifascista e pela ANL (Aliança Nacional Libertadora) apresenta convergências importantes. A Frente Única concebia o fascismo como uma ideologia retrógrada, medieval e internacionalizante, ameaçando os ideais democráticos e buscando restaurar uma ordem hierárquica repressiva, eliminando o pensamento crítico e reprimindo violentamente as camadas populares. Denunciava especialmente a essência autoritária e sanguinária do integralismo por trás de seus símbolos. A ANL, por sua vez, destacava os aspectos ideológicos e sociais do fascismo integralista, rejeitando seus lemas tradicionais como ilusórios e denunciando o patriotismo e o fanatismo religioso como instrumentos para naturalizar a exploração e a miséria das massas, evidenciando as profundas desigualdades perpetuadas pela elite burguesa. Apesar das ênfases distintas, ambos os grupos convergiam na percepção do fascismo como um instrumento autoritário das elites contra as demandas populares, defendendo a democracia, a justiça social e a resistência às opressões como fundamentos da luta antifascista.

Apesar das limitações impostas pelo contexto histórico e pela ausência de uma tradição teórica consolidada sobre o fascismo, é possível reconhecer que os movimentos antifascistas no Brasil, ainda no calor dos acontecimentos, formularam análises notavelmente lúcidas sobre a natureza e os perigos desse fenômeno. A leitura social construída por esses grupos, embora marcada pela urgência do enfrentamento, captou com precisão aspectos estruturais do surgimento do fascismo, especialmente sua função como instrumento de contenção das demandas populares e de reorganização autoritária das sociedades diante das crises do capitalismo. Ao identificar o fascismo não apenas como uma ameaça política imediata, mas como uma resposta violenta das elites às conquistas e à mobilização das classes trabalhadoras, os antifascistas anteciparam diagnósticos que posteriormente seriam corroborados por

historiadores e teóricos do século XX. Sua ênfase na necessidade de construção de frentes amplas, na superação do sectarismo e na defesa da democracia social como trincheira contra o avanço autoritário revela um grau significativo de maturidade política e de compreensão da gravidade histórica do fascismo — leitura que, à época, não era trivial, especialmente em cenários periféricos como o Brasil.

O movimento ANTIFA, por sua vez, surge como uma resposta contemporânea ao avanço da extrema direita, que hoje não mais se manifesta por meio de regimes totalitários explícitos, mas assume formas renovadas de autoritarismo, nacionalismo xenófobo e populismo reacionário dentro das democracias liberais. Diferentemente do antifascismo histórico, que enfrentou regimes que se declaravam fascistas — até porque o fascismo ainda não era plenamente conhecido —, o ANTIFA atual combate a normalização da extrema direita, que, segundo Cas Mudde (2022), evoluiu em três ondas principais: o neofascismo (1945–1955), caracterizado por um discurso nostálgico e marginal; o populismo de direita (1955–1980), que reagiu às elites e ao Estado de bem-estar social; e a direita radical (1980–2000), que se adaptou às instituições parlamentares e ganhou relevância eleitoral com discursos nacionalistas, anti-imigração e antiglobalização. Na virada do século, esse populismo radical tornou-se hegemônico em muitos partidos europeus de extrema direita, deslocando o fascismo clássico e atualizando seus inimigos — imigrantes, minorias étnicas, feministas, movimentos LGBTQIA+ e instituições supranacionais como a União Europeia.

A memória do fascismo, no entanto, deixou marcas profundas na opinião pública, tornando inviável a propagação direta dos seus elementos totalitários explícitos do século XX. Por isso, a extrema direita contemporânea precisou reinventar aspectos centrais do fascismo clássico — como o elitismo, o racismo e a aversão à democracia liberal — em versões mais sutis e palatáveis. O culto à ordem e à autoridade permanece, mas agora se manifesta na defesa de políticas punitivistas e moralistas, justificadas por um sentimento difuso de insegurança. A antiga figura do *homem novo* fascista foi substituída pelo *cidadão de bem* — nativo, conservador e empreendedor — idealizado como o guardião de uma sociedade ameaçada por estrangeiros e desvios morais.

Um exemplo dessa reelaboração é a Nouvelle Droite⁷³, que reformulou o racismo em termos culturais, abandonando os antigos conceitos raciais e biológicos e difundindo o

⁷³ Nouvelle Droite (*Nova Direita*) é um movimento intelectual surgido na França, a partir do final da década de 1960, articulado em torno do think tank GRECE (*Groupement de Recherche et d'Études pour la Civilisation Européenne*). Influenciada por autores como Alain de Benoist, a Nouvelle Droite buscou reformular o discurso da extrema-direita europeia, substituindo argumentos biológicos por fundamentos culturais, defendendo a "diferença" entre os povos como justificativa para posições etnopluralistas, nacionalistas e antiglobalistas.

etnopluralismo — ideologia que defende a separação dos grupos étnicos para preservar suas identidades. Embora pareça uma visão não hierárquica, o etnopluralismo sustenta o nativismo contemporâneo, que enxerga a presença de estrangeiros — sejam pessoas ou ideias — como uma ameaça à integridade nacional. Essa visão, muitas vezes expressa por slogans como Alemanha para os alemães, embasa projetos de etnocracia, nos quais a cidadania se limita à identidade étnica dominante. O autoritarismo permanece central, não só como forma de governo, mas como uma estrutura mental que valoriza a ordem, a punição e a moral tradicional. O populismo, por sua vez, funciona como uma ideologia flexível que divide a sociedade entre o povo puro e a elite corrupta, usando a ideia de vontade popular para justificar políticas excludentes e discursos intolerantes. Esses elementos formam o repertório da extrema direita atual, que varia em intensidade e configuração, mas é sempre guiada por um imaginário de pureza, autoridade e exclusão.

Além disso, a extrema direita adaptou sua retórica sobre soberania e identidade nacional para parecer, ao menos superficialmente, compatível com os valores democráticos. Enquanto o fascismo histórico rejeitava frontalmente o liberalismo e o pluralismo, a direita radical contemporânea afirma respeitar a democracia, ao mesmo tempo em que ataca seus fundamentos — como os direitos das minorias, a separação de poderes e o Estado de Direito — em nome da *vontade do povo*. O populismo atua como uma espécie de escudo discursivo, conferindo legitimidade popular a discursos e práticas intolerantes. Temas como imigração e segurança pública funcionam como gatilhos emocionais para mobilizar medo, ressentimento e o desejo de controle. Embora a violência tenha sido exaltada explicitamente pelo fascismo clássico como força regeneradora, hoje ela reaparece de modo implícito, manifestando-se na política de exclusão, no endurecimento penal e na ideia de que a diferença — seja étnica, cultural ou moral — ameaça a ordem social.

Essa transformação não se restringe ao discurso, mas se manifesta também nas formas organizativas e nas estratégias de difusão. A extrema direita contemporânea investe fortemente na comunicação digital, adotando uma estética juvenil, irônica e informal para disseminar conteúdos autoritários e excludentes. Redes sociais, fóruns e canais de vídeo tornaram-se espaços centrais para a formação identitária e a radicalização, impulsionados por algoritmos que amplificam a polarização e o engajamento emocional. Nesse contexto, o revisionismo histórico ganha papel estratégico ao relativizar ou negar crimes como o colonialismo, a escravidão e o Holocausto, buscando reabilitar símbolos e valores autoritários.

Dessa forma, a extrema direita não constitui um bloco homogêneo, nem se limita a expressões neofascistas. Trata-se de um campo plural, composto por diversas manifestações

políticas, sociais e culturais, com diferentes graus de radicalidade. Cas Mudde (2022) propõe que vivemos a quarta onda global da extrema direita, distinguindo entre a direita radical — que opera dentro dos marcos democráticos, embora com forte viés autoritário e nativista — e a direita ultraradical, que rejeita abertamente os princípios democráticos e defende rupturas sistêmicas. Essa divisão analítica ajuda a compreender a heterogeneidade do campo, que, apesar de compartilhar elementos como nativismo, autoritarismo e populismo, apresenta atores com diferentes estratégias, inserções institucionais e repertórios de ação. Nesse espectro coexistem partidos parlamentares populistas, influenciadores digitais e subculturas como alt-rights, hooligans e skinheads neonazistas, cuja atuação ocorre fora das instituições, seja nas redes digitais, seja no confronto direto.

No Brasil, após a redemocratização, o neofascismo encontrou terreno fértil para se reorganizar em meio à abertura política e ao fim da ditadura militar. Embora o fascismo já tivesse raízes históricas no país, com a atuação da AIB (Ação Integralista Brasileira) nas décadas de 1930 e 1940, foi apenas nos anos 1980 que novas expressões dessa ideologia começaram a emergir com maior autonomia. A morte de Plínio Salgado, em 1975, deixou um vácuo simbólico no movimento integralista, levando à fragmentação interna e ao surgimento do chamado neo-integralismo — uma tentativa de atualizar os princípios autoritários, corporativistas e antiliberais da AIB à nova realidade da democracia representativa. Durante esse período, grupos como o Movimento Popular de Apoio à Fundação Plínio Salgado e tentativas frustradas de criar partidos neo-integralistas evidenciaram as dificuldades de institucionalização do neofascismo no Brasil, embora persistisse o culto a figuras históricas como Salgado, Barroso e Reale (Neto, 2025).

Paralelamente, o negacionismo do Holocausto começou a se articular como uma vertente estratégica do neofascismo brasileiro, amparando-se na liberdade de expressão conquistada no período pós-ditadura. O caso mais emblemático foi o de Siegfried Ellwanger, fundador da Revisão Editora, que se dedicou à publicação e difusão de livros que negavam o genocídio nazista e promoviam o antissemitismo. Essa vertente buscava reabilitar o discurso nazista sob o disfarce da *revisão histórica*, o que gerou forte reação de entidades judaicas e de direitos humanos, culminando na sua condenação pelo STF em 2003. Apesar da repressão legal, o negacionismo se adaptou ao ambiente digital, migrando para fóruns e redes sociais, onde continuou a funcionar como ferramenta de difusão de ódio e de coesão ideológica da extrema direita (Neto, 2025).

Ainda na década de 1980, o neonazismo emergiu como uma terceira vertente do neofascismo brasileiro, dialogando tanto com o negacionismo quanto com o radicalismo de rua.

Organizações como o Partido Nacional Socialista Brasileiro, criado por Armando Zanine Júnior, tentaram institucionalizar o neonazismo com base em ideias como eugenia e reforma agrária racializada, mas não conseguiram legalização. Ao mesmo tempo, a cena skinhead *White Power* começou a ganhar força em centros urbanos, com grupos como os Carecas do Subúrbio assumindo protagonismo (Neto, 2025). Apesar das diferenças internas — entre os que apostavam na institucionalização e os militantes da ação direta —, essas correntes partilhavam valores racistas, autoritários e anticomunistas, contribuindo para a consolidação do neofascismo como um fenômeno múltiplo no contexto da redemocratização brasileira.

Com a reorganização da extrema direita a partir de 2014, cresceu a preocupação com o fortalecimento de estruturas repressivas já existentes, agora impulsionadas por novas estratégias e legitimadas por setores políticos emergentes. Nesse período, denúncias alertaram para o avanço de discursos radicais no interior do Estado, incluindo forças policiais e setores institucionais que passaram a atuar em sintonia com ideologias autoritárias. Ao mesmo tempo, as críticas antifascistas passaram a focar também no discurso de ódio difundido por segmentos conservadores, que encontraram nas redes sociais um espaço privilegiado para propagar intolerância, racismo, homofobia e misoginia, utilizando narrativas sensacionalistas como ferramenta de disputa pela hegemonia cultural e política. A retomada da Marcha da Família com Deus, nesse cenário, tornou-se símbolo desse novo ciclo: buscou-se reviver os valores moralistas, patriarcais e militaristas da ditadura civil-militar, sustentando uma visão de ordem social rígida, baseada na repressão e na obediência. Ao resgatar esse repertório discursivo, o movimento procurou reafirmar o autoritarismo estatal, invisibilizando a diversidade e suprimindo as demandas por justiça social, perpetuando assim o ciclo de exclusão e violência que atravessa a história brasileira.

A ascensão da extrema direita com setores que absorvem traços neofascistas é um fenômeno de alcance global, intensificado nas últimas décadas em contextos atravessados por crises econômicas, insegurança social e polarização política. Na Europa, observa-se o fortalecimento de partidos e movimentos que mobilizam discursos nacionalistas, xenófobos e islamofóbicos, frequentemente associados a elementos do repertório neofascista do pós-guerra. Exemplos incluem a AfD, na Alemanha, que ampliou seu protagonismo após a crise dos refugiados em 2015, e o Rassemblement National, na França, que consolidou sua presença no cenário político sob a liderança de Marine Le Pen. Na Grécia, o Aurora Dourada expandiu sua atuação durante a crise econômica, adotando práticas de violência política até ser desarticulado por meio de ações judiciais. Esses movimentos, como analisa Mudde (2022), operam por meio

da reconfiguração de elementos históricos do fascismo, adaptando seus discursos às dinâmicas democráticas e neoliberais contemporâneas.

No Brasil, o fenômeno assume contornos próprios. Conforme Neto (2025), o neofascismo brasileiro se estrutura em duas ondas — entre 1980 e 2020 — e, embora surja de forma tardia em relação aos contextos europeus, conseguiu consolidar uma identidade específica, dialogando tanto com a extrema direita internacional quanto com tradições locais, como o integralismo. Esse processo contribuiu diretamente para a radicalização do campo político e para a emergência do bolsonarismo, que incorporou referências simbólicas e discursivas alinhadas a esse repertório. A internacionalização, a adoção de estratégias metapolíticas e a articulação entre discursos religiosos, nacionalistas e autoritários são características centrais desse processo, que evidencia a capacidade de adaptação dos valores neofascistas aos desafios e às contradições do século XXI.

Nos Estados Unidos, o surgimento da alt-right, especialmente após a eleição de Donald Trump, sinaliza uma nova fase da extrema direita, que capitalizou a ansiedade relativa à perda do privilégio da *América branca tradicional* diante das transformações sociais recentes. Por meio de estratégias sofisticadas de propaganda digital, esse movimento dissimulou discursos racistas e misóginos sob a aparência de *pontos de vista alternativos*, contribuindo para a radicalização dos grupos antifascistas e a ampliação de suas ações em defesa das comunidades vulnerabilizadas e contra a legitimação da extrema direita no poder.

Mark Bray (2020) apresenta uma abordagem que amplia a compreensão do fascismo para além das imagens clássicas associadas ao século XX, posicionando-o como uma virtualidade permanente do Estado moderno. Assim, o fascismo contemporâneo manifesta-se não apenas em movimentos abertamente autoritários, mas em práticas cotidianas e discursos que aparentam legitimidade, alicerçados em pilares como nacionalismo exacerbado, supremacia branca, misoginia e exaltação da ordem. Essa definição ultrapassa o fascismo enquanto mera aberração histórica, destacando-o como uma expressão estrutural do projeto civilizatório moderno, fundado na violência colonial, na soberania nacional e na administração biopolítica das populações.

Nesse sentido, a visão do movimento ANTIFA, refletida nas análises de Bray (2020), entende que as bases do fascismo contemporâneo estão enraizadas em estruturas históricas e institucionais mais amplas. O racismo estrutural e o capitalismo não são apenas alvos de oposição, mas constituintes fundamentais desse projeto autoritário. O racismo foi institucionalizado pelo Estado moderno europeu como um mecanismo central para a construção das identidades nacionais e a hierarquização das populações, enquanto o capitalismo, na

dinâmica imperialista global, organiza desigualdades e precariedades que alimentam ressentimentos sociais, frequentemente apropriados pelos discursos fascistas.

Essa perspectiva crítica desloca o foco da análise do fascismo como uma exceção ou anomalia para sua compreensão enquanto continuidade das dinâmicas de poder que estruturam as sociedades modernas. As democracias liberais, longe de serem barreiras inquebrantáveis, mostram-se permeáveis e, por vezes, coniventes com a ascensão de projetos autoritários, seja por passividade ou por interesses estratégicos das elites políticas e econômicas. Historicamente, regimes fascistas emergiram não através de revoluções populares, mas por meio de manobras institucionais das elites, que temeram os processos revolucionários e optaram por formas autoritárias de controle social.

O fascismo contemporâneo atua também por meio da apropriação e distorção da linguagem, símbolos e práticas historicamente associadas à esquerda, construindo identidades populistas que confundem e infiltram o espaço político com a radicalização das ideias. Essa estratégia revela a capacidade do fascismo atual de se reinventar sob novas formas, sem perder sua essência autoritária, racista e patriarcal. Dessa forma, o fascismo deve ser compreendido como uma expressão persistente e multifacetada dos sistemas de dominação racial, econômica e política, manifestando-se de maneiras diversas e adaptando-se às transformações sociais sem perder sua natureza estrutural.

No Brasil, a partir de 2019, com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência, consolidou-se uma articulação das direitas brasileiras no campo institucional, reunindo neoliberais, militares, fundamentalistas religiosos e outras faces desse escopo em torno de uma plataforma autoritária. O bolsonarismo, apoio que se vai além de uma preferência eleitoral, combinou nacionalismo ressentido, punitivismo moralista, retórica anticomunista e alinhamento submisso ao imperialismo, mobilizando setores médios e populares por meio do medo, do ódio e da desinformação. Essa ultrapolítica desloca os antagonismos de classe, raça e gênero para o plano simbólico, criminalizando opositores e esvaziando o debate estrutural. Bolsonaro não apenas unificou forças reacionárias, mas também normalizou práticas autoritárias e legitimou pautas antes marginais, aprofundando a precarização social e reorganizando o Estado em favor da ordem burguesa. Pressionada, a esquerda passou a defender a democracia liberal como trincheira mínima, mesmo sem acreditar em seu potencial transformador, revelando que enfrentar o bolsonarismo exige mais que defesa institucional, mas a necessidade de um novo projeto político, popular e radical.

Dentro de análises que associam o bolsonarismo como algo próximo a uma concepção fascista, o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva (2022) entende esse fenômeno de

massas como uma expressão contemporânea do fascismo no Brasil, destacando seu papel como ponto de encontro das direitas brasileiras, historicamente dispersas e muitas vezes antagônicas. Ao contrário de contextos anteriores, em que havia competição entre correntes conservadoras, liberais e reacionárias, o bolsonarismo conseguiu unificar essas forças em torno de um projeto autoritário, baseado na mobilização de massas por meio de um líder carismático, que promete restaurar valores tradicionais e hierarquias sociais. Segundo Teixeira da Silva (2022), essa unificação foi possível graças à exploração política do ressentimento diante das transformações sociais em curso — como o protagonismo de mulheres, negros, indígenas e pobres — e resultou no desabamento do centro democrático e no aprofundamento da crise da Nova República.

No entanto, Daniel Aarão Reis (2021) adverte que, embora o bolsonarismo incorpore traços que dialogam com repertórios do fascismo — como o culto à autoridade, o antiparlamentarismo, a mobilização afetiva pelo medo e pelo ressentimento, além do ataque sistemático às instituições —, é conceitualmente impreciso classificá-lo de forma direta e absoluta como fascismo. Para o autor, trata-se antes de uma concepção autoritária em formação, que não configura um regime totalitário clássico, nem adota integralmente os elementos estruturantes do fascismo histórico, como o partido único, o controle total da sociedade civil e do aparato estatal ou a militarização generalizada das massas. Aarão Reis reforça que, embora o bolsonarismo dialogue com linguagens e práticas do extremismo de direita, é fundamental não diluir os conceitos, preservando as distinções analíticas entre regimes autoritários e experiências fascistas. Essa diferenciação é crucial não apenas do ponto de vista teórico, mas também para a construção de respostas políticas adequadas, capazes de enfrentar as especificidades do autoritarismo contemporâneo sem recorrer a analogias automáticas com o passado.

O contexto político que propiciou esse contexto não se consolidou por fatores e dinâmicas puramente nacionais, mas globais. Dito isso, nenhum projeto político pode ser implantado em outro território preservando sua originalidade, pois exige a adaptação das particularidades do espaço e no caso das ideologias reacionárias, o ponto de apoio é calcado nas estruturas conservadoras do país.

O bolsonarismo, quando alcançou a hegemonia, então, ampliou seu discurso saudosista e ordeiro que, longe de representar um simples resgate de valores tradicionais, funcionou e funciona como um mecanismo ativo de resgate das formas históricas de dominação. Segundo Schwarcz (2019), no Brasil, essas ideologias encontram ressonância em um passado forjado sob a lógica escravocrata, patrimonialista, patriarcal e autoritária, cuja permanência foi mascarada. Como observa a autora, a construção da identidade brasileira moderna passou por

um processo deliberado de apagamento dos conflitos, tensões e violências que marcaram sua formação social, substituindo-os por uma narrativa conciliadora que legitima a hierarquia como traço constitutivo da ordem. Assim, o reacionarismo à brasileira não opera apenas pela importação de discursos globais de direita, mas sobretudo pela reativação de estruturas internas sedimentadas historicamente, que se atualizam por meio da linguagem da tradição, da moral e da autoridade, instrumentalizadas no presente como respostas à crise democrática e à emergência de demandas igualitárias.

O militarismo é visto ainda em 1981, por Florestan Fernandes (2015), como instrumento da manutenção do poder – ainda durante a Ditadura Militar –, o militarismo constitui uma estratégia de contenção social mobilizada pela elite dominante – política e econômica – na América Latina para garantir a reprodução de sua hegemonia. Para ele, o regime em vigência tratava-se mais do que um simples autoritarismo, mas era um processo de fascistização seletiva do Estado, no qual não se reproduzem os traços clássicos do fascismo europeu — como partidos de massas ou ideologias totalizantes —, mas sim formas adaptadas e difusas, ajustadas à lógica do capitalismo dependente. Florestan evita o uso rígido e simplista do termo *fascismo*, mas também recusa eufemismos, pois segundo ele, obscurecem a função política real das ditaduras latino-americanas. Dessa maneira, o militarismo aparece como peça funcional de uma engrenagem mais ampla de contrarrevolução permanente, em que o Estado é tecnocratizado e subordinado aos interesses das classes dominantes e do imperialismo. A repressão intensa, a supressão das reformas estruturais e a interdição de qualquer horizonte socialista se fazem sob a aparência de normalidade institucional, instaurando uma "democracia autoritária", que simula pluralismo enquanto concentra o poder e esvazia o espaço público.

Em consonância, Ferrugem, Lima e Rocha (2021) argumentam que a violência policial no Brasil representa a face mais brutal de uma política de segurança alicerçada no discurso da guerra às drogas, que legitima a eliminação de corpos racializados sob o pretexto da manutenção da ordem. Essa retórica, herdada do proibicionismo norte-americano e intensificada pela lógica de Segurança Nacional formulada durante a Guerra Fria — que substituiu o inimigo comunista pelo *criminoso* racializado — sustenta-se na construção de um inimigo interno, especificamente o jovem negro e pobre das periferias. Dessa forma, o aparato repressivo do Estado opera como gestor da morte, articulando seletividade penal e racismo estrutural para assegurar o controle social e preservar a hierarquia racial. Essa guerra, disfarçada de política pública, reforça o autoritarismo estatal ao transformar territórios populares em zonas de exceção permanentes, onde direitos fundamentais são sistematicamente suspensos e a letalidade policial naturalizada. O Estado não apenas tolera essa violência, mas a

institucionaliza como parte essencial de sua funcionalidade, disciplinando e descartando populações consideradas excedentes à lógica do capital. No Brasil, a guerra às drogas não se revela apenas uma política ineficaz, mas um projeto de poder racializado e neoliberal que combina militarização, encarceramento em massa e extermínio sistemático, reproduzindo o legado escravocrata em novas formas e reforçando a aliança entre racismo, autoritarismo e desigualdade social.

O antifascismo do século XXI, desde o contexto da Primeira Onda Neofascista, não apenas combatia grupos neonazistas e skinheads, mas também denunciavam o processo de fascistização do Estado, cuja expressão mais evidente se manifestava na violência policial. Tal dinâmica refletia um autoritarismo estrutural presente nas instituições, operando como mecanismo de controle social seletivo, especialmente contra corpos racializados e das classes populares. Esse padrão repressivo tem raízes no legado escravocrata, no racismo estrutural e na manutenção da ordem capitalista, que legitima a exploração da força de trabalho e a preservação da propriedade privada por meio de dispositivos políticos e jurídicos. No Brasil, essa lógica se perpetua desde o período colonial, atravessando momentos como as Ditaduras de Vargas, o regime militar e, mais recentemente, o bolsonarismo. Nesse cenário, a brutalidade policial cumpre função central na manutenção da dominação social, econômica e racial, sobretudo em um contexto neoliberal, onde o racismo, a intolerância religiosa — particularmente contra religiões de matriz africana — e a criminalização da pobreza operam de forma articulada.

Em constante denúncia, a concepção de fascismo adotada pelos coletivos ANTIFA ultrapassa a compreensão restrita de regimes históricos europeus, reconhecendo-o como uma lógica permanente de dominação, que se manifesta na organização contemporânea do Estado e da sociedade. Sem fixar exclusivamente a leitura do bolsonarismo como expressão neofascista no culto ao líder ou na estética dos movimentos clássicos, esses coletivos associam o fascismo como expressão da violência institucionalizada, da militarização dos territórios periféricos e da repressão às formas autônomas de organização popular. O Estado, nesse modelo, assume protagonismo na construção de inimigos internos, que passam a ser associados a ameaças à moral, à segurança e à ordem, justificando, assim, o uso sistemático da força e naturalizando a repressão como instrumento legítimo de controle social. No dia 21 de maio de 2020, frente o assassinato do jovem negro e periférico João Pedro, a P16 expressiu essa análise:

O povo preto é o principal alvo da bala da polícia. Todo ano, cerca de 45 mil pessoas negras são assassinadas no Brasil. Seja pelas vidas exterminadas a tiros, pelo feminicídio das mulheres negras ou pelo abandono dos serviços públicos de saúde, que agora se agravam na pandemia, em que uma pessoa negra tem 5 vezes mais chances de morrer que uma pessoa branca. (Palmeiras Antifascista, 2020r).

A publicação da P16, realizada em maio de 2020, ao denunciar o assassinato de João Pedro e a violência sistêmica contra a população negra, evidencia como o racismo estrutural segue operando de forma persistente no Brasil. Ao relacionar os dados sobre homicídios, feminicídio e o abandono estatal à realidade agravada pela pandemia, o coletivo aponta para um padrão histórico de exclusão e vulnerabilização que não se restringe a episódios isolados, mas revela uma lógica contínua de gestão da morte nas periferias. Essa leitura converge com a análise de Schwarcz (2019), que identifica na formação social brasileira a permanência de estruturas autoritárias e desiguais forjadas desde o período escravocrata, sustentadas por mitos como o da harmonia racial. A crítica da P16, ao trazer à tona essas continuidades, contribui para desestabilizar narrativas conciliatórias e reforça a ideia de que a resistência ao autoritarismo e ao fascismo no Brasil exige o enfrentamento direto das desigualdades raciais historicamente enraizadas.

Nesse contexto, é possível identificar que a crítica à instrumentalização dessa violência se manifestou de maneira contundente e constante desde os primeiros passos do movimento ANTIFA no Brasil, como demonstram as publicações do *Libera... Amore Mio*. Ao condenarem, por exemplo, a transmissão televisiva de execuções pela mídia hegemônica, os anarquistas denunciavam não apenas a espetacularização da violência, mas também a cumplicidade entre Estado, imprensa e classe dominante na naturalização da pena de morte extrajudicial direcionada aos pobres. Para esses grupos, essa violência não constitui um desvio, mas um componente estrutural do projeto capitalista de controle social. Nesse sentido, o tráfico, longe de ser combatido de forma eficaz, funciona como um elemento funcional ao Estado, alimentando tanto os lucros da repressão quanto a construção da narrativa do inimigo interno. A figura do *bandido* substitui, assim, o *subversivo* da ditadura, perpetuando a lógica de eliminação do outro como mecanismo de manutenção da ordem vigente. A guerra às drogas, portanto, atua como um conflito dirigido contra os pobres, legitimando a militarização das periferias e a suspensão contínua de direitos, enquanto o nacionalismo performado em datas como o 7 de setembro é denunciado como um fetiche autoritário que oculta a persistente dependência econômica, a violência estatal e a exclusão social estrutural. Atualmente, essa crítica à violência policial e à lógica do Estado extrapolou os círculos anarquistas, sendo difundida e incorporada por diversos setores da esquerda, ampliando e fortalecendo um entendimento plural acerca das interconexões entre racismo estrutural, autoritarismo e neoliberalismo no Brasil contemporâneo.

A análise dos coletivos ANTIFA reconhece que o autoritarismo e a particularidade de suas agressões é uma engrenagem funcional do capitalismo dependente, articulando repressão

interna, racismo estrutural e subordinação ao imperialismo. Durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, além das denúncias de manifestações e contatos com neofascistas – como visto no capítulo anterior –, um dos principais pontos de alarme dos coletivos antifascistas foi a constante apologia à Ditadura Militar, como mostra o manifesto assinado por diversas torcidas e publicada no *Instagram* do *Palmeiras Antifascista* em 31 de março de 2020:

GOL CONTRA: DITADURA MILITAR IMPÔS DERROTA AO BRASIL

Os coletivos e torcidas antifascistas vêm a público manifestar total repúdio ao incentivo irresponsável do presidente da República, Jair Bolsonaro, para que as Forças Armadas comemorem o golpe contra a democracia ocorrido em 31 de Março de 1964, no qual foi deposto o legítimo presidente João Goulart. Hoje, em tempos de pós-verdade, a direita nacional procura difundir uma ficção em torno do período da Ditadura Militar, entre 1964 e 1985. Afirmam que “salvaram o Brasil do comunismo”, que “só bandidos foram presos”, que a “corrupção foi extinta” e que “houve grande crescimento econômico”. Na verdade, trata-se de uma coleção de mentiras e falsidades. O governo Goulart não era comunista e apenas propunha tímidas reformas de interesse popular. Nestes 21 anos de terror de Estado, operários, camponeses, índios, estudantes, professores, advogados, jornalistas, religiosos, entre outros cidadãos corretos e dignos, foram presos e torturados apenas por divergir do regime autoritário. No total, segundo farta documentação da Comissão da Verdade, 6.591 militares foram presos, torturados ou mortos durante esse período. Muitas mulheres sofreram durante a repressão, liderada por delinquentes sádicos como Sérgio Paranhos Fleury e Brilhante Ustra, este último ídolo do fascista Jair Bolsonaro. A cultura do estupro punitivo vigorou em boa parte dos “anos de chumbo”. Muitas dessas companheiras foram torturadas e depois assassinadas. Hoje, historiadores e jornalistas mostram que também bebês, crianças e adolescentes sofreram nas mãos cruéis dos repressores. O regime militar foi, sobretudo, corrupto. Os escândalos eram, no entanto, abafados por meio da censura à imprensa. Desviava-se dinheiro em obras faraônicas, como a rodovia Transamazônica.

Os casos Capemi, Lutfalla, Coroa-Brastel, entre outros, mostram que a corrupção era uma marca do regime. O chamado “Milagre Econômico” foi fugaz e gerou benefício duradouro a poucos privilegiados. Na Ditadura Militar, marcado pelo êxodo rural, o Brasil assistiu à multiplicação de favelas e ao inchaço daquelas já existentes. Assinam este manifesto: Antifa Sport, Belo Antifascista, Bolívia Antifascista, Cavalo de Aço Antifascista, Central Antifa, CRB Antifascista, CSE Antifascista, Moto Antifa, Potiguar Antifascista, Torcida LGBTricolor – Bahia, Treze Antifascista, ABC F.C. Antifascistas, AnarcomuAmerica, Avaí Antifascista, Azulão Antifascista, Bafomunistas (Comercial-SP Antifascista), Bancada Alviceleste, Belo Antifa, Botafogo Antifascista, Brigada Marighella, CAP antifa, Coletivo Democracia Corinthiana, Coletivo Democracia SantaCruzense, Coletivo Elis Vive, Coletivo Popular Alvinegro, Coletivo Remo Antifascista, Comuna Alvirrubra, Confiança Antifascista, Coral Antifa, Coringão Antifa, Coritiba Antifascista, Crato Antifascista, Esquerda Rubro-Negra, Esquerda Vascaína, Flamengo Antifascista, Flamengo da Gente, Fluminense Antifascista, Frente Esquadrão Popular, Frente Inter Antifascista, Gipão Antifascista, Goytacaz Antifascista, Grêmio Antifascista, Meca Antifa, MFLP – 54, Movimento Esmeraldino Antifascista, Movimento Grêmio Antifascista, Movimento Popular Coral, Movimento Toda Poderosa Corinthiana, Palmeiras Antifascista, Palmeiras Livre, Porcominas, Porcomunas, Portuguesa Antifascista, Resistência Americana Antifascista, Resistência Azul Popular, Resistência Tricolor – Fortaleza, Resistência Tricolor Antifascista, TAU - Torcidas Antifascistas Unidas/Brasil, TAU - Torcidas Antifascistas Unidas/Nordeste, Timbu antifa, Torcedores e Torcedoras pela Democracia, Torcida Antifascista Sport, Treze Antifascista, Tribuna 77, Tricolores de Esquerda, Ultras Resistência Coral, Vasco Antifascista, Vozão Antifascista, Xavantes Antifascistas. (Palmeiras Antifascista, 2020s).

O manifesto, então, articulou uma resposta direta ao revisionismo histórico promovido pelo governo Bolsonaro, que buscava reabilitar a Ditadura Militar sob o verniz de um suposto resgate da ordem e do progresso – enquanto esbravejava discursos acerca da falência da moral brasileira e pintava culpados. Ao contrapor as narrativas do “milagre econômico” e a moralidade do regime, os coletivos reafirmam a centralidade da memória histórica como ferramenta de resistência, denunciando as práticas de tortura, censura e assassinato institucionalizadas entre 1964 e 1985. Essa iniciativa articula-se diretamente com as análises desenvolvidas ao longo do texto, ao explicitar a continuidade da lógica autoritária do Estado brasileiro — marcada pelo racismo estrutural, pela repressão seletiva e pela aliança entre poder político e interesses econômicos — no presente. Nesse contexto, o revisionismo não apenas encobre os crimes do passado, mas opera como força ativa de apagamento e despolitização, o que, diante da elitização crescente do futebol e da penetração do mercado liberal em sua estrutura, leva os coletivos a reivindicarem suas raízes nos setores populares, especialmente nas tradições combativas do movimento sindical, como forma de resgatar a dimensão social, crítica e comunitária do esporte.

Nesse sentido, os grupos ANTIFA também compreendem a difusão das doutrinas de Segurança Nacional como uma arquitetura de controle social que fabrica inimigos internos e externos dentro da lógica expansionista do imperialismo. Em consonância com essa leitura crítica, a publicação da Ação Antifascista São Paulo (2021o) reforça que o enfrentamento ao fascismo e ao neoliberalismo no Brasil exige compreender que ambos operam de forma combinada, na militarização do cotidiano, na normalização da violência de Estado e na manutenção de um projeto econômico excludente que, mesmo sob vernizes democráticos, segue regido pela lógica da morte, da desigualdade e do controle social permanente:

Contra o fascismo e o neoliberalismo

Caso o fascismo que está estruturado nas instituições burguesas não tente promover um auto golpe, com aval do imperialismo, ajuda dos militares no sentido amplo da corporação (que é a mesma desde a ditadura empresarial militar) e de parte da burguesia que ainda o apoia; no ano de 2022 teremos mais uma eleição presidencial burguesa no Brasil, polarizada na figura de Lula, que ressurgirá elegível como provável parte de um grande acordo nacional do empresariado e Bolsonaro. É importante lembrar que o fascismo nunca precisou de maioria para se constituir na história. Apesar da crescente rejeição de Bolsonaro, a opção fascista, no Brasil, ele ainda mantém cerca 25% de aprovação de uma população que podemos caracterizar facilmente como o fascismo brasileiro, entendendo o fascismo enquanto fenômeno de massas. Essa polarização para as próximas eleições está entre um projeto cheio de concessões para as classes dominantes, a manutenção da necropolítica nas periferias do país e um neoliberalismo com pequenas concessões para a classe trabalhadora por parte do Partido dos Trabalhadores, partido que já governou o país durante 14 anos, e um projeto fascista, de extermínio da reserva de mão de obra, perseguição política da oposição e um aprofundamento abrupto das mesmas políticas neoliberais do seu adversário. É importante lembrar também que o neoliberalismo nunca deixou de ser a grande ferramenta da burguesia, durante todas as gestões do país. O abismo político

entre as duas propostas é a ameaça *FASCISTA* bolsonarista, no entanto sabemos que nenhum dos candidatos trará dignas condições de vida para uma classe trabalhadora, que vem perdendo sua já pobre classe média baixa e inflando a zona de extrema pobreza. A burguesia nacional e internacional utilizará qualquer arma para manter seu projeto neoliberal que já ocorre praticamente desde o período de redemocratização. Nossa tática enquanto oposição política, deve ser ocupar as ruas ininterruptamente para defender nossa soberania e construir uma oposição real ao fascismo e ao neoliberalismo. A oposição institucional ao fascismo nas próximas eleições, seguindo a polarização já consolidada na figura de Lula, também é um projeto da burguesia. (Ação Antifascista, 2021o).

A publicação da AFA analisa o cenário eleitoral de 2022 como parte de uma continuidade do projeto neoliberal da burguesia brasileira e internacional, alertando para o risco de um autogolpe fascista apoiado por setores militares, empresariais e pelo imperialismo. Mesmo com o desgaste de Bolsonaro, seu projeto autoritário segue enraizado em uma base social mobilizada — expressão do fascismo enquanto fenômeno de massas. A polarização entre Bolsonaro e Lula é criticada como ilusória, já que ambos representam, em graus diferentes, a manutenção da ordem neoliberal. De um lado, o fascismo explícito, excludente e violento; do outro, um neoliberalismo com pequenas concessões à classe trabalhadora, que não rompe com a lógica da necropolítica nas periferias.

Os antifascistas foram vistos durante o governo de Jair Messias Bolsonaro como inimigos internos, representando perigos externos. No afã de explicar que antibolsonarismo não é antifascismo, em 2021, quando os atos contra Bolsonaro ganharam visibilidade, frente à perda de sentido do movimento ANTIFA, a P16 publicou:

O fascismo é um movimento social reacionário, que atua diretamente nas classes médias da sociedade capitalista. Tem como principais objetivos a eliminação da esquerda do processo político e suprimir a força política da classe trabalhadora, para manter o poder sobre o capital. São completamente contrários a modernização e democratização da sociedade e para isso usam umas das suas maiores ideologias: a violência. Dentro de um regime político, uma ditadura fascista, não se tem liberdade individual e coletiva. Se traçarmos um paralelo com os dias atuais, o bolsonarismo é sim um exemplo de fascismo do séc XXI. Tenta a todo custo anular os movimentos de esquerda, cria leis de proteção ao patronato, corta direitos dos/as trabalhadores/as, reprime veementemente as liberdades individuais, é contra as minorias, tem o apoio de grupos paramilitares, está associado às milícias e sempre que pode prega o autoritarismo. São vários os discursos absurdos que comprovam isso: "E daí?" sobre as mortes causadas pela COVID-19, "vamos fuzilar a petralhada" referente à parte de seus opositores, "o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas" comparando negros quilombolas a animais de carga, entre outros... Portanto, podemos sim dizer que o fascismo e o bolsonarismo bebem na mesma fonte. Porém, como pontuou Silvio Almeida, "ser antifascista não é somente ser contra a violência dos fascistas, mas ser contra tudo a que o fascismo dá suporte e sentido. Assim, ser antifascista é ser contra a economia do fascismo, o direito do fascismo, a cultura do fascismo. A luta antifascista é uma luta existencial." Não podemos esquecer então que o contrário de fascismo é PODER POPULAR. E contra o fascismo só há uma solução: Luta! Informe-se, organize-se e lute! (Palmeiras Antifascista, 2020t).

Com isso, é possível ver a denúncia dos antifascistas sobre o resgate a narrativa do anticomunismo, um discurso de longa duração que ressurgiu com intensidade durante o

processo de abertura política e que, originado nos Estados Unidos durante a Guerra Fria e disseminado na América Latina via Plano Condor, foi atualizado por grupos da extrema direita brasileira como repertório discursivo mobilizador do medo e legitimador da violência política; mais que uma rejeição ideológica, o anticomunismo se configurou como uma gramática paranoica e conspiratória, na qual qualquer avanço democrático era visto como infiltração subversiva e ameaça à “ordem nacional”, reforçando a interligação entre discurso oficial e práticas repressivas que sustentam a intolerância e a perseguição para manutenção do status quo.

O anticomunismo que estruturou a atuação da extrema direita brasileira durante a abertura política da ditadura civil-militar não foi mera reação ideológica ou defesa de interesses setoriais, mas expressão de uma gramática autoritária consolidada ao longo do século XX, enraizada nas elites civis e militares e articulada a um projeto geopolítico subordinado aos interesses dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Historicamente, o anticomunismo se traduziu em práticas concretas de censura, perseguição, tortura e extermínio, mobilizando o aparato repressivo do Estado para eliminar qualquer oposição identificada como “inimigo interno”. Ao criminalizar movimentos sociais, intelectuais, estudantes, sindicalistas e religiosos, o regime construiu uma máquina de guerra interna legitimada pelo medo, pelo patriotismo e pelo anticomunismo paranoico. Essa lógica violenta sobreviveu à transição democrática, reciclou-se na criminalização das lutas populares, no antipetismo visceral e na reabilitação do autoritarismo como resposta à crise da Nova República. A brutalidade não foi resquício, mas herança organizada, uma tecnologia de poder que naturalizou a repressão interna como forma de garantir a subordinação externa e a hegemonia do capitalismo neoliberal nas periferias do mundo (Farias, 2022).

Essa tendência pode ser vista quando em março de 2019, o então ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, gerou polêmica ao afirmar que os regimes totalitários do fascismo e do nazismo seriam movimentos de esquerda. Essa afirmação reflete uma estratégia discursiva que corroborou para nutrir ideologicamente os apoiadores bolsonaristas e confundir a opinião pública ao deslocar artificialmente o fascismo e o nazismo para o campo da esquerda. Ao fazer isso, o discurso reforça o anticomunismo como ameaça central e enfraquece a compreensão histórica do antifascismo, contribuindo para a legitimação de posturas autoritárias contemporâneas sob o pretexto do combate à subversão. Em 2021, o tema foi abordado pela AFA-SP:

Você, antifascista, já se deparou com gente que usa a argumentação e lógica olavistas do guru dos reações, Olavo de Carvalho, que diz que o nazismo era de esquerda. É a velha sabotagem e adulteração da história que eles fazem e, aí, para provar o ponto de

vista alucinante deles, dispararam memes, correntes de fake news, etc... Eis um desses memes bem típico: um broche feito em comemoração ao dia do trabalhador (uma data sugerida pela esquerda) no ano de 1934, período em que o partido nazista ainda sofria com a oposição antifascista e, justamente na tentativa de seduzir os trabalhadores de esquerda, esses malucos gostam de dizer que esta “moeda” seria a prova de que o nazismo é de esquerda, pois usam a foice e o martelo. (Ação Antifascista, 2021p).

O anticomunismo brasileiro, enraizado na Guerra Fria, funcionou como um discurso autoritário que legitimou repressão e violência para preservar o poder, enquanto a manipulação dos conceitos de fascismo e antifascismo, especialmente no pós-guerra, distorceu sua historicidade, servindo a interesses políticos autoritários atuais e tornando fundamental uma compreensão crítica para fortalecer a resistência democrática; nesse cenário, os antifascistas buscaram enfrentar essas distorções por meio da conscientização e da divulgação de informações, promovendo uma consciência política e histórica que pudesse desmistificar narrativas falsas e fortalecer a resistência contra o autoritarismo.

Diante disso, é impossível compreender o avanço de elementos fascistas no Brasil e a consolidação do bolsonarismo sem reconhecer o papel histórico dos Estados Unidos na exportação de modelos de controle, repressão e dominação para a América Latina. A lógica do inimigo interno, o fortalecimento do militarismo e a naturalização da violência de Estado não são apenas expressões de dinâmicas locais, mas parte de um projeto geopolítico que articula racismo estrutural, neoliberalismo e subordinação imperial à alarmes de segurança pública. O anticomunismo, reciclado desde a Guerra Fria, segue operando como ferramenta de legitimação do autoritarismo, enquanto o Brasil permanece integrado a uma ordem global que administra sua dependência por meio da violência, da precarização e do controle social.

O momento em que Eduardo Bolsonaro leva o dossiê antifascista para os Estados Unidos e o deputado Daniel Silveira tenta enquadrar os grupos antifascistas como terroristas mostra a tentativa da extrema direita brasileira de seguir, genericamente, os moldes dos Estados Unidos. Essa lógica se baseia na doutrina de segurança nacional, que historicamente construiu inimigos internos para justificar a repressão e a militarização. Se, durante a Guerra Fria, o comunismo ocupava esse papel de ameaça constante, após os atentados de 11 de setembro de 2001, a máquina de guerra e vigilância dos Estados Unidos redirecionou seu foco os árabes, os muçulmanos e, de forma generalizada, qualquer pessoa associada ao Oriente Médio passaram a ser enquadrados como o novo inimigo global. Assim, o discurso anticomunista foi reciclado sob a roupagem da guerra ao terror, atualizando as ferramentas de controle, perseguição e legitimação da violência estatal em escala global — uma lógica que a extrema direita brasileira busca importar e aplicar no contexto nacional.

Para os antifascistas, pioneiros em tratar esse assunto com extrema relevância, a atuação de Israel sobre os palestinos é considerada a maior expressão fascista da atualidade. Dentro disso, o episódio de criação do Estado de Israel em 1948 não é visto apenas como um marco de independência israelense, mas como o início de uma tragédia histórica para o povo palestino: a *Nakba*, que em árabe significa ‘catástrofe’. A *Nakba* representou a expulsão forçada de mais de 700 mil palestinos de suas terras, a destruição de centenas de vilarejos, massacres e a imposição de um regime de limpeza étnica que nunca cessou:

No sábado, 15 de maio, completam-se 73 anos da Nakba, a catástrofe palestina, decorrente da criação do Estado de Israel em 1948 através de uma limpeza étnica brutal e ilegal. No período, mais de 500 aldeias palestinas foram completamente destruídas, e mais de 800 mil pessoas foram expulsas de suas casas. Hoje, há mais de 5 milhões de palestinos refugiados em um raio de 150km da fronteira Palestina, e outros 1 milhão espalhados pelo restante mundo, compondo a mais longa situação de refúgio da era contemporânea. Desde 1948 Israel apenas ampliou sua colonização, apartheid e ocupação [...] Pelo fim do apartheid, da colonização e da ocupação contra o povo palestino! Pelo retorno dos milhões de refugiados palestinos às suas terras! Palestina livre! (Ação Antifascista, 2021q)

Assim, para o movimento ANTIFA, o fascismo israelense se consolida em seu aparato militar, combinando supremacia étnica, a construção de um inimigo interno e externo, o nacionalismo extremado, a militarização total da vida e o extermínio sistemático de populações consideradas descartáveis. Assim, o cerco, o *apartheid*, o bloqueio econômico, os bombardeios sobre civis, hospitais e escolas, e a transformação da Faixa de Gaza em uma prisão a céu aberto são vistas como expressões nítidas de uma política de limpeza étnica, sustentada por uma lógica de guerra permanente, controle total e desumanização do outro. Esse sistema, por sua vez, é detectado como outro projeto dos Estados Unidos, que promovem um financiamento militar bilionário, o apoio diplomático incondicional e tecnologia de vigilância e repressão. Assim, o colonialismo israelense não é um fenômeno isolado, mas um braço operacional da arquitetura imperialista estadunidense, que se articula diretamente com o avanço do neoliberalismo, do racismo global e das práticas fascistas contemporâneas.

É inegável o estranhamento que as manifestações públicas antifascistas frequentemente provocam, em especial quanto ao uso do termo *fascismo* para descrever os alvos de sua oposição. Tal desconforto decorre, em primeiro lugar, da dificuldade de associação imediata entre os elementos combatidos e o fascismo histórico, uma vez que, embora apresentem semelhanças evidentes, os grupos de extrema direita contemporâneos frequentemente negam qualquer vínculo com aquela tradição. Em segundo lugar, muitas dessas manifestações carecem de uma articulação narrativa que estabeleça de forma clara e contínua a relação entre tais expressões atuais e a historicidade do fascismo como fenômeno político em transformação. No

interior do próprio campo antifascista, especialmente entre aqueles engajados desde fases mais remotas do movimento, reconhece-se essa complexidade. Como observa Mark Bray (2020), o termo *fascismo* é, por vezes, mobilizado como um significante moral generalizante – por exemplo, para rotular atitudes racistas, elitistas, machistas e outras mais –, ainda que nem sempre tal uso se aplique de maneira rigorosa ao contexto. Já Eley (1996) contribui para a compreensão do fenômeno ao argumentar que, no pós-Segunda Guerra Mundial, a principal função do antifascismo passou a ser desempenhada no campo discursivo, como ferramenta retórica nos embates políticos.

No contexto da Guerra Fria, o antagonismo entre fascismo e antifascismo foi progressivamente diluído diante da ascensão de uma nova dicotomia geopolítica: comunismo versus capitalismo. Essa reconfiguração ideológica não apenas marginalizou o enfrentamento entre fascistas e antifascistas, mas também esvaziou seus significados originais, submetendo-os a usos estratégicos conforme os interesses das potências hegemônicas. Apesar de sua importância decisiva na derrota do Eixo, o antifascismo foi rapidamente instrumentalizado nos discursos oficiais do pós-guerra. No bloco socialista, especialmente na Alemanha Oriental, o prestígio da União Soviética conferiu ao antifascismo um caráter oficialista, concebido como continuidade lógica da luta contra o capitalismo e suas contradições estruturais. Já no Ocidente, as democracias liberais construíram uma narrativa que igualava os regimes totalitários de direita e esquerda, posicionando nazismo e comunismo como expressões equivalentes de autoritarismo. Com isso, o antifascismo passou a ser frequentemente representado como um disfarce ideológico da subversão comunista, perdendo seu conteúdo histórico concreto e sendo reduzido a um símbolo moral ambíguo. Essa manipulação discursiva refletia o maniqueísmo característico da Guerra Fria, no qual os conceitos de fascismo e antifascismo foram desconectados de suas raízes históricas e apropriados como instrumentos de disputa simbólica entre os dois blocos.

Assim, a extrema direita constitui hoje uma tendência global que tem avançado em direção à hegemonia política em diversos países, adaptando-se às dinâmicas do capitalismo neoliberal. Apesar de em muitos casos se desassociar formalmente do fascismo clássico, essa direita radical e autoritária se apropria de elementos centrais da ideologia fascista — o nacionalismo excludente, a polarização identitária e o uso da violência simbólica e material — para garantir o controle de massas e a manutenção das estruturas de poder. Essa fragmentação, no contexto contemporâneo, permite que o fascismo opere como matriz de subsídios para estratégias políticas autoritárias, tanto em nível internacional — evidenciada na ascensão de

lideranças como Trump e em conflitos geopolíticos como a guerra na Palestina — quanto nacional, refletida no fortalecimento dos setores mais radicais da extrema direita.

A compreensão antifascista atual vai além da simples denúncia de grupos explicitamente neofascistas, propondo uma crítica profunda ao Estado Moderno enquanto estrutura que, sob o capitalismo, incorpora e reproduz elementos autoritários, racistas e excludentes. Nessa visão, o fascismo não é um projeto totalitário unificado a ser retomado, mas um desenvolvimento fragmentado e adaptável do capitalismo que visa preservar a ordem social e os interesses dominantes. Assim, o fascismo contemporâneo atua como uma estratégia política de controle social, instrumentalizando medos e ressentimentos para mobilizar setores da população, perpetuando a desigualdade e a repressão. No Brasil, os movimentos antifascistas, que acompanham e monitoram os setores mais extremos da direita desde a redemocratização, têm sido fundamentais para denunciar as violências estruturais e institucionais que se intensificaram no último período, articulando uma análise que dialoga com os debates acadêmicos e que se alimenta da vivência cotidiana nas periferias, onde essas violências são materializadas. A designação dos antifascistas como inimigos internos da nação por esses setores autoritários reforça o caráter político e simbólico do conflito, em que fragmentos fascistas compõem uma base significativa da extrema direita atual.

Por fim, é importante sublinhar que essa configuração não é um fenômeno isolado, mas sim parte de uma tendência global que rearticula o autoritarismo sob novas formas, ampliando sua inserção institucional e social. O crescimento da extrema direita em várias partes do mundo revela a urgência de compreender o fascismo contemporâneo não como uma repetição mecânica do passado, mas como um processo dinâmico e complexo que se adapta às transformações do capitalismo neoliberal. Tal compreensão exige um antifascismo radical, fundamentado na crítica ao Estado, ao racismo estrutural e ao capitalismo, capaz de confrontar as múltiplas expressões dessa matriz autoritária e construir alternativas políticas baseadas na solidariedade, na autogestão e na justiça social.

Diferente do século XX, quando o antifascismo se estruturava sob a mediação dos partidos comunistas e das grandes frentes de esquerda, hoje ele ressurge como um movimento autônomo, articulado por redes, coletivos e organizações horizontais. Isso não decorre de uma simples escolha, mas da falência das ferramentas tradicionais da esquerda, esvaziadas pela hegemonia neoliberal e pela crise profunda da práxis revolucionária. Nesse cenário, emerge um antifascismo radical, que dispensa a mediação institucional e se consolida como uma resposta direta à ordem capitalista, ao racismo estrutural e à violência de Estado. Tal configuração não apenas reflete a readequação das lutas ao contexto contemporâneo, mas também se expressa

como uma linha de prevenção e enfrentamento diante do avanço dos autoritarismos globais — especialmente no que se refere à escalada genocida na Palestina. No dia 17 de abril de 2025, como mostra a Ação Antifascista São Paulo, foi fundada a Internacional Antifascista Capítulo Brasil (Ação Antifascista, 2025a), que mesmo difusa e descentralizada, torna-se uma ferramenta de solidariedade ativa e preparação política defensiva para o possível alastramento dos conflitos no cenário global, reafirmando o antifascismo como uma ética de enfrentamento permanente às múltiplas formas de opressão e dominação.

Figura 15 – Criação da Internacional Antifascista Capítulo Brasil.



Fonte: Página do *Instagram* da Ação Antifascista São Paulo. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DIi--i3RBki/>. Acesso em: 20 de junho de 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O antifascismo é a revolução social aplicada ao combate à extrema direita, não apenas aos fascistas literais (Bray, 2020, p.16). Essa definição, em sua amplitude, satisfaz todas as experiências analisadas na pesquisa, independente do contexto histórico em que se insere. Nos dois séculos analisados, o domínio da direita radicalizada não aconteceu de maneira isolada em um território, mas foi uma tendência política global como resposta em momentos de crise.

O movimento ANTIFA contemporâneo é uma prática política, simbólica e organizativa que articula continuidades históricas do antifascismo do século XX, não em termos de instituições, modelos organizativos ou ligações diretas com os movimentos sociais do passado, mas na continuidade do enfrentamento ao mesmo inimigo, agora reformulado e adaptado aos contextos atuais. Ele se configura como uma rede descentralizada, autônoma e horizontal, que mobiliza éticas libertárias, ações diretas e solidariedade para enfrentar não só expressões do neofascismo, como também manifestações explícitas de autoritarismo. Ademais, a conexão que o movimento estabelece com o passado transcende as experiências antifascistas tradicionais, como a influência das redes italianas no Brasil ou da *Antifaschistische Aktion na Alemanha*. Essa vinculação incorpora uma gama mais ampla de episódios históricos que simbolicamente energizam sua atuação libertária e defensiva, recorrendo a memórias de resistência e emancipação que ultrapassam o estrito campo do antifascismo clássico, ampliando, assim, os horizontes simbólicos e políticos que fundamentam suas práticas no presente.

Essas associações voltaram e principalmente, ganharam visibilidade, pois sua existência era apoiada por uma razão válida. Contudo, sua criação não pode ser confundida com o momento recente em que mais foi difundida. As primeiras atuações antifascistas datam de um curto período após a Segunda Guerra Mundial, quando o fascismo mostrou que não havia morrido em seu sepultamento, mas sobrevivia nas mentes e almas de seus seguidores mais leais. O antifascismo galgou os mesmos degraus que os neofascismo, seguindo seu rastro, acompanhando sua proporção e organização até quando foi capaz. Enquanto expressão cultural fora dos círculos institucionais da política, os dois antagonistas brigaram em mesmo nível, mas com a proporção e dimensão alcançada através dos contatos com a extrema direita, os neofascistas se distanciaram de seus rivais, que operavam separadamente dos setores de esquerda que atuavam na política de Estado e despendiam seus esforços na manutenção da social-democracia.

Os antifascistas se realocaram para as esferas dos movimentos sociais no século XXI devido à transformação do contexto político e social, que exigiu uma nova forma de resistência

adaptada às condições atuais. Com a crise das esquerdas tradicionais desde os anos 1970, marcada pela perda do antagonismo de classe e a hegemonia neoliberal, houve uma fragmentação dos projetos coletivos de transformação social, que se afastaram da práxis revolucionária e sofreram a tecnocratização da política. Nesse cenário, o avanço de uma extrema direita mais difusa e institucionalizada, aliada à insuficiência da defesa da democracia formal diante do autoritarismo enraizado, levou os coletivos antifascistas a se organizarem de modo autônomo, descentralizado e horizontal, inserindo-se em redes, coletivos identitários e movimentos sociais de base. Essa realocação permitiu enfrentar o neofascismo não apenas em suas manifestações explícitas, mas também nas sutilezas culturais, simbólicas e digitais que naturalizam desigualdades e violências, reinventando a luta antifascista como uma prática cotidiana e plural, que articula ética, estética e ação direta em consonância com os desafios locais e globais contemporâneos.

Porém, esse contato com as esferas sociais não deve ser banalizado, pois essa proximidade, embora marcada por uma crítica séria e contundente, tem sido apropriada pelas narrativas da extrema direita para ridicularizar e invalidar os movimentos sociais identitários, vinculando-os à chamada cultura *woke*. Esse fenômeno é fruto de um processo histórico e político complexo: o curto recuo temporal desde a Segunda Guerra Mundial e a memória viva do Holocausto impulsionaram a mobilização das minorias identitárias contra o avanço do populismo de direita, incorporando pautas interseccionais e estratégias de autodefesa que rapidamente se articularam em redes transnacionais. Com o deslocamento dessas lutas para fóruns mais amplos no Ocidente, especialmente nos Estados Unidos, elas foram reconfiguradas pela lógica neoliberal de gestão da diversidade, com o papel decisivo de *think tanks* que, ao mesmo tempo em que legitimaram essas causas, neutralizaram seu potencial transformador. Esse processo promoveu uma substituição do antagonismo estrutural por disputas morais, dando origem à cultura *woke*, que, ao combinar causas legítimas com a lógica de mercado e um moralismo punitivista, acabou por transformar progressistas – como setores do feminismo liberal, do antirracismo institucional e do movimento LGBTQ+ – em uma espécie de “vitrine” política do neoliberalismo. Assim, a extrema direita instrumentaliza essa complexa trajetória para deslegitimar e desmobilizar as mobilizações sociais críticas.

Como no caso brasileiro, os antifascistas desempenharam um papel de enfrentamento das forças fascistas que se articulavam desde a redemocratização do país, buscaram a visibilidade da causa na primeira década de 2000 e, após 2014, com a popularização de agentes da extrema direita, buscaram um movimento de massa organizado. Conforme o descontentamento com o governo Jair Bolsonaro, representante da extrema direita, ia

crecendo, os antifascistas se destacaram pelo pioneirismo e pelo conteúdo contundente de suas críticas, sendo adotados por amplos setores da esquerda progressista que também se opunha ao então presidente. Contudo, o conteúdo da causa não acompanhou seu rápido espalhamento, o que acabou por diluir seu significado e, por vezes, banalizar esses termos em debates políticos cotidianos, enfraquecendo a profundidade e o impacto das práticas antifascistas originárias. Da mesma maneira, o termo antifascismo foi amplamente adotado de maneira fragmentada por representações que melhor servissem aos indivíduos, obedecendo à métrica de um plano de fundo neoliberal – um dos objetos de combate.

Nesse modelo, não se encaixam as torcidas de futebol. As arquibancadas se configuram como um campo de atuação política, onde seus agentes antifascistas combatem expressões neofascistas e propagam seus posicionamentos. Esses, por sua vez, cruzam os limites do estádio e atuam na defesa da democracia e contra o avanço neoliberal. Embora a prática do enfrentamento por torcedores politizados tenha suas origens na Inglaterra, é no Brasil — assim como em outras partes da América Latina — que esse setor se fortalece significativamente, em virtude da relação histórica entre o esporte e a sociedade local. O futebol, inicialmente elitista e excludente, foi progressivamente apropriado pelas camadas populares, tornando-se um espaço simbólico e político de disputas sociais e culturais. Essa trajetória singular, marcada por embates entre torcidas antifascistas e neofascistas, expressa a dimensão popular do esporte no Brasil e reforça a função das torcidas como agentes ativos na construção de narrativas de resistência e justiça social. Para o movimento ANTIFA, campanhas de agasalho, distribuição de marmitas, cestas básicas, produtos de higiene, assistência social e eventos populares são uma frente de combate, pois diante de um esquema político que preconiza a desigualdade social como o neoliberalismo, a caridade e a solidariedade são maneiras de afronta e contraposição.

No fronte, a proximidade e os rompantes neofascistas são objetos de denúncia da extrema direita, sua atuação e composição plural na manutenção da ordem do Estado burguês, travestido de social-democracia. Esse fascismo contemporâneo, embora atualizado às dinâmicas da era digital e da economia neoliberal, mantém elementos estruturais como a exaltação da autoridade, a construção de inimigos internos, a mobilização de ressentimentos sociais e o uso sistemático da violência simbólica e física como forma de controle. Como observa Francisco Carlos Teixeira da Silva (2022), o fascismo do século XXI não precisa mais de partidos uniformizados ou desfiles paramilitares — ele se infiltra nas instituições democráticas, nos discursos meritocráticos e nas tecnologias de vigilância, convertendo o medo em política. No Brasil, o bolsonarismo incorporou e expandiu essas lógicas ao articular o ultraliberalismo econômico com um autoritarismo moral e policial, deslocando a soberania

popular para elites econômicas e militares. No contexto atual, o neoliberalismo não atua apenas como cenário permissivo, mas como operador ativo da destruição dos mecanismos de inclusão e proteção social. A guerra cultural e a retórica antipolítica servem para reconfigurar o próprio imaginário coletivo, normalizando práticas de exclusão, silenciamento e repressão como se fossem exigências técnicas de governança ou de ordem pública.

Ao contrário da AIB (Ação Integralista Brasileira) — principal antagonista da experiência antifascista brasileira no século passado —, que se constituiu como um movimento de massas fascista inspirado no fascismo italiano e no nazismo alemão, reproduzindo seus símbolos e reinterpretando seus princípios dentro de uma matriz conservadora católica e nacionalista profundamente conectada com os valores hierárquicos e autoritários da sociedade brasileira, o neofascismo atual opera de forma mais difusa e transversal. Embora a AIB tenha sido formalmente derrotada com o Estado Novo, seu legado deixou marcas duradouras na formação social do país. A herança integralista persiste como referência simbólica e ideológica subterrânea, que se reinscreve em novos códigos e práticas, muitas vezes mascaradas por discursos moralistas de ordem, progresso e eficiência. A diferença está na forma, pois o fascismo contemporâneo, menos centralizado e mais adaptável, naturaliza sua presença ao vestir as roupas da modernidade, da gestão e da tecnologia, mas seu núcleo autoritário e excludente permanece intacto.

O movimento ANTIFA surgiu diante desse processo, de onde o sistema mais exercia suas agressões: a periferia. As privatizações promovidas pelos planejamentos liberais em todos os setores — saúde, educação, transporte, moradia, lazer e outros mais — minam os direitos daqueles desamparados e desprovidos, agravando o distanciamento social que reforça a desigual distribuição do capital. Hoje, os grandes nomes da esquerda antifascista são os invisibilizados às margens. A base é popular. A organização do antifascismo contemporâneo não se centraliza em partidos, centros de direção ou lideranças carismáticas, mas se irradia como um grito coletivo, uma luta cotidiana travada nos bairros, nas torcidas, nas ocupações, nas escolas, nas redes e nas ruas. Esses coletivos periféricos gritam por direitos, os modernos como igualdade, liberdade, fraternidade e outros mais como o reconhecimento, a reparação e a justiça. Para esses grupos, a causa do fascismo está imbricada com o próprio funcionamento do Estado moderno, cujas engrenagens sustentam uma virtualidade permanente de opressão por meio de discursos e práticas históricas legitimadas socialmente, fundamentadas em nacionalismo, supremacia branca, misoginia, militarismo e exaltação da ordem. Assim, o fascismo contemporâneo não é um desvio da normalidade democrática, mas uma expressão estrutural do

projeto civilizatório moderno, enraizado na violência colonial dos mais fortes sob os mais fracos, na soberania nacional excludente e na administração biopolítica da vida.

No atual contexto político brasileiro, marcado pela polarização extrema e pela radicalização dos discursos, a atuação dos grupos antifascistas foi fundamental na resistência ao avanço da extrema direita, especialmente diante da incapacidade da esquerda progressista em oferecer respostas eficazes a esse desafio. Enquanto a extrema direita consolida sua hegemonia simbólica e discursiva, alcançando amplas camadas da população por meio de estratégias que exploram a formação social desigual e o controle sobre instituições políticas, os coletivos antifascistas mantêm uma presença ativa na politização das resistências cotidianas, assumindo um papel de vanguarda na luta contra os retrocessos autoritários. No entanto, a vitória eleitoral da esquerda progressista, embora representativa de um recuo momentâneo da direita, não se traduziu em uma superação consistente dos mecanismos repressivos e das práticas democráticas vazias que persistem nas periferias e nos espaços de maior vulnerabilidade social – afinal, sempre coexistiram. A aparente estabilização política parece ter produzido uma acomodação que limita a profundidade das transformações necessárias, enquanto a extrema direita continua a dominar narrativas e a exercer influência decisiva no Congresso Nacional.

Embora todas as correntes de esquerda careçam de uma estratégia articulada para enfrentar e desconstruir a ordem vigente, o antifascismo, historicamente concebido para atuar em ambientes hostis às esquerdas, mantém um papel singular nesse cenário. Ainda que, diante dos riscos e adversidades, os grupos antifascistas nem sempre consigam preservar a coerência e o fervor de seus membros, eles conseguem sustentar uma leitura precisa e vigorosa das intersecções neofascistas presentes na composição da extrema direita e do solo governamental em que germinaram. Assim, o antifascismo configura-se como um espaço de interseção e resistência das esquerdas, que, no entanto, permanece subaproveitado pela esquerda moderada e progressista.

SÍTIOS ELETRÔNICOS

AÇÃO ANTIFASCISTA. Ação Antifascista: Mais que um logotipo! Página do Instagram da Ação Antifascista São Paulo, 10 de julho de 2022h. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cf1E0gQrZ9j/?img_index=1. Acesso em: 10 jun. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Antifascismo organizado se faz necessário no momento atual. Página da Ação Antifascista São Paulo no *Facebook*, 22 de agosto de 2016f. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/193mxvTnKG/>. Acesso em: 03 mai. 2025

AÇÃO ANTIFASCISTA. Liberalismo e Nazifascismo. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/afasp16>. Acesso em: 09 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. III Marcha Antifascista de São Paulo. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Facebook*, 13 de maio de 2017o. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/833870110085619/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA, Marcha Antifascista 2018. Página da Ação Antifascista São Paulo no *Facebook*, 16 de junho de 2018a. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1781919795199760/>. Acesso em: 09 mai. 2025

AÇÃO ANTIFASCISTA. #ADIA ENEM. *Página Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 21 de maio de 2020a. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAePVBhpBMF/>. Acesso em: 11 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Racistas não passarão!. *Página do Instagram da Ação Antifascista São Paulo*, 28 de novembro de 2020b. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CIJNkSLnFJq/?img_index=1. Acesso em: 11 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Ação Indenizatória contra Dossiê Antifascista. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 7 de agosto de 2021a. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSRpfEdLevl/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Perseguição online de Douglas Garcia. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 1 de junho de 2020c. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CA6EkBQgcCG/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Solidariedade Anonymous. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 2 de junho de 2020d. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CA8jE-7H181/?img_index=2. Acesso em: 12 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Douglas Garcia, Ku Klux Klan e Hitler. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 4 de junho de 2020dd. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CBCQ6ozg2gw/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Ocupação contra PEC241. *Facebook*, 26 de outubro de 2016b. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/1Fm1KZhF5n/> e 29 de novembro vamos às ruas repudiar mais um retrocesso. *Facebook*, 28 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/1FAyB2DrsP/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

ACÇÃO ANTIFASCISTA. Fascismo conhecer para combater. *Facebook*, dia 26 de novembro de 2016c. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1818506048367431>. Acesso em: 03 mai. 2025.

ACÇÃO ANTIFASCISTA. ALERTA ANTIFASCISTA! *Facebook*, 27 de dezembro de 2016d. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/1BKuTLgFZZ/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

ACÇÃO ANTIFASCISTA. Marcha antifascista realizada no dia 30 de abril deste ano. *Facebook*, 22 de novembro de 2016e. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/1DS5r6dmzM/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

ACÇÃO ANTIFASCISTA. 15M contra reforma da previdência. *Facebook*, 26 de março de 2017a. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1AMpv6fp6n/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

ACÇÃO ANTIFASCISTA. Ato contra "Encontro da comunidade Sírio Libanesa com Temer". *Facebook*, 10 de abril de 2017b. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/16P1kcLbbi/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

ACÇÃO ANTIFASCISTA. Participação festival de futebol feminino do coletivo Rosa Negra. *Facebook*, 6 de março de 2017c. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/1JFnHijxKh/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

ACÇÃO ANTIFASCISTA. Ato de indignação contra o assassinato do jovem João Victor. *Facebook*, 2 de março de 2017d. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/16LXd2D6YC/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

ACÇÃO ANTIFASCISTA. Ação solidária para moradores de rua com o coletivo Black Angel. *Facebook*, dia 28 de julho de 2017e. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1AtUxD2ZYr/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

ACÇÃO ANTIFASCISTA. Ação solidária na tribo Jaraguá com o coletivo Black Angel. *Facebook*, dia 11 de novembro de 2017f. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1QNC7BcrPL/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

ACÇÃO ANTIFASCISTA. Resistência do Povo Preto e Periférico. *Facebook*, 19 de março de 2017g. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/674472826058058>. Acesso em: 03 mai. 2025.

ACÇÃO ANTIFASCISTA. Resistência Indígena. *Facebook*, dia 29 de outubro de 2017h. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/292788301207885>. Acesso em: 03 mai. 2025.

ACÇÃO ANTIFASCISTA. Nenhum direito a menos: Que os ricos paguem pela crise!. *Facebook*, dia 13 de dezembro de 2017i. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/151835955293927>. Acesso em: 03 mai. 2025.

ACÇÃO ANTIFASCISTA. Ateneu 83 anos de Revoadas das Galinhas verde. *Facebook*, 7 de outubro de 2017j. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/166302080613973>. Acesso em: 03 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Antifascist Leaks. *Facebook*, 12 de setembro de 2017k. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1G7aouBYST/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. A primeira linha de combate é a informação! *Facebook*, 9 de março de 2017l. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/16cAAbFR7u/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. MBL e nazistas juntos!. *Facebook*, 3 de maio de 2017m. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/16EwuFQ1DX/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. A Direita tenta negar sua xenofobia. *Facebook*, dia 3 de maio de 2017n. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/1BbzRsX2qu/>. Acesso em: 03 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Revolução Curda. *Facebook*, dia 23 de setembro de 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/745363925655964> e <https://www.facebook.com/events/1180602288692785>. Acesso em: 03 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Diretório do PSL vandalizado. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 3 de julho de 2021b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQ3WnGUNg83/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. 7 de setembro foi dia de luta. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Facebook*, 10 de setembro de 2021c. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1AZyYdjYQ6J/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. No dia 7 de setembro estivemos nas ruas. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Facebook*, 8 de setembro de 2022a. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/15K2Jw7ZPG/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Ontem mais uma vez estivemos nas ruas. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 28 de novembro de 2020e. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CIJNkSLnFJq/?img_index=1. Acesso em: 12 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Marcha Antifascista 26.10.2019. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Facebook*, 22 de outubro de 2019b. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1CCPRqrVH8/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Mudança arbitrária do local do ato para o Largo do Batata. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Facebook*, 6 de junho de 2020f. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/16hG2MzfHR/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. PovonaRua 29/05. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 29 de maio de 2021d. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CPGbrCXnljX/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. PovonaRua 19/06. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 19 de junho de 2021e. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CP3JfbsnQ78/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. PovonaRua 23/6. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 23 de junho de 2021f. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQeO8MvnVdg/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. PovonaRua 2/7. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 2 de julho de 2021g. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQ06V7VHMpy/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. PovonaRua 13/7. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 13 de julho de 2021h. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRO0E7Whcud/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. PovonaRua 24/7. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 24 de julho de 2021i. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CRmMamYnoMF/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. PovonaRua 11/8. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 11 de agosto de 2021j. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSXPZV1HKoj/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Solidariedade à Palestina. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 20 de maio de 2021k. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CPGACy2HQ7C/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Dia da Terra Palestina. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 24 de março de 2022b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CbfUu75L2hq/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Ato solidariedade Venezuela. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 7 de fevereiro de 2019b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BtI3ghsgVTz/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Ateneu antifascista: Leitura da Venezuela. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 25 de março de 2019c. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/16Dc8gesh4/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Luta na Colômbia. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 3 de maio de 2021l. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/COa5wNhnd1G/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Ato solidariedade Colômbia. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 5 de maio de 2021m. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/COglCt5Hkdk/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Estão nos matando Colômbia. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 14 de maio de 2021n. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CO3CjdLn_Ns/. Acesso em: 14 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. 73 anos Nakba. *Página do Instagram da Ação Antifascista São Paulo*, 10 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/COrl7S6nNTa/>. Acesso dia 20 de junho de 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Vídeo 28 de outubro de 2022. *Página da Ação Antifascista São Paulo*, 28 de outubro de 2022c. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CkRAwNTuKY3/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Hora de combater o fascismo em todos espaços. *Página Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 25 de setembro de 2022d. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ci7szOCub7B/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Todos a posto!. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 18 de setembro de 2022e. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CipbgDps7rg/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Fascismo não se discute. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 30 de outubro de 2022f. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CkV2ELvLMML/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Inauguração sede antifascista em Quito no Equador. *Página do Instagram da Ação Antifascista São Paulo*, 12 de abril de 2022i. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CcQ-k16vcRe/?img_index=1. Acesso dia 10 de junho de 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Diversos eventos foram realizados pelo Boxe Autônomo e o Deportes La Cultura Del Barrio. *Página do Facebook da Ação Antifascista São Paulo*, 20 de setembro de 2018a. Disponível em: <https://www.facebook.com/afasp16/posts/pfbid02rvHM3aFUVdU6nme6frs8bhNuvghJ9hfwTFH3tp3mwARdFVMsXUwTQEKUjZEcPGEI>. Acesso dia 10 de junho de 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. O bonde tá na rua correndo pelo certo. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 7 de janeiro de 2023a. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CnHfgzIO4dC/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Nazismo de esquerda? *Página do Instagram da Ação Antifascista São Paulo*, 2 de setembro de 2021p. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CTVrvH9nLjU/?img_index=1. Acesso dia 10 de junho de 2015.

AÇÃO ANTIFASCISTA. 6/1 – Antifascistas desmontam acampamento voltando do trabalho. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram*, 8 de janeiro de 2023b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CnKhfyKhQkU/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. O jornal antifascista está nas ruas da Argentina e em breve no Brasil. *Página da Ação Antifascista São Paulo no Facebook*, 12 de novembro de 2019d. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1FWfwsMeRK/>. Acesso dia 13 de maio de 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Bolsonaro caiu, mas bolsonarismo não. Página da Ação Antifascista São Paulo no Instagram, 1 de novembro de 2022g. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CkbysNXPzRb/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Contra o fascismo e o neoliberalismo. Página do Instagram da Ação Antifascista São Paulo, 5 de junho de 2021o. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CPv0o0ZHAQ_. Acesso em 20 de maio de 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA. Internacional Antifascista Capítulo Brasil. Página do Instagram da Ação Antifascista São Paulo, 17 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DIi--i3RBki/>. Acesso 20 jun. 2025.

ANTIFA. [SP] Marcha Antifascista – 22/03/2014 15h – Praça da Sé. *Centro de Midia Independente*, 19 de março de 2014a. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140629005308/http://midia independente.org/pt/blue/2014/03/529970.shtml>. Acesso em: 29 abr. 2025.

AÇÃO ANTIFASCISTA, 86 anos da Guerra Civil Espanhola. Página do Instagram da Ação Antifascista São Paulo, 19 de julho de 2022j/2022k. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CgMpnk5OfhH/>. Acesso dia 10 de junho de 2025.

ANTIFA. [SP] Marcha Antifascista II. *Centro de Midia Independente*, 4 de setembro de 2014b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20150508232409/http://midia independente.org/pt/blue/2014/09/535403.shtml>. Acesso em: 29 abr. 2025.

ARAGÃO, Helena; GOÊS, Bruno; SOARES, Jussara. Roberto Alvim copia discurso do nazista Joseph Goebbels e causa onda de indignação. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/roberto-alvim-copia-discurso-do-nazista-joseph-goebbels-causa-onda-de-indignacao-24195523>. Acesso em: 11 mai. 2025.

CALDAS, Joana; MAYER, Sofia. Justiça ordena retirada de outdoor pró-Bolsonaro em SC com frase ‘sou da cuscuz clan’. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/09/19/justica-ordena-retirada-de-outdoor-pro-bolsonaro-em-sc-com-frase-sou-da-cuscuz-clan.ghtml>. Acesso em: 11 mai. 2025.

CAMAROTTI, Gerson. Em meio à pandemia de coronavírus, Bolsonaro diz que ‘gripezinha’ não vai derrubá-lo. *Portal G1*, 20 de março de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/gersoncamarotti/post/2020/03/20/em-meio-a-pandemia-de-coronavirus-bolsonaro-diz-que-gripezinha-nao-vai-derruba-lo.ghtml>. Acesso em: 11 mai. 2025.

CARVALHO, Marcos Antonio. Caso Marielle Franco. *Folha do Estado de São Paulo*. Ed.17 março 2018. Disponível em: [https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180317-45441-nac-16-mrt-a16not/busca/Mari elle](https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20180317-45441-nac-16-mrt-a16not/busca/Mari%20Franco). Acesso em: 09 mai. 2025.

CARTA CAPITAL. Eduardo Bolsonaro entregou dossiê de antifascistas aos EUA, diz deputado à justiça. *Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/eduardo-bolsonaro-entregou-dossie-de-antifascistas-aos-eua-diz-deputado-a-justica/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

CORINGÃO ANTIFA. O que é fascismo? Página do Coringão Antifa no Instagram, 27 de outubro de 2018a. Disponível em: https://www.instagram.com/p/BpcV_qggfeL/. Acesso em: 09 mai. 2025.

CORINGÃO ANTIFA. 1M é dia de luta. *Página do Coringão Antifa no Instagram*, 30 de abril de 2019a. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Bw5GndMgZW5/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

CORINGÃO ANTIFA. 15M Greve Geral da Educação. *Página do Coringão Antifa no Instagram*, 13 de maio de 2019b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/BxaE2TgA1qf/>. Acesso dia 10 de maio de 2025.

CORINGÃO ANTIFA. PL490 NÃO!. *Página do Coringão Antifa 2.0 no Facebook*, 30 de junho de 2021a. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/16HoWoAAAnQ/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

CORINGÃO ANTIFA. ¡PARA TODOS TODO, SALUD!. *Página Coringão Antifa no Instagram*, 23 de abril de 2021b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/COBgmNonIHg/>. Acesso em: 11 mai. 2025.

CORINGÃO ANTIFA. Carecas do Subúrbio? Não no meu subúrbio!. *Página do Instagram do Coringão Antifa*, 6 de agosto de 2021b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CSQIajLHuQr/>. Acesso em: 11 mai. 2025.

CORINGÃO ANTIFA. Vidas Negras Importam. *Página do Instagram do Coringão Antifa*, 21 de maio de 2020a. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAd5tWfh5U/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

CORINGÃO ANTIFA. #1312#acab. *Página do Coringão Antifa 2.0 no Facebook*, 13 de dezembro de 2020b. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/18cFMSjMXZ/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

CORINGÃO ANTIFA. Clubes precisam de DEMOCRACIA. *Página do Coringão Antifa no Facebook*, 11 de setembro de 2019c. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1ALDhGCHwQ/>. Acesso dia 15 de maio de 2025.

CORINGÃO ANTIFA. Termo antifascista não deve ser banalizado. *Página do Coringão Antifa 2.0 no Facebook*, 2 de junho de 2020c/2020e. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/15RgdWsEYP/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

CORINGÃO ANTIFA. #AlertaAntifascista. *Página do Coringão Antifa 2.0 no Facebook*, 4 de junho de 2020f. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/16WhvcmCHo/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

CORINGÃO ANTIFA. Arquibancada tá na rua! *Página do Coringão Antifa 2.0 no Facebook*, 30 de setembro de 2021c. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/15U8DpLCcz/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

CORINGÃO ANTIFA. Apoie a quebrada!. *Página do Coringão Antifa no Instagram*, 12 de junho de 2020g. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CBV3txZnRDu/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

CORINGÃO ANTIFA. Copa dos Refugiados e Imigrantes. *Página do Coringão Antifa no Instagram*, 19 de outubro de 2019e. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B30JWmiAtAP/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

CORINGÃO ANTIFA. Das ruas às urnas. *Página do Coringão Antifa no Instagram*, 4 de outubro de 2022a. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CjT7WvZrq4x/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

EPIDEMIOLOGIA. Diretoria de Vigilância. <https://dive.sc.gov.br/index.php/noticias-todas/330-boletim-epidemiologico-n-33-2020-covid-19-sars-cov-2-dados-atualizados-em-29-122020#:~:text=O%20ano%20de%202020%20encerrou,mil%20mortes%20ocorreram%20pela%20doen%C3%A7a>. Acesso em: 11 mai. 2025.

CORINGÃO ANTIFA. #28M Dia Internacional da Luta pela Saúde das Mulheres. *Página do Coringão Antifa 2.0 no Facebook*, 28 de maio de 2019d. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1AccTrasuA/>. Acesso dia 15 de maio de 2025.

FILHO, Herculano Barreto. Brasileiro que atua em Kiev usou bandeira neonazista em ato pró-Bolsonaro. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2022/03/08/voluntario-brasileiro-filma-ronda-kiev-conflito-ucrania.htm>. Acesso em: 11 mai. 2025.

GOMES, Pedro Henrique. Brasil tem de deixar de ser ‘país de maricas’ e enfrentar a pandemia ‘de peito aberto’, diz Bolsonaro. *Portal G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>. Acesso em: 11 mai. 2025.

KACZUROSKI, Thiago; THOMAZ, Kleber. Manifestantes pró-Bolsonaro exibem símbolo usado por neonazistas em ato de SP; polícia apura se foi estopim para confronto. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/31/policia-apura-se-bandeiras-neonazistas-foram-estopim-para-confronto-de-manifestantes-na-avenida-paulista.ghtml>. Acesso em: 11 mai. 2025.

KUHL, Nathalia. RS: “carrasco” da Ku Klux Klan “mata” comunistas em ato pró-Bolsonaro. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/rs-carrasco-da-ku-klux-klan-mata-comunistas-em-ato-pro-bolsonaro>. Acesso em: 15 mai. 2025.

LORRAN, Tácio. Manifestação pró-Bolsonaro tem faixa “Deus, perdoe os torturadores”. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/manifestacao-pro-bolsonaro-tem-faixa-deus-perdoe-os-torturadores>. Acesso em: 11 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFACISTA. TODO APOIO À GREVE DOS PROFESSORES. *Página do Palmeiras Antifascista no Facebook*, 26 de abril de 2015a. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/1AYwg9bQeV/>. Acesso em: 02 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFACISTA. NÃO AOS PREÇOS ELITISTAS. *Página do Palmeiras Antifascista no Facebook*, 26 de abril de 2015b. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/1BQqEpHGkm/>. Acesso dia 2 de maio de 2025.

PALMEIRAS ANTIFACISTA. Aqui se pronuncia, novamente, o playboy Jipeiro. *Página do Palmeiras Antifascista no Facebook*, 25 de março de 2015c. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/1Dh9pSKgZK/>. Acesso dia 2 de maio de 2025.

PALMEIRAS ANTIFACISTA. Página Palmeiras Livre retirada do ar. *Palmeiras Antifascista. Página do Palmeiras Antifascista no Facebook*, 13 de junho de 2016a. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/1DdMKErQKj/>. Acesso em: 02 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFACISTA. Indicação de estudo, a Marcha Mundial das Mulheres. *Página do Palmeiras Antifascista no Facebook*, 27 de maio de 2016b. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/15a7R998Bt/>. Acesso em: 02 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFACISTA. SÓ ISSO? Nota da diretoria palmeirense é vergonhosa. *Página do Palmeiras Antifascista no Facebook*, 18 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1BZVvsEWBy/>. Acesso dia 2 de maio de 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. A.C.A.B. Day. *Facebook*, 13 de dezembro de 2015a. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/1FNtPL2KV5/>. Acesso em: 02 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. Abolição da escravidão e OG Moreira. *Facebook*, 14 de maio de 2015b. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/16Vo1fcwRV/>. Acesso dia 2 de maio de 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. MEIA ENTRADA PROIBIDA – A MAIS NOVA PERIPÉRCIA DE JIPEIRO. *Facebook*, 30 de julho de 2015c. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/18nekWaDqV/>. Acesso dia 2 de maio de 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. Sobre a presença mórbida do neonazista Bolsonaro. *Página Facebook*, 3 de junho de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/12HkFjXjosK/>. Acesso dia 2 de maio de 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. Desmistificações do *burkini*. *Facebook*, 24 de agosto de 2016a. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/16EdA551Fv/>. Acesso dia: 02 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFACISTA. Palmeiras contra o fascismo. *Página do Palmeiras Antifascista no Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/palmeirasantifascista>. Acesso dia 9 de maio de 2025.

PALMEIRAS ANTIFACISTA. Clube sim! Empresa não!. *Página do Palmeiras Antifascista no Facebook*, 10 de agosto de 2021a. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1MLZsYqqxk/>. Acesso em: 15 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. #ADIAENEM. *Página Palmeiras Antifascista no Instagram*, 18 de maio de 2020a. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAWejP3Hlq6/>. Acesso em: 11 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. Pela sobrevivência do país. Página do Palmeiras Antifascista no *Instagram*, 29 de março de 2020b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-VdKn7H3QF/>. Acesso em: 11 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. ALERTA, ALERTA, ALERTA ANTIFASCISTA. *Página do Instagram do Palmeiras Antifascista*, 24 de maio de 2020c. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAIPyuNnqAL/>. Acesso em: 11 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. Vidas Negras Importam. Página do Instagram do *Palmeiras Antifascista*, 21 de maio de 2020d/2020r. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CAeNgNeH0Eu/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. Não apenas mais uma nota de repúdio, um chamado para agir! *Página do Instagram do Palmeiras Antifascista*, 27 de maio de 2022a. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CeEIslZrJax/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. Ser antibolsonarista é ser antifascista?. *Página do Palmeiras Antifascista no Facebook*, 5 de junho de 2020e/2020t. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/16FPNbDVzJ/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. O que é antifascismo?. *Página do Palmeiras Antifascista no Facebook*, 4 de junho de 2020f/2020g. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/195kaibkut/>. Acesso em 12 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. Antifascismo no Futebol. *Página do Palmeiras Antifascista no Facebook*, 9 de junho de 2020h/2020i. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/1EMXozoHW3/>. Acesso em: 12 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. Gol contra: Ditadura impôs derrota ao Brasil. Página do Instagram do Palmeiras Antifascista, 31 de março de 2020s. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B-Zh8ayHmBq/>. Acesso em 20 de maio de 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. Arquibancada tá na rua!. *Página do Palmeiras Antifascista no Facebook*, 30 de setembro de 2021c. Disponível em: <https://www.facebook.com/share/p/16QSjGAaTB/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. Primeira publicação dos 10 motivos para protestar. Página do *Palmeiras Antifascista no Instagram*, 11 de junho de 2021d. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CP-wxNkte-d/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. Última publicação dos 10 motivos para protestar. *Página do Palmeiras Antifascista no Instagram*, 18 de junho de 2021e. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQTJ-wxtKAI/>. Acesso em: 14 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. Arrecadação de cobertores. *Página do Palmeiras Antifascista no Instagram*, 30 de agosto de 2020j. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CEheA_VnnWJ/?img_index=1. Acesso em: 14 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. Ação na aldeia Tekoa Yrexakã. *Página do Palmeiras Antifascista*, 21 de junho de 2020k. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CBsp72uHf67/?img_index=1. Acesso em: 14 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. Heróica resistência Mapuche. *Página do Palmeiras Antifascista no Instagram*, 23 de abril de 2020l. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_VpvxbnLiP/. Acesso em: 14 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. Choles. *Página do Palmeiras Antifascista no Instagram*, 24 de abril de 2020m/2020n/2020o. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_X1Ov4H6xQ/?img_index=1. Acesso em: 14 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. Genocídio Indígena. *Página do Palmeiras Antifascista no Instagram*, 19 de abril de 2020p. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_Lle8UHBNI/. Acesso em: 14 mai. 2025.

PALMEIRAS ANTIFASCISTA. Dia da Diversidade Indígena. *Página do Palmeiras Antifascista no Instagram*, 20 de abril de 2020q. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_Nlv91HGsf/. Acesso em: 14 mai. 2025.

PANELAS, Rafael Gomes. Movimentos populares do RJ organizam grande ato antifascista para o dia 25/2. *Centro de Mídia Independente*, 22 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140901083906/http://midia independente.org/pt/blue/2014/02/529393.shtml>. Acesso em: 22 fev. 2014.

PORTAL CNN BRASIL. Copa América: especialistas apontam falhas em protocolos contra Covid-19. *Portal CNNBrasil*, 12 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/futebol/futebol-internacional/copa-america-especialistas-apontam-falhas-em-protocolos-contracovid-19/>. Acesso em: 11 mai. 2025.

PORTAL G1. Após 3 anos da 1ª morte, Brasil chega à marca de 700mil vítimas da Covid. *Portal G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2023/03/28/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid.ghtml>. Acesso em: 11 mai. 2025.

PORTAL G1. Apoiadores de Bolsonaro fazem ato em frente ao Supremo com tochas e máscaras brancas. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/31/apoiadores-de-bolsonaro-realizam-ato-em-frente-ao-stf-com-tochas-e-mascaras.ghtml>. Acesso em: 11 mai. 2025.

PORTAL G1. Grupo de hackers vaza em rede social supostos dados pessoais de Bolsonaro, filhos e ministros. *Portal G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/02/grupo-de-hackers-vaza-em-rede-social-supostos-dados-pessoais-de-bolsonaro-filhos-e-apoiadores.ghtml>. Acesso em: 12 mai. 2025.

PORTAL G1. Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome. *Portal G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/07/25/fila-para-conseguir-doacao-de-ossos-e-flagrante-da-luta-de-familias-brasileiras-contraa-fome.ghtml>. Acesso em: 14 mai. 2025.

SALLOWICZ, Mariana. Marcha da Família tem confronto no Rio. *O Estado de São Paulo*, 22 de março de 2014. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/marcha-da-familia-tem-confronto-no-rio/?srsltid=AfmBOor-lz1Kqjcekf4iCPo78sIDtSNRlfRuvI9jyjryL-irmG9Y8Om0>. Acesso em: 29 abr. 2025.

SAUDAÑA, Paulo. Estudantes fazem manifestação contra desvios de recursos da merenda em SP. *Folha de São Paulo*, 22 de março de 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/03/1752894-estudantes-fazem-manifestacao-contradesvios-de-recursos-da-merenda-em-sp.shtml>. Acesso em: 03 mai. 2025.

TAJRA, Alex. Todos nós vamos morrer um dia: veja falas de Bolsonaro sobre coronavírus. *Portal UOL*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/01/todos-nos-vamos-morrer-um-dia-as-frases-de-bolsonaro-durante-a-pandemia.htm>. Acesso em: 11 mai. 2025.

PERIÓDICOS

A Classe Operária (1925-)

O Estado de São Paulo (1875-)

O Homem Livre (1933-1934)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA, S. R. Skinheads White Power na América do Sul: A internacionalização do discurso nacional-socialista da Blood & Honour. *Revista Espaço Acadêmico*, v.15, n.175, 2015.

AUGUSTO, A. *ANTIFA - Modo de Usar*. 1ªed. Editora Hedra. Rio de Janeiro, 2020.

BARBOSA, J. R. Skinheads chauvinistas: integralistas, os “carecas do subúrbio” e o nacional-socialismo brasileiro. In: BARBOSA, J.R.; PATSCHIKI, L.; SMANIOTTO, M. A. *Tempos Conservadores: Estudos críticos sobre as direitas*. Gárgula: Goiânia, 2016.

BERTONHA, J. F. Política em tempos de guerra: a tentativa de reconstrução do antifascismo italiano em São Paulo em 1942/43. FELCH-USP: *Revista de História*, ed.137, p.43-63. São Paulo, 1997.

BERTONHA, J. F. *Sob a sombra de Mussolini: Os italianos de São Paulo e a luta contra o Fascismo, 1919-1945*. (1st ed., Vol. 1). FAPESP: Analumbe. São Paulo, 1999.

BERTONHA, João Fábio. *Entre Mussolini e Plínio Salgado: o Fascismo italiano, o Integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil*. *Revista Brasileira de História*, v.21, nº40, p.85-105, 2001.

BERTONHA, J. F. *Sobre a Direita: Estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo* (1st ed.). Eduem. Maringá, 2008.

BOTH, E. A luta antifascista e a ANL. *Revista Latino-Americana de História*, Vol. 1, No. Extra 3, p. 325-337, 2012.

BRAY, M. *ANTIFA: O Manual Antifascista* (1st ed., Vol. 1). Autonomia Literária: São Paulo, 2020.

BRAY, M. *Translating Anarchy. The anarchism of Occupy Wall Street*. Zero books: Washington, 2013.

BRINGEL, Breno M; GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na era global*. Editora Vozes: Petrópolis, 2012

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Editora Politeia: São Paulo, 2019.

CASTELLS, M. *Redes de indignação e esperança* (2o). Editora Zahar: São Paulo. 2013.

CASTRO, R. F. de. As esquerdas e o processo constituinte brasileiro de 1933-34: Projeto e ação política. *História Social*, 2(2), p.55–88, 2010.

CASTRO, R. F. de. *Contra a guerra ou contra o fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935*. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999.

CASTRO, R. F. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934). *Topoi (Rio de Janeiro)*, 3(5), 354–388, 2002.

CHICONI, B. *Movimento Passe Livre-SP: um estudo sobre as mobilizações populares e os processos de consciência*. Revista Três Pontos, v.15, n.1, 2018.

COGGIOLA, Osvaldo. *O trotskismo na América Latina*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1984.

CORBELLINI, J.; MOURA, M. *A eleição disruptiva: Por que Bolsonaro venceu?* 1ºed. Editora Record: Rio de Janeiro, 2019.

CORRÊA, F. *Anarquismo Especifista*. Biblioteca Anarquista, 2 de set. de 2019. 8 p. Disponível em: <https://bibliotecaanarquista.org/library/felipe-correa-anarquismo-especifista>. Acesso em: 11 jun. 2025

CORREA, M. D. C. *Filosofia Black Bloc*. 1ºed. Editora Hedra: São Paulo, 2020.

COSTA, C. T. V. *O que é o anarquismo?* Coleção Primeiros Passos. Editora Brasiliense: São Paulo, 2004.

COSTA, H. de O. *A Insurreição Comunista de 1935*. EDUFRN: Natal, 2015.

CRUZ, S. V. e; KAYSEL, A.; CODAS, G. *Direita, volver!* Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2015

GUNDERMANN, C.; DINER, D. On the ideology of Antifascism. Duke University Press: New German Critique, n.67, p.123-132, 1996.

DELCOURT, L. Um TeaParty tropical: a ascensão de uma “nova direita” no Brasil. *Lutas Sociais*, 20(36), 126–139, 2016.

DREIFUSS, R. A. 1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe. 2ed. Editora Vozes: Petrópolis, 1987.

DURÃO, S; SILVA, E; SOUZA, W. Covid-19, Policing and (Anti)Fascism in Brazil. *City&Society*, 33(1), 2021.

ELEY, G. Constructing Democracy in Postwar Europe. Duke University Press: New German Critique, nº. 67, p.73-100, 1996.

FARIAS, J. A. A extrema-direita explosiva: Anticomunismo e atentados na abertura da ditadura civil-militar. *Lócus: Revista de História*, v.8, n.2, p.351-375. Juiz de Fora, 2022.

FERNANDES, F. Notas sobre o fascismo na América-Latina. In: FERNANDES, F. Poder e contra-poder na América Latina. Expressão Popular: São Paulo, 2015.

FERNANDES, S. Sintomas mórbidos: A encruzilhada da esquerda. Autonomia Literária. São Paulo, 2019.

FERRAZ, A. T. R. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: Crise econômica e crise política. *Serviço Social & Sociedade*, nº135, p.346-363, maio/ago 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A Classe Operária*. Disponível em: Arquivo da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Acesso em: 11 jun. 2025.

FERRUGEM, D; LIMA, R.S.C.; ROCHA, A. P. Autoritarismo e guerra às drogas: violência do racismo estrutural religioso. *Revista Katál.*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 157-167, jan./abr. 2021

FINCHELSTEIN, F. Do fascismo ao populismo na história. São Paulo: Almedina, 2019.

FONTES, V. *O Brasil e o capital imperialismo - Teoria e Prática*. Editora UFRJ: Rio de Janeiro, 2010.

FORTES, S. F. Do operário à autonomia na filosofia de Antonio Negri: por um perspectivismo e um aceleracionismo nas lutas. Tese de Doutorado. PUC-RS. Porto Alegre, 2024.

FRASER, N. O velho está morrendo e o novo não pode nascer. *Autonomia Literária*. São Paulo, 2019.

GIRELLI, L. S. Mídia e clima político: Uma análise comparativa da atuação midiática nos golpes de 1964 e 2016 no Brasil. *Revista Sociais e Humanas*, 31(2), 2018.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOBBSBAWN, E. Era dos extremos – O breve século XX (1914-1991) 2 ed. Companhia das Letras: São Paulo, 1994.

HOLANDA, Bernardo Buarque de. “Torcidas”, “barras”, “hinchadas”, “hooligans” e “ultras”, uma caminhada científica entre América Latina e Europa. *Perspectivas. Notes de recherche américanistes*, nº6, Aubervilliers, Éditions de l’HEAL, setembro/2023.

HOLLOWAY, J. Mudar o mundo sem tomar o poder. Viramundo. Rio de Janeiro, 2000.

KNOUFF, M. *An Outsider’s Guide to Antifa_ History of Fascism & Anti-Fascism, Defining Fascism* (1st ed., Vol. 1). Editora Lulu.com: Morrisville, 2017.

KNOUFF, M. (2017). *An Outsider’s Guide to Antifa_ History of Fascism & Anti-Fascism, Defining Fascism* (1st ed., Vol. 2). Editora Lulu.com: Morrisville, 2018.

LISBOA, R. B. A historiografia do trotskismo no Brasil dos anos 1930: O que dizem os estudos sobre o projeto político da dissidência comunista. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras: Universidad Nacional de Cuyo. Mendoza, 2013.

LÓPEZ, J. L. S.; ROMERO, A. A.; ROMERO L. E. A. De la organización campesina a la irrupción indígena zapatista en Chiapas, México: Un aprendizaje político para el pluralismo cultural. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 2(1), 204–230. jan/jun 2017.

MOTTA, Fernando C Prestes. O autonomismo e a questão da organização. *Revista Administração Empresarial*: Rio de Janeiro, 26 (1) 57-66 jan/mar. 1986

MUDDE, C. *A Extrema direita hoje*. EDURJ: Rio de Janeiro, 2022.

MULHALL, J. *Tambores à Distância* (1st ed., Vol. 1). LeYa Brasil: São Paulo, 2022.

MUNAKATA, Kazumi. A Legislação Trabalhista no Brasi. Coleção Tudo é História. Editora Brasiliense. São Paulo, 1981

NETO, O. C. *Sob o signo do Sigma: Integralismo, Neointegralismo e Antissemitismo*. EDUEM: Maringá. 2014

NETO, Odilon Caldeira. Um debate sobre a “nova direita” brasileira. Estudos Ibero-Americanos, v.42, n.2, p.773-778, maio-ago 2016. Resenha do livro VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). *Direita, vo lver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

Neto, O. C. (2025). Neo-Fascism and the Far Right in Brazil. *Elements in the History and Politics of Fascism*. Cambridge University Press: Cambridge, 2025.

PAXTON, R. A Anatomia do Fascismo. Paz e Terra: São Paulo, 2007

PINASSI, Maria Orlanda. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. In: MACEDO, R.F.; NOVAES, H.T.; FILHO, P.A.L. *Movimentos sociais e crises contemporâneas*. 3ed., v.3, p.163-179. Lutas Anticapital: Rio de Janeiro, 2018.

PINHEIRO, Caio Lucas Moraes. Diagnosticando as torcidas antifascistas: Como a classe, a raça e o gênero redimensionam as relações de poder no futebol a partir dos Ultras Resistência Coral. PUC Minas: Cadernos de História, v.22, n.37, p.11-32, 2021.

PINHEIRO, Jair. *Movimentos Populares Urbanos: Um quadro interpretativo*. Org. MACEDO, R.F.; NOVAES, H.T.; FILHO, P.A.L. *Movimentos sociais e crises contemporâneas*. 3ed., v.3, p.163-179. Lutas Anticapital: Rio de Janeiro, 2018.

PORTELA, P. de O. Nação, nacionalismo e território a partir da Coluna Prestes: Uma construção epistemológica geográfica crítica. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia, 2024.

PRESTES, A. L. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). *Estudos Ibero-Americanos*, v.31 n.1. 2005.

REIS, D. A.. *O bolsonarismo: uma concepção autoritária em formação*. Instituto Humanitas Unisinos - On-Line. São Leopoldo, 10 mar. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/607369-o-bolsonarismo-uma-concepcao-autoritaria-em-formacao-artigo-de-daniel-aarao-reis>. Acesso em: 11 jun. 2025.

RÉMOND, R. Por uma História Política. 2ed.. FGV Editora: Rio de Janeiro, 2003.

RISÉRIO, A. Identitarismo. LVM Editora. São Paulo, 2024.

RODRIGUES, A. Sob o estandarte rubro-negro: anarquismo e antifascismo nos jornais A Plebe e A Lanterna (1932-1935). Programa de Pós Graduação em História. Universidade Estadual de Maringá. Tese de Mestrado. Maringá, 2017.

ROUSSO, Henry. A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SAAD FILHO, A; MORAIS, L. *Brasil: neoliberalismo versus democracia*. 1. ed. Boitempo: São Paulo, 2018.

SANTOS, F.; TANSCHKEIT, T. Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil. *Colombia Internacional*, n. 99, p. 151-186, 2019.

SANTOS, J. R. História política do futebol brasileiro. Coleção Tudo é História. Editora brasiliense: São Paulo, 1981.

SCHERER-WARREN, I. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 71, p. 417–429, mai./ago. 2014.

SCHWARCZ, L. M. Sobre o autoritarismo brasileiro. Companhia das Letras: São Paulo, 2019.

SILVA, F. C. T. O bolsonarismo: uma concepção autoritária em formação. Instituto Humanitas Unisinos – On-Line. São Leopoldo, 06 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/623604-o-bolso-fascismo-brasileiro-unifica-a-direita-historicamente-repulsiva-as-transformacoes-sociais-entrevista-especial-com-francisco-carlos-teixeira-da-silva>. Acesso em: 11 jun. 2025.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*, ed.97, p. 23–40, 2013.

SIQUEIRA, C. E.; CASTRO, H.; ARAÚJO, T. M. A globalização dos movimentos sociais: resposta social à Globalização Corporativa Neoliberal. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(4), p.847–858, 2003.

SOARES, J. de L. A nova direita, bolsonarismo e tendências neofascistas no Brasil. *Emblemas (Catalão)*, v. 18, n. 2, p. 10–37, dez. 2021.

SOLANO, Esther; PAES MANSO, Bruno; NOVAES, William. *Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc*. 1. ed. São Paulo: Geração Editorial, nov. 2014.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C.; TRINDADE, T. (2015). Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In *Direita, volver!* Fundação Perseu Abramo: São Paulo: 2015.

TRINDADE, H. O Nazi-fascismo na América Latina: Mito e realidade. Síntese Universitária: Editora UFRGS. Porto Alegre, 2004.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. A Nova Direita internacional entre o fascismo clássico e o neofascismo metapolítico. *História e Cultura*, v.13, n.2, dezembro/2024.

VASCONCELOS, G. A Ideologia Curupira: Análise do discurso integralista. Editora Brasiliense. São Paulo, 1979.

ZARAMELLA, M. No gramado em que a luta o aguarda: Antifascismo e a disputa pela democracia no Palmeiras. São Paulo: Autonomia Literária, 2022.

ANEXO I – ENTREVISTA COM MEMBRO DO CORINGÃO ANTIFA (C16)

25/03/2025

ENTREVISTADOR: Eu acho que tenho que defender em agosto agora. Em julho, já tenho que entregar a versão definitiva — quer dizer, não definitiva, mas para a banca. Aí estou estruturando o seguinte: no primeiro capítulo, fiz um apanhado do movimento aqui no Brasil, no século passado, contra os integralistas. Comecei com os antifascistas italianos que chegaram aqui, como se uniram com a esquerda, que ainda era jovem no Brasil, e aí surgiu a FUA, com a predominância dos trotskistas, que foram engolidos pela experiência da ANL. Depois foi diminuindo até acabar. Depois ainda tiveram outros movimentos com uma essência similar, mas enfim... No segundo capítulo, abordo mais a ANTIFA moderna. Uso bastante o Mark Bray e também esse livro do Augusto Marestoni. É engraçado, porque o Mark Bray, no livro dele, faz algo tipicamente estadunidense, norte-americano, ao meu ver. A única coisa que ele estica além da Europa são os EUA. Já o Marestoni começa a falar do anarco-punk. Vou partir daqui. Inclusive, tive a infeliz experiência de pesquisar esse movimento pelas folhas do *Estadão*.

ANTIFASCISTA: Hahahahaha... Hahahahaha...

ENTREVISTADOR: Inclusive, uma dúvida que ecoou na minha cabeça desde o começo... Se não for deselegante da minha parte: quantos anos você tem?

ANTIFASCISTA: 34.

ENTREVISTADOR: 34! E você está desde novinha atuando, então?!

ANTIFASCISTA: Sim, desde o comecinho da adolescência, pré-adolescência.

ENTREVISTADOR: Eu lembro que, em 2013, eu tinha 12 anos. Já sou desse século, desse milênio — nasci em 2001. E tinha uma menina na sala que eu admirava demais. Ela super queria colocar as caras, lá no interior mesmo, mas o máximo que ela conseguia fazer era andar de skate e usar a camiseta do Brasil. Acabou que ela foi pega por aquela onda patriota, hahaha...

ANTIFASCISTA: Hahahahahaha...

ENTREVISTADOR: A minha intenção é ver quando a gente começou a focar mesmo no antifascismo. Claro que essas outras pautas e coletivos continuam até hoje, mas é interessante como, pelo autonomismo, a gente consegue se juntar frente a um propósito maior, né? Que é conter essa escalada da extrema-direita, que tem todo esse aporte neofascista incluso nas suas bordas. Então, se você puder falar um pouco dos anarcos com quem você teve contato e como a cena está até hoje...

ANTIFASCISTA: Naquela fase, principalmente na época do Verdurada, que foi onde o pessoal se encontrava e tal, a gente falava muito mais de anarquismo, libertação animal, do que de antifascismo, sabe? Porque a gente estava vivendo ali o início de uma globalização maior, né,

com a chegada, com a descoberta da internet. A gente começou a falar com os coleguinhas ali, tipo MSN, Orkut, bate-papo UOL... Foi quando a gente começou a perceber que existia um mundão ali que era conectável pela internet. Não era nem "facilmente", na verdade, né, porque era discada. Então a gente falava bastante sobre imperialismo, como foi na época, por exemplo. Mas antifascismo era uma palavra muito... Ééé... Não era muito usada, sabe? Eu lembro que eu usava patches na roupa, o "A" do anarquismo, usava bottom contra os EUA... A gente sempre usou, né? Adesivo punk, suástica riscada... Mas era engraçado, porque a gente ouvia bem mais sobre antinazismo do que antifascismo. Eu lembro que essa palavra não estava muito no vocabulário. Tanto que ela veio mais pra frente, exatamente nessa época do Bolsonaro, quando ficou mais em voga. O *Manual ANTIFA* ficou "famosinho" aqui no Brasil, ecoou mais na época da pandemia, quando veio forte. Antigamente, há 20 anos, a gente não usava tanto essa palavra. A gente usava outras. É aquela questão também de que, no rolê punk, a gente tem diversos pares, né? Tipo aquela pessoa que, sério, isso me tira do sério: aquele punk que fala que "não é nem de esquerda nem de direita". Tipo, "não, não, pelo amor de Deus, não fala isso!" E hoje, no rolê punk, o pessoal meio que tira sarro de quem é ANTIFA, porque...

ENTREVISTADOR: Sério?!

ANTIFASCISTA: Sim, porque hoje em dia quem se diz ANTIFA é tipo uma galera que fica sentada no sofá, sabe? Digamos que virou modinha. Sabe aquilo que explodiu na pandemia também? "Sometimes anti-social, always antifascist"... Tá, mas tipo, o que você faz? Você não se junta com ninguém, com nenhum grupo, não faz nada na sua cidade, e só coloca um selo nas redes sociais pra falar que é antifascista. Tipo, eu sempre fiz isso. Eu sempre fui contra o nazismo e o fascismo, mas nunca precisei me rotular desse jeito. Agora parece que é modinha. Então, no rolê punk de hoje, pessoas que eu conheço meio que ficam tipo: "Aaah, pera lá, uma ANTIFA..." É pejorativo, não porque não acreditam no antifascismo, mas porque meio que virou um rolê de classe média burguesa: falar que é antifascista e não fazer nada, sabe?

ENTREVISTADOR: Você acha que isso segue uma linha que ativa aquele trauma de 2013? Tipo, uma subversão da essência do movimento?

ANTIFASCISTA: Meeu... Num, num sei, sabe? Porque em 2013 tem aquelas teorias que falam: "Foi culpa dos black blocs que deu nisso, na ascensão da extrema-direita." E, meu, não sou nem um pouco a favor dessa teoria. Eu acho que, assim, esses ratos saindo do esgoto dessa maneira é a história cíclica, e a gente vai viver polos extremos ali. Acho que não dá pra botar na conta da galera das Jornadas de Julho essa ascensão.

ENTREVISTADOR: Eu tenho entrevistado antifascistas black blocs...

ANTIFASCISTA: Aaah, todos nós, né?

ENTREVISTADOR: Você também?!

ANTIFASCISTA: Também, também, sim! Hahahahaha...

ENTREVISTADOR: Hahahaha, legal!

ANTIFASCISTA: E enfim... A gente tinha muito mais esperança do que hoje, né? Tanto que conseguimos revogar a tarifa. Só que daí, quando começou aquele papo de "não é só pelos 20 centavos", começaram a entrar outras pautas, tipo "combate à corrupção", sei lá... Começaram a sair do esgoto. Todo mundo tinha uma revolta ali. Saiu do esgoto e a gente chegou ao ponto onde estamos agora. Acho que a maior polarização que a gente viveu teve esse início ali. Mas eu acredito muito mais numa congruência de fatores do que nessa galera que acha culpados nas Jornadas de Julho.

ENTREVISTADOR: Ah, sim, concordo com você. Você tocou ali na História Cíclica... Muito bom. É complicado. É uma coisa que, se você larga, afunda, mas que você nunca vai conseguir levar pra cima também, né?

ANTIFASCISTA: Total...

ENTREVISTADOR: Eu li um cara, Matthew Knouff, ele tem uma abordagem cíclica, assim, entre expressões autoritárias e totalitárias, que têm essas ambições, e coloca o antifascismo encaixado nesse viés libertário. E eu vejo muito, por exemplo, o centro pega fogo, mas, caminhando pra cada polo, todos têm atritos na mesma proporção: centro-direita com centro-esquerda, direita com esquerda e extrema-direita com extrema-esquerda. Como eu vejo hoje o antifascismo, dentro das expressões mais gerais, é o pessoal que se levanta pra segurar esses "ratos", pra tentar conter. Como você pensa isso, como atuante nessa linha?

ANTIFASCISTA: Sim, eu acho que a gente já teve muita exposição de antifascista tentando conter ato, essa galera, e acho que o pior nesse sentido é quando a mídia vem chamar os antifascistas de baderneiros, violentos e tal, ou mistura tudo e chama de fascista. Sendo que a galera tá ali pra combater isso, porque, assim, é um absurdo essas manifestações da extrema-direita, o que eles falam ali, sabe? É um pessoal preconceituoso, um pessoal que beira tudo que tem de escória na sociedade saindo da boca deles. Eles não respeitam ninguém. Igual no Carnaval aqui de São Paulo, que um cara escroto deu uma mochilada na cara do...

ENTREVISTADOR: Do Marcelo, né?

ANTIFASCISTA: Isso, do Marcelo. Tipo, um cara cadeirante, e o cara teve coragem... Coragem não, covardia, né... De passar no meio da galera pra agredir o cara?! É bizarro! Essa galera não sabe usar o cérebro, é muita lavagem cerebral, sabe? Eles só reproduzem aquilo que os líderes deles falam, mesmo se você tá mostrando que não é aquilo, apresentando provas e fatos, uma coisa factual, eles não acreditam! É muito doido isso... Tem um livro que chama A

Máquina do Caos que fala bastante sobre isso... Tem *A Máquina do Caos* e *Os Engenheiros do Caos*, dois livros que seguem o mesmo tema. Eles falam sobre isso, de como a extrema-direita usa os algoritmos da internet a seu favor, no Facebook, Instagram, pra coagir essa galera. Tipo, eles entram numa bolha que só serve aquilo que eles querem ver, eles não raciocinam. A galera fica sem raciocínio, só reproduzem conteúdos falsos, é fake news a rodo, e não adianta você usar um argumento válido, sabe? Não adianta argumentar, porque não tem debate com essa galera. Essa galera não entende racionalmente nada! Então, quando alguém, algum antifa, vai lá e dá na cara de uma pessoa dessas, ou tenta atingir por outros meios, alguns vão chamar de violência, mas eu não penso assim. Se essa pessoa só conhece essa linguagem...

ENTREVISTADOR: É complicado... Minha mãe teve dengue agora, tá recuperando as plaquetas. E aí minha tia, que vive nesse universo, mandou uma receita pra ela que mistura anis-estrelado com prego fervido...

ANTIFASCISTA: Todo mundo tem uma tia que foi contaminada, né?

ENTREVISTADOR: Nossa, sim. Esses dias ela compartilhou uma foto no Facebook de duas africanas segurando uma batata-doce no formato de um aperto de mãos, claramente feita por inteligência artificial. As amigas dela nos comentários: "nossa, é verdade isso? Se for, é Deus". Enfim, essa tia vive nessa realidade paralela e eles não compreendem que eles agredem verbalmente, né, dentre os tipos de agressão.

ANTIFASCISTA: Exato.

ENTREVISTADOR: Final de semana fui num casamento de um amigo da minha mulher, e no churrasco, o pai da noiva, bombeiro, tava se gabando por ser militar... E aqui no Paraná, cara, nossa, que negócio... Aí já perguntaram sobre o que é meu mestrado, e eu já não sou muito de negar o que é... Mas, assim, eu não queria acabar com o casamento de ninguém... Só sei que fui agredido pra caramba ali, mas aí junta o caso de que o noivo, super gente boa, é do agro e trouxe uma galera da área, aí já juntou com o militar e eu fiquei em desvantagem ali. Mas é isso, são muitos tipos de violência, e quando o oprimido reage, é considerado violento, quando você só tá se defendendo, né?

ANTIFASCISTA: Aquela velha frase: não confunda a reação do oprimido com a violência do opressor...

ENTREVISTADOR: Malcolm X, né... Enfim, a C16 surgiu lá nas manifestações durante os trâmites do impeachment da Dilma, então?

ANTIFASCISTA: Isso... O clima do golpe contra a Dilma também pesou, a gente começou a enxergar uma polarização mais acirrada no Brasil, com a extrema-direita mostrando cada vez mais seus dentes. Então, dois companheiros, na época estudantes de história, que

acompanhavam todas essas movimentações, resolveram fundar a Coringão Antifa - a ideia era resgatar o Corinthians como o time do povo e ao mesmo tempo fazer alguma coisa diante da ascensão do conservadorismo. Lá em 2016 a gente surgiu como uma forma de, além de estar nas ruas ali, porque o movimento das torcidas, principalmente organizadas, tava bem forte e começou a ir pras ruas. Foi questão da gente voltar e trazer pro futebol, voltar às origens proletárias do Corinthians, sindicalistas que fundaram e tal... Então a gente quis trazer esse encontro, né. A gente brinca ainda: "me desculpem os outros times, mas a nossa história é linda demais", hahaha, pra resgatar essas origens, sabe? E também ser contra o futebol moderno, esses preços exorbitantes de ingressos, a questão dos estádios se tornando arenas, deixando longe o povão, né. Quem consegue ir em estádio hoje? Quem tem grana... Quem tem um salário mínimo não vai em estádio. Contra a elitização, a gente sempre fala que nunca é só futebol. A gente também faz algumas ações sociais, já distribuiu marmitas para pessoas em situação de rua, já fez ações com crianças em comunidades, levando bola de futebol pra eles fazerem o campeonato deles, levando nossa bateria... Enfim, faz algumas rifas solidárias também, já promoveu cines-debates, já participou de seminários também em outros times. A gente foi pro Sul, inclusive, num encontro de torcidas antifas, a gente ficou ali no alojamento do Inter. Então, assim, a gente abrange tudo que tem a ver com futebol e antifascismo, a gente tenta abraçar.

ENTREVISTADOR: Isso é uma das coisas que mais chamam atenção em todo mundo, até nos professores da universidade, a questão do futebol. Pesquisando com o material disponível até hoje, vejo que é um campo fértil, porque ele é muito abrangente: o que você planta, cresce, de um lado ou pra outro...

ANTIFASCISTA: Ahaam.

ENTREVISTADOR: Tanto que manifestação neofascista tem um monte, né?

ANTIFASCISTA: Siiim, times europeus... assim, você vê manifestações claramente fascistas à luz do dia, e até mesmo racistas. Sempre que a gente vê algum jogador brasileiro negro em manchete e tal, não é porque ele joga bem, é porque o cara sofreu racismo em algum país europeu, sabe? É muito bizarro isso. Então, como você falou, tem dos dois lados, infelizmente, porque, querendo ou não, o futebol é uma das maiores expressões culturais. A gente, como brasileiro, entende a importância do futebol, e outros países também. Se você levar uma bola de futebol para qualquer lugar do mundo, as crianças vão saber o que é, vão chutar a bola. Então é isso. E também é uma disputa, uma disputa ideológica — disputa de narrativas, de pertencimento: representa melhor quem?

ENTREVISTADOR: Perfeito. No primeiro capítulo, como eu disse, fiz um apanhado, né. Já no segundo, eu tava pensando em colocar, talvez, uma contextualização, o objetivo. O objetivo

principal é revelar, desnudar, registrar como foi o movimento antifascista que a gente teve durante o governo Bolsonaro. Esse foi o primeiro objetivo planejado. Mas aí, na hora que eu deitei em cima do tema pra estudar, o antifascismo já tava aqui fazia muito tempo. E aquela coisa: a gente tem duas ondas significantes que a gente pode falar que foram movimentos de massa. Um desde a redemocratização, com pouco enfoque, que foi crescendo até engrossar em 2013. Nesse ínterim, a gente teve o Johni Raoni Galanciak...

ANTIFASCISTA: Uhum.

ENTREVISTADOR: Assim como foi em outros países também. Depois de 2013, a escala subiu e teve uma visibilidade maior, com a nova direita ascendendo e o boom do antifascismo, principalmente no futebol, o governo Bolsonaro vigorando e até o dossiê antifascista.

ANTIFASCISTA: O dossiê antifascista! Hahahaha... Tiveram alguns que entraram com processo e tal, mas tipo, não receberam nada. Até porque o cara decretou falência, né? Todo mundo processando ele e ele falando: "não tenho dinheiro!" Mas tipo, não valeu merda nenhuma. Pô, deixa eu processar ali pra ver se eu ganho uma grana em cima desse idiota, mas nem isso!

ENTREVISTADOR: Hahaha... Enfim, a social-democracia voltou pro palanque, mas as eleições municipais mostraram que a gente tá apodrecendo de dentro pra fora. Como você vê o antifascismo depois que o Bolsonaro saiu? E também como foi durante o governo Bolsonaro? Se você quiser partir de lá de trás...

ANTIFASCISTA: Então, com o Bolsonaro o antifascismo teve uma ascensão maior. A gente costuma agir quando a água bate na bunda, sabe? Ações extremas exigem atitudes extremas, uma reação extrema... Foi muito isso. Lembro que quando ele ganhou, a gente chorava copiosamente, desesperadamente, tipo: "cabô! o que a gente vai fazer?", "o Brasil vai se tornar isso, ou aquilo". E aí acho que foi um choque imenso. A gente pensou: "a gente não pode deixar ele vencer essa narrativa". A maioria de nós não concorda com isso, e acho que tinha muito mais combatividade ali, porque você vai exigir mais combatividade. E não que não exija agora, nesse momento. A gente não tem como ter um movimento contido por muito tempo... As pessoas cansam, são pessoas. É cíclico também, né? Manter aquele nível de energia do começo durante tantos anos é muito difícil. Então, assim, acho que agora rolou uma maior acomodação. Muita coisa que a gente achou que ia mudar, a gente viu que não mudou nada. Política é isso, né. Eu trabalho muito indo pra zonas desconhecidas do interior...

ENTREVISTADOR: Com o que você trabalha?

ANTIFASCISTA: Sou assessora de imprensa da Secretaria de Políticas para a Mulher. Então, em muitas dessas cidadezinhas, é um pessoal novo — novo de tipo, na política e novo de idade

— que tá começando agora e segue essas ideias da extrema-direita. Tipo, a gente tinha que trabalhar muito com essa ideia de meritocracia, de "eu não faço política, não sou político". A gente vê essa galera que quer ficar "eu sou melhor do que esses políticos", e na verdade é farinha do mesmo saco: é uma galera liberal escrota, sabe, que acredita em meritocracia e quer ver pobre se ferrando. É um cenário que, localmente, talvez a gente esteja até pior nos municípios, nas cidades pequenas, do que quando a gente tava na época do Bolsonaro, sabe, nessa questão de conservadorismo. Então, acho que nesse ponto a gente tem se acomodado demais. Nas últimas manifestações que tiveram, tipo no Rio de Janeiro, em São Paulo, a extrema-direita continua nas ruas, estão ali desde 2026 e vão levar de novo. Contra isso, a gente sente uma certa estagnação na esquerda. E aí: "o que fazer, camarada?", o que que a gente faz? Desses cenários que a gente vê hoje, a gente tem jovens virando *incels* da vida, jovens sendo cooptados por esses algoritmos, se tornando jovens de extrema-direita, com 14 ou 15 anos, se tornando misóginos, idolatrando Elon Musk. Então, a gente tá num cenário super perigoso, porque logo esses jovens vão crescer, vão se tornar adultos e vão estar em todos os lugares — nas empresas, na política, tipo, em todos os lugares. E a gente não tá conseguindo bater de frente com eles, sabe? Igual quando eu citei esses livros dos *Engenheiros do Caos* e *Máquina do Caos*: eles são desleais nessa luta, sabe. Os algoritmos trabalham a mando deles, eles têm milhões e milhões e milhões para investir, para cooptar esses jovens para eles, para ter essa galera que tá vindo — entenderam como funcionam as gerações — agora no ato da extrema-direita. É uma batalha muito desleal. E muita gente de esquerda acha que fazer meme vai resolver alguma coisa. Então é difícil. Acho que é um dos momentos que não dá pra gente ser paz e amor, porque os caras tão estraçalhando a gente. Eles estão na campanha ideológica a todo segundo, a todo minuto. Então não tem mais como a gente ficar só nessa de "ah, eu vou tentar fazer um post na internet, vou fazer um meme pra galera rir" ou "vou fazer uma roda de conversa sobre isso", sabe? Aí a gente fica perdido nessa. Enquanto eles estão ali mandando fake news o dia inteiro... robôs... enfim, com muito dinheiro pra investir nisso, a gente continua ali acreditando no olho a olho, acreditando na conversa, sendo que a gente tá perdendo essa vantagem.

ENTREVISTADOR: Tá... Duro é que tá... Duro que essa ideologização é muito profunda, a que eles fazem, né? Isso deles ganharem, acho que vai além do publicitário. Eles criaram todo um aparato para dominar cérebros, as mentes, né?

ANTIFASCISTA: Claro. Tem até... esqueci o nome desses que falam que fazem a campanha... Enfim, tipo esses que fizeram a campanha do Bolsonaro, do Trump... Enfim, esqueci o nome, mas tem a ver com o Steve Bannon e o Trump... É a mesma empresa por trás, pra reproduzir as

mesmas ideias, seja aqui ou nos Estados Unidos. Aqui ou em qualquer lugar no mundo, são os mesmos caras que chegam no país, analisam a situação...

ENTREVISTADOR: Estilo uns *think tanks* da vida, assim?

ANTIFASCISTA: Exato, exato, esse tipo de empresa analisa tudo. É muito difícil, assim, os caras são milionários, então, querendo ou não, igual a gente tinha comentado, hoje a gente vive em uma era das corporações... Quem manda no mundo? Não é só os políticos... É ilusão achar que é isso... É o mercado! As grandes corporações estão ali atrás da maioria. É uma situação muito complicada a nossa, porque é muito difícil bater de frente com toda essa estrutura sendo só humano.

ENTREVISTADOR: Entendi... Enfim, fiz um roteiro aqui... Claro que não vou ter a mesma excelência de uma jornalista, mas enfim...

ANTIFASCISTA: Hahahaha.

ENTREVISTADOR: Eu notei três mudanças na transição do antifascismo clássico para a Antifa moderna. A primeira foi a maneira de se organizar. Antigamente, nós tínhamos as frentes únicas, uma tendência global... Enfim, com a globalização, a negação às verticalizações das velhas tradições da esquerda, hoje tem essa influência de métodos meio anarquistas, libertários, com coletivos horizontais através do autonomismo... Como a C16 se comportou dentro dessa dinâmica? Tinha alguém que se propunha a tomar a frente, não por comando, mas como um centro de organização para marchar junto na época? Como foi?

ANTIFASCISTA: A gente sempre se propôs a ser um coletivo horizontal, então a gente não tem essa coisa de alguém liderar. A gente sempre procura fazer as coisas a nível de afinidade, tipo “ah, tenho mais facilidade com o texto”, então você pode fazer esse texto; “tenho mais afinidade com arte e tal”... Mas a gente sempre preza pelo rodízio, para todo mundo saber fazer um pouco de tudo, para a gente também usar o coletivo para exercitar outros campos e não focar só no que sabe melhor. A gente preza por isso, pensando que o coletivo é uma pequena amostra da sociedade. Acreditamos muito no autonomismo e também em tudo, em relação a tudo, sabe? Poxa, eu tenho que saber colocar um parafuso na parede, hahaha. Então esse rodízio de atividades também acontece por conta disso, para todo mundo saber, enfim, o seu papel ali, sabe? Poder atuar por iniciativa própria. A gente não tem ninguém que centraliza as funções ou fala “ah, você vai fazer isso, ou fazer aquilo”; é mais por afinidade e também praticando essa espécie de rodízio para que todo mundo saiba fazer de tudo um pouco.

ENTREVISTADOR: E nessas relações exteriores de vocês, de solidariedade entre grupos e tal, tanto dentro do Brasil, ou em São Paulo, quanto fora também... Acho que é mais a AFA que eu vi, que é bem unida com o pessoal da Argentina.

ANTIFASCISTA: A gente tem, aqui no Brasil, sempre contato com torcidas antifas. Um dos principais pontos de ser um coletivo antifascista é essa interação, então a gente sempre tá junto ali com o pessoal de outras torcidas, mas também rolam intercâmbios com torcidas de fora. Principalmente — tava até conversando hoje com meu marido, que também é do Coringão Antifa — agora na Sul-Americana a gente vai ter jogos com alguns times que têm torcidas antifascistas também. Então a gente sempre faz esse intercâmbio cultural, hahaha. A gente encontra o pessoal, tipo aqui no Brasil, por exemplo, já trouxeram camisetas, cachecóis, toucas, a gente troca adesivo, bottom, camiseta, faz postagens em conjunto nas redes sociais, fala como está a situação política em ambos os países. Então é bacana porque também rola esse intercâmbio entre as torcidas aqui latinas. É bem legal.

ENTREVISTADOR: Legal. E na época, eu lembro que tem até foto, print, que o Bolsonaro, quando estava no mandato, pegou uma foto de convocação de ato e tinha lá a arte, toda bonitinha, da Revoada das Galinhas Verdes, falando que ia acontecer na Praça da Sé. Acho que foi em 2021, entre junho e julho, teve umas jornadas lá. Aí o Bolsonaro repostou, falando assim... Tinha alguém vestido de verde e amarelo correndo na arte, e ele deu uma de vítima, tipo: “Olha esses radicais perigosos”... Mas, nesses atos assim, tinha uma organização prévia? Eram necessariamente todos os participantes antifascistas? Como funcionou esse período?

ANTIFASCISTA: Bom, como tinha muitos grupos ali, não tinha uma articulação central, mas claro que tinha uma articulação entre pequenos grupos. Como, por exemplo, esses das torcidas: a gente falava com a P16, com o pessoal do Tricolor Antifascista... Então a gente se articulava assim, entre a gente: ponto de encontro, onde vamos ficar no ato, onde vamos abrir o ato, quem vai fechar o ato, questão de segurança...

ENTREVISTADOR: Vocês faziam questão de segurança, assim, por ser mais extrema, revolucionária?

ANTIFASCISTA: Sim, tanto que muita gente vinha ficar perto da gente por conta disso. “Perto de vocês me sinto seguro”, e tal. Então também rolava isso, mas não tinha tipo “ó, você vai ficar aqui, vai fazer isso”, era bem orgânico... A gente fazia reunião antes para se articular e tal. Mas é engraçado que muitas pessoas ali já se conheciam de outro rolê de militância — igual te falei, da ocupação, das jornadas de 2013 — então já era uma galera conhecida e, por isso mesmo, a gente já sabia onde cada um atuava melhor nos atos. Meio que sabia onde cada um gostaria de ficar. Então já era um pessoal conhecido também, mas muita gente conheceu a C16 nesses atos, né? Porque a gente chegava com bandeira, sinalizador... Conheceram a gente ali e alguns continuaram com a gente até hoje, se conectaram. Conheceram a gente naquela época, porque nunca tinham ouvido falar da gente. Então, assim, foi um tempo bom pra gente no

quesito de divulgação, de propagação das nossas ideias. Aí vem também a questão das mulheres no futebol, porque como um dos plots era o “ele não”, e a gente tinha muitas meninas na época no coletivo, apareceu muita mina falando: “Nossa, que massa vocês que estão aí e estão lutando, com sinalizador e não sei o quê, que massa, sabe?”. Então foi um espaço de abertura para muitas meninas se verem ali no rolê do futebol antifascista, sabe?

ENTREVISTADOR: Ah, com certeza.

ANTIFASCISTA: E tinham muitas minas que nunca tinham ido a estádios, por medo, porque nunca tinham sido incentivadas a gostar de futebol. Então também foi um momento muito legal para a gente trazer mais garotas para a cena.

ENTREVISTADOR: Massa demais... Beleza... Vou anotar um negócio aqui e já faço a pergunta pra você...

ANTIFASCISTA: (Jogo rolando ao fundo) Três minutos e gol da Argentina...

ENTREVISTADOR: Três minutos?

ANTIFASCISTA: Hahahah, quatro agora, hahahaha.

ENTREVISTADOR: Hahahahahaha. Ó, vou liberar a gente rápido, tá? Pra gente ter esse desgosto aí.

ANTIFASCISTA: Tranquilo...

ENTREVISTADOR: Queria falar dos membros, um negócio mais assim, algo sobre um escopo político para a gente tentar ver por onde vai caminhar. Primeiro, na experiência passada que tivemos com o antifascismo, o fascismo era um movimento virginal, a primeira vez que a gente teve uma experiência totalitária e ele alcançou a hegemonia muito rapidamente, foi lancinante. Quem se pôs a resistir foi como se fosse um soco muito rápido, ficaram atordoados. E o que a gente vê entre os principais que estavam ali, inclusive, era um corpo muito intelectual. Os pontapés eram sempre muito intelectuais. Inclusive, para estudar o contexto da Antifa aqui, estudei algo que você pode me indicar até uma fonte melhor, porque tem proximidade com os anarco-punks, mas estudei um jornal chamado *Libera Amore Mio*, de um grupo de estudos anarquista lá no Rio de Janeiro, ou seja, foi um pontapé cultural também. Mas as primeiras manifestações mesmo vieram mais da cultura, com o punk e tal... Me perdi de novo, calma aí... Ah, tá, a interpretação do fascismo foi algo que surgiu naturalmente, sendo construída e reconstruída, porque nunca tinham visto aquilo. Já a extrema-direita é algo que vem desde 1970, 80, 90, os Frentes Nacionais, Le Pen e tudo mais... E a gente consegue enxergar muitas similaridades que foram reaproveitadas, peneiradas, do fascismo. Toda a manipulação de massa, apelo sentimental dentro do nacionalismo e tal... No autonomismo, desde o surgimento,

na verdade desde o fim da 2ª Guerra Mundial, surge uma teoria de que o fascismo é uma etapa do capitalismo. Dentro disso, o capitalismo é a causa primordial de todos os problemas sociais e martírios que nós temos hoje, pautas que se juntam no autonomismo e, quando o negócio aperta, todos se juntam no antifascismo. Esse sobrevoo que te dei, você acha que é coerente, verossímil, tem alguma discordância? Como você enxerga o fascismo dentro da extrema-direita hoje? Tipo, o que precisa para um antifascista se posicionar contra ele?

ANTIFASCISTA: Nesse sentido, acho que dá para falar um pouco do movimento curdo, das minas do Curdistão que pegaram em armas e expulsaram o Estado Islâmico, simplesmente, todo mundo ali lutando, invasão dos Estados Unidos, junto com a Síria, junto com a Turquia, junto com o Irã tentando combater o Estado Islâmico, e quem conseguiu combater foram as minas pegando em armas, tá ligado? E aí, nesse sentido, a gente vê que ali era uma forma de antifascismo também, querendo ou não, no contexto do Oriente Médio e tal... Mas se a gente for comparar com o Ocidente, é uma espécie desse movimento também. E ali, por serem locais menos urbanos, a gente não vê essa dependência toda do capitalismo, sabe, no sentido da direita. É muito mais por um controle de território, tipo, nós somos dali, queremos esse território para a gente, e tudo por uma questão de perpetuar o poder das classes dominantes ali. Aquela guerra de território já vem ali de muitos anos. Então, assim, concordo nesse sentido de que o fascismo corrobora muito com o capitalismo, né, porque são... é aquilo de não querer igualdade, de não pensar em distribuição de riquezas e toda essa questão... Mas acho que a gente tem também outros exemplos, não só no Ocidente, para pensar a mesma questão, como no México, ali, os zapatistas... Acho ali uma questão muito interessante para pensar esse ponto de vista. Tenho uma amiga também, que inclusive era da época da ocupação, que estava com a gente na época de 2013, que se mudou para os territórios zapatistas no México, e aí é uma forma de existência totalmente diferente do que a gente está acostumado aqui. A galera tem comunidade, mas ao mesmo tempo muita gente acredita que isso é bagunça, porque eles são todos ali com ideais mais de anarquismo, libertário e tal, mas gente... Tem que ter uma organização, não é porque é anarquismo que vai ser bagunça, sem organização... Então, tem umas escolas incríveis, assim, onde as próprias pessoas da comunidade são professoras... Tem, tipo, sin... Eles não usam essa palavra porque, no mundo de hoje, é pejorativo dizer “polícia”, diante de todas as causas que essa corporação acaba fazendo. Mas eles têm uma guarda zapatista também, onde vivem, lidando com problemas relacionados a...

ENTREVISTADOR: É engraçado essa questão, né? Policiais fazendo incursão na favela, morada do crime, em um país que sofre com o racismo estrutural.

ANTIFASCISTA: Então! E tem ainda essa coisa dos Policiais Antifascistas... Foi um debate que, nossa, até hoje é... Hahaha!

ENTREVISTADOR: E o que você fala? Hahaha. E o deputado antifascista, o que você fala? É tipo, sou cristão e satanista?

ANTIFASCISTA: É uma antítese ambulante! Como você está ali dentro do sistema, no papel da repressão, e querendo vestir essa farda antifascista? Acredito que quando você é ainda um deputado, um político, você tem uma tecitura mais maleável, pode ter um ou dois... Tem como você, sim, querer atuar como antifascista ainda na política, como quem foi Marielle, ainda tem uns bons... A gente tem um amigo, inclusive, que era, que é corintiano antifascista e já participou de organizações com a gente e que ele saiu deputado, saiu candidato.

ENTREVISTADOR: O Pássaro?

ANTIFASCISTA: Exato, hahaha. Exatamente... E assim, meu, a gente tem que ocupar os espaços mesmo, só que agora, alguém que faz parte da maior corporação que mais mata jovens e negros no país e no mundo, na verdade, eu acho uma sacanagem. Porque você aceita, você já aceitou participar da corporação e, se não obedecer o esquema dos caras, você sai! Eu acho que é demais... Demais... Mas enfim, que bom que estão lá e falam que são isso... Eu não acredito, minha opinião pessoal, tipo, “gente, não tem como”. Mas eles vêm com aquele discurso de melhorar a PM e a gente fica, “ai, tá bom amigo, vai lá falar com as paredes”. Diante de tanta merda, tanto retrocesso, tanta gente de direita surgindo de lugares inimagináveis... Deixa eles, sabe...

ENTREVISTADOR: Entendi... Como você definiria seu escopo político? E, fazendo um paralelo, falando no plural pelo coletivo, como ficaria o escopo político do grupo? Porque o antifascismo tem quase essa necessidade de ser revolucionário... Bom, tem e não tem, porque é um puta caleidoscópio, é juntar todo mundo e crescer contra o fascismo. Mas... Como você define? Como é esse conceito de revolução, o caminho de volta? É reforma, ruptura, vai pelo anarquismo, ou por onde?

ANTIFASCISTA: Como coletivo, a gente tem tanto membros anarquistas quanto membros comunistas, então assim, a gente não tem uma posição fechada porque agrupa esses dois membros. Mas uma questão dentro do coletivo é que a gente não apoia candidatos políticos. Por exemplo, na época do Bolsonaro, sempre fomos contra ele, até postamos uma foto no último comício que teve do Lula aqui em São Paulo, mas no texto a gente falou sobre ficar em cima do muro. A gente nunca apoiou tipo, “vote em candidato X ou Y”, sabe, isso nunca fez e está no nosso estatuto. A gente não apoia nenhum partido político, mas, por outro lado, a gente sempre bateu e sempre vai dizer não para aqueles que, enfim, são de extrema-direita e tal. Então,

a gente já teve membros que fizeram campanha, como pessoa, para tais candidatos, mas sempre deixando claro que, se você for fazer campanha para tal candidato, não usa a camisa da C16, toma cuidado para não misturar as coisas, porque é exatamente para a gente se resguardar enquanto coletivo. A gente sabe o quanto esse meio da política é sujo, então a gente nunca se posicionou a favor de um ou outro candidato. Agora, eu, particularmente, hahaha, eu brinco que minha carteirinha foi caçada, porque eu votei nas últimas eleições, né, não tinha como.

ENTREVISTADOR: Aah... É...

ANTIFASCISTA: Muitos amigos optaram por anular ou simplesmente não ir votar, mas, diante de todos os retrocessos, todo esse movimento político que a gente está vivendo, acho que é muito difícil se abster. Por mais que a gente saiba, aquele velho clichê, “nossos sonhos não cabem nas suas urnas”... Eu, particularmente, acredito que em momentos históricos assim, não tem como a gente se abster, não tem como simplesmente abrir mão e falar tipo, “ah, político é tudo igual”, “isso não vai dar em nada”, é ideológico, sabe? Não é simplesmente uma ilusão de que o Lula vai entrar e os Antifas vão viver uma maravilha, vai ser aquele panfletinho do pessoal mórmon, “meu Deus, que paz, que amor”... Mas acho que, quando a gente está em frentes ideológicas tão polarizadas, tem que resistir em todos os espaços mesmo. Por mais que a gente tenha, sim, que se aprofundar nos clássicos, na teoria, para a gente conseguir entender e conversar sobre esse fenômeno que a gente está vivendo hoje em dia... Mas, acho que, ao mesmo tempo que vivemos ciclos, vivemos tempos novos... Nunca tivemos tanta globalização, a internet trabalhando dessa maneira a favor da extrema-direita... Então, acho que são casos e casos, hoje sou mais flexível em teoria das políticas.

ENTREVISTADOR: Entendi. Olha, eu acho isso de uma maturidade admirável. Querendo ou não, parte da militância é um pouco romantizada, faz parte. É legal o fato de não impor um modelo pronto, atemporal, de maneira coringa, meio que a libertação tem que partir do indivíduo para o coletivo e não o contrário.

ANTIFASCISTA: É foda, sabe? Porque eu tinha, principalmente agora, desde a época do Bolsonaro, escutando “ah, mas vai mudar”, “ah, mas eu não voto no PT e no Lula”, mas tinha isso de serem pessoas brancas, classe média, altas... A galera de baixo ali é que ia sofrer mais com a extrema-direita no poder, a galera periférica, os LGBTQIA+. Eu até tirei o rótulo e rasguei a carteirinha de anarquista também pensando nisso, porque quem sofre mais com essas mudanças? Não somos nós que vamos ficar no bico do corvo. Quem ficou na fila da sopa de ossos durante o Bolsonaro? Galera periférica morrendo de fome a rodo, sabe? Galera pobre e periférica morrendo de fome e de COVID por culpa do Bolsonaro. E pra classe média, não foi assim, sabe? Então, nesses aspectos, a gente aprende mais a olhar pro outro no sentido de que:

“puta, mano, mas se eu votar em tal”, beleza, não acredito em político, política, no sistema eleitoral, mas se eu deixar alguém da extrema-direita ascender, quem vai se ferrar é alguém que vai estar lá embaixo. Posso sofrer em outros aspectos, mas quem vai ficar sem comida, vai ser morto, ser assassinada por uma PM fascista, vai ser a galera que tá lá embaixo. Eu posso, eu vou ali combater, vou sofrer, mas eles vão morrer. Não vai ser a galera de classe média dentro de apartamento que fala que não vai votar por ideologia. Então, acho que nessas horas a gente aprende a não olhar por esse viés tão...

ENTREVISTADOR: E é engraçado você falando que já tinha se trombado com outros antifascistas em 2013, então, eles amadureceram também. Basicamente, duas coisas que tô anotando aqui são: só vai ficar bom se acabar o capitalismo, mas talvez ainda demore. Na minha concepção, olhando tipo Império Romano e tal, todos esses impérios que vigoraram e já caíram. Tem uma teoria que é do espiral cíclico, que passa perto, mas nunca se repete, mas cada vez vai engrossando mais o caldo, nunca vai reduzindo. Chega uma hora que não segura mais, aí estoura e começamos de novo, mas não do começo, do meio com alguém controlando a gente. Mas enfim, primeiro, só vai ficar bom quando acabar o capitalismo? E a revolução vale a pena ou não?

ANTIFASCISTA: Então, será? A gente também entra no quesito dos tempos que estamos vivendo hoje... A gente não sabe nem se dura, sabe? A gente vê a situação ambiental e, meu, a gente tá acabando com nosso planeta também. Então, além de tudo, tem essa questão. Quanto tempo o capitalismo vai durar ainda por conta de fábricas e fábricas, e lixo e lixo? A gente vai descartando lixo achando que vai pra fora, mas tudo que descarta fica aqui. Esse consumismo desenfreado, a Amazônia vindo abaixo, geleiras derretendo, então também, igual você falou, uma hora acaba. Acaba o quê? O planeta. Uma hora acaba, hahaha. A gente tá vivendo um momento muito estranho por conta disso. Tem gente que nega isso ainda, essa galera da terra plana. Cara, a gente tem verões com temperaturas extremas, cada vez mais eventos climáticos com temperaturas extremas. Tipo, tudo, véi. É igual o Krenak fala, o futuro é ancestral, não dá pra gente continuar nesse ritmo e achar que a gente vai conseguir fazer uma revolução, porque não tem como, cara. A gente tá esgotando diversos recursos e, enquanto for desse jeito, não tem.

ENTREVISTADOR: Entendi.

ANTIFASCISTA: Talvez, aí viajando, indo bem longe, quem sabe, com todos os recursos esgotados, o planeta acabando, aquele cenário bem distópico, sem internet nem nada, estilo Mad Max, quem sabe não conseguimos uma revolução... Aí não tem globalização, porque o mundo tá acabando, aí quem sabe a gente consegue mudar alguma coisa globalmente, nesse

sentido. E isso não é pra desestimular a gente, mas pra estimular ainda mais a gente a agir no nosso local, na sua comunidade, tipo, o que você pode fazer com isso? Pô, “vamos consumir menos”, “vamos consumir só o necessário”, “vamos conversar com essa galera, com esses moleques de 12 anos que tão crescendo tudo machista”. Acho que a gente tem que voltar esse olhar para o que está aqui, tudo o que a gente enxerga ao nosso redor, para talvez a gente conseguir, com esse olhar nosso, atingir mais pessoas que levem para os seus espaços, porque hoje é muito irreal achar que a gente vai fazer algum levante e tal. É tipo o que tá acontecendo na Palestina, meu, Israel cometendo um genocídio e ok, sabe? A ONU emite nota, a mídia fala um pouco, e é isso, criança morrendo todos os dias, milhares, e a gente continua vivendo como se nada disso tivesse acontecendo, sabe? Então, ou é local ou não é. Não acredito mais que a gente tenha alguma coisa tão grande como revolução.

ENTREVISTADOR: Ok, vamos lá, as últimas duas perguntas agora, e uma é pontual. A primeira, a AFA tentou ser um centro de organização durante o período do Bolsonaro? Eles próprios disseram que convidavam representantes de cada coletivo.

ANTIFASCISTA: Siiim, hahahahahahaha. Teve sim, teve. Porque assim, a AFA é uma instituição que é internacional, ela segue um estatuto internacional...

ENTREVISTADOR: Tem um estatuto? Tipo, internacional de todas as AFAs...

ANTIFASCISTA: Uuum, sim, todas as AFAs do mundo, elas seguem... Não é o mesmo estatuto porque cada região tem suas especificidades, mas para ser AFA você precisa seguir pré-requisitos de um estatuto, que estão aí em fóruns e tal. Então, querendo ou não, a AFA, e não só aqui no Brasil e em São Paulo, é uma instituição internacional. É que agora elas não estão mais ativas, mas a gente tinha AFA em Curitiba, por exemplo, uma das mais ativas...

ENTREVISTADOR: Não estão mais ativas?

ANTIFASCISTA: Não. Por exemplo, a gente fez uma viagem para Curitiba, onde teve um encontro nacional de AFA. Tinha a AFA de Salvador, que inclusive não sei como está agora, mas tinha AFA de todos os lugares do Brasil.

ENTREVISTADOR: Teve algum outro grupo que tentou fazer isso, mas foi só ela? Porque, tipo, aqui no Mark Bray, a primeira AFA veio da Alemanha, mas tiveram outras com outras siglas, como só AF e tal. Tinham outras organizações internacionais maiores ou só ela ganhou destaque mesmo?

ANTIFASCISTA: Você diz aqui do nosso cenário de São Paulo?

ENTREVISTADOR: Sim, e também se você souber, do cenário nacional.

ANTIFASCISTA: Uhum, é, a maioria dos encontros que aconteceram, principalmente em Curitiba, foram basicamente de AFAs. A gente tentou construir uma Frente Única Antifascista,

tipo, a FUA de novo. Mas não tinha só AFA, tinha FAA, acho que essa que você tava falando, e outras torcidas antifascistas também foram chamadas para compor. É quando a gente também se estruturava para ir para os atos. Tinha faixa e tal, a pessoa tem a faixa até hoje da organização, mas também foi algo que acabou não indo para a frente. Mas não que a AFA tenha sido controladora, mas foi porque ela sempre esteve em todos os países que ela existe, e sempre teve essa questão de juntar os movimentos, sabe? E assim, muda a organização, muda também como age, não é que eles são obrigados a agir da mesma maneira em todos os territórios.

ENTREVISTADOR: Aah sim, claro, e também tem toda essa questão de gestão autônoma, de mudar os cargos de tempos em tempos e tal...

ANTIFASCISTA: Isso, e a gente sempre fez questão de esclarecer para os membros que somos um coletivo legalista, não queremos andar fora da lei. Todas as ações que a gente faz, a gente segue à risca isso de, como coletivo, a gente sempre andar dentro da lei e ser respaldado ali pela lei. Porém, como indivíduo, as pessoas, super ok ser mais radical ou não, e a AFA é a mesma coisa. E, principalmente a AFA, por ser uma organização muito conhecida, algumas pessoas ali tiveram suas caras e rostos estampadas em muitos lugares. Então, como uma forma de preservar essas pessoas, muitas coisas foram feitas por fora, em OFF. Tipo, ninguém precisa saber que foi alguém da AFA ou do Coringão Antifa, isso é básico de qualquer coletivo que queira fazer alguma ação direta. Você nunca vai fazer uma ação direta com o nome do coletivo, porque você precisa proteger o seu espaço. Se você quer fazer alguma coisa, você faz de maneira individual. É a mesma lógica que utilizavam na Ditadura, galera usava codinome e disfarces para poder se proteger e resguardar. Então, não dá pra esperar que o coletivo abrace ideias que possam dar ruim para o coletivo, porque daí, se der ruim para um, todos caem.

ENTREVISTADOR: Acho que sei um exemplo disso que ilustra isso que você tá falando. O Galo, que botou fogo na estátua do Borba Gato, mas a ação que ele fez não foi em nome de um coletivo, mas ele fez a ação.

ANTIFASCISTA: Exato, sim, exatamente isso.

ENTREVISTADOR: E por último, o intuito hoje, é que não dá para fazer um roteiro rígido, mas da gente pontuar uns momentos marcantes, tipo o da Revoada dos Galinhas Verdes. Mas algum embate que tenha sido significativo, alguma contra-manifestação e tal. Emblemática como o fogo na estátua do Borba Gato, as manifestações na rua e tal, mas uma que chama muito a atenção é a Gaviões desmanchando bloqueios. Então assim, eu sei que nem todos os que são da Gaviões são antifascistas, e vice-versa. A Gaviões, assim, os antifascistas da Gaviões, dá para dizer que é um braço mais extremo, assim, que atua mais em proteção em conflitos individuais, diretos?

ANTIFASCISTA: Então, a gente como coletivo antifascista, a gente não fala das torcidas organizadas porque a gente não é uma torcida organizada, sabe? Enfim, existe todo um código de conduta que não é legal falar sobre torcidas organizadas se você não faz parte dela.

ENTREVISTADOR: Ah, entendi, legal, tudo bem.

ANTIFASCISTA: Mas a gente tem membros, sim, que fazem parte das torcidas organizadas, não só da Gaviões, mas outras torcidas organizadas do Corinthians, e são membros ativos de suas torcidas. Mas a gente sempre evita juntar as duas coisas no sentido de que “olha, a Gaviões está ali com a galera Antifa”, porque a gente entende que as TOs, elas são espaços muito heterogêneos, que tem gente ali que não compactua com nossos ideais e, tipo, a gente super respeita, convive, vai na quadra de várias torcidas para ver jogo. Mas a gente evita associações nesse sentido político, exatamente pela questão de respeito às entidades e pela questão da heterogeneidade. Tipo, a gente não pode afirmar nada em relação a essas torcidas. Eles têm seus membros, eles falam por eles e nós falamos por nós. Mas é sempre uma relação de muito respeito em todas essas torcidas, eles sempre nos respeitaram e a gente gosta muito de muita gente das TOs, a gente já fez evento junto, a gente sempre chama as TOs para eventos nossos, mas isso de falar alguma coisa sobre “são assim ou assado”, acho que não cabe ao coletivo.

ENTREVISTADOR: Tá ótimo, tá perfeito. Tá perfeito... O autonomismo é muito louco...

ANTIFASCISTA: Hahaha...

ENTREVISTADOR: Tem de tudo um pouco, é um individualismo que é unido por ideais libertários transcendentais, tudo tem ligação (colaboração), mas não tem. Pode ser? É por aí que eu vou. Hahaha.

ANTIFASCISTA: Total, total, é isso! Ainda mais nesse momento de militância, cada um vem de um lugar diferente, cada um tem uma bagagem cultural e política diferente, e a gente vai se construindo. Até a própria esquerda tá faltando diálogo, a gente se tornou muito extremo depois da polarização. Quando não concordamos com algo que o outro fala, já quer partir pra xingar, dizer que tá errado. Acho que a gente, dentro da esquerda, também tem que estar aberto a opiniões diferentes, ir pro debate saudável e não ficar debatendo por ego, tipo "sou melhor que vocês", mas para ter mais vivências e experiências. Acho que é isso.

ENTREVISTADOR: Total. Obrigado pela sua paciência, pela colaboração e boa vontade.

ANTIFASCISTA: Imagina!

ENTREVISTADOR: E não se esqueça de mim, por favor, você tem meu contato e estou lá para trocar figurinhas com vocês para contatos futuros! As portas estão abertas.

ANTIFASCISTA: Beleza, com certeza.

ENTREVISTADOR: Obrigado por tudo, a intenção com a pesquisa é somar, ajudar a passar o cimento nos blocos da história. Mas é isso, obrigado.

ANTIFASCISTA: Tamo aí e, quando estiver com o texto pronto, não deixa de compartilhar.

ENTREVISTADOR: Com certeza. Obrigado, a gente se vê!

ANTIFASCISTA: Obrigada você. Tchau tchau!

ANEXO II – ENTREVISTA COM MEMBRO DO PALMEIRAS ANTIFASCISTA (P16)

01/04/2025

ENTREVISTADOR: O negócio está tocando aqui, mas assim, vamos falando do jeito que a gente tá conversando, porque já das perguntas que eu fiz ali no roteiro, nós já respondemos parte, só naturalizando aqui no bagulho. O que você acha da militância hoje em dia comparada à militância quando você era mais novo, tá ligado?

ANTIFASCISTA: Ah, mano, é isso. Quando eu falo que é a molecada, é a molecada. Eu faço parte do Palmeiras Antifascista e de vários outros coletivos. Eu vou me juntar, vou militar, aonde tá tendo bolo de discussão, eu tô dentro, mano. Em 2013, eu tava nos Black Bloc aqui em São Paulo, peguei pela polícia, deletando todas minhas mídias, era a ascensão do celular, todo mundo pegando o celular pra saber se você postava alguma coisa na época. Então, assim, eu sou da época que o Passe Livre, que inclusive começou em Floripa, logo mais conseguiu abaixar a passagem. Quando eu vim pra cá, era cheio de punk, era 2005, 2006, 2008, que eu lembro com mais carinho. Foi lá na passagem do Busch, por aqui, dos movimentos contra o G8. Então, assim, quem tava na rua era a galera subversiva, você não tinha ato que nem os atos que ocorreram depois de 2013, de direita e esquerda. Quem ia pra rua tinha o papo, isso há muito tempo atrás. Então, era muito mais subversivo. Você tava andando com uma galera muito louca, que hoje nem se fala de esquerda. Hoje em dia, é tudo centro-esquerda. O Boulos, o Palmeiras Antifascista mesmo, mó galerinha de esquerda. Esse progressismo, pra mim, ele é um nome muito bizarro, veio pra acabar, na verdade, com qualquer revolta. Então, eu acho, respondendo a pergunta, era muito mais. A crítica era muito mais contundente, as colocações e as mentes das pessoas eram completamente contra o sistema. Eram encontros em bares, no centro de São Paulo, né, que era um lugar muito decadente. Todo mundo que tava lá era contra a MAC. Hoje, não. Hoje é um monte de gente burguesinha com a sua militância, fazendo post pra internet, pro Facebook, levantando pautas e, no final das contas, pedindo por mais cadeiras no congresso. O congresso deveria ser queimado, tá ligado? Agora tem um gay, vai ter três gays e, daqui a três anos, eu vou querer 20 gays, e 30 negros, mas não tem proposta. É que assim, a pauta é uma aceitação do sistema, pedindo e implorando pra eles, aceitando a polícia matando todo dia, tentando negociar com os caras pra entrar dentro de uma câmara. Na prefeitura de São Paulo, acontece o tempo todo. Tem que negociar com a polícia pra tentar ver a votação dos vagabundos. Então, eu acho que diminuiu essa gente, bastante assim.

ENTREVISTADOR: Revolucionarismo, você acha que diminuiu, é isso?

ANTIFASCISTA: É, não tem assim, nada de revolucionário hoje em dia. Uma frase mais assim que eu vejo hoje, acho que os últimos momentos foram em maio de 68, nos anos 60, quer seja

nos EUA ou no mundo todo, aquele monte de hippies e negros invadindo as ruas. Na França, a galera virando carro. Era idoso, era molecada do ensino fundamental, era trabalhador. Aqui em São Paulo, eu vi mais ou menos em 2013, porque pra mim, Diretas Já... Palhaçada... Diretas Já pra mim... O que é Diretas Já? O que você vai ver de movimentação? Agora é Lula e Bolsonaro. Eu quero que as ideias voltem a ser perigosas, que é o que tava pichado nos muros de maio de 1968. Acho que as ideias não são mais perigosas e agora a gente traz essa zona de conforto que é de postagens, de todos os coletivos antifascistas que eu conheço na atualidade. Tudo é postagem social.

ENTREVISTADOR: Pode crer, legal, curti sua resposta. O último artigo que eu escrevi foi analisando a P16, a C16 e a AFASP16, e aí eu peguei as publicações e datas, tudo, para comparar com os momentos do governo Bolsonaro, para ver como eles se realocaram, que manifestações fizeram e tal. Teve muito ato em conjunto, né, dava pra ver a consonância ali e tal. Então, é isso, você acha que o antifascismo na atualidade não é revolucionário do jeito que deveria ser? Ele mais alimenta essa máquina corporativa de fazer mais ministérios e tal?

ANTIFASCISTA: É, você não precisa nem ser muito intelectual. Lógico que o antifascismo tem origens na anarquia, é anti-estado, é anti essa sociedade capitalista. Não tem como ser antifascista e pedir por pauta e votar em gente que tá apoiando candidato, que é candidato antifa. Ah, vai tomar no cu, vai se foder, mano. O próprio estado, ele é fascista, tá ligado? Você vai ler o Mark Bray lá, ele vai associar o antifascismo com o anarquismo. Caralho, é anarquista, é subversivo, é confronto. Ele vem de confronto. E hoje é isso, tipo, sei lá, as fileiras universitárias que era necessário que as periferias estivessem tomando as universidades, que a galera estivesse pensando, que um cara aí em Maringá fosse... É interessante? É... O que aconteceu foi que eu só trouxe uma burguesia pra entender a questão, publicar sobre a questão, e na prática, na prática, os pretos e pobres continuam morrendo e tá aumentando. Os indígenas estão sendo mortos e tá aumentando, não tá diminuindo. Aumenta o número de policiais, aumenta o número de câmeras, aumenta o controle em todas as cidades. Os radicais conservadores... Não tem nada de bom rolando e a galera tá escrevendo teses... Entendeu? No final, a gente trouxe pra universidade o conhecimento da revolução e tirou do campo prático, porque de certa forma, ela saiu. Eu não sei se ela saiu porque começaram a falar sobre isso, né, ou porque perdeu campo mesmo de luta, de disputa na rua, e foi parar nas searas... Eu acho que só academia, mas os partidos e sindicatos foram cooptados, a galera foi cooptada. Em 2013, a gente tava nos atos e a polícia violenta cegou um, prendeu outro, tava altamente violenta. E como você reage à violência? Vamos quebrar a loja da Mercedes Benz, vamos quebrar o Banco do Brasil. E a galera de esquerda, o que, engajada, politizada, consciente da luta de classes? “Não, gente, o

banco não, não quebra, vai prejudicar o nosso ato.”... Prejudicar o nosso ato, cara? E é no final que o seu ato ganha, seu ato ganha visibilidade pra alguém. Foi só o que eu vi, pra alguém se destacar, porque era liderança de alguma UNE, de algum sindicato, que tava postando coisa nas mídias sociais... Essa pessoa que vai ganhar destaque é o Pássaro na política, cara. O cara é ligado com o Corinthians, mano. O cara, puta que o pariu... Tem um brother meu que é palmeirense e faz campanha pro Pássaro, se diz anarquista, tá ligado? O foda é que o cara é antifascista, vive colando adesivo, se atrelando na luta. O cara era... era não se diz... e fala “Melhor a gente ocupar as cadeiras, melhor a gente ter cadeiras do que a direita, temos que virar quem tem dinheiro pra gente...” E fica nisso, não tem mais ódio ao sistema, a gente tenta negociar com ele.

ENTREVISTADOR: Tá faltando ódio?

ANTIFASCISTA: Tá faltando ódio. Claro que tá faltando ódio. O sistema capitalista não é só a mais-valia, hoje ele tá muito mais cruel porque o cobrador do ônibus quer que o patrão mate ele. É uma aceitação.

ENTREVISTADOR: Conforme expande, conforme cresce e se matura, o capitalismo, o *modus operandi* dele é imperialismo, expansão. Não tem pra onde expandir, entra em crise, entrou em crise é ideologia. Vai, o inimigo é outro, o inimigo é outro. E acredito que isso aí que você tá falando, essa falta de revolucionarismo, em muito se dá por causa da mente do brasileiro, mano, porque a gente foi profundamente ideologizado. A gente já nasce com essa carga, entendeu? É uma geração ditadura que veio aí com ação de IPES/IBAD e você já vê aquela teia lá da CIA. Não sei se você já leu o livro *1964: O Golpe Político Empresarial* do Dreyfuss...

ANTIFASCISTA: Esse daí que você falou, não.

ENTREVISTADOR: Esse livro aí fala como a ditadura foi um bagulho planejado dos EUA pro Brasil, pela Aliança do Progresso, tá ligado?

ANTIFASCISTA: É, a Operação Condor, eu tô ligado, era Brasil, Argentina... Eu fiz Ciências Sociais na faculdade, tá ligado? Essa coisa de política aí é pra afinar isso tudo, mas bem isso mesmo.

ENTREVISTADOR: Tô ligado, massa. Eu, na História, aqui na UEM, a gente acaba vendo um pouco, porque tem a linha de História Política, mas me politizar mesmo, pra saber das coisas, foi quando entrei no mestrado.

ANTIFASCISTA: Ah, legal. Aqui em São Paulo tinha uma verve bem rebelde, fruto da ditadura e tal. Então, meu, meu curso foi muito politizado e completamente marxista. E ainda tem o núcleo anarquista, onde eu estudei aí. Então, puta, não tem como não se apaixonar, né.

ENTREVISTADOR: Depois, vou perguntar um pouco sobre esse núcleo anarquista aí. Agora vou começar o roteiro de verdade mesmo, que ainda não começamos. Vamos lá, qual sua idade mesmo?

ANTIFASCISTA: 45.

ENTREVISTADOR: E como você começou sua trajetória de militância?

ANTIFASCISTA: Cara, pra mim, militância não se faz como hoje. Se eu fosse traduzir militante pra hoje, seria uma mídia social, entrando com partido, sindicato... A militância se faz na rua, se faz no eco da periferia, a militância se faz dentro de casa, a militância se faz por um bem comum, tá ligado? Isso é... Por isso que a anarquia não é um sistema político, é uma forma de viver. É repreendendo meu pai e minha mãe desde pequeno, e cresci apanhando. Meu pai era pastor de igreja, tem gente que nunca enfrenta a família, eu olhava no olho dele, botava o dedo na cara dele e apanhava. Hoje, são muito diferentes, são de esquerda, votam no Boulos, grande merda... haha... Mas é isso, acho que é uma grande cerne rebelde, sem Deus, sem ão, sem patrão. Acho que desde pequeno enfrentei a família em tudo e qualquer forma de autoridade e nem sabia o que era, muito bem, mas não aceitava essa imposição, me machucava... E acho que é isso que falta, a indignação, tá em todo e qualquer coração. Recomendo uma poesia, “A servidão voluntária”, acho que é um texto que foi encontrado e reproduzido por Kropotkin, um texto lá de 400 ou 1500, um textinho que dizia, nessa época de reis, que o discurso da servidão voluntária, que um homem é levado à frente pra servir voluntariamente, e que a gente, pior que os animais, que se rebelam quando estão sendo domesticados, a gente aceita a servidão... Então, acho que tem dentro de todos nós a possibilidade de fazer o contrário em algum momento. Então, acho que minha família já começou, quando eu era moleque e comecei a sair para a rua. A cena de São Paulo, suburbana e underground, me fez me aproximar do skate, do hardcore. Acho que essas linhas são bem anarquistas até hoje em São Paulo, e isso me levou a andar com punks. E, meu, então é uma politização bem suburbana, até eu encontrar a universidade e aí, saber, outra vez, desaprender, e achar que a militância é feita dentro do centro acadêmico, achar que a militância é feita dentro de um partido, que a militância é feita entregando algum santinho de algum político pra convencer alguém a votar nessa pessoa. Então, acho que a militância vem do berço, na real, mas de certa forma, nessa época aí.

ENTREVISTADOR: Você pegou um vetor assim no skate, no underground, no punk, no skinhead...

ANTIFASCISTA: É, no skinhead um pouco menos, porque sou mais do punk e tenho certas ressalvas do movimento skinhead, como boa parte dos punks que eu conheço. São linhas que têm até choques nas ruas, assim, não que não tenha vários skins parceiros que são anarquistas,

sim, tem, mas assim, tem várias ressalvas aí pela história, todo movimento skin lá na Europa, né... Enfim, mas sou mais do punk mesmo, menos do skin.

ENTREVISTADOR: Filé, depois eu tinha colocado o primeiro contato com a esquerda, mas você já respondeu. A outra é, com o que você trabalha?

ANTIFASCISTA: Eu trabalho com assistência social, cara, trabalho com morador de rua, com favela, ocupação, cortiço, todas as desigualdades sociais aí, é o meu campo de atuação. Eu trabalho num gabinete, né, mas vou sempre pro campo. Trabalho com dados porque fiz sociologia, mas, então, a gente vai juntar essas informações, ver onde está a desigualdade social, desde o cara ter um CADÚNICO até a violência numa região, dados da quantidade de favelas, idosos, expectativa de vida... Vamos cruzar pra ter alguma informação. Mas é isso, o público com o qual eu trabalho é sempre os mais despossuídos da terra.

ENTREVISTADOR: Sei, esse lugar onde você trabalha é uma empresa, um grupo?

ANTIFASCISTA: É, é uma ONG, uma OSC, ligada à prefeitura.

ENTREVISTADOR: Aí você tira sua fonte de renda daí.

ANTIFASCISTA: É.

ENTREVISTADOR: Faço essa pergunta pra linkar com esse momento do neoliberalismo, dessas novas modalidades informais de emprego, que é uma das maneiras do Estado... Medidas austeras, né, do neoliberalismo...

ANTIFASCISTA: É, na verdade ninguém tem trampo, se você olhar aqui em São Paulo... Tenho filho, né, tenho filho pra caralho, inclusive. A minha mais velha deve ter a sua idade, se bobear, tá com 26 anos, a Camila.

ENTREVISTADOR: Mais velha que eu, tenho 22.

ANTIFASCISTA: Então, tenho 26 anos, a Ana tem 23 e a Bia tem 21, todas criadas por um pai anarquista, hardcore.

ENTREVISTADOR: Hahaha, sou filho de crente também, deve ser mais legal ter um pai de esquerda assim...

ANTIFASCISTA: Hahaha, não é só de esquerda não, aqui vai pra além, aqui é subversão, é destruição do sistema.

ENTREVISTADOR: Hahaha.

ANTIFASCISTA: Então, minhas filhas trabalham, procuram trampo. Minha filha que tá melhor, tá melhorzinha, trabalha numa OSC também aqui em São Paulo, ganha 2 pau por mês, 2 pau e 200, não chega nem a 2 pau e meio. Essa é a que tá OK, com carteira de trabalho. Você vai pagar um aluguel aqui em São Paulo, 1500 reais, você vai pagar numa casa velha, tá ligado, se tiver cachorro e quiser uma casinha... Você não vai pagar menos de 2 pau, 2 pau e meio, tá

ligado? Minha mais velha, que não quis seguir a mesma carreira e mesmo emprego, vai trabalhar em balada à noite, fazendo um bico aqui e acolá, trabalha 150 reais pra trabalhar 12 horas por dia. Então, na real, mano, paga mal pra todo mundo. Só que a grande ilusão brasileira é a porra de um cartão de crédito, do governo Lula, com sua austeridade fiscal, que o Fernando Henrique foi lá, que 1 real é 1 real, trocando cruzeiros e cruzados, e aí o Lula vai lá fazer aquele acordo nefasto com os bancos, que quem ganha dinheiro, todo ano, 300% de lucro nessas porras, nessas instituições que afundaram o Brasil. Quem funda o Brasil são os bancos, na real. Na faculdade a gente já viu aquele filme falando de Mauá, Imperador e Rei, que conta a história do Barão de Mauá, um dos grandes investidores do Brasil e criador do Banco do Brasil. Aí o Lula chega aqui e faz o que? Parcela. Tava conversando com um brother que mora na Itália, lá o dinheiro é à vista, no máximo débito, se você usar o cartão. Aqui, o pobre acredita que pode parcelar em 10x, por isso estão todos endividados, pagando juros de 15%, tá ligado? Então tem essa crença de que você pode chegar lá, por isso a molecada compra, mano, tênis de 700, 800 conto, mano, compra iPhone de 5000 reais, e é pobre. Países que mais vendem Playstation 5, que custa 5 mil reais, é a molecada que parcela nessa compra de que a gente tá bem, que cartão de crédito é tipo... As propagandas de banco são pra você, né, pra você, tudo é pra você, somos o seu amigo, o seu parceiro.

ENTREVISTADOR: Você é louco, quando você vai se radicalizando, você vai pegando nojo dessas propagandas, assim, tá em todo lugar... Caramba, cara, você vai conversando sobre esses assuntos, eu que tô novo na radicalização, vou abaixando a energia pensando que o mundo vai acabar e rápido!

ANTIFASCISTA: Hahaha, sou um cara que falo rápido e tenho que breicar, é mil informações por segundo, tá ligado? Hahaha.

ENTREVISTADOR: Hahaha, não, perfeito, é isso aí, hahaha. Mano, antifascismo mesmo, quando você tomou contato com essa linha específica, pra dizer, agora sou antifascista acima de tudo? Ou nunca foi acima de tudo, assim, como é que funciona?

ANTIFASCISTA: Cara... Foi... É... Só deixa eu ver um negócio aqui, me mandaram mensagem...

ENTREVISTADOR: Tá, aproveitando isso, vou ver se o áudio tá saindo certo aqui...

ANTIFASCISTA: Tá, veja aí. Então, mano, eu sempre me considerei do campo da anarquia, punk, de esquerda, vai. Hoje eu tenho vergonha de dizer que sou de esquerda, porque eu olho pro lado... Eu moro em São Paulo, se você for sair pra dar um rolê aqui na Santa Cecília, todo mundo é de esquerda e só tem bar descolado, a cerveja é 25 reais, tá ligado? Essa galera descolada que ouve Chico Buarque e Caetano Veloso, essa galera descolada que coloca

banheiro unissex pra todo mundo entrar ali e enfia a faca... É por isso que o pobre não frequenta, é por isso que o pobre é conservador, tá ligado, porque cria-se uma cisão ali socialmente, tá ligado. Então, essa questão do antifascismo pra mim, eu lembro que foi nas épocas que comecei, na época da faculdade, em 2002 e 2003, que eu comecei a ir nos atos. Mas os atos aqui, por exemplo, se você procurar um ato da Palestina, se jogar na internet, você vai achar se teve algum ato em São Paulo, na internet vai estar. Os atos que eu ia eram undergrounds, não tinha mídia. Pra conhecer o ato, tinha que conhecer alguém que tava indo, era pra causar transtorno, causar transtorno na cidade, bloquear o terminal de ônibus, a ideia era criar o caos, pra incomodar pessoas, para que a imagem fosse vinculada na mídia pra dizer "ó, estão matando na Palestina". Hoje, todo mundo posta pró-Palestina, todos de esquerda, nos outros Instagram de direita, postagens pró-Bolsonaro. Tipo, as mídias já não se encontram mais, cada um tem sua militância e você vai andar com seu grupo de acordo com o computador e o que ele te deu, né. Então, naquela época, a gente tinha esse intuito, pra querer chutar, querer causar, pra querer que saísse uma foto na mídia dizendo "olha, estão matando na Palestina". Isso que a gente queria, já era uma vitória se saísse, tipo, na capa da Folha: "Vagabundos", que era sempre assim, "Vândalos destroem McDonald's, bloqueiam Avenida Paulista em causa pela Palestina". Pra gente era uma vitória, e aí eu conheci pessoas mais velhas, punks mais velhos, essa galera que era mais subversiva. E muitos deles seguravam, tinham aquelas bandeiras antifascistas da Guerra Civil Espanhola, que é metade preta e metade vermelha, bandeira que eu tenho umas 5 aqui em casa, que eu acho linda. Você tá ligado qual é, né?

ENTREVISTADOR: Se eu for para o menu do computador, é o plano de fundo.

ANTIFASCISTA: É, eu pirava na Guerra Civil Espanhola. É o que é a anarquia na prática. Os amigos comunistas ficavam "mas o que é a experiência anarquista? Anarquia é o caos, a desordem, se todo mundo não tiver leis, você vai ser estuprado". A Guerra Civil Espanhola, pra mim, era o exemplo de uma anarquia, de solidariedade, sociabilidade, autogestão, né, cara?. E aí, eu via aquelas bandeiras e, pra mim, eu falava "pô, que da hora essas bandeiras". Quando a gente andava com elas nos atos, a galera perguntava, os transeuntes: "É do Flamengo?"

ENTREVISTADOR: Hahaha.

ANTIFASCISTA: Não, não é do Flamengo. Mas aí foi nesse momento que eu descobri: "por que vermelho e preto? Por que era a luta antifascista lá na Guerra Civil Espanhola?" E aí, puta, fui tendo um apreço cada vez maior pela Guerra Civil Espanhola e fui entrando nesse rolê antifascista, que na época era muito mais revolucionário. Quando era ato, você já sabia que ia ser um ato pesado. Você podia ter 100 pessoas, 10, 20 bandeiras tremulando, e você já sabia que ia dar pau. Porque eram coletivos, grupos que traziam suas bandeiras pra demarcar pontos

ali, você já sabia que tinha gente interessante. Mesmo quando eram atos de esquerda, a gente levava umas bandeiras e a galera de esquerda ficava até com medo, tipo “olha os anarquistas chegando”, com medo de a gente barbarizar o ato deles.

ENTREVISTADOR: Essa galera de esquerda aí, nesses atos que você tá falando, é 2013 pra frente ou pra trás, né?

ANTIFASCISTA: É, 2013 foi um divisor de águas, porque a esquerda colocou que foi culpa nossa que a Dilma foi destituída em 2013, que sofreu o golpe.

ENTREVISTADOR: Sim.

ANTIFASCISTA: Falaram que a culpa foi nossa, que fomos pra rua brigar pelos 30% e permitimos essa onda de direita que tomou... Sendo que a Dilma fechou com o maluco da justiça dela ali, que era militar... da justiça não... caralho, mano... que era do governo Lula também, que foi da época da ditadura militar, era do dinheiro, da economia lá, o desgraçado lá... Eles que flertaram, o Temer era vice dela, era ele que se deixou engolir.

ENTREVISTADOR: É o tal do funcionalismo do PT, né? O fato de ter que vestir terno e aparar a barba para virar paz e amor pra governar, né?

ANTIFASCISTA: É o Boulos, mano, esse tosco.

ENTREVISTADOR: O que eu ia perguntar é que, nesses atos em que você falava que tinha bandeiras de anarquismo, da Guerra Civil Espanhola, e que já sabia que ia dar pau... Nesses movimentos e atos, tinha separado tipo, grupo comunista, grupo socialista e anarquista?

ANTIFASCISTA: Não, na verdade, é o que eu te falei, 2013 é um divisor de águas. Aqui, em 2013, a gente destruiu a cidade, foi nosso maio de 68. A gente fez a ROTA, a ROTA que mata nas periferias, a gente fez a ROTA correr e depredamos as viaturas, viramos carros de polícia, incendiamos carros da Globo, da Record, foi assim, foi lindo! Foi lindo! Mas antes disso, o que acontecia? Ato, qualquer tipo de ato ou manifestação não tinha isso. Quando era, era pró-Palestina, era algo do G8 que tava tendo lá nos mundos capitalistas, quando era, era porque o Bush veio visitar o Brasil, era algo muito impactante que quando a galera ia pra rua, grupos mais subversivos. Então, podia ter de tudo ali, mas eram todos mais subversivos. Era evidente isso, né? Mas o pessoalzinho mais pelego, e aí eu colocaria mais pro lado dos vermelhos, né, que sempre pelegaram, inclusive na Guerra Civil Espanhola, porque querem hierarquia e têm essa gana, essa ânsia de controle de tudo, hierarquia. Eu lembro que eles... O Passe Livre, o Passe Livre, se você pegar ele, é legal você estudar, pelo menos desde quando ele começa em São Paulo, porque ele é o exemplo de um ato que existia em SP na época, todo ano ou a cada dois anos, que é quando aumentava o passe. O Passe Livre congregava diferentes vertentes e facções e loucos pelas ruas da capital. Eram grupinhos pequenos andando nas ruas da capital e

sempre tinha quebra-quebra, sempre depredavam um McDonald's, sempre dava quebra-pau e a galera era presa. E, pra mim, ato era isso. Quando tinha Passe Livre, foi uma casa que ficou comum. Tanto que as músicas que cantavam eram “Vem pra rua, vem” “É pra vocês também”, tipo, era uma causa popular. Só que aí a vertente mais subversiva queria o quê? Tomar as ruas, terminais de ônibus e bloquear... Já as galerias de esquerda, os organizadores do MBL, mais ligados com a UNE, com a UMES, queriam ser horizontais, nada vertical, e nem seria possível, então era tudo feito em debate. Todo mundo sentava na rua e “pra onde nós vamos? O que vocês decidem? Vamos, a maioria vota.” O caminho era definido por voto. Foi muito louco o que teve com Passe Livre. Tanto que, em 2013, começa com Passe Livre, ganha proporções maiores, mas começa com ele. O Passe Livre tinha essas várias vertentes, mas no final, a galera mais subversiva acabou tomando o direcionamento, porque a galerinha mais de esquerda, que não era tanto assim, acabava indo junto. Agora, quando dava merda, eles reclamavam em outro ano, no outro ano, “gente, vocês viram o que tá acontecendo no último ato, a gente não pode, temos que seguir o que a polícia falou”. E a gente falava, “não, não tem que ter acordo com a polícia, foda-se, vamos pra um lugar que ninguém sabe e tomar a rua.” Então, já tinha esses debates. Eles queriam organizar, o Estado já prevê onde tá indo e manda a polícia, não, vamos aparecer na Paulista e bloquear a avenida, igual o Galo fez com Borba Gato aqui em São Paulo, vamos na Avenida Bandeirantes e botar fogo em tudo, fazer uma ação rápida, não precisa demorar um tempo todo, mas interfere na sociedade e deixa seu recado, né? E então, assim, não tinha essa divisão... Em 2013, o que aconteceu? Começou a aumentar o contingente. Tinha muito partido, muita bandeira de juventude comunista, o JC, o JL, Corpo Revolucionário Trotskista, marxista-leninista, esse monte de militante e tal, e aí ficou aquela coisa muito farra, todo mundo dançando, aquela coisa... E, meu, o negócio já não era mais radical... E o que os anarquistas fizeram? Você olhava as bandeiras antifascistas, as bandeiras anarquistas, caras de preto e “vamos lá pra frente”. Começou a se juntar na frente dos blocos pra fazer a proteção dos blocos. A partir disso, foi uma cisão. A gente vai pra frente dos blocos. Acho que teve um que não teve nada demais, até um menino perdeu a vista, um dos moleques, em 2013, e começou a gente a criar esse black bloc, que é uma tática antifascista que foi perfeita nesses atos, porque nos atos anteriores era só a gente, não tinha nem como fazer o black bloc, porque era muito mais policial do que nós. A gente conseguiu fazer esse bloqueio. Teve muita... conheci muita gente e teve uma união muito grande dessa galera mais subversiva, pra sair correndo no meio do mato, já via um mascarado de longe e já chamava, criava um bonde anônimo... Isso pra mim é ser antifascista (antiordem, que é considerada fascista), tá ligado, e discordando daquelas pautas mais liberais da galera, mas discordando mais da polícia do Estado, partia pro pau. É

isso, o resto é história, levava martelo pra quebrar banco, saco de pedra...

ENTREVISTADOR: Pode crer, vocês não se conheciam nem entre vocês, os mascarados?

ANTIFASCISTA: Um ou outro. O negócio foi muito louco, o negócio era uma coisa que vou te falar, nunca vi aquilo. Era gente em frentes e vertentes, mas todos mascarados e você só via os olhos. Ninguém nem tirava a máscara... Bem louco, e muita gente, muita gente que tava na rua, molecada de busão, que botava a máscara pra ir quebrar o Estado, você via que tinha muita solidariedade. Muita periferia junta.

ENTREVISTADOR: Mano, não sei se, tipo assim, se você já deu uma pesquisada no assunto, eu vi meio por cima, porque pra academia produzir tudo depende do meio digital, entra no Google Scholar, dá uma vistoriada e vê se acha algum tema... O tema que eu tava pensando já foi feito, então não rola... Mas, pesquisando 2013, tudo o que você pesquisa é a partir de jornal e revista, as fontes que tem, e essas narrativas que você tá me falando, tipo, o Passe Livre tinha a cada dois anos com aumento, os grupos se juntaram em 2013 em um bagulho mais louco e teve a cisão dos black blocs... Foi a partir desse 2013?

ANTIFASCISTA: Na verdade, isso surge porque o Black Bloc é uma tática. A ideia que falei que tinha lá é porque ele não surge em lugar nenhum do mundo, é uma tática, que se organiza, atua e se dissolve, não é um título, não tem líder, não tinha uma mídia ou meio de comunicação... Apesar de que houve um circo criado dizendo que pegaram o líder dos black blocs, que eram uns bobões que pegaram, conhecia um ou dois bobões, que citaram que botaram máscaras na cara, que foram denunciados, que eram universitários... Mano, você acha que a gente vai vacilar? Um monte de louco na rua tacando pedra na polícia, fazendo bloqueio, molotov, primeira vez que usamos molotov pra caralho, porque antes, se você andava com molotov em um ato, a polícia já confiscava. Nesses atos, era tanta gente que o molotov, noooooossa... Foi arremesso de molotov nesses atos... Então, o black bloc é uma tática, ela existiu com um contexto e aí, quando começaram os atos, abaixou a passagem e começaram os atos maiores lá, comemorando já a vitória, que inclusive, quando comemoraram a vitória, a gente foi expulso das ruas porque tinha um milhão de pessoas na rua, “CHEGA, GENTE, PAREM DE PICCHAR”. A gente pichava a cidade inteira, foi um curto verão da anarquia... O ato foi tomado pelo que a gente viu hoje, o Bolsonaro indo pra Paulista com tantos mil e o Lula indo pra Paulista com tantos mil... Isso não interessa mais pra gente... O black bloc existiu enquanto confronto ao sistema, funcionou, e depois vários brother no impeachment da Dilma, “E aí, cadê os black bloc?” Que black bloc, mano, isso não existe, eu não sou um partido político, a gente se encontrou na rua...

ENTREVISTADOR: Então, o black bloc é uma estratégia antifascista.

ANTIFASCISTA: Estratégia antifascista de atuação e é ação direta, que existe e deixou de existir.

ENTREVISTADOR: Então, eu li o Mark Bray, mas não completo, mas acho que o jeito que ele escreve ficou distante da minha abordagem de reconstrução. Acho que precisaria de algo mais vetorizado, fácil de digerir. Mas, basicamente, ele fala que o antifascismo hoje é, por essência, anarquista. Também tô lendo o livro *Traduzindo a Anarquia*, dele, que fala do Occupy Wall Street nos EUA. Ele entrevista os principais líderes dos grupos e fala muito dessa questão ideológica, que eles não perguntavam nada abertamente que remetesse a alguma ideologia de esquerda vermelha ou anarquista, mas que as pautas que eles são favoráveis eram todas anarquistas, que é a ação direta, o coletivo horizontal e pá, né? E o que você me fala disso no Brasil? Você acha que segue essa métrica que ele tenta colocar nos EUA? Eu não sei como foi a organização, tipo, você tá ali atuante na P16, mas não sei como é essa horizontalidade da estrutura, como funciona a relação com os outros...

ANTIFASCISTA: Cara, eu diria que, se teve alguma coisa antifascista aqui com o povo na rua ou em qualquer lugar, é o que eu te falei: era uma coisa bem suburbana das ruas nas cidades, de uma cena que ia desde uma cena musical punk, skin, pichadores, skatistas e tal, bem gente que circulava pela cidade. Para mim, isso foi modificado, enterrado em 2013. Não pela cisão, não teve cisão nenhuma, mas, na verdade, as ruas passaram a ser ocupadas por uma classe média. O centro de São Paulo até 2013 era feito por essa marginalidade. Os bairros do centro da cidade eram feitos com conversas políticas, subversões. Se você for hoje, é essa galerinha de esquerda com essas pautas progressistas, que, para mim, são neoliberais pra caralho. Então, eu acho que, na verdade, sim, o movimento antifascista é anarquista, não tem como não ser anarquista. Talvez flerte, sim, com um comunismo ou socialismo mais revolucionário. A pessoa não precisa ser anarquista necessariamente, mas ter essa verve mais revolucionária, contra o sistema, que existia sim aqui no Brasil. Era dessa forma e hoje está muito, muito, muito light...

ENTREVISTADOR: Você fala tipo assim, em questão comparada, com o que é realmente o antifascismo, com o que foi numa Revolução Espanhola, lá... E, enfim, você fala que, tipo, esse movimento que teve durante o governo Bolsonaro não é propriamente antifascista.

ANTIFASCISTA: Aaaah, cara, se a gente considerar que estão tendo as pessoas de esquerda questionando os autoritarismos, questionando as mortes, a Marielle morreu e a gente foi lá fazer manifestação na Paulista e acabou. A gente critica até os movimentos, até a Palmeiras Antifascista em geral. Eu conheço uns caras da C16, da AFA. Muitos da galera da AFA são da P16. A AFA também foi-se o tempo dela. Até 2013, ela fazia uns blocos bem pesados, ela tinha

um Q de ação direta. A AFA hoje é vender camiseta em evento de boxe. Eles vão votar no Boulos, estão fazendo campanha com o Pássaro. Isso não é antifascista. Pra mim, "vamos lá na Paulista", é o mínimo que a gente faria. Na verdade, durante a pandemia, a vida não parou. Durante a pandemia, eu trabalhei todos os dias, precisava trazer o sustento pra casa. As pessoas estavam tudo aqui na rua, morrendo de fome, porque não tinha ninguém circulando aqui. Tinha que sobreviver, não dava pra continuar vivo com a pandemia. Mas isso, na época do Bolsonaro, os bolsominions começaram a ir pra rua, os caras começaram a ir pra rua. Isso que eu já estava falando pra galera, porra, vocês vão ficar em casa? A galera de esquerda, os compas ali, o povinho "fica em casa". Quem pode se guardar, mano? A galera tá tipo morrendo na rua... Aí veio umas ações legais de distribuir comida, mas é isso. A coisa se resumiu naquilo de ser bom samaritano, fazer uma ajuda para quem precisa. Não teve contestação, não teve nada. E aí, quando a direita começou a ir, começou a ter um incômodo e foi tipo essas manifestações, que eu achei interessante, considerando o que estava rolando na época, né? Só que eu e outros parceiros dessa linha subversiva, inclusive, já estávamos nas ruas conduzindo ações e mobilizações. Já estávamos atuando e agindo porque o mundo não parou, parou para uma burguesia que podia ficar em casa. São Paulo continuou, as entregas, os manos entregando e é isso, né. Aí foi uma coisa interessante, mas porra, mano, fazer ato na Paulista pra falar contra a COVID, tá ligado, é igual ir lá pra falar de queimada e morte de índio na Amazônia. Se você for ver, teve um encontro de índios guaranis aqui no centro de São Paulo contra as queimadas e mortes dos índios na Amazônia, montaram uma mesa ali, teve umas 150 pessoas e o papo foi reto, pesado, aquilo ali sim é antifascista, criticando todos os governos e dizendo isso: o problema é o sistema capitalista. Não adianta vir você querer dizer "ai, o último marco, não pode ter marco temporal, vamos diminuir o número de agrotóxicos, ai, vamos fazer uma distribuição..." mano, para, reforma agrária? Você vai fazer reforma agrária agora? Você vai fazer o que, dividir todas as terras? Sendo que toda verba do governo vem de boi e de soja? Então, todo problema é o Estado. A gente deveria estar nas ruas questionando o Estado em qualquer lugar do Brasil, todos os Estados são iguais, todo mundo é igual. Os indígenas falam isso: "são todos iguais, não acredite em ninguém". Pra mudar o mundo tem que mudar nós, é revolução agrária, é tomar o campo, sacou? Então, é isso. É legal esse antifascismo contemporâneo, é... vamos se juntar e falar "ai, morreu muita gente no Brasil, olha só que governo ruim que matou muita gente..." é isso que a gente tá fazendo. Olha, não sei quantos moleques, marcam um dia e vão lá na Avenida Paulista, levam umas bandeiras, mas o que tá sendo feito? Na verdade, essa ação direta é isso, ver qual é o ministério, ver onde está, sei lá, do governo federal e estadual. Mano, na época dos EUA, lá em 60, os Black Panthers, o Eder

Munhunter, vários subversivos lá que queriam falar contra os presídios norte-americanos que estavam matando os presos lá nos EUA, né. E os caras estavam indo atrás das casas dos caras que torturavam nos presídios, botando bomba nos lugares, tipo escritórios das delegacias, fazendo ações diretas para tentar mostrar que o problema era o sistema carcerário, tá ligado. Então, assim, é isso, né? Foi interessante os atos? Foi! Mas é isso, você pega a ponta de um iceberg (muito pouca essência antifa, diluída), junta um monte de gente com suas bandeiras, aí volta pra suas casas, paga 400 reais nos ingressos dos estádios, 350 reais numa camiseta, que é caro pra caralho, pra comprar falsificada tem que comprar da China e é isso. O que tem não é antifascista, é um progressismo que tá ganhando, uma centro-esquerda, eu diria, que fala das pautas, das minorias. Sim, levanta as causas de Israel, da Palestina, tá ligado, sim, a gente tem que ser parceiro e estar do lado, mostrar, mas a gente tá cada vez mais fazendo menos, né, cada vez mais postando...

ENTREVISTADOR: Só está lapidando a ponta do iceberg...

ANTIFASCISTA: É... é isso...

ENTREVISTADOR: É... eu queria saber um pouco mais também, tipo assim, como foi a questão organizadora da P16 nas manifestações e atos que vocês participavam. Tá lá escrito no panfleto de orientação a formulação de um coletivo horizontal, assim como todos os outros que adotam o nome antifascista. Tipo, vocês decidiam juntos, era entre vocês os participantes? Tinha algum representante da P16 que fazia contato com outros coletivos pra coordenação conjunta? Como era o contato entre os coletivos? Realmente não existia um que tomava a dianteira e saia, e tal?

ANTIFASCISTA: Assim, tem uma galera que quer liderar, sempre tem, sempre tá aparecendo aqui ou acolá, dentro de um coletivo. Teve uma frente das torcidas organizadas, que sei lá qual é, depois veio a AFA, veio perguntar pra gente se a gente queria participar. A gente até mandou uma vez ou outra, mas isso é uma babaquice, onde todo mundo só quer falar de si mesmo, mas a gente ficou sabendo, porque todo mundo das torcidas acabou cedendo. Isso é muito orgânico. O que acontece em São Paulo: você não precisa participar de um coletivo ou de um grupo pra ter as notícias. Quando eu era mais moleque, eu era do Mídia Independente, do CMI, que, na verdade, qualquer notícia independente passava pela Mídia Independente, que eram sites, não sei se você já ouviu falar do CMI no Brasil. Um lugar da pesquisa, se você quer falar de antifascismo, o CMI é um veículo de mídia que teve no Brasil antes do Orkut e essas coisas. Era o Centro de Mídia Independente, tinha no Chile, na França, na Espanha, e a gente fazia vídeos de manifestações, postava no CMI. Era tudo, não era Windows, né, eram outros provedores pra ninguém pegar. Qualquer notícia de alguma coisa que estava rolando caía lá no

CMI, onde a gente se encontrava. Hoje não tem mais isso, acabamos ficando sabendo de qualquer coisa. Se aconteceu na sua rua, se um vizinho seu fez alguma merda, ou parente, todos sabem sobre você muito rápido na internet. Na época das coisas lá, a gente precisava fazer alguma coisa, tal pessoa dizia que o coletivo isso e aquilo, um falava, outro batia, mas daqui a pouco tava juntando. Mas não teve um líder. Nós, da P16, fomos por conta própria, porque estava óbvio que os coletivos do Palmeiras, Palestra Sinistro, vários caras do Palmeiras lá, o Palestra Sinistro, na verdade, é fundado nesses atos aí dessa época, que é um coletivo, vai, nem tão antifascista, mas é de esquerda, é progressista, ele é fundado nessa época. Muita gente que era mais de esquerda e essa voz do Bolsonaro, esse monte de morte, começou a ter uma união maior entre essas esquerdas de marxistas e comunistas, porque era isso, muita gente dentro de casa e muita gente fazendo nada. Aí, os um pouco mais indignados resolveram se juntar pra criar um bolô de esquerda, digamos assim, os progressistas de esquerda. E aí começou a ter outros contatos com outros coletivos e aí... Foi uma coisa orgânica, eu não diria que teve um organizador pra chegar a tentar... Apesar de que muita gente tentou e vazou fora. Gente como o Pássaro se destacou nesse período aí, a gente sempre foi contra. A P16 tem um Q disso, apesar de estar perdendo isso gradativamente, a gente vê esses caras querendo aparecer e fala "mano, sai fora, chega", esses otários. Mesma coisa da Internacional, onde os comunistas tomaram conta e os anarquistas fizeram o quê? Vamos sair fora da Internacional e partir... Mas é isso, a gente não sabia o que estava rolando. Inclusive, nos primeiros atos, o nosso bonde era muito maior que o bonde do Corinthians. A gente levou sinalizador, era um dos maiores, levou rojão e um monte de coisa. A gente fez uma frente bem boa, assim.

ENTREVISTADOR: Tipo assim, o que eu estou pescando nessa dissertação é que, em cima do que a gente sabe de antifascismo no Brasil, o mais popular e mais vendido, no caso a FUA e a ANL, a FUA tinha uma predominância trotskista da LC, e a ANL já chega com um negócio mais prestista, stalinista, sabe? Tudo dentro dessa vertente marxista que, no final, é fácil para o Estado digerir e engolir. E os anarquistas, o tempo todo, estavam em volta. A mesma dinâmica que tivemos na Internacional é a dinâmica que existe entre anarquistas e marxistas, porque, em algum momento, no conflito ideológico, os marxistas são os caras que querem ordem pelo verticalismo e ainda te penalizam se você não cumpre a ordem. O que eu queria ver é a predominância, se tinha alguma vertente que se destacou durante o período. Mas, pelo que eu vejo, quem é ativista passa uma real visão do que está acontecendo no momento, mesmo que puxe sardinha para um lado. Mas gosto muito da visão do Hartog, um historiador que fala que, por conta do excesso de informação e perda de noção do passado e perspectiva do futuro, esses indivíduos são sedentos de memória para solidificar as agitações do presente, que perderam

suas bases. E, junto disso, não olhando só o antifascismo, vejo que a extrema-direita faz uma antropofagia de elementos fascistas... Mas a esquerda que se mobiliza frente a isso, é uma bagunça. Se você perguntar para qualquer um sobre vertente, não vão saber responder, só dirão que não gostam do Bolsonaro. Dá para dizer que a P16, pelo menos, é predominantemente anarquista?

ANTIFASCISTA: Não, dá para dizer que no começo era. Vários meninos que participavam eram, mas começou a entrar um peleguismo, esses sociais-democratas imundos, que estão nos bares, estão na política e estão na P16. Então, no início, eram muito mais punks e anarquistas, que no Palmeiras não podia. Lá dentro, muitos movimentos e caras de direita, então era tudo escondido. Não podia nem sair com a camiseta na rua, nem postar nada por medo disso. Aí tinha muito punk anarquista, um movimento de resistência porque era perigoso, digamos assim. Mas, em certo tempo, com mídias e postagens, no Instagram tem 10 mil pessoas seguindo, postagens têm 500 likes. Aí, sei lá, você está fazendo camiseta para vender e faz postagem da Síria, tá ligado? E na prática ninguém sai de casa, né? Como vemos. Então, quem está tomando conta aos poucos, como vermes, são os sociais-democratas, que vêm com o progressismo. E tudo bem, melhor alguém progressista do que de direita. Mas, no final das contas, nenhum deles aceita de fato o outro, se ele não for igual. Eu odeio os dois. Eu odeio os dois, tá ligado? O cara pode ser bolsonarista, se falar merda vai tomar, e se for lulista e falar merda, vai tomar. Eu quero que o Bolsonaro se exploda e que o Lula se exploda, vou falar mal do Bolsonaro para um e falar mal do Lula para outro. Quantos séculos para degolar o rei? Quantas gerações não tendo nada, porque a família real tinha sangue azul e Deus disse que eram os escolhidos? Se você ler Wald Ler, principalmente aqueles poemas dele, "As Flores do Mal"... Eu gosto de poesia. Border/Walder Ler era francês e viveu esse pós-Revolução Francesa. E claro que não deu em nada, porque outro grupo tomou conta e tal, mas ele narra nas poesias dele, tipo, quem tinha ali no meio, naquele período, para que acontecesse, que saiu de tudo quanto é lado, em época que não tinha internet nem telegrafia, e você tem histórias de mulheres que vinham a 300 km de Paris, andando, para querer matar o rei. Como tiveram essas ondas, mas Border Ler conta que os bares, todo mundo estava revoltado, aonde se conversava, todo mundo estava indignado. Mas quanto tempo aquilo ficou fermentando para que tivesse uma onda revolucionária? Igual os marxistas que acham que a gente tem que ir para a periferia catequizar os pobres com teatro, aula e pobre, para ele entender um dia, se juntar com seus amigos e um dia fazer revolução com todo mundo. Não, não. A gente tem que estar nos bares... Você falou da militância, a gente tem que estar em todos os cantos, criticando isso... Acho que essa galerinha que tomou conta, esses progressistas, eles não têm crítica, assim como os de direita, não têm crítica. A crítica deles é

só para o seu grupo. O que o Lula traz de bom? Bolsa Família? O que o Bolsa Família faz? Eu trabalho com isso. Você ajuda o pobre com um pouco de renda ali, você não dá nenhuma condição real para essas pessoas. As escolas são uma merda, os hospitais são uma merda, os direitos são uma merda, a polícia está matando, o marido é machista, a comida é péssima, tudo enlatado e industrializado com agrotóxico. É isso que vai ajudar? Acho que está sendo paulada para todos os cantos. A P16 teve um início bem anarquista, mas hoje em dia... Tem 2 moleques da AFA que entraram na P16, mas eu estou ficando ali, segurando a linha anarquista junto com outro mano, segurando esse peleguismo deles... Mas, como é horizontal, aquilo vai tomar conta. Aquilo irrita tanto que dá vontade de levantar e ir embora, só que, se eu for embora, vou deixar na mão dessa molecada, dessa molecada conservadora, tá ligado? Só quer comer as meninhas ou ser descolado no coletivo que você anda. Aí, um brother meu, que é negro e fala que é mais oprimido que eu porque é negro, e, de fato, é, mas vai para os rolês e maltrata mulheres negras porque ele é negro... O lugar de fala também faz isso, né? E a pauta principal a ser discutida é o sistema. Estou lendo muito para entrar nessa coisa de mestrado, essa galera que fala de quebra de gênero, de simbiogênese, de ligação até com a natureza, cogumelos e umas piras muito loucas hoje em dia, que estão trazendo para outro viés, não é você falar “eu sou homem e você é mulher, você está no seu grupo e eu estou no meu”. Uma coisa é um sistema que está esmagando corações e mentes. Se a gente não se unir e ver que o mal é essa sociedade, que está oprimindo a gente, a gente não vai conseguir um dia derrubar a cabeça dessa fera. Na verdade, eles estão conseguindo conquistar a gente cada vez mais. E o antifascismo virou uma página da internet, onde você se diz antifascista, compra bodyzinho, faz faculdade e se identifica com a causa, porque a molecada da quebrada está usando camiseta da Mancha Verde, tá ligado? A gente consegue trocar ideia, mas quem é antifascista hoje geralmente é mais classe média. E a AFA é mais ou menos assim, e qualquer coletivo que você vai encontrar de esquerda.

ENTREVISTADOR: Você falou que a AFA já estava aqui antes de 2013, com ideias mais radicais e tal?

ANTIFASCISTA: Ééé... é isso. Não sei se foi exatamente ali, mas esse foi o divisor de águas, porque foi a primeira vez que foi para a mídia. A gente sempre quis quebrar loja do McDonald's e nunca saía. Aí saiu uma nota de rodapé no meio do Caderno 4, na página Cidades da Folha de São Paulo, e a gente estava nas páginas dos jornais, com máscaras negras virando carro da polícia, pisando em cima de carro da polícia, tá ligado? Aí, no outro dia, ia trabalhar com aquela cara de cidadão de bem e orgulhoso porque viu o jornal de manhã, que o sistema é uma falácia e se perguntava "Será que vai ter mais gente amanhã?" E tinha maaaais. E o intuito era esse, de

começar uma revolução. Antes, a AFA era underground, nesses fóruns que se preocupavam com a proteção na internet. Esses coletivos, eu tenho vários amigos corintianos, meu pai, onde eu nasci, o bairro que tem o estádio do Corinthians. Só porque lá, em 79, no meio da torcida do Corinthians, levaram uma faixa da anistia, que se associa o Corinthians a essa verve de esquerda, mas a gente conhece, pô, lá na Gaviões as mulheres não podem tocar nenhum instrumento, tem vários episódios de violência dentro da Gaviões, o movimento da Democracia Corinthiana também, são os maiores pelegos. Tenho um parceiro anarquista corintiano que fala a mesma coisa. A gente estava num ato dos indígenas.

ENTREVISTADOR: Só um momento, o que você quer dizer com pelego? Não conheço a palavra.

ANTIFASCISTA: Aqui em SP esse termo é meio comum. Pelego é aquele cara, na época das greves, que ele não entrava na greve. É aquele cara que estava do lado e preferia ir trabalhar do que participar junto, o cara que dedurava você pro patrão escondido. Ele é peão igual você, não é polícia, não é elite, não é destacado, não é especial, mas ele vai contra você para ganhar moral. Então, o Corinthians, com essa questão de ser de esquerda, por causa da faixa, está ligado nessa faixa, né? Que teve na Gaviões. É um episódio clássico da ditadura, acho que em 79. E até hoje os corintianos tratam isso como “olha como nós somos os progressistas...”

ENTREVISTADOR: Aquela do Miguel Battaglia que era anarcossindicalista?

ANTIFASCISTA: Não, não, aquela “Anistia, ampla, geral e irrestrita”. É um caso emblemático do Corinthians. Então, os caras têm essa coisa de ser de esquerda, mas nos atos indígenas, por exemplo, tinha um cara da Democracia Corinthiana e os caras meteram o pau no Boulos e nos partidos. E um cara ficou puto. "Isso que vocês estão falando aí é tudo mentira." O Pássaro é outro, que é líder de torcida do Corinthians e é mó, não dá nem para falar. O cara se elege, vai para as ocupações, faz as obras dele se pregando vereador antifascista. Então, tem isso aqui, né, em São Paulo, que os mais antigos eram o Corinthians e o Palmeiras nessa vertente antifascista. Mas o Palmeiras, não sei, é diferente, tem outra verve.

ENTREVISTADOR: Beleza, vou mais rápido pra não tomar seu tempo. Enfim, nas mobilizações e atritos com o governo durante o Bolsonaro, foi mais com a polícia, com os bolsominions? No antifascismo, se fala muito da batalha da Praça da Sé, dos Galinhas Verdes, que foi expulsar a integralista lá das Galinhas Verdes e tal. Eu tava vendo, tipo assim, a série de protestos que teve na Paulista, né, de encontrar pró-Bolsonaro e antifascista. Tem algum episódio desse tipo que você lembra que foi marcante e tal?

ANTIFASCISTA: Ah, cara, teve pouco, não teve muito. Eles calculavam de fazer o ato nunca no mesmo dia, não lembro agora se foi uma vez que foi no mesmo dia, mas evitavam fazer no

mesmo dia o ato pra não dar treta, porque era COVID e blá blá blá. Não lembro, acho que teve uma vez que foi no mesmo dia. Mas a galera não tava no veneno pra ir pro pau. A gente fez isso na mesma época da pandemia, mas aí era role independente, galera punk e anarquista que foi pra rua varrer bolsominion, arrancava bandeira e tudo mais. Teve bastante no período. Agora, nesse role da galera, se via alguém andando, até confrontava, mas não foi tão combativo assim. Teve uma vez ou outra de passar na frente de onde já tava tendo ato, aquela coisa de segurar uma bandeira, mas só questão de às vezes dar um chute e tudo mais... A ideia era confrontar mais no tipo de "olha, estamos na rua também", onde tinha mais veículo de imprensa do que pessoa... Antigamente não tinha uma imprensa nos atos, nesse momento era mais imprensa que manifestante. Eu apareci em um monte de fotos, é foda... Eles estavam indo e a gente ia pra marcar território. A gente conseguiu se unir, mesmo sem se unir, meio geral, mas foi o que te falei, acaba todo mundo sabendo, todo mundo vai, e não tem uma organização única... Foi mais um confronto de aparecer na mídia pra dizer que a gente tava lá do que vontade de entrar e varrer esses filhos da puta.

ENTREVISTADOR: Além desse horizonte tático que tem durante o bolsonarismo... Com base no que já ouvi de outros antifascistas, de que estavam apoiando o Lula num horizonte tático pra defender a democracia. Mas e depois, tem algum plano, molde ou projeto?

ANTIFASCISTA: Cara, o plano é apoiar o Boulos, hahahaha. Ser antifascista é apoiar um cara pra derrubar o fascismo, hahaha. Esse povo acha que tá derrubando o fascismo derrubando o Bolsonaro, o Biden, e ó, o cara querendo matar todo mundo e apoiando as mortes na Palestina.

ENTREVISTADOR: Vocês têm contato com movimentos de fora?

ANTIFASCISTA: Cara, a gente tem, mas no Palmeiras Antifascista é com outros clubes. Então tem sim, em outros estados e países. Tem uma rede de clubes que são irmãos, assim, e transcendem as barreiras nacionais, irmãos de outros lugares que as pessoas conhecem e, quando estão por cá, um brother avisa, pede abrigo e esse acaba sendo um role antifascista mais tradicional de sair pra rua fazer alguma confusão, do que ir pro futebol... É mais antifascista quando vem alguém de fora pra gente trocar ideia de antifascismo do que a gente aqui já sabendo que é antifascista e tomando cerveja no bar, que aí é só conservadorismo, parece, vou te falar.

ENTREVISTADOR: Você falou "clube-irmão", mas tudo ao redor do futebol hoje em dia?

ANTIFASCISTA: Na P16 tudo é de futebol porque é coletivo de futebol. Antes de entrar, em 2016, eu era ligado com outros grupos e ainda sou, outros coletivos... Tinha o role punk, role subversivo pra caçar skinhead, porque os caras gostam disso, pra pegar uns nazistas. Tem esses roles ainda, cada vez mais esvaziado, mas tem... Quando tem esses grupos bolsominions que

aparecem, quando descobrem show de banda de direita, a gente vai pra perto dos espetáculos... Mas é ocasional.

ENTREVISTADOR: Você coloca algum fato primordial que ligou o antifascismo ao futebol? Tô ligado que aqui tem toda a bagagem de luta popular no Brasil e tal, mas vejo que isso não é só no Brasil... Tem alguma coisa pra falar sobre isso?

ANTIFASCISTA: Cara, na verdade minha luta política nunca foi no futebol, mesmo que sempre fui palmeirense desde moleque, minha luta era fora, tinha até vergonha de falar pros meus amigos punks que eu era palmeirense, de aparecer com a camiseta... Isso é meio que coisa de outra perspectiva, pra mim era até estranho... Porra, mas dentro do futebol, o ópio do povo, um lugar que, ok, brigar por causas do futebol... Foi meio difícil essa minha entrada, mas com o passar do tempo consegui trazer o grupo pra outras, como a tribo dos Guaranis... Vamos lá, fazemos doações, tudo nesse campo do assistencialismo mesmo... Ou nas ocupações do centro, qualquer coisa, aciona nós... Então passou do campo do futebol. Acho que é mais estruturado porque é isso, uma coisa mais aceitável, mais fácil juntar os amigos pra beber, diferente dos amigos punks que vão se juntar pra beber, usar droga e procurar fascista pra arrebentar, que é da hora pra caralho, mas é diferente. Nesse role você tá com os amigos, é futebol, é o time, e aí você pode, além disso, fazer alguma outra coisa. Mas eu acho meio foda, às vezes tô pensando, porra, "perdendo tempo com futebol", mas é isso, a gente sai.

ENTREVISTADOR: Mas mesmo assim, pros outros integrantes do grupo, é uma preocupação também a elitização do futebol e tal?

ANTIFASCISTA: Ah, sim, isso é comum, por um esporte que seja popular, como era, e de vez em quando surge a pauta dos ingressos, mas desaparece. Fala sobre temas atuais... Agora vai ter dia das crianças e também tá todo mundo se juntando pra fazer uma ação, arrecadar dinheiro... E eu pensando, caralho, sociedade pegando fogo e a gente levando brinquedo pras crianças, mas vamos aí... Então acaba sendo uma coisa muito certinha, talvez o que o Estado não faz, a gente acaba fazendo... Acabou ficando isso, uma coisa muito ajudar o próximo. Quando alguém não tinha ingresso, a gente doava ingresso pra quem nunca tinha ido, mas agora, sei lá...

ENTREVISTADOR: Foda, então, por essa precariedade do capitalismo, não dá pra achar nenhum caminho pra quebrar tudo isso.

ANTIFASCISTA: Hum... Não... Só se comenta sobre isso de tempos em tempos, mas não tem nada empírico assim...

ENTREVISTADOR: Quanto à página, são todos que têm direito de postar ali?

ANTIFASCISTA: Tem um grupo de moderação ali, que qualquer pessoa pode entrar, um grupo que, digamos assim, vai tentar direcionar se tiver brigando dentro do role e tal... Todos vão participar, mas a gente vai colocar pessoas que se identificam com o rolê. A gente começou a diminuir o número de pessoas na moderação para pessoas que realmente tenham interesse de participar do desenvolvimento do coletivo. Mas não é fechado, qualquer um pode entrar, mas vai da assiduidade, da participação, convite e tal.

ENTREVISTADOR: Qual a concepção de fascismo, o que é pra você? Se prende no fascismo mussoliniano? É uma etapa do capitalismo? Tá na direita, vem antes ou depois da extrema...?

ANTIFASCISTA: Para mim, a criação da esquerda e direita entre girondinos e jacobinos já é uma grande ilusão... O que você considera esquerda e direita, né... Se você pegar pautas do PT de 1980, sendo fundado, não é a pauta do PT de hoje, não é de esquerda... Bolsominions dizem que são comunistas, os bolsominions... Então não colocaria esquerda e direita como sendo um termômetro de divisão. Tem um cara que eu gosto, eu gosto de filosofia, eu piro em Nietzsche, ele é completamente subversivo, doidão, e vai dizer que a moral e os valores e preconceitos que temos são criados, tudo o que nos ensinaram, a forma que vemos o bem e o mal. E aí eu iria por Deleuze, ele é bem interessante, assim, ele vai falar que ser de esquerda é como se fosse você estar em nível país, Estado, cidade, bairro, casa. Ser de esquerda é estar embaixo, estar em um lugar, perceber quem tá do seu lado e se ajudar, é o mesmo lugar que você cria, são seus pares, são iguais a você, então ele coloca que essa, que viver como no local, agir no local, pensar no local. Ser de esquerda é me preocupar com o que tá aqui do meu lado, com o que tá acontecendo aqui. Ser de esquerda é me preocupar com quem tá aqui no centro de São Paulo, com moradores de rua, todos pedindo esmola, um monte de pobre pedindo comida, isso me ofende, me faz mal. E eu não quero dar moeda, eu quero dar o melhor que eu posso. Ser de esquerda tem a ver com pensar nos outros. E o fascismo vai com outra ponta, que o socialismo também foi. Stalin foi descoberto, seus crimes, em 1960, crimes nazistas que ele cometeu lá. Então essa identidade nacional tá numa outra ponta, ela unifica e você não enxerga quem tá do seu lado. Ter uma bandeira nacional, quem tá com camiseta do Brasil tem muitos inimigos. Eu, por exemplo, sou um cara que ama futebol e odeio Copa do Mundo. Odeio esse role de Olimpíadas e onde todo mundo é Brasil, o rico, o pobre, todos ceiam na mesma mesa. Todos de esquerda "nossa, você viu a fulana?". Que Olimpíadas, mano? Você viu quem tá do seu lado? Porra, o que o país te dá? Legião Urbana cantava muito isso: "Vamos relembrar a estupidez humana, a estupidez de todas as nações". Essa música é muito boa. Então, pra mim, o fascismo tá aí, lá em cima, numa homogeneização de pessoas onde tira tudo do eu e você, você se torna um policial que mata pelo Estado, fascismo não é só o de Mussolini, o policial que mata pelo Estado é o Eichmann

em Jerusalém, onde a Hannah Arendt tenta entender aquele cara tão frio, só cumprindo ordens. Uma ordem de Estado pelo bem geral da nação. Então, acho que o fascismo tá nesse campo, nessa relação forte. Aí são todos fascistas. O Lula quer o quê com o Brasil? O que tá acontecendo? Vamos vender a Petrobras ou não? Somos autossuficientes ou não? Pô, se o Brasil é autossuficiente em petróleo, por que pago 100 conto num botijão de gás? Que benefício a gente tem no país? Tudo, as operadoras aqui são gringas, liga lá pra você reclamar que eles te mandam tomar no cu. Tudo depende de banco, tudo tem taxa que cobram de você. No final das contas, mano, a gente esqueceu nossos próximos, a gente esqueceu quem tá do nosso lado. Parece que, quanto mais mídia social, mais aumenta o contingente de pessoas que curtem. O Palmeiras Antifascista, mesmo, batendo 10 mil pessoas e aumentando. Acho que o Corinthians Antifascista tem 14 mil, números inimagináveis há algum tempo atrás, considerando que tem 10 anos de história. E a coisa pública, a ação direta, segue inversamente proporcional à galera que chega.

ENTREVISTADOR: Será que não é aquela ilusão de que dá pra ser antifascista do sofá?

ANTIFASCISTA: É isso. O que importa é a imagem hoje. Antigamente, você tinha que provar, tinha que estar na rua, e hoje não. Hoje, se você postar, já era. Se tiver bastante like, vão te identificar como militante, sei lá, alguém de esquerda politizada.

ENTREVISTADOR: Pra ter uma base, quantas pessoas foram no último ato?

ANTIFASCISTA: Então, deu uns B.O. com um parceiro lá e eu nem me atentei muito. Tive que ir dar um suporte pra ele. Ele tava indo pro ato, na real. A galera tá pegando qualquer coisa. A gente não conseguiu falar com ele muito bem, mas chamamos advogado lá pra tentar ver. Mas parece que ele estava com droga, tá ligado? E aí, a gente não sabe se estava ou não estava. Foda... Acabou que nem me atentei muito. Quando a gente ficou sabendo, fomos tentar resolver isso. Mas, enquanto tava lá, acho que não tinha 200 pessoas.

ENTREVISTADOR: Pra proporção de onde eu venho, 200 pessoas é muita coisa. É que aí é São Paulo, né?

ANTIFASCISTA: Aah, sim. 200 pessoas é tipo concentração, 2 horas antes do ato, assim. Se a polícia quiser impedir o ato, já era.

ENTREVISTADOR: Então, em pouco tempo, tenho que entregar o projeto. Basicamente, no primeiro capítulo, a gente vai ver o antifascismo no século passado, e no segundo vou falar da ANTIFA no Brasil mesmo. Aí, a gente começa com o movimento anarco-punk, que você participou, né?

ANTIFASCISTA: Então, apesar de ser anarquista e punk...

ENTREVISTADOR: Hahahahahahaha

ANTIFASCISTA: Hahaha, tinha muitos parceiros que eram, mas eu propriamente não era, oficialmente. Mas já cheguei a me juntar em alguns atos. A gente caçava alguns nazis nas ruas.

ENTREVISTADOR: Tinha essa então de caçar nazi?

ANTIFASCISTA: Tinha, tinha. Porque o centro de São Paulo era tudo misturado, era meio que terra sem lei. Então, quando alguém falava que tinha algum grupo de careca em algum canto, a gente sempre ia.

ENTREVISTADOR: Eu fiz, há algum tempo atrás, uma pesquisa por palavras-chave no Estadão. Pesquisei sobre carecas, antifascismo e tal, aí trombei um cara que dava entrevista direto, que queria explicar o tanto que o movimento punk era diverso e não sei o que lá. O nome do cara era Batata, não sei se você já ouviu falar.

ANTIFASCISTA: Batata... Acho que já ouvi falar sim.

ENTREVISTADOR: Então, ele falava que, quando eles trombaram com os white power, era foda, porque os caras malhavam pra cair na porrada.

ANTIFASCISTA: É, era pancadaria, pancadaria.

ENTREVISTADOR: Então, os caras se preparavam do outro lado.

ANTIFASCISTA: Éé, geralmente os punks eram mais magrinhos, era outro estilo. Agora, essa galera fazia tudo na academia, era bombado. Geralmente, tinha que ter uns 3 pra 1, assim, pra valer a pena a treta. Porque era diferente. Na verdade, até hoje, se você vai no som punk, é os caras mais mirradinhos, não são esses caras de academia que a gente costuma ver do lado deles.

ENTREVISTADOR: Então, tô com esse livro aqui, *ANTIFA Modo de Usar*.

ANTIFASCISTA: Aah, do Acácio.

ENTREVISTADOR: Conhece ele?

ANTIFASCISTA: Sim, parceiro meu, estudei na PUC com ele.

ENTREVISTADOR: O Acácio, ele era punk, não é? Ele escreve o livro em primeira pessoa, quase um relato histórico.

ANTIFASCISTA: Aaah, sim, ele participou do movimento, era bem ativo.

ENTREVISTADOR: Então, ele fala aqui que a bandeira antifascista surgiu aqui, mas foi procurando aliados em outros movimentos pra engrossar e fazer frente aos neonazis, neofascistas que estavam surgindo. E essa parte aqui é daora, que mostra os primeiros passos. E um negócio que eu queria jogar aqui é do autonomismo. Eu analisei umas páginas de um jornal do centro anarquista, mas os caras não eram anarco-punks, eram um centro punk ligado com a UFRJ. E, lá pelo quarto ano do jornal, eles começam a falar do autonomismo e das primeiras ligas antifascistas.

ANTIFASCISTA: Aah, tá. Isso é anos 80 ou não?

ENTREVISTADOR: Depois de 85, ali.

ANTIFASCISTA: Ah, depois da Ditadura.

ENTREVISTADOR: Isso. Enquanto eles estudavam um novo modelo de governo e os anarquistas metendo o pau e tal.

ANTIFASCISTA: Já imaginando a merda que ia dar e que deu, né? E é massa que essa violência de Estado, que a ANTIFA se opõe, os primeiros sinais já estavam ali. A Globo passando o assassinato de um morador pobre em frente a um shopping e as primeiras fagulhas. Enfim, depois disso, pensei em fazer um recorte direto pra 2013, o ano da virada. É que não sei também, é que pra mim tem tantos Estados, igual você falou do Rio de Janeiro, é muita cena em muito lugar.

ENTREVISTADOR: Pois é, acho que as principais pro movimento são São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul.

ANTIFASCISTA: Porto Alegre é forte, tem contato com os antifascistas ali da Argentina e Uruguai, é um pouco diferente. Mas é daora, acho interessante porque é isso: você vai ter a redemocratização, essa farsa que foi. Você tem toda essa questão do movimento punk surgindo junto com a redemocratização. São Paulo mesmo foi um dos berços desse movimento, muita periferia envolvida, né? Muito filho de trabalhador de fábrica.

ENTREVISTADOR: Pode crer, e acho que o que deu corpo nesse período, não sei se tu chegou a participar, mas foi as Jornadas Antifascistas, que foram de 2001 a 2011. Aí que começou a dar cabo pro MPL e tal. Começou com o assassinato de um adestrador de cães que era gay e foi assassinado por neonazis.

ANTIFASCISTA: Aaah, eu lembro desse caso, lembro, lembro.

ENTREVISTADOR: Então, aí faziam mobilização todo ano e acho que todos os movimentos sociais do Brasil foram se integrando ali. Por isso, cresceu tanto até chegar no nível de 2013 que você participou.

ANTIFASCISTA: Iiisso, foi aumentando, foi aumentando. Nesse recorte histórico, você consegue ir colocando e encaixando as coisas. Eu, como participei, na verdade, você não vai fazendo essa leitura histórica assim, mas é fato que vai engrossando esse caldo. E essa questão antifascista vai na mesma... Não sei... Tinha uma anti-mídia, né? Na verdade, a comunicação não era tão forte como é hoje. E a internet ainda era um lugar de questionamentos. Então, o que eu lembro da minha época era o CMI, tudo o que acontecia no mundo, 2001 em Genova, todas essas jornadas. A gente ficava sabendo aqui numa época que não tinha internet. Bom, tinha, mas não tinha como é hoje, que a coisa vai pipocar no seu celular na hora que ia acontecer.

Nessa época, a gente tinha acesso por essa anti-mídia. Era uma mídia antifascista, né? Tinha um Q de coletivização e tal.

ENTREVISTADOR: É que, tipo assim, a pessoa, quando está no olho do furacão, não tem noção da dimensão, né? Mas enfim, antigamente a grande mídia também misturava tudo, né? Misturavam anarco-punks e carecas no mesmo balaio, né?

ANTIFASCISTA: Um colega acabou de mandar uma entrevista aqui de uns punks do passado, mó engraçada, de um cara falando “tamo aqui contra essa merda, contra a polícia e essa porra...”

ENTREVISTADOR: Teve outro fato que foi um marco dessa briga antifascista, que foi a memória do Johni Raoni Galanciak.

ANTIFASCISTA: Sim, sim, do Johni foi foda. Quando o Johni morre, começa a engrossar, ficar mais violento.

ENTREVISTADOR: Nossa, teve vários. Inclusive, o Acácio coloca vários desses aqui no primeiro capítulo. Aí, basicamente foi isso, essa coisa orgânica do pessoal que vivia nas margens da política, e não que estavam no centro, participando dos protagonismos. Aí, esse pessoal, em 2013, caminha mais ao centro com a Nova Direita. Quando a mídia se alia, aí começa a pipocar, que é basicamente quando esse movimento antifascista vê esse movimento de disrupção. Aí, beleza, o segundo recorte dentro do segundo capítulo que tô pensando em fazer é o antifascismo em busca da hegemonia. Basicamente, na história a gente vê isso no século passado também: o antifascismo tá sempre no encalço do fascismo. Se ele dá um passo, eles estão atrás. Abriu um jornal, o antifascista abre outro. Cercando pra não deixar crescer. Começou a sair nas ruas? Antifascistas saem atrás. O fascismo começa a ganhar mais corpo político? O antifascismo busca também o movimento de massas. E no caso da ANTIFA, vejo isso no boom das torcidas, dos anarco-punks na torcida. E, mano, você acompanhou todas as etapas, incrível hahahaha anarco-punk e torcedor.

ANTIFASCISTA: Hahaha, ééé. Então, como tinha perfil anarquista, eu não conseguia fazer parte de coletivo por muito tempo assim, então aquela liderança, os caras mais velhos, eu entrava e saía, entrava e saía. Aí, cheguei a dar uns rolês com os anarco-punks, mas não conseguia ficar dando rolê com aquela galera. Uma coisa complicada. Tipo no Palmeiras Antifascista, que eu já tô faz uma cota e quase todo dia eu quero meter o pé.

ENTREVISTADOR: Você participa de algum outro?

ANTIFASCISTA: Tô no Bancada Palestrina e Palmeiras Antifascista. O Bancada pega essa coisa do punk e da contra-cultura, na música, acaba sendo parecido, mas a P16, a galera paga mais de bom moço, de “conheço a teoria antifascista”, mas é uma briga que a gente tem lá

dentro, porque eu discordo. O discurso é muito light, pelego, antifascismo tinha que confrontar o Estado, esse modelo, e a galera lá dentro é tudo, muitos deles ali até votam, uma coisa que eu acho um absurdo. Mas tem que aceitar, né? Democracia...

ENTREVISTADOR: Mesmo diante do embate Lula e Bolsonaro, você não votou?

ANTIFASCISTA: Nãããão, jamais vou ser contaminado por uma urna eletrônica. Não voto, não voto, sou contra essa ideia de política, nunca vou dar o voto consciente pra alguém me governar, não vai fazer diferença.

ENTREVISTADOR: Pra anarquista, tem saída e não tem saída pros dois lados, né? Se perder a democracia, é hora da revolução.

ANTIFASCISTA: É a corda no pescoço. Quantos reis e abusos de poder tiveram que acontecer pra depois de gerações a galera cortar a cabeça do rei, né? Se você parar pra pensar, nossos políticos são tipo um Luís XVI, eles aumentam o próprio salário, punem a gente, isso aqui é Idade Média e ninguém fala nada, nem no ato a galera vai.

ENTREVISTADOR: Hoje eu estava discutindo com meu primo sobre essas fotos personalizadas de desenho que a IA faz. Meu primo falando que acha injusto por não pagar o artista.

ANTIFASCISTA: Nossa, um absurdo isso aí, minhas filhas me mostraram essa merda aí.

ENTREVISTADOR: Fui pesquisar os ativos dessa empresa, são bilionários. Aí, falei que ele tava preocupando à toa, que nessa proporção tudo não passava de publicidade. Mas acho que pro artista, tudo só vai piorar.

ANTIFASCISTA: Eu quero que tudo caia abaixo, quero que tudo se exploda. Uma das únicas saídas que vejo ainda desse sistema opressor é a arte, individual, humana. Gosto de escrever bastante, agora tô parado com música, mas eu tinha banda... E tenho amigo músico, saca, acho que a arte é uma fuga legal da máquina e, se a máquina fizer tudo, a gente vai parar de fazer as coisas. As máquinas estão escrevendo textos acadêmicos, estão desenhando, tirando fotos... Antigamente, pra tirar foto você precisava aprender a mexer numa máquina pra tirar foto. Hoje, o celular te dá tudo pronto, você não aprende mais, mas não vive sem celular também. Então, a grande questão é essa. Tem um negócio do Bill Gates aí que vi, que em uns 10 anos o homem será descartável, não vai servir pra nada, pra nada.

ENTREVISTADOR: Hora que acabar a utilidade do pobre, o extermínio ganha mais um argumento válido, né? Mano, falando sobre revolução agora... Grande trabalho do historiador é compreender o ponto de vista das pessoas. Basicamente, conforme ativistas vão ficando mais velhos, perdem esse fulgor revolucionário, parece um ciclo de vida militante. Às vezes, a pessoa

começa com o anarquismo, comunismo e termina socialista moderado. Tipo assim, muitos que têm filhos deixam de procurar o cacetete... O que você vê diante dessa falta de expectativa?

ANTIFASCISTA: Aaah, cara, na verdade eu não tenho 1 filho, tenho 4... Minha mais velha tá com 26 anos de idade. Em 2013, eu apareci na capa da Folha de São Paulo, não sei se mencionei isso.

ENTREVISTADOR: Não, você lembra do dia? Passa pra mim.

ANTIFASCISTA: Eu tinha o jornal, mas lembro da matéria, achei ela. Eu tava num dos atos de 2013 e a polícia veio pro pau e a gente segurando a polícia pra proteger a galera, muito velho, mulheres... Fazendo aquele bloqueio, indo pra cima, jogando pedra...

ENTREVISTADOR: Você é bom de porrada?

ANTIFASCISTA: Aaah, mano, já fiz boxe muito tempo, já fiz academia, dei uma treinadinha... Eu adoro briga, mano. Quando eu tô na rua, a galera tem que me segurar. Adoro briga, mano, adoro briga, adoro. Mas tô ficando velho e ainda acho que a revolução, quando vir, tem que botar fogo mesmo. Mas pra briga, já não tô me interessando tanto. Posso matar alguém, ser preso, por esses motivos de ser capturado pelo sistema... Agora, sobre revolução, eu quero que se exploda, que se exploda mesmo, quero que o sistema caia abaixo, que pegue fogo e foda-se se as casas forem invadidas... Por isso tacam filme de zumbis na nossa cabeça, parece que um mundo sem lei é um mundo de barbárie... Pra ficar com medo... Todos os lugares que vi sem lei têm muito vínculo de camaradagem, solidariedade, quer queira na favela, no complexo, na quebrada, na biqueira, entre amigos, pessoas se conhecendo numa rua escura à noite... Então, eu acho que o sistema tem que cair. Barbárie é o que a gente tem, a polícia é bárbara, os governos... Uma mulher perguntando “por que você tá fazendo isso?” e a gente virando ônibus. E eu respondi: “É um absurdo esse sistema, como pode esse governo...” E ela: “Mas por causa de uma passagem de ônibus?” Mas olha esse sistema, esse mundo, assim não dá, tudo uma merda. “Mas e nossas crianças?” E eu respondi: “É verdade, eu alimentei meus filhos, deixei em casa e vim lutar por um mundo melhor pra eles.” Fui ver, era uma jornalista. Aí, ela pegou uma foto em outro momento que me viu e colocou lá.

ENTREVISTADOR: Mas tu tava de black bloc?

ANTIFASCISTA: Mascarado, mascarado, mascarado. Mas aí, quem conhecia no meu trampo falou: “Mano, você saiu no jornal”... Sorte que não falei meus dados, tá ligado?

ENTREVISTADOR: Hahahah, que massa, mano, acha essa matéria pra nós, por favor?

ANTIFASCISTA: Me manda mensagem amanhã que acho que tá lá no meu trampo hahahah.

ENTREVISTADOR: Beleza, voltando, no primeiro recorte vou de 85 a 2013, com o caldo engrossando, e depois disso, a busca do movimento de massas até o Bolsonaro subir na cadeira.

Aí, o movimento engrossa, é atuação e não dá pra fugir. É um negócio que eu queria confirmar é que a AFA tentou ser um ponto de encontro pra organização das manifestações?

ANTIFASCISTA: Não, não foi não. Na verdade, ela sempre quis liderar essa coisa antifascista, coisa que na Europa é meio natural esse antifascismo, mas aqui no Brasil tem essa coisa, essa política que a gente carrega dos partidos, dos sindicatos, uma liderança muito forte. Tirando os anarcos-sindicatos, que é quase como um pré-sindicato. Mas a AFA, pra mim, sempre foi um delírio. Ela tem o nome, ela até ia, mas é um monte de molequinho bobo que colava nos atos, meio vermelho e preto...

ENTREVISTADOR: Mas nenhuma tentativa de ser um centro de reunião de todos os coletivos antifascistas dentro da horizontalidade? Ou uma frente única estratégica?

ANTIFASCISTA: Eu conheço a AFA desde sempre. Nos anos 2000 já tinha uma AFA, mas não era um conglomerado de antifascistas. Era uma organização que provavelmente algum moleque de classe média criou. A maior parte deles que eu conheço é tudo alemãozinho de classe média universitário que não vai nem pro pau. É essa galera que é da AFA. É intelectual, não é de luta, nunca foi. Eles começaram a se destacar um pouco antes de 2013, quando o MBL começou a ganhar força, e aí a AFA pegou uma onda, talvez até um pouco antes, 2010, mas nunca foi algo destacado nas ruas. Mas quem foi na época do Bolsonaro? A gente das torcidas trocando ideia com um e outro e resolveu ir. Teve até uma conversa, mas não rolou, não funcionou. Tentaram juntar a galera e criar uma coisa meio coletiva, assim, mas não rolou.

ENTREVISTADOR: Nessa época dos atos que você fala, é 2013?

ANTIFASCISTA: 2014, 2013 também até, mas 2014 teve meio uma vontade de coordenar, porque eles tinham o selo de AFA brasileira, a AFA de São Paulo. Uma coisa é a AFA da Grécia, da Itália, outra coisa é a AFA no Brasil. Uns moleques que acham legal, mas não vêm da base.

ENTREVISTADOR: Então, pelo que vi, a AFA surge na Alemanha em 1990, 90 e poucos, com a queda do Muro de Berlim, e depois se espalhou pra Grécia, Espanha... Inclusive, no século passado, também teve essa disputa por órgãos internacionais, como a Concentrazione dos socialistas moderados.

ANTIFASCISTA: Isso, foi isso, mais ou menos isso. O Brasil tem esse caso. Inclusive, na P16, tem dois meninos que eram da AFA e tem dois que são ainda. Igual teve o rolê punk aqui e eles montaram banquinha da AFA lá com o botão deles, bandeiras pra vender. Em 2013, tinha muita bandeirinha preta e vermelha, parecia aqueles atos na Europa. Agora, depois disso, só tem a preta e vermelha da AFA, geralmente...

ENTREVISTADOR: Entendi. Mas, durante o governo Bolsonaro, então, você não lembra de ter visto isso da AFA, de ter feito uma frente falando pela P16?

ANTIFASCISTA: Ah, procuraram a gente e tentaram, mas a gente falou: "Não, para, vamos fazer nosso rolê, e se tiver alguma coisa na rua, alguma manifestação, a gente vai, não precisa se juntar."

ENTREVISTADOR: É interessante isso de se apegar ao autonomismo e à sua horizontalidade. Tem toda a áurea anarquista envolta, né?

ANTIFASCISTA: Sim, o autonomismo sempre está pregando isso. Tem uns caras que estudam isso na Itália, você já viu?

ENTREVISTADOR: Não, nada específico.

ANTIFASCISTA: Tá, tá, porque tem uma galera mais contemporânea estudando esse autonomismo forte lá na Itália. Acho interessante... Na verdade, acho que está rolando uma falência, que as nomenclaturas estão perdendo o sentido. A gente viveu um período de tantas siglas tentando definir tanta coisa, entrando num colapso do sistema, de certa forma. O medo que se tinha da desordem, o próprio sistema, com seu individualismo, faz o que quer e como quer. "Não pise no meu calo e não entre no meu espaço." Acho interessante porque acaba sendo um ódio. As pessoas se odeiam. Antigamente, quando era moleque, e tinha qualquer parada no metrô, o ódio virava coletivo, quando o metrô parava e você ficava preso debaixo da terra. E hoje, não. Você joga o ódio pro outro, pro próximo. Não está tendo união.

ENTREVISTADOR: Tá todo mundo muito puto o tempo todo, né?

ANTIFASCISTA: Sim, e eu sempre pensei que pessoas putas o tempo todo gerariam uma putisse coletiva. Mas o que está acontecendo é um monte de pessoas putas por causas pessoais que só querem que elas sejam realizadas e não estão nem aí pro outro. Cada um quer o seu. Acho até que esses coletivos, a esquerda mesmo, essa AFA, essa que eu conheço de São Paulo, acaba sendo isso. Uns menininhos. Você viu o caso da AFA que uma pichadora foi lá e barbarizou uma estátua?

ENTREVISTADOR: Acho que passei por essa postagem hoje, salvei, mas não li.

ANTIFASCISTA: Então, a mina entrou lá, fez um desenho, que as meninas fizeram uns peitos pra fora, e os caras fizeram uma censura. A mina foi lá e tacou um balde de tinta. Aí, uma menina gravou: "Ó, essa aí é a AFA censurando o desenho de uma mina." Foi um tapa na cara da AFA. Eu achei muito louco. Tem até um moleque da P16 que paga um pau do caralho. Não sei, mano, entra num partido político. A AFA deveria ser algo de união e não partido político. Tem liderança, os mesmos menininhos, a mesma galerinha, cheio de complozinhos, uma galerinha... Mas, na real, minha opinião é a seguinte: eu sempre achei que a anarquia nunca foi

um sistema político, mas uma filosofia, um modo de vida. A gente já viu na Ucrânia, na Guerra Civil Espanhola, que se for pensar no tamanho do mundo e das cidades, teria que mudar corações e mentes. A gente é muito doutrinado. É só ver a molecada, toda uma geração de jovens que não tem nada para oferecer, nenhuma crítica. Não sendo saudosista, mas ninguém tá nem aí, é só postagem. A P16, tô brigando com eles direto, quase saindo o tempo todo, muito mais ocupados em fazer postagens, aumentar número de fãs, vender camiseta do que fazer ação. Hora que a gente propõe alguma coisa, se for alguma coisa que só existe pela internet, tá ótimo. Agora, se marcar, ninguém vai. Só que tá com 10 mil seguidores, todo mundo dá like e é isso. ENTREVISTADOR: Então, o antifascismo também é uma postura de vida, né, como o anarquismo, e como você vai disputar com outro modo de ver a vida, como o neoliberalismo, que já derreteu o cérebro da galera, com ideais individualistas? É difícil ver uma possibilidade de disputa.

ANTIFASCISTA: Não tem. Eu não vejo salvação em lugar nenhum, talvez tenha alguma possibilidade que nunca foi apresentada. Mas acho que é isso. A conversa, essas conversas como nossa entrevista, ou uma conversa de bar, com esposos e esposas, filhos e qualquer um, é uma expectativa. Ninguém quer falar nem de revolução, mas se a nossa conversa for de desprezo ao que existe, que é o que tem no meu coração, desprezo a qualquer sistema, qualquer político, de Marielle a Suplicy, a Padre Júlio Lancelotti... Não tô dizendo que é melhor um desses do que daquele, mas eles que criam e negociam as leis no Congresso. O mesmo Congresso machista, misógino, coronelista. E a gente acredita. Paga 300 reais num show do Caetano Veloso pra ficar lá gritando "Fora Bolsonaro" e se achando de esquerda. Então, acho que a culpa é nossa mesmo, da própria esquerda. A culpa é da esquerda não só de ter perdido o bonde da história, mas não está nas periferias mais. É Alice no País das Maravilhas.

ENTREVISTADOR: É a esquerda que caminhou à direita?

ANTIFASCISTA: É... Na verdade, é tão próximo de esquerda e direita que manter a democracia, esse estado de exceção que a gente vem defendendo... Isso é nacionalismo, é fascismo. Quer seja a direita ou a esquerda, ambos querem Estado forte, vão torcer pro Brasil na Copa do Mundo, vão defender as leis da Constituição, acompanhando a votação pro Bolsonaro ser punido por um país que ganha milhões por ano... Ah, vai tomar no cu, véi. O sistema político.

ENTREVISTADOR: Tá certo. Caminhando pro final, queria lembrar uns episódios aqui, tipo o do Galo que botou fogo numa estátua.

ANTIFASCISTA: Isso, Galo botou fogo na estátua do Borba Gato.

ENTREVISTADOR: Teve outros atos também, né, durante a COVID, com máscara e tudo.

ANTIFASCISTA: Teve, teve. Durante o COVID, todo mundo puto com o Bolsonaro, e a COVID piorou tudo. Vários avisos da quarentena, fique em casa e tal... Me soou como proibição, por mais que tivesse um vírus no ar. Foi um último grande estímulo de revolta, quando era direto assim, sabe? Que nem a Ditadura, um AI-5. Não saia de casa, não se reúna, tá proibido, vai tomar vacina. E teve uns impulsos assim durante o COVID e o governo. Sorte nossa que ele governou durante o COVID, porque se não, esse cara tava até hoje. Não conseguiu fazer nada. Porque se tivesse feito qualquer merda, nunca mais ia sair.

ENTREVISTADOR: Aí você falou algo que tem sentido, né? Se hoje, mesmo com a catástrofe, os caras ainda pagam tanto pau pra ele, né?

ANTIFASCISTA: Total, haha. Mas então, teve esses episódios pela repressão do COVID, pelos levantes, uns questionamentos assim, até porque ficamos meio à mercê, né? Nem a polícia tava na rua. As coisas estavam bem mais interessantes em 2020, 2021. O povo imaginava que, com o isolamento, as pessoas iam se unir mais, iam se entender mais... Nunca será o mesmo. Piorou, mano. Piorou! E piorou 100 vezes. A gente achou que ia vir solidariedade e veio ódio total um pelo outro.

ENTREVISTADOR: Teve outro negócio, que foi o dossiê antifascista. Isso mostra como afetaram a hegemonia política. Teve até um story do Bolsonaro no Instagram que ele repostou uma convocação de ato dizendo que vocês eram terroristas agressivos e tal. No cartaz, tinha um desenho da Revoadinha dos Galinhas Verdes e patriotas de verde e amarelo correndo. Depois teve o dossiê e também o linchamento do Douglas Garcia, o deputado.

ANTIFASCISTA: Foi, foi. Ele que puxou esse documento aí, depois teve que pagar uma indenização pra essa galera. Ah, maior bobagem isso daí do dossiê. Esse bagulho foi bizarro. Pra você ter uma noção, eu participei de 2013 e a gente tava naquele período ali, um burburinho que veio crescendo desde os anos 2000. Vai tendo esses atos, manifestações, e muito punk na rua. Pessoas morreram. Podia ser 300 pessoas, tinha muito punk no meio, ia pra cima da prefeitura, ia preso e achava graça. Tava aumentando, véio. Em 2013, quando começou a rolar e aumentar, e os caras caçando, não sabiam o que era um black bloc e como estava a polícia. Aí começaram a caçar pela internet pra saber como estavam os militantes. Aí eu, quando comecei a atuar, deletei todas as minhas redes sociais. Nunca fui de postar muito, e sempre falo: essa molecada é vacilona pra caralho de postar tudo. Eu venho de uma época em que a internet, quando ela surgiu, o básico do básico, o be-a-bá da internet era a proteção virtual, as regras de segurança. Qualquer localização que você ia, lá eu te conto. Então, eu venho de um momento que não posta. A internet é comandada pela corporação, pelos sistemas... E olha que, na minha época, tinha uma deep web, um CMI. Não era deep web porque era liberada, mas era uma

internet revolucionária. Mas muita gente foi pega por postar coisas em 2013. Era gente vacilona. Nesse dossiê foi um monte de gente otária que eu conheço, tava aquela bandeirinha antifascista na foto, e dava like em não sei o que, e falava de manifestação... Todo mundo que rodou era manifestante virtual. Eu conheci vários que rodaram, uns otários que nunca vi na pista. São eles que postam na internet... Se você entrar na minha pista, vai ver que eu não posto nada. Mano, a internet tá de um jeito, véi, aqui em SP, o Tarcísio colocou umas câmeras na rua que estão pegando gente que tá devendo pensão alimentícia nas ruas, mano. Tem câmera em quase todas as esquinas e eles tão pegando você. Mano, tem um dos nossos membros aqui que falou esses dias que vendeu a íris dele pra uma empresa norte-americana e eu falei: “Mano, cê tá vendendo sua íris pra uma empresa norte-americana??”, tu tá sabendo disso?

ENTREVISTADOR: Não!

ANTIFASCISTA: Então, aconteceu aqui em SP e no RJ, ninguém sabia o que eles queriam, mas te pagavam 300 conto pra escanear seu olho. E um monte de otário foi fazer isso, inclusive esse antifascista, e ainda jogou no grupo. Porra, meu parceiro, você tá vendendo seus dados, tá jogando na internet. Por muito menos, os caras prendem um monte de gente. Ali na federação gaúcha anarquista, teve um que rodou. Então, tem muita molecada sendo pega, esses anti-Bolsonaro da vida, otário, que criou esse dossiê. Vê se esse dossiê, sou eu e um monte de louco aí que tá militando. Claro que não, não tem como saber da gente. A gente tá nas margens, a gente tira as caras, a gente não quer postar modinhas com camisetinhas do MST. Então, esse episódio do Bolsonaro foi a maior lista de otário, só tinha babaca.

ENTREVISTADOR: Pô, essa fala foi esclarecedora.

ANTIFASCISTA: Não tem como pegar antifascista quando o cara é de fato antifascista. Você sabe que o sistema é mau, não precisa falar. Quem fala muito, mano... Tá perdido.

ENTREVISTADOR: Duro que, quando a gente vai falar de movimento, não dá pra subir num palanque na praça sem se proteger. Acho que o anonimato dá isso. Mas quando aconteceu esse alastramento do antifascismo, que virou movimento de massa, você perde qualidade pra ganhar quantidade.

ANTIFASCISTA: Isso, é isso aí.

ENTREVISTADOR: Tava com vontade de fazer alguma coisa pra medir, assim, entre gráficos, uma linha pra medir a amplitude e coerência do movimento.

ANTIFASCISTA: Isso, todos querem pegar um pedaço do público. A esquerda e a política são assim. Érica Hilton e essa galera toda, tem muita sujeira na eleição. Os adesivos e tudo eram as mesmas pessoas e várias bandeiras: causa negra, causa indígena, causa LGBT, antifascista...

Galera mó ligeira, pega todas as causas de esquerda e fala que milita em todas, mas não milita em nenhuma, tá negociando com os peixão.

ENTREVISTADOR: Basicamente é isso, e os revolucionários continuam aí então...

ANTIFASCISTA: É, acho que se revoltar, pra mim, é natural. Esses dias, li Lamurici e o discurso da Solidão Voluntária, um livro antigo meio grande. Ele fala que é meio natural de qualquer espécie animal que é presa, oprimida, enjaulada, domesticada se revoltar. Muitas delas morrem pra não passar por isso. E diz que o homem é um dos únicos que aceita, que se adequa, se adapta, e aí, dessa forma. Tô meio desesperançoso, que as pessoas, no meio de tanta opressão, iam perceber que esse sistema é mau, faz mal pra gente. Mas o ano tá passando, tô ficando velho e as coisas ficando piores, as injustiças maiores e as pessoas não tão se revoltando, ao contrário, entrando num discurso pró-Estado, pró-polícia, pior que antes de 1964 tinha esse desejo de ser dominado que tá na população. Aqui em SP é Tarcísio e Nunes, e na prefeitura os caras fazem o que eles querem. A GCM e a polícia juntas, mano, fazem o que querem. Os caras botaram fogo na favela na frente de casa aqui, tiraram todo mundo, não tem mais advogado, ativista. Tiram tudo pra fazer prédio, tiram todos os pobres da região, tiram a favela do centro e é isso. Teve um ato ano passado, vai ter outro esse ano. Algumas pessoas aparecem aí no ato, dizem na internet que são contra, mas não vai acontecer nada. Cada vez mais as pessoas estão mais de direita e parece que acabou. É o que o Trump tá fazendo nos EUA, tá testando, fazendo tudo o que ele quer, “ah, vou fazer isso”, e a galera sem fazer nada, passando pano. Tirou primeiro os imigrantes que estavam na cadeia, depois tirou os que estavam em situação ilegal. Estão pegando vários em situação legal e futuramente, você na sua casa. Tem um poema que fala que “uma pessoa entra na sua casa, pega uma flor e você não faz nada, depois entra na sua casa, pega não sei o que, e você não faz nada, depois entra, pega sua vó e você não faz nada, e não faz nada porque você nunca fez”, “primeiros os operários e você não fez nada, depois aqueles, e você nunca fez nada”. É isso, é julgamento a toda hora, todos pobres e conservadores te julgando, te encaixando em estereótipos, cheio de pré-conceitos radicalizados. Aqui na frente de casa tem favela, morador de rua, eu moro basicamente na cracolândia. Véio, a galera do prédio é tão conservadora, tão fascista, tão fascista... Que eu falo: “Galera, cês são pobres, velho, hoje a polícia tá pegando eles e depois vai ser vocês.” E eles sempre: “Ah, você e essa cara de louco, fica fumando maconha aí.” Não tem argumentação, mano. Hoje, essa galera tá conseguindo falar, antes nem falavam. É a galera que não tem nada a dizer e agora tá se colocando, não tem nada a contribuir.

ENTREVISTADOR: Parece que passaram uns métodos fascistas de hegemonia na peneira e reutilizaram todo o resto, né? Parece que caminhamos para o mesmo lugar. Hoje vejo muito do

"sonho americano" fazendo isso, numa ótica meio "Comunidades Imaginadas", onde o fator cultural faz você ter a sensação de pertencimento e passar a se comportar como um membro. Tenho familiares e amigos que postam stories em dezembro, dirigindo nos Estados Unidos, na highway, escutando rádio e ouvindo música de Natal, se derretendo: "Ai, gente, parece que eu tô no filme do Dennis, o Pimentinha." É a extensão do American Dream, e eles nem percebem que lá a galera nem gosta deles. É meio que tudo em proporções globalizadas.

ANTIFASCISTA: Depois vão ser todos deportados. Hahahah!

ENTREVISTADOR: Mas era isso, mano. Obrigado pela colaboração, paciência e disposição. E depois manda lá pra mim a matéria, pra nós.

ANTIFASCISTA: Eu que agradeço, mano. Tamo junto! Depois manda uma mensagem pra eu lembrar e futuramente manda uma cópia desse trabalho aí pra gente prestigiar.

ENTREVISTADOR: Opa, com certeza vou mandar, pra deixar aí na biblioteca de vocês. Valeu!

ANTIFASCISTA: Falou!

ANEXO III – ENTREVISTA COM MEMBRO DA AÇÃO ANTIFASCISTA SÃO PAULO (AFASP) – 06/04/2025

ENTREVISTADOR: Tá rodando já. Qual o seu nome?

ANTIFASCISTA: Vitória Lobo.

ENTREVISTADOR: Tá, deixa eu achar o roteiro. Vitória, quantos anos você tem?

ANTIFASCISTA: 24.

ENTREVISTADOR: E com o que você trabalha?

ANTIFASCISTA: Sou Auxiliar Jurídica.

ENTREVISTADOR: Hmm... E para um leigo, o que é isso?

ANTIFASCISTA: É um estágio antes de ser assistente e antes de ser advogada júnior. Como ainda não terminei minha graduação e não tenho a OAB, eu não posso atuar em advocacia, mas tem escritório para seguir, e aí é como se eu fosse treinada para adquirir experiência, para tirar a OAB e virar advogada.

ENTREVISTADOR: Pode crer, é escritório de alguém, então, privado.

ANTIFASCISTA: Sim.

ENTREVISTADOR: E onde você está estudando?

ANTIFASCISTA: Eu estudo na PUC.

ENTREVISTADOR: Daora, e tá curtindo o curso? Tá se encontrando?

ANTIFASCISTA: É que agora eu não tenho mais aula, tô terminando o TCC. Foi uma baita experiência porque sou uma bolsista 100% pelo PROUNI, e isso foi uma coisa boa, tipo, abriu muitos caminhos para minha vida financeiramente, socialmente falando, mas foi uma experiência bem controversa, bem complexa, é outro mundo do que eu convivo.

ENTREVISTADOR: Ah, eu imagino.

ANTIFASCISTA: Papo de estudar com o filho do presidente do Itaú, ou o filho do advogado do Aécio.

ENTREVISTADOR: Presidente do Itaú!? Saía faísca das aulas, assim, ou nem?

ANTIFASCISTA: Óh, tipo assim, igual esse cara que eu te falei, que é o filho do advogado do Aécio, do processo que teve lá da cocaína, e ele era um cara progressista, você acredita? Hahaha... Eu posso falar cocaína?

ENTREVISTADOR: Hahahaha, acredito. Óh, é que assim, esse vai ser o material que eu vou trabalhar, não vai sair tudo, então você tem a liberdade, pode ficar à vontade.

ANTIFASCISTA: Tá bom. E aí, esse cara era progressista, assim, né, não revolucionário e tal. Mas eu lembro do mês que ele apresentou um seminário de sociologia jurídica e foi falar sobre Marx, tipo, ele destrinchou muito a teoria, falou e apresentou muito bem o tema. Mas quando

ele foi fazer a crítica à burguesia, ele disse: "Falando nisso, também queria fazer uma crítica a Marx, parece que ele esqueceu que a burguesia também sabe ler." Hahahaha. A coisa que ele falou da burguesia foi que, depois que a burguesia leu, ela aperfeiçoou, aperfeiçoou o aparelho ideológico para ter todo esse controle político, econômico e social de forma mais sutil, para impedir que o trabalhador percebesse isso também. E eu: "Olha, que malandro!"

ENTREVISTADOR: Hahaha... Hahaha... Faz sentido, mano, faz sentido.

ANTIFASCISTA: Hahahaha, pra caralho, mano. Tipo assim, noossa, não é só pegar o livro e dar para todo mundo, porque a burguesia já leu o livro e está adiantada.

ENTREVISTADOR: Tenho um livro aqui, não sei se você já ouviu falar nessa fita aqui, *O Caibalion*.

ANTIFASCISTA: Não.

ENTREVISTADOR: Esse livro aqui é filosofia hermética do Antigo Egito. Ele trata da espiritualidade de uma maneira mais genérica, tá ligado? Então, não tem toda essa mitologia cristã, é mais antigo que a Bíblia e fala de sete leis que são universais, e dá o exemplo de como o que está em cima está embaixo. Então, uma maneira de observar o mundo é comparar algo pequeno com algo maior, ou vice-versa, e isso é muito parecido com essa questão de direita e esquerda. Como respa de doença, surge uma nova respa, aí a doença se muda e supera a respa, e assim segue... É bem essa ótica aí, né? É bem real, curti a ideia do cara, esse que é o progressista, né? Mas é foda, né, o que poderia fazer?

ANTIFASCISTA: Uhum! É tipo, em questão de renegar a riqueza, os privilégios, tenho certeza que ele não vai fazer isso, como tem exemplos na história de quem fez, mas igual aquela máxima: "Não importa de onde você veio, importa qual lado você vai trair", o lado dos ricos ou dos pobres. A herança atrás dele não tem como modificar, mas o caminho dele na advocacia tem como construir mais voltado para o outro lado.

ENTREVISTADOR: Legal. É... Você considera seu emprego decente?

ANTIFASCISTA: Sim, não é bem remunerado ainda. Tem ali uma promessa de progressão de carreira, mas é um emprego decente, sim... Referente ao trabalho, sabe, que é uma carreira e uma profissão, mas em vista de remuneração, não. Em questão de ambiente, não, porque é a primeira vez que estou trabalhando nessa lógica corporativista, e eu demorei muito para me adaptar, tipo muito, ainda estou me adaptando nessa lógica de competitividade, desempenho, produtividade constante. Tenho muita ressalva com isso, vou me adaptar minimamente para o que eu quero e continuo trabalhando. É decente nesse ponto, eu diria, de ser um trabalho digno que tem propósito. Um trabalho que eu acho que não é decente, é, por exemplo, você trabalhar em uma loja que vende capinha de celular, porque você não está nem ofertando de fato uma

mão de obra, um trabalho, você só está dispondo inteiramente do seu tempo, porque é uma coisa supérflua... É um exemplo bobo, mas tipo, ninguém troca de capinha toda semana, a não ser que você seja um puta de um consumista. Caso contrário, você fica com ela um ano ou dois, mas é preciso que aquele emprego exista e é preciso que você trabalhe, talvez CLT no melhor dos casos, e fique ali 9 horas do seu dia, tempo que você poderia estar estudando, contribuindo para a intelectualidade social, descobrindo alguma coisa nova, e não, seu papel é estar ali, produzindo, dispondo do seu tempo, e nesse sentido, acho que meu trabalho é decente, porque não é isso, não é o caso do atendente da loja de capinha de celular. Mas referente ao ambiente, à dinâmica por trás, não.

ENTREVISTADOR: Fica muito longe de onde você mora, ou não?

ANTIFASCISTA: Fica, fica no centro. 24 quilômetros.

ENTREVISTADOR: 24! Pode crer. E é muito tempo de transporte por dia?

ANTIFASCISTA: Cara, por enquanto não, porque é época de eleição e o trem tá funcionando... Hahaha. Em uma hora eu consigo chegar. Uma hora para vocês do interior deve ser coisa para caralho, tipo, viaja 80 quilômetros.

ENTREVISTADOR: Hahaha. Cara, 24 quilômetros é a distância da minha cidade natal até a cidade da minha avó, tem mato no meio, floresta.

ANTIFASCISTA: Hahaha, aqui só tem carros. Aí, diariamente, dá duas horas e meia ida e volta.

ENTREVISTADOR: Poxa vida, e para você é de boa? Você vai lendo?

ANTIFASCISTA: Vou lendo. É, não é tão ruim quanto eu ia para a faculdade, porque é um horário mais cedo e o trem ia muito cedo, aí eu passava mal. Agora, por conta das eleições, o trem vai mais rápido e eu vou mais tranquila.

ENTREVISTADOR: Tem essa fita escancarada aí em São Paulo, de ser descaradamente melhor em época de eleição?

ANTIFASCISTA: Sim, e é foda, ontem teve uma explosão!

ENTREVISTADOR: Aaah, eu vi, compartilhei nos meus stories, todo militante.

ANTIFASCISTA: Hahaha, então, eu pego aquela linha, inclusive era para eu estar aquele dia, mas fui para casa da minha amiga. E é muito escandaloso, assim, quando privatizou essa linha, eles começaram a bloquear escada rolante para demorar mais para chegar até a plataforma, não encher, não perceber que o trem não passava e estava demorando muito, bloqueavam elevador, o trem passava muito devagar para chegar na estação principal, era muito, muito ruim. Agora tá tipo "digno". Ainda tá cheio, cheio para caralho, mas você chega "rápido". Eu não tenho nem

coragem para reclamar, porque tem gente que demora, tipo, 2 horas para chegar no centro, pega só ônibus, que é muito mais desconfortável e perigoso.

ENTREVISTADOR: Pode crer. Tá, éé... Aquilo que a gente tava conversando antes de começar a gravação, queria que você falasse como teve contato primeiramente com a esquerda, esse pensamento de esquerda, e qual foi o primeiro contato para você entrar, se declarar antifascista especificamente, para atuar nessa linha dentro do seu coletivo. Se quiser falar resumidamente, fica à vontade.

Antifascista: Beleza. Ah, acho que todo mundo que se identifica em algum momento com a esquerda é porque tem uma base de valores ali que se aproxima. Ninguém chega por um sentimento como o ódio, vem de uma vontade de transformação do mundo. Eu tive isso dentro de casa, com meus pais, em uma pegada mais caridosa, empática, solidária, e eu tava contando que durante o ensino médio eu cheguei a ter uma experiência de contato com o ATO SECUNDARISTA, quando as escolas estaduais estavam empreendendo uma reorganização escolar, que era o fechamento de uma centena, 119 escolas mais ou menos, e os alunos começaram a se rebelar. Teve o movimento secundarista com a ocupação das escolas e, mesmo não sendo uma escola estadual, a galera da minha escola se solidarizou e começou a integrar o movimento. Eu estudei em uma ETEC, uma escola estadual, mas que tem ensino técnico. No governo Alckmin, foi a menina dos olhos dele, toda vez que ele se reelegia tinha isso como carro-chefe, porque era um meio de profissionalização da juventude também. E eu comecei a ter esse contato, organizava umas rodas de conversa sobre feminismo e luta de classes na escola, fui me integrando e, em 2016, no terceiro ano, a gente começou a puxar debates sobre a qualidade de educação dentro das ETECs de São Paulo. Se não me engano, em São Paulo eram 200 e poucas, a gente estudava em período integral e não tinha refeição, não tinha almoço, não tinha nada. Tinha que levar de casa, e quem não tinha condição não comia, só estudava um período ou levava pão, coisa que não alimenta. Um bando de adolescentes na puberdade tem muita fome.

Entrevistador: Adolescente é oco, né?

Antifascista: Hahaha, sim. Aí a gente começou essa reivindicação pelo almoço nas ETECs e políticas mais inclusivas, né? E foi numa mesma época que teve a máfia das merendas em SP, que o Fernando Capez foi denunciado como um dos membros desse esquema nas escolas de educação infantil. A gente ocupou o Centro Paula Souza, a fundação que toma conta das ETECs. A ETEC que eu estudava foi a primeira a ser ocupada e foi um processo extremamente violento, o processo foi super violento, porque o diretor era contra e armou alguns alunos contra a gente. Numa dessas manifestações, eu fui me aproximando do antifascismo, porque eu tinha

um colega de sala que sempre falava isso em aula de sociologia, que tínhamos que apresentar movimentos políticos. E esse meu amigo, que era muito nerd, muito craque, falou do antifascismo, e eu falei "ah, blz, vou fazer do feminismo". Aí, em 2016, as feministas organizaram a marcha antifascista, que é um evento tradicional do movimento antifascista aqui de SP, e foi lá na Praça da Sé. E eu cheguei, com 16 anos e tal, bem emocionada porque tinha muita gente, e teve a fala de uma senhora que foi presa política durante a ditadura. Tinham falas muito imponentes, falando da importância de a gente manter esse evento revolucionário, o compromisso, a luta pela esquerda e a luta contra o fascismo. O final dessa marcha, ainda estava acontecendo o movimento secundarista de 2016, foi no Centro Paula Souza, onde a gente tinha ocupado. Então, tipo, ali já me mostrou um compromisso de um movimento que é suprapartidário, que não é contra partido, mas é acima dos partidos e não é dirigido por nenhum deles. É um movimento extremamente amplo e coletivista, tipo com várias organizações construindo tudo junto de muitos adultos, com uma galera bem mal encarada, por assim dizer, que tem uma luta muito mais direta e combativa contra a extrema-direita e tava dando importância pra, tipo, o que nós, adolescentes, estávamos fazendo. E eu fiquei tipo "caralho, talvez seja forte, porque na educação a gente teve que lutar contra a direita que enxerga a educação só com esse viés utilitarista, só pra bater o ponto. Você, que é pobre, não precisa fazer faculdade, ter ofício de carreira, tem que ter emprego e serviço". A gente também tá lutando contra a direita quando está lutando pela educação, e eu percebi outra frente de luta contra a extrema-direita, sabe? Tipo, coisas do cotidiano, mas que estão operadas pela sua face mais brutal. E aí foi assim que me aproximei da ação antifascista, do antifascismo em si. Em 2017, eu saí do Ensino Médio, tava fazendo cursinho pré-vestibular, não participei muito, e em 2018 fui participando mais, até que entrei pra AFA, que é a Ação Antifascista.

Entrevistador: Pode crer. Você tinha falado pra mim que o seu primeiro contato com a esquerda, assim, era um anarquismo e tal.

Antifascista: É, sim. Eu acho que, politicamente falando, eu passei por todos os estágios primários, assim, o feminismo, tinha essa pegada de um feminismo mais liberal. Aí você vai crescendo e ficando mais madura com a idade e experiência, e politicamente vai superando algumas coisas. Ou, a realidade é tão dura que ela vai te fixando até posicionamentos políticos mais, talvez, pragmáticos ou mais tangíveis.

Entrevistador: Legal!

Antifascista: Meu contato com o anarquismo tinha mais dessa questão utópica de estar tudo errado, vamos construir a gente mesmo, tipo, não tá certo e nada funciona, não dá pra reformar nem consertar, tem que ser a revolução... Que também é um pouco do comunismo... Mas

acredito que o comunismo hoje se aproxima mais da gente, sabe, com as experiências que a gente tem com a China, ou com a Coreia do Norte, com a Venezuela, o socialismo e o comunismo.

Entrevistador: Entendi, legal. Acho que o comunismo, querendo ou não, apresenta mais as vias de fato, né? Consegue conjecturar um plano a ser seguido, tal.

Antifascista: Sim. Ele é mais prático. Não pragmático no sentido de "quero a síntese, só dá a cartilha", mas por ter a questão do materialismo histórico como guia, ele é mais próximo da realidade, enquanto o anarquismo não tem esse ponto, ele divaga muito. "É necessário mudar o caráter e o coração dos homens". Eu acredito nisso, mas não sei se a gente vai ter tempo de fazer isso e depois mudar tudo. Na real, sim, por crença mesmo, acho que são estágios e talvez em algum momento a gente tá calcando o anarquismo, o socialismo libertário, e conforme fui amadurecendo, tive mais contato com o anarquismo específico da AL e da América do Sul, que são propostas mais maduras, que não parecem que as pessoas estão só vendendo ilusão como as outras, como outras correntes de anarquismo que existem.

Entrevistador: Beleza. Separei aqui algumas perguntas que já não são mais sobre a Antifascista, já é mais sobre o coletivo. Qual o nome oficial do Coletivo?

Antifascista: Ação Antifascista São Paulo.

Entrevistador: Legal, e como foi criada?

Antifascista: Quando?

Entrevistador: Como, quando...

Antifascista: A gente reivindica historicamente a criação da AFA no Brasil desde a década de 30, com a criação da Frente Única Antifascista, que lutou contra o Integralismo, o fascismo brasileiro no caso. Daí, em diversos momentos, o movimento antifascista surge, a AFA surge, às vezes não com esse nome, mas com os mesmos propósitos e mesma forma organizativa, e vai dependendo dos maiores momentos de repressão. Daí o foco era o outro, como na ditadura em 64. Mas nós nos reorganizamos como AFA mesmo em 2016, porque aqui em SP a gente tem a Marcha da Família para Jesus, e a partir de 2009, 2010, 2011, com o surgimento do Bolsonaro, esse evento começou a ser utilizado como palco para a extrema-direita, extrema-direita mesmo, como neonazistas, carecas, que é uma organização contracultural fascista de SP. E iam para esses atos, às vezes alguns grupos de esquerda estavam organizando alguma atividade e tinham esses confrontos. Por questão numérica e repressiva, surgiu a necessidade de fazer uma marcha à parte. Não é uma marcha contra a família, uma marcha contra Jesus, mas é a Marcha Antifascista. Ela foi organizada em 2014, em 2015 tem uma edição também, mas em 2016 ela já surge com mais corpo, com as pessoas já se juntando com o propósito de

construir uma organização de esquerda realmente antifascista. Porque em SP e no Brasil, não se falava em antifascista antes de 2015, eram debates bem restritos e temas extremamente restritos e marginalizados dentro da esquerda. Quem reivindicava essa pauta era o PCB, os grupos contraculturais aqui de SP, de esquerda, tipo os punks e skinheads, e só. Eram os únicos que reivindicavam, tanto que nossa organização, nosso movimento, surge a partir da atuação desses grupos contraculturais, ganha uma forma politizada a partir dos grupos contraculturais, dos coletivos só de skinheads antifascistas, coletivos de punks só antifascistas, de gangues antifascistas também. E a partir disso, em 2014, a gente vive outro cenário político, vou falar de São Paulo porque é o que eu sei.

Entrevistador: Tá certo, como tô estudando o antifascismo de forma comparada, vendo todos os elementos, como a FUA que você citou, ANL, os italianos, a partir daí vou tecendo comparações e quando você estuda esse período, é SP e RJ, são os grandes centros, não tem jeito.

Antifascista: Hahaha. Antes era sempre um paradigma, PT e PSDB.

Entrevistador: Ai, "precisou dos outsiders", hahaha.

Antifascista: É, hahaha. Foi sempre os dois: o PT, a esquerda povão, e o PSDB, a galera nariz em pé que não gosta de pobre, nordestino, cabeça chata, analfabetos, e enfim. Tinha um embate social ali, direto, entre direita e esquerda, mas não era uma coisa tão violenta quanto passou a ser depois de 2015. Tanto que a Dilma teve a reeleição dela e a campanha "Fora Dilma", tipo, tinha adesivos que o pessoal da direita usava onde abastece o carro, com a Dilma de pernas abertas simulando um estupro. A direita foi se radicalizando a partir dali, tanto no discurso quanto no conteúdo, porque o que seria depois a Lava Jato é uma narrativa e estratégia da direita contra a esquerda, as políticas públicas, o Estado, que estava se aproximando bem mais de um Estado de Bem-Estar Social e adquirindo destaque na economia global. Tipo, a gente era a quinta economia do mundo! Temos potencial de ser bem mais, mas comparado com o que foi com Bolsonaro, com as pessoas tendo que comprar osso na beira do açougue, pagando 20 reais no quilo do osso durante a pandemia, ficou uma situação bem distante do ponto do outro. Aí, a partir dessa radicalização, a gente percebeu que a esquerda não estava dando conta, nem entendendo a importância e a complexidade do que estava rolando, tanto a esquerda constitucional quanto os partidos mais beneficiados por cargos políticos, quanto a esquerda mais revolucionária e combativa, que estava focando em outros pontos, tipo PCB, PCdoB, falando em organizações grandes, em outros coletivos como o MST, coletivos de mulheres. A gente teve o caso aqui no metrô de SP, onde um vendedor ambulante defendeu duas travestis e foi assassinado por um grupo de neonazistas que estavam com machadinhas, facas, coisas

extremamente violentas. Você não sai de casa com isso na mochila para defender sua ideologia, para exercer seu poder em cima de quem discorda, e esse era o nosso cenário político de São Paulo, que foi se radicalizando até chegar nas esferas de maior poder. Todas essas situações que estávamos vendo nas ruas: agressões a pessoas homossexuais, contra nordestinos, assassinatos de pessoas da contracultura, de moradores de rua, de colocar fogo. Até em 2008, quando assassinaram William Galdino lá em Brasília, já era indício de que isso estava aumentando. E essa violência e radicalidade da direita cresce, não fica restrita, porque essas pessoas... Qual é o problema da esquerda? Ela achou que todas essas expressões de violência eram manifestações pequenas, isoladas, de loucos. A capacidade da esquerda lidar com a violência, de lidar, por exemplo, com a resistência armada, se era necessária ou não na ditadura... No PCB, muitos dirigentes não queriam aderir à luta armada porque achavam que isso poderia piorar a reação dos militares e gerar mais problemas, da mesma maneira como foi com o fascismo na Itália e na Alemanha. O PSD na Alemanha falava: "não mexe, que daqui a pouco eles param, vai diminuir, não combata", e a gente viu que diversas vezes isso não deu certo na história, mas a esquerda repetiu isso depois de 2013 pra cá e ficou tratando como marginal. A esquerda não consegue falar de violência, não por si só, mas porque já tem o estigma de que "ai, invade propriedade privada, quer matar a criancinha no feto da mãe". A gente tem um estigma que a extrema-direita criou de uma violência negativa, uma violência que não é a nossa. A nossa violência deve ser defender os nossos espaços, lutar contra a extrema-direita, defender nossos mandatos, nossos coletivos, e a esquerda não teve a capacidade de entender que esse avanço não era descontrolado, era organizado e servia a um propósito. Porque, ao mesmo tempo que tudo isso acontecia — assassinatos, tacar fogo, entregar marmita envenenada para morador de rua — e sempre as mesmas pessoas e os mesmos grupos participantes e nada acontecendo, aí crescia em São Paulo. E quem fazia segurança dos movimentos? Os neonazistas. E quais são as ideias do MBL e do Kim Kataguiri? Vamos defender a existência de um partido nazista no Brasil. Qual a ideia do Arthur Duval? Não, pode ir para um país que está em guerra civil e se aproveitar da condição de guerra das mulheres, oferecendo em troca de favores sexuais. Isso é uma ideia de extrema-direita, de fascista. E enquanto essa radicalidade estava subindo nas ruas, estava galgando espaços para ocupar a institucionalidade. E quem era a figura amparando tudo isso? Como todo mundo tratava o Bolsonaro? Como tiozão! Um tiozão que fala os absurdos que todo mundo pensa! A mídia deu espaço para isso, e nesse ponto eu culpabilizo a mídia por fazer isso ser algo nacional. Tipo, o "Pânico" encorajou e deu palco para tudo isso do Bolsonaro, o CQC, o Superpop... Estava até conversando isso com meu companheiro esses dias. A gente tem, enquanto sociedade, um

fascínio pelo absurdo, pelo esdrúxulo, pelo que é extremamente violento, extremamente cruel. Sabe, a gente escuta uma notícia: "ah, você viu que fulano foi atropelado?", e já perguntam: "Será que tem vídeo? Será que tem foto mostrando o que aconteceu?" Sobre a guerra: "Será que tem foto do drone, do hospital?" Não é informação que vai ajudar, incentivar a defesa dos nossos princípios. E rolou essa curiosidade com o Bolsonaro. Ele teve um holofote como algo exótico, algo diferente, porque nossa direita tinha uma imagem de mais classe, que não tinha abertura para tudo isso e nem falava tudo isso. Aí foi isso. Tinha esse viés institucional que a gente não estava preparado e a esquerda menosprezou, marginalizou as lutas que os coletivos antifascistas estavam levando: "Isso vai dar ruim, isso vai dar ruim". Aí a gente teve, em São Paulo, deputado estadual...

Entrevistador: Uma pergunta antes de você falar desse próximo assunto.
Antifascista: Claro.

Entrevistador: Voltando lá pra 2013, "O Gigante Acordou" e todas aquelas manifestações... Tinha uma cena de reivindicação, de movimento de esquerda que era bem fluida até esse momento, né? E depois de 2013, é aquela coisa subversiva, gramsciana, dos aparelhos da mídia manipularem a narrativa até que fosse tomada pelo que foi tomado.

Antifascista: Sim.

Entrevistador: Então, você está dizendo que nesse momento, com essa nova direita despontando, os carecas, vocês se ergueram contra isso? Ou já estavam ali fazendo manifestação? Como você estava falando no começo, manifestando pela educação, saúde e temas de esquerda, que o esquema paletó levantava, mas não como a esquerda popular, das ruas.

Antifascista: Sim, de forma organizada enquanto organização antifascista, movimento antifascista massificado, não. Como é uma pauta que ressurge em SP na contracultura, ela vai ter uma perspectiva de classe bem definida. São pessoas pobres, marginalizadas, trabalhadores informais, estudantes, pessoas que não têm estabilidade ou estrutura financeira que vão começar a desenvolver os grupos antifascistas aqui em SP. Lógico, tem um ou outro que às vezes é um professor concursado, tem um salário que não é bom, como a gente sabe, mas tem uma estabilidade. Sabe, tiveram algumas pessoas dessas, mas as outras não tinham essa condição. Então, a luta da esquerda nesses coletivos antifascistas de esquerda se desenvolveu mais a nível territorial (regional), tipo em alguns bairros, quebradas, favelas. Não era algo da cidade de SP. Tinha um coletivo na zona sul, outro na zona leste. Aí vai ter essa expansão para nível de cidade realmente a partir de 2016, mas já existia esse embate, essa luta, mas era pulverizada. Não era algo que todos os coletivos seguiam a mesma linha política, o mesmo alinhamento do que

estavam fazendo. Tinha a perspectiva ideológica, lógico, de esquerda, mas não tinha um programa unitário, não tinha diretrizes comuns.

Entrevistador: Então, já existiam alguns grupos antifascistas espalhados e a partir de 2016 foi quando começaram a se alinhar todos para vetorizar aquela força.

Antifascista: Uhum.

Entrevistador: Legal. Tá, vamos ver o que mais tem aqui (roteiro). Vocês tinham alguma liderança?

Antifascista: Não, a gente sempre operou de forma horizontal. Até em questão estatutária, como é um movimento que não se define politicamente, ideologicamente só comunista ou só anarquista, mas antifascista, a gente reúne socialistas, não sociais-democratas, não liberais. O fio condutor assim é o anticapitalismo. Então pode ter anarquista, socialista, comunista. A gente sempre prezou por uma forma de organização que contemplasse todo mundo. Assim, nosso foco sempre foi o consenso e a gente opera pela democracia direta, mas tenta achar uma coisa que seja boa para todo mundo, até porque nosso propósito não é exclusivista, é agregador. A gente não quer que não tenha anarquistas na nossa organização, que não tenha os dois, a gente tem os dois. Então, a gente segue diretrizes que tem que estabelecer para acabar não gerando insatisfação em alguma corrente política. Então, nunca teve uma liderança.

Entrevistador: É que, tipo assim, já que você conhece a FUA e a AFA, essas raízes de antigamente... A maneira de organização era mais alinhada a um comunismo e socialismo em questão de um controle centralizador. Tanto que era uma tendência mundial com o sucesso da Revolução Russa, tudo isso colaborou, a atuação da Internacional e outros órgãos internacionais. Agora, a gente vê muito essa questão dos coletivos horizontais, que é uma maneira de atuação mais puxada para um anarquismo. Legal, então vocês não têm líderes teóricos, porque em História Política uma das maiores dificuldades é o tanto de nome e sigla é exorbitante... Hoje em dia tem também, mas é menos. Tem até alguns ícones, como o Danilo Passaro, o Galo, que saltam mais na mídia por botar mais a cara.

Antifascista: É. Dentro da AFA, foi bom você falar. Quando a gente se organiza em 2016, a gente ressurgiu sendo uma organização que reúne outras organizações, vários outros coletivos que faziam parte da AFA. Então, seria incabível ter uma figura de liderança ou um grupo específico de liderança, porque a gente mais tarde entraria em algum conflito. Por exemplo, tinha o coletivo X, o coletivo Y, e a gente sempre fazia questão de ter esses coletivos dentro da linha de atuação, mas as pessoas que representavam esses coletivos não eram fixas. Tipo, você é do coletivo X, e precisamos que o coletivo X faça parte da AFA, então chegava no coletivo X e falava: "A gente tava precisando de 2 membros, e você se manifestava esse interesse de

compor a AFA. A gente precisa de dois representantes que façam parte das reuniões, que vão ter poder de deliberação e etc." Aí chega em algum momento que você não pode mais. Aí, beleza, não é membro da AFA, mas era a organização que fazia parte da AFA. Aí você troca com sua colega Ana, e é ela que vai fazer parte da AFA como representante do coletivo X. Isso era complexo. Aí tinha eu, que fazia parte da AFA e entrei por mim mesma, não tinha parte com organização, entrei como Vitória. Aí, depois da pandemia, aqui em São Paulo, os coletivos se fragilizaram muito. É o que eu falei desse viés classista, antifascista. O realmente antifascista tem esse perfil de trabalhadores precarizados e tal, e muitos coletivos sofreram falecimentos por conta da COVID, perderam empregos, déficits financeiros, não conseguiram mais militar politicamente e deu essa problemática dentro da AFA porque a gente dependia dos outros coletivos para existir, precisava que eles continuassem existindo para compor a AFA. Aí, no final de 2022, no finzinho da pandemia, a gente deliberou e mudou a proposta da AFA. Agora seria uma organização em si, seria uma organização de quadros e não de outros coletivos. Porque operamos como se fosse uma frente única, mas a gente deixa de ser uma frente para ser uma organização.

Entrevistador: E, tipo assim, as raízes denotam de 1930 e lá vai cacetada, mas teve um período de pausa? Quando retorna? Passou pela ditadura, não passou?

Antifascista: É uma situação bem complicada de falar, por falta de registro histórico, porque o antifascismo sempre foi enxergado por nós como uma luta extremamente ampla.

Entrevistador: Só um adendo, é um problema que encontrei em outra entrevista, que inclusive citou a AFA, que falou que precisava de segurança digital e precisava encobrir seus rastros. Para quem está pesquisando na história, isso é uma rasteira. Ainda bem que tem vocês como fontes orais. É um retorno à ancestralidade, à história oral.

Antifascista: Hahahahaha, no ano da IA, né? Tem essa questão da dificuldade de registro e tem essa questão da amplitude da nossa pauta, porque ela é uma pauta pontual.

Entrevistador: No caso, o anticapitalismo?

Antifascista: Digo o antifascismo mesmo! Digo que é pontual porque, quando tem uma disputa como Dilma e Aécio, para existir uma organização puramente antifascista, não dá! Não levantaria outras pautas com mais força... Porque ali a gente não está vivendo um fascismo. Daí já temos essa dificuldade de fazer as pessoas entenderem o antifascismo, de explicar o antifascismo até para a esquerda. A gente chegava nos partidos e eles diziam: "Putz, mas a gente não está vendo nenhum grupo de camisas negras marchando sobre nós..." Eles tinham várias concepções, e a esquerda se prendeu muito na questão Mussolini, camisas negras, roupa, e não é! E tipo, já não tem essa situação e nada no governo, nada politicamente, que aponte para isso,

fica complicado no contexto de uma organização que se define antifascista. Porque, pelo perfil dos militantes, de novo, vão estar trabalhando com outras pautas mais urgentes. Antes de eu ser antifascista, não só pela amizade, eu estava lutando por uma pauta mais urgente, que era a educação. Então, por muitos momentos, você vai ver pessoas antifascistas lutando pela questão da moradia, pela questão racial, por questões econômicas, por dignidade, por políticas públicas. Porque não era um momento que existia uma demanda descarada. É uma luta complexa, ampla, mas que surge pontualmente.

Entrevistador: Acho que sei o rejunte que vai colar os blocos. O antifascismo é aquela coisa, demanda, surge quando necessário... Então tem esse viés defensivo de segurar, de falar: "Daqui não passa". Então, nesses períodos, enquanto a direita se reorganizava, vocês estavam ali, mas não era na mesma intensidade do que quando já tinha se levantado, que vocês precisaram vestir suas camisas negras para espantar camisas verdes na Praça da Sé.

Antifascista: Uhum.

Entrevistador: Tá, então, antes de 2013, em questão institucional da AFA, estava de pé, sempre teve.

Antifascista: Antes?

Entrevistador: Sim.

Antifascista: Não, enquanto organizada não.

Entrevistador: Mas já existiam os grupos.

Antifascista: Sim, mas eram grupos voltados para a questão social e contracultural, do que como se coloca hoje. Eram grupos, coletivos e gangues que, por exemplo, queriam ter um show da banda X em São Paulo. Aí se organizavam, faziam a segurança do pessoal que ia colocar. Ou queriam fazer o debate sobre o anarquismo e antifascismo na Itália, que tem as ocupações em prédios, vilas que são ocupadas pela esquerda e o movimento anarquista, vamos trazer essas pessoas para debater o avanço do fascismo na Europa. "Ah, beleza, vamos organizar tal debate, vamos chamar tais pessoas e garantir que a extrema direita não vai colar, os fascistas não vão atirar na casa do evento, não vão esfaquear". Existia essa construção política, debates, eventos, mas não existia isso institucionalizado, nem como instituição de tornar popular ou publicizado. Era na bolha de quem fazia parte.

Entrevistador: Não pretendia movimento de massa, então.

Antifascista: Não tinha questão, capacidade e tempo para esse debate. As pessoas que estavam tocando essa luta não tinham essas condições, porque era uma luta que fazia parte da vida delas, mas pontualmente, elas tinham outras questões. O que eu estava falando da pontualidade, por exemplo, com suas críticas, possíveis imaginários sobre esse tema, é uma pauta propositiva,

certo? Eu digo críticas, porque, por exemplo, no Peru ela não deu certo. Você tem a terra, mas você tem o equipamento, a semente, o fertilizante? O fazendeiro tem e vai comprar a terra de vocês. Acabou sendo um grande passo para os latifundiários... Mas é uma pauta propositiva, as esquerdas estavam propondo uma mudança no sistema. O antifascismo é uma pauta defensiva: "A gente está se defendendo de algo, da violência da direita, do fascismo, do pragmatismo político que a direita prega, de um nacionalismo escravizado, de políticas contra trabalhadores, contra direitos produtivos, direitos sexuais das mulheres, de políticas que são xenófobas, homofóbicas, a gente está se defendendo disso. Mas por trás dessa parede, o capitalismo continua operando. Na real, essa barreira é só a face mais cruel do capitalismo contra a gente, mas aqui atrás você já tem coisas para solucionar, como acesso a emprego, acesso à terra, transporte, saúde, esporte. Tem questões interiores. Mas o fascismo, o que ele faz, ele radicaliza essas questões e debates, esses pontos de fragilização da classe trabalhadora até chegar na gente, contra a gente. Tem até questões da mídia que foram usadas para os seus avanços, como o Ricardo Sales, que fala: "Vai discutindo enquanto passamos a boiada". E distrações, como colocar um ministro repetindo a simbologia nazista. A família Bolsonaro tomando um copo de leite, a galera fazendo o WP, são questões de quem chama a atenção de quem está mais por dentro e traz o fascínio pelo absurdo, a simbologia, que é importante. Mas a gente não está debatendo tudo. Lembro que foi na época em que estava acontecendo o massacre dos Guaranis. Cadê a esquerda se movimentando? Cadê a esquerda ocupando a Paulista? É mais ou menos nesse sentido, a questão defensiva. O que também muda nossa atuação enquanto ação antifascista, porque, em 2022, quando o Lula é eleito, apesar de ser uma vitória apertada e problemática, a gente entendeu que era um outro momento político. A gente não precisava ficar 100% na defensiva. Não que a derrota do Bolsonaro tenha acabado com o fascismo, inclusive nosso lema é: "O fascismo não começou com Bolsonaro e não vai acabar com o Lula". Mas foi uma vitória importante, e a gente tem que aprender a reconhecer as vitórias, porque a gente de esquerda já se fode toda hora. Se a gente não conseguir desfrutar um pouquinho, a gente vai se lascar. A gente percebeu que não precisa ficar batendo toda hora nessa pauta. Foi quando surgiu o Antifacast, o único mesacast de esquerda da América Latina.

Entrevistador: Aaaaah, pode crer, estava te conhecendo de algum lugar! Não estava associando, juro! Hahahaha, que honra!

Antifascista: Hahahaha, valeu!! Mais pra frente, foi quando teve a proposta de criação da academia, do Centro Desportivo Estrela Vermelha. Que beleza, a gente tinha uma meta, que era popularizar o antifascismo, cumprimos, vamos para a próxima. A gente precisa se defender e criar algo... São projetos criados para fazer o poder popular, a disputa da consciência de classe.

Também não adianta, é exemplo de 64, da Revolução Cubana... Sem o povo, a gente não faz nada, se não conseguimos acessar pelas mentes e corações... Como já aconteceu, no caso de um conhecido que encontrou um neonazista perto da casa dele, e ele ameaçou eles. Teve um momento que se encontraram na rua e rolou pancada. O conhecido esmagou o cara, e a população veio defender o cara, mesmo ele explicando que ele era nazista, que não gostava de nordestino, ele era homofóbico... Teve até um motoqueiro que agrediu ele. Tipo, o discurso não importava mais, sabe? A violência se espalhou.

Quando o antifascismo se consolida? Quando passa a ser propositivo e não defensivo. Uma frequência de construções, estão enfrentando Milei, enfrentamos Bolsonaro. Quando parou, a gente poderia ser mais propositivo e eles começaram a enfrentar o Milei. E aí as construções regionais, mais deles também, mas vira e mexe a gente está trocando ideia, tipo, eles vêm para cá, visitam, a gente está pensando em ir lá em dezembro... A gente sempre faz esses intercâmbios. A nossa organização, toda vez que tem oportunidade, e são pouquíssimas vezes, alguns dos nossos membros têm a chance de ir para outro país. A gente constrói essa chance também, a pessoa trabalha... Mas a gente vende materiais... A gente dá a passagem garantida, mas precisa de um lugar para ficar e um lugar para comer. Aí a gente fica na casa do militante, convive com a família do militante. Por isso eu falo que é uma coisa mais pessoal, mais fraterna mesmo, sabe? Não é, por exemplo, militante do partido X que está indo fazer uma visita para o militante Y do partido X, não tem sala de reunião nem nada. É só vamos nos estabelecer ali, porque o que distancia a gente é a fronteira, de ideologia a gente tem a ver.

Entrevistador: Antifascista, uma pergunta orgânica, você não acha que o PT acabou com a esquerda por ser tão subserviente aos interesses do capital, sempre abaixar a cabeça e nunca fazer algo que coloque um pé no radicalismo de realmente mudar uma estrutura, ao invés de simplesmente levar no banho-maria, em um populismo funcionalista para acalmar os ânimos dos dois lados e segurar no meio, enquanto a tendência se esticou para a direita? Porque é o que você falou, a esquerda popular teve que pegar na rédea e falar "você não está dando conta."

Antifascista: Eu acho que o PT deixou... O PT se vendeu como um pai e sumiu no fim de semana... Hahaha... E a gente teve que se virar para fazer comida, arrumar a casa. Ele se vendeu com essa postura populista de "eu vim para salvar vocês" e não salvou. Deixou a gente desassistido, enfraqueceu o caráter militante dos coletivos de esquerda e dos movimentos sociais. Vislumbrou boa parte da galera com edital, com evento, participação, ideias, sei lá o quê, e cooptou ideologicamente essa galera para acreditar que a saída é só pela via institucional. E o PT sabe que essas pessoas são insuficientes, mas acho que deve existir uma mística que

paire sobre o partido, que paira nos militantes, de que vai se resolver, mas é só para frente, sabe?

Entrevistador: Um socialismo extremamente moderado, assim?

Antifascista: É tipo, "caaalma, está muito cedo para isso"... E eu acho uma questão extremamente complexa, por isso não vou bater o martelo de um lado nem para o outro, porque, de outro lado, também tento comparar o Brasil com a China, com o pouco que sei da China. Eu sei que a China não conseguiria chegar onde chegou hoje sendo extremamente radical, sabe? Eu sei que foi extremamente radical, tipo o discurso, nas políticas foi extremamente radical, com a reforma agrária, questão da educação, moradia, transporte. Mas, passo a passo, ela teve que conciliar um pouco com a burguesia e as zonas de livre comércio. E não sei, talvez seja meu lado mais esperançoso falando. Eu acho, na verdade espero, que o PT ou o Lula estejam fazendo isso de alguma forma, com a Dilma no BRICS... Que estejam sendo passos para uma emancipação do Brasil, passos para a gente construir uma soberania nacional. E eu sei que essa construção não vai ser, por mais que doa dizer isso, não vai ser feita a partir de um discurso radical, um discurso comunista ou anarquista, vai ter que ser conciliatória em alguns momentos e...

Entrevistador: Reformista?

Antifascista: Cara, nesse ponto eu concordo muito com o Jones, porque nem a reforma a gente tem. A reforma da educação... a gente não tem. A reforma da saúde, "ah, vamos mudar o que tem"... não tem! Todas as reformas que a gente viveu enquanto sociedade foram reformas feitas e produzidas pela direita. A reforma trabalhista é de direita, a reforma previdenciária... de direita. A educacional que teve foi para privatizar a educação. Então, nem o reformismo, que é o básico, que digo que seria equivalente a só seguir a constituição, não precisa fazer mais nada, pensar em problema partidário dá muito trabalho, só segue a constituição... Não segue! Então, acho que no ponto do reformismo, a gente não chegou ainda, o que é assustador! A gente ainda está pedindo pela migalha, sabe? A gente não está almejando derrubar a mesa para todo mundo comer, a gente ainda busca a migalha.

Entrevistador: E como sobrevive um comunista num panorama desse? Diante de neoliberalismo, estado mínimo, de passa gasto de setor básico como rombo?

Antifascista: Com muita dificuldade.

Entrevistador: Não pende muito mais para um socialismo reformista?

Antifascista: Cara, não, acho que é o que eu falei... É a questão ruim de que, tipo, a posição da realidade, sabe, mas ainda existe essa confiança e esperança no poder popular, de que só o povo é o povo, de que não vai vir inteiramente de cima para baixo. Só que eu, particularmente, ainda

acredito que é uma solução que não vai partir inteiramente de construções populares e pacificadas... Lá para frente vai ter um momento em que a gente vai precisar ocupar essas posições de poder, seja adaptado ao que for... Para ter condições mesmo, cara, porque se fosse para chegar aqui no Brasil só com as forças reacionárias e conservadoras brasileiras, porra, já estaria muito difícil, já estaria muito difícil... E não é só isso, sabe, é interesse da França, dos EUA, da Inglaterra, da Alemanha, da África do Sul... É o imperialismo estadunidense que nunca saiu do Brasil, nunca saiu da América Latina, que não larga o osso, e enquanto isso, a gente precisa buscar forças com a Rússia, com a China, para sair um pouco das garras dos Estados Unidos e pensar no nosso projeto de nação. Eu não vejo hoje nossa população lidando com isso sozinha, tipo, enfrentando aparelho ideológico estadunidense, base naval perto do Nordeste brasileiro, como que a gente vai? Falo do povo, não falo só dos trabalhadores precarizados, o povo inclui trabalhadores que podem estar no exército e na marinha, trabalhadores que podem ter um puta conhecimento técnico nas mais diversas áreas...

Entrevistador: Independente de classe?

Antifascista: Isso, só pessoas... Difícil esperar...

Entrevistador: No caso, um encontro no meio, de todos os lados, ver que está todo mundo meio alinhado e partir para o abraço.

Antifascista: Sim... É o que eu entendo.

Entrevistador: De forma rápida agora... Como você define o fascismo e o antifascismo? E aí a gente encerra.

Antifascista: Porra...

Entrevistador: Simplesinho, né? Hahahaha

Antifascista: Um dos conceitos mais controversos do último século! Hahahahaha

Entrevistador: Mas você consegue! Hahahahaha

Antifascista: O fascismo é uma ferramenta para o capitalismo financeiro, para o capitalismo imperialista, utilizada em momentos de crise e com o objetivo de oprimir a população, de fragmentar a população, de afastar o povo da disputa por poder. Não digo do poder popular, porque quando tem fascismo a gente já está longe do poder popular, mas é uma ferramenta que impede a gente de estar perto do poder... E por poder, não estou dizendo aquele poder de presidente, mas o poder de se organizar, de mobilizar, de "vamos fazer alguma coisa para consertar?" E o fascismo impede isso, seja por vias simbólicas, por vias subjetivas e por vias objetivas. Ele nunca vem desamparado de uma burguesia... Ou ele vem amparado pela burguesia do estado, ou burguesia agrária... É sempre uma intensificação do reacionarismo... Ou da indústria, ou do campo, ou da cidade, ou do campo, sempre com o propósito de fragilizar

a classe trabalhadora, de retirar direitos das populações e das minorias políticas, dos grupos, sempre com o intuito de continuar segregando a gente e afastar a gente de uma conformação da construção de uma força de classe para fazer uma frente de combate ao capitalismo.

Entrevistador: E o antifascismo?

Antifascista: Hum...

Entrevistador: Gostei da sua resposta!

Antifascista: Hahahaha...

Entrevistador: Partilho da visão!

Antifascista: Cara... É complicado, porque o antifascismo é tudo isso que eu falei...

Entrevistador: Mark Bray não gosta muito dessa resposta! Hahahahah

Antifascista: Eu acho daora o Mark Bray, mas achei que a análise do manual antifascista...

Entrevistador: Fala mesmo! Também não gosto muito desse cara não!

Antifascista: Acho extremamente norteocidentalizado, não fala da América Latina, não fala de... Porque assim...

Entrevistador: Para mim é um cara que fala assim: "Pessoal, o fascismo foca muito na Europa, mas também vamos combater do jeito que nós, da Europa, combatemos..." Pra mim, fala desse jeito aí!

Antifascista: SIM! Eu estou lendo um livro que é "Introdução ao Fascismo"... Porque a gente tem essa questão de formação política muito forte, aí cada membro está lendo um livro e no final do mês a gente vai se encontrar e fazer uma promoção política com os membros desses livros.

Entrevistador: Daora!

Antifascista: Aí meu livro é outro, mas já tinha comprado esse "Introdução ao Fascismo" para conhecer a visão do autor... E ele é muito bom quando faz um aspecto do fascismo que se ligou muito à nossa paridade italiana e ao caráter italiano, mostrando como, por exemplo, o Hitler foi criticado e traído por italianos... Na verdade, Hitler não... Como Mussolini foi traído porque estava se aproximando demais da Alemanha... Aí, deixou de lado a pátria e foi traído por generais, intelectuais, pessoas da mídia que apoiavam o fascismo, mas falavam "não, o fascismo do Mussolini não presta para a gente, está fazendo outra coisa e não é o fascismo... O fascismo dele não é italiano o suficiente." E quando a questão do fascismo fica fixada só na Europa, parece que é um movimento político que ressurgiu simplesmente atrelado à questão regional, à construção daquela cidade, daquele povo, e não é! Não é uma construção regional, mas um aspecto sistêmico intensamente e inseparavelmente conectado ao capitalismo. Então pode ter

fascismo no Japão, na África do Sul, na Itália... Aí você vai falar só da experiência da porra de um continente que é desse tamanho, tipo... Tem outras construções.

Entrevistador: Eu acho legal quando começa a alinhar essa análise do fascismo com a do nacionalismo.

Antifascista: Exato.

Entrevistador: É muito visível com essa virada getulista na Revolução de 30, onde o Brasil era pautado em uma ótica muito mais regionalista. Desde que foi proclamada a República, era a questão dos coronéis, do voto de cabresto, que utilizavam a questão do Estado nacional soberano em uma lógica patrimonialista. Revezavam, Minas e por aí vai... Toda essa questão. Quando Getúlio chega, ele muda essa ótica porque expande a questão, sai do regionalismo para o nacionalismo. Quando ele chega como populista, ele traz o Brasil para todo mundo. Não tinha mais a questão do coronel falando com funcionários e cidadãos, era o Getúlio e o Brasil: nacionalização, indústria. Aí a elite industrial começa a tomar mais holofote que a agrária e... Daí vem essa inspiração dele na questão do corporativismo fascista, como se organizam, como absorveram todo o movimento sindical dentro do aparelho da máquina, e daí por diante. E a questão é: o fascismo, nessa tentativa de homogeneizar, o nacionalismo serve muito bem, então anda muito interligado, como se o fascismo fosse o elo entre a elite que busca a classe média, o trabalhador abaixar a cabeça, e precisa de um elemento de união porque são realidades e universos diferentes. A exacerbação do patriotismo, e é aí que o fascismo se consolida, através do nacionalismo forçado, a ponto de ser tão reacionário que, se você falar "ah, não", aparece alguém com uma machadinha na bolsa. A partir daí, é uma fascistização que busca essa homogeneidade falsa e forçada, que reprime tudo e todos.

Antifascista: É porque esse nacionalismo do fascismo é um nacionalismo vazio, né? Porque ele não está amparado no que realmente é a nação, ele está construindo um projeto de nação e quer que todo mundo se apegue nisso. Tipo, tanto com o nazismo na Alemanha, com a questão da raça ariana, de que algumas pessoas são culpadas e sei lá... Ele cria elo tanto com essa questão racial, mas também pela questão nacional mais fácil. É uma questão vazia, não é a pátria que eles estão defendendo e, acho que a dificuldade de compreender o fascismo está no seu próprio desenvolvimento, porque ele não segue uma linha teórica, uma definição intelectual do que ele vai ser, né? Tanto que tem a frase lá do... não lembro, mas é uma frase tipo "chegou a hora da prática enterrar a filosofia", já pensaram demais, já falaram demais e agora a gente vai fazer. Tanto que o fascismo na Itália, os fascíos, que têm toda a simbologia do poder, passam antes com um caráter socialista. E aí, o fascismo é tão deturpado e esvaziado, espontâneo e pragmático, que ele captura inúmeras formas de organização e simbologias da esquerda para

poder se popularizar. Tipo, ele se inspira em organizações de esquerda, se inspira em jornais de esquerda, o próprio Mussolini fazia parte do jornal *Avanti!* e até no livro do Mark Bray tem ele falando da questão da utilização das cores, da utilização do método de ocupar fábricas, de ocupar espaços para fazer disputa política e fala da questão da distribuição de alimentação, por exemplo, um ato que não pode ser só da esquerda, mas de pessoas que tinham minimamente uma preocupação com os mais pobres ou miseráveis, seja através da caridade ou solidariedade. Uma questão extremamente politizada. Ele pega esses pontos que a esquerda se expressava e se aproximava dos trabalhadores e captura. O fascismo faz isso. E em questão do nacionalismo também, fala sobre isso, que nesse livro fala bastante, que o desenvolvimento do fascismo se apoia em três pontos principais. O primeiro, para lidar com a vitória que a Itália teve na Primeira Guerra, que eles chamam de "vitória ocupada", porque ganharam, mas não ganharam terras, a economia deles continuou fodida, o exército sofreu impacto, grande parte da população, os homens que voltaram, não tinham mais suas famílias, suas casas, perderam membros, não tinham aquela estrutura que tinham antes. Tem essa questão. Tem a questão de que o socialismo e o marxismo traíram a população, que o movimento social de esquerda da Itália traiu a população e, ao invés de ir para o seu país, preferiram ir apoiar a URSS (Lula e países da AL, Odebrecht). E essa resposta para esse descontentamento popular: "Pô, a gente ganhou a guerra, mas não ganhou nada, estamos abandonados, o que a gente precisa fazer? A gente precisa se fortalecer como nação", lógico, com um puta financiamento das indústrias, porque a proposta deles era que o sindicato não presta porque está cooptado pelos comunistas e o Estado vai fazer a defesa dos seus direitos. Não fez! Porque o sindicato é contra a família e não presta, e blá blá blá. Ou, Mussolini era insensuoso, ele teve um relacionamento com a irmã afetiva dele.

Entrevistador: É mesmo, é?

Antifascista: Uhum... Católico pra caralho!

Entrevistador: Não é? Ahahahaha.

Antifascista: Muito contraditório. Ahahahah.

Entrevistador: Tem um livro que chama *Ideologia Curupira* e trabalha o discurso fascista no integralismo. Fala como ele é maleável, igual você estava falando, tem uma forma histórica na Itália e na Alemanha, os dois principais que começaram essa onda autoritária através de um nacionalismo exacerbado, um projeto de nação super maluco e colou, que ascende organicamente dentro da estrutura do Estado e toma as redes do negócio. Mas é, por exemplo, dos movimentos que a gente tem no Brasil, ele surge como movimento que tem como principal pauta... esqueci a palavra que ela usa, mas é aquilo que define o que é um padre... uma castidade, uma... esqueci, uma jornada heróica de castidade, sabe? Tipo assim, eu tenho 25 anos...

Antifascista: Uuuuh, acho que sei a palavra.

Entrevistador: E sou virgem! Vamos bater palma pra esse cara! Aí tem toda aquela questão do papel feminino subjugado, o louvor à mãe... E o Plínio Salgado falava que o sucesso de um Estado-nação era a moralidade daquilo que o compunha, as famílias... Então, a parte menor que formava o Estado era a família, e essa teria que ser a tradicional. E é isso que vou abordar, porque como esse bolsonarismo, essa onda de direita, reaproveita essa parte do discurso conservador que teve no Plínio Salgado... E o integralismo tem muito uma pauta espiritual, é muito maluco, fala que, para o triunfo do espiritual, a carne tem que ser sacrificada... E é aí que cala a voz de um trabalhador que estava começando a flertar com as ideologias de esquerda, porque fala: "Não, ó, para você se livrar, você vai ter que suprimir sua carne." A culpa já entra na ótica corporativa, a gente está na merda porque o trabalhador cedeu ao egoísmo, porque o trabalhador cedeu aos instintos humanos. Logo, querer melhores condições é estar erradíssimo. Aí entra o saudosismo, tipo: "Bom, era na época da minha mãe", que hoje seria nossa bisavó, né? É aquele projeto europeu patriarcal bem dominadinho. Então, tem toda essa causa de sexualidade reprimida que também é um elemento batido. Falou em neofascismo, fascismo, sexualidade reprimida, patriarcalismo, todos esses elementos que, no fundo, o antifascismo está ali criticando... E esse foi o integralismo. Quando a gente vai para o bolsonarismo, esse projeto de nacionalismo não entra nessa questão... Pelo menos o integralismo chamava integralismo porque queria um Estado integral. Getúlio Vargas, com o Estado Novo, também entra nessa porrada com a *Carta del Lavoro*, que iniciou o fascismo. Aí, você fala do Bolsonaro, da extrema-direita, é um puta entreguista, mano, pegou pra dar na mão de gringo porque está ali para mamar na teta. É uma cria do sistema que usou o discurso para se levantar, utilizando esse fascismo não para uma soberania nacional, para elevar o status do Estado, mas simplesmente para beneficiar sua classe, né? Não é mais o líder fascista, mas a elite alinhada puramente, uma elite alinhada que aprendeu o discurso para se elevar, de como tirar o holofote do pobre que estava no patamar que estava... Mas é isso, é de emputecer...

Antifascista: É isso...

Entrevistador: Antifascista, acho que é isso... Fechamos?

Antifascista: Acho que sim, é isso. Fechamos?